

2014

REFLEXÕES

Livro VI

Índice

- 4- A ética da imperfeição- Michael Sandel
- 8- Sombra do meio-dia- Andrew Solomon
- 15- É possível corrigir o rumo- Thomas Piketty
- 22- Piketty e a espiral da desigualdade- Francisco Lopes
- 27- *Capital in the Twenty-First Century*- Pascal-Emmanuel Gobry
- 31- Diferenças de renda e ação pública- Carlos Eduardo Soares Gonçalves
- 36- Repensar a democracia- Dani Rodrik
- 40- Os limites da globalização- Dani Rodrik
- 47- Vira-latas tipo exportação- Ivan Marsiglia
- 53- A dor e a delícia de ser brasileiro- Alberto Carlos Almeida
- 58- Pesos e medidas do legado- Cláudio Gonçalves Couto
- 62- A Copa, a Olimpíada e os costumes- Cláudio Gonçalves Couto
- 65- Um outro país pode vir de baixo para cima- John Rathbone
- 68- Nos tempos do *football*- Zuza Homem de Mello
- 78- O papel da Justiça no desenvolvimento econômico- José Pastore
- 87- Um País em chamas- Cristiano Romero
- 91- É a economia, presidente!- Cristiano Romero
- 95- Os vários dilemas do capitalismo brasileiro- Alexandre F. Barbosa
- 99- A lerdeza estatal e a comunicação- Eugênio Bucci
- 103- É preciso aumentar o investimento na educação infantil- Sergio Lamucci
- 112- Criar uma sociedade de aprendizado- Joseph E. Stiglitz

REFLEXÕES VI

- 116- É a emoção, estúpido!- **Alexandre Rodrigues**
- 126- 100 anos da Primeira Guerra Mundial- **Revista Veja**
- 173- Três eventos que moldaram o mundo- **Martin Wolf**
- 177- II Guerra Mundial- **Revista Veja**
- 250- A desunião europeia- **Daniela Fernandes**
- 257- Megalópoles devem conter a expansão territorial- **Sérgio Magalhães**
- 260- Troca de guarda- **Mario Vargas Llosa**
- 264- Movimento Verde espera a chance de ressurgir- **Akbar Ganji**
- 269- Reformista fala após 10 anos de prisão domiciliar- **Mehdi Karroubi**
- 275- O petróleo tem que ficar onde está- **Marco Lambertini**
- 283- Transgênicos, 20 anos de avanços e polêmicas- **Bettina Barros**
- 287- Holograma da revolução- **Juan Pablo Villalobos**
- 292- Subcomandante Marcos- **Wikipédia**
- 296- Zapatismo, vinte anos depois- **Piero Locatelli**
- 300- Os zapatistas hoje- **Antonio García de León**
- 308- *Reivindicaciones zapatistas, uma constante em la historia de México*- **Amparo González Ferrer**
- 319- O que quer e o que pode esta língua- **Maria da Paz Trefaut**
- 322- Tatuado o nome da empresa é se transformar em um currículo- **Lucy Kellaway**
- 325- Chico- **Gonçalo Junior**
- 334- Chico Buarque, de todas as maneiras- **Gonçalo Junior**
- 337- Chico, cronista das imperfeições da vida- **José Castello**
- 341- Moderno e eterno- **João Marcos Coelho**

LUIZ BIANCI

A ética da imperfeição

Michael Sandel



Michael Sandel veste a camisa da excelência. Quase mil estudantes se espremem para ouvi-lo no anfiteatro da Universidade Harvard. Suas aulas viraram séries nas redes públicas de TV PBS e BBC. Ele já foi capa da Newsweek como o estrangeiro mais influente na China. Seu livro, *Justiça* vendeu mais de 1 milhão de exemplares somente no Leste Asiático. Plateias compraram ingressos “por fora” para saber em detalhes O que O Dinheiro Não Compra – seu compêndio de limites (i) morais do mercado que abrange de esterilização remunerada a venda de autógrafos.

Mas o que bomba mesmo, em tempos de Copa do Mundo, é *Contra a Perfeição*, o último de seus livros a ser publicado no País pela Civilização Brasileira. Sandel trata de ética, mais especificamente da ética de mexer com o corpo por fora e por dentro atrás de uma *performance* melhor. Não à toa ele dedica um capítulo inteiro aos atletas biônicos. “À medida que o grau de melhoramento aumenta, nossa admiração pelas conquistas se transfere do jogador para o seu farmacêutico?”, questiona. Mais para frente ele mesmo responde: “O crucial nos esportes é a excelência, a exibição de talentos e dons naturais”. Algo que, diz ele, parece desconcertante para estas nossas sociedades baseadas no espetáculo.

Foi nessa linha de raciocínio que Sandel deu esta entrevista ao *Aliás*, em São Paulo, numa tarde gelada para brasileiros, mas amena para esse americano de Minneapolis. Naturalmente, de um DNA de Minneapolis vieram exemplos de atletas de basquete e beisebol, esporte que ele é fã incondicional. Aos 61 anos, Sandel ainda guarda

REFLEXÕES VI

o canhoto da entrada do primeiro jogo que viu, aos 12, na companhia do pai dele. Daí que entendeu minha paixão por futebol nascida dos jogos de várzea que vi com o meu pai, quando eu tinha uns 9 anos. “Isso dinheiro nenhum compra”, concordamos, perfeitamente.

Até o dia 12, o Laboratório Suíço de Análise de Dopning já terá testado os atletas da Copa. Pela primeira vez na história, todos os jogadores do Mundial terão sangue e urina checados antes de a bola rolar. Eticamente, como o senhor vê esse rastreamento?

É a primeira vez numa Copa do Mundo, mas esse rastreamento já foi feito nas Olimpíadas. É lamentável que ainda seja necessário fazer isso porque sugere que haja muitos atletas tentando se dopar para levar uma vantagem injusta. Sabemos que não são só drogas tradicionais. Corredores de longa distância, ciclistas e esquiadores, por exemplo, tentam melhorar a resistência com transfusões e injeções de EPO (eritoproteína), hormônio produzido pelos rins que estimula a produção de glóbulos vermelhos e melhora o rendimento. Os laboratórios conseguem identificar a versão sintética, mas macacos já foram testados com uma versão genética, ou seja, haveria uma maneira de inserir no corpo uma cópia do gene que produz EPO, algo muito mais difícil de detectar.

Há uma corrente que sugere liberar o uso de drogas que melhoram o rendimento. Assim seria possível controlar o consumo.

Não concordo com isso. Liberar o acesso aos atletas não necessariamente permite um maior controle, porque eles podem se exceder. Aliás, esse é o principal argumento contra as drogas: seus efeitos sobre a saúde. Mesmo as alterações genéticas podem trazer algum risco em longo prazo. Outro argumento é o da justiça – ou da injustiça. Seria levar vantagem sobre aqueles que competem naturalmente, por assim dizer. Mas suponha que esses “melhoramentos” não ofereçam nenhum tipo de risco à saúde e suponha que eles se tornem viáveis a todos. Ainda assim restaria uma questão ética, a meu ver, mais interessante. Ao alterar nossos

REFLEXÕES VI

corpos para competir nos Jogos Olímpicos ou na Copa do Mundo, mudamos o sentido da competição. Imagine exemplos hipotéticos extremos: alterações genéticas em todos os jogadores de basquete tornando-os aptos a pular mais alto do que o Michael Jordan. Ou levantadores de peso cujos supermúsculos ergueriam SUVs. Ninguém estaria trapaceando. Mas a competição deixaria de ser uma exposição de talentos naturais para se transformar numa competição tecnológica.

Nesses tempos high-tech, seria uma competição com mais público?

Talvez ela fosse até mais popular, mas esse tipo de melhoramento representa uma degradação quanto ao que entendemos por excelência atlética. Seria mais como um circo, como um espetáculo de esquisitices. Os “michael jordans” poderiam entreter, mas aquilo não seria basquete, e sim uma corrupção do sentido essencial do torneio, concebido como vitrine de dons naturais.

Será por esse motivo que o noticiário está forrado de histórias humanas de superação?

Sim, esforço e superação das adversidades são parte do que admiramos nos grandes atletas. Mas admiramos isso porque mostra aspectos do caráter, da perseverança, da determinação do jogador, que são qualidades humanas. Essas qualidades humanas não teriam todo esse valor se tivéssemos uma competição *high-tech*. Quando oferecemos uma gratificação instantânea, rápida e imediata, perdemos alguma coisa. Há pessoas que ficam impacientes, não querem mais assistir a jogos com apenas um gol. Ok, seria possível dobrar o tamanho do gol para facilitar a entrada da bola, como seria possível aumentar o aro da cesta para aumentar o placar de uma partida de basquete. Mas isso depreciaria a excelência dos grandes atletas, exigiria menos habilidade, teria o custo de transformar o esporte num festival de engenhocas, que pode até render mais dinheiro, porém...

No livro O que o Dinheiro não Compra, o senhor questiona a cobrança de autógrafos por parte das celebridades esportivas e a venda do nome dos estádios para

patrocinadores. O que o dinheiro não pode compra nos esportes?

O dinheiro não pode comprar a apreciação da excelência pelos verdadeiros fãs. São fãs que sabem degustar as sutilezas e as nuances de um jogo, mesmo quando ele termina num o x o. Eles sabem valorizar essa beleza.

Além da busca da perfeição obsessiva nos esportes, o senhor costuma destacar o empenho de alguns pais para controlar as características dos filhos usando a engenharia genética. Isso continua acontecendo com frequência?

Sim, e não por motivos necessariamente ligados à saúde, mas porque os pais querem um menino em vez de uma menina, uma criança mais alta, e não uma mais baixa, um bebê mais inteligente... É o risco de tornar a paternidade uma extensão da sociedade de consumo. A imprevisibilidade do parto (assim costumava ser) e dos cuidados com o filho ao longo da vida traz significados éticos importantes, que frequentemente não percebemos. Escolhemos nossos amigos, escolhemos nossos parceiros, escolhemos nossos sócios, mas não escolhemos nossos filhos. Não podemos controlar quem são ou no que se transformarão. Tentamos educá-los, nós os criamos de acordo com certos valores, mas a imprevisibilidade é um dos sustentáculos do amor incondicional. Quando encomendamos um carro, por exemplo, especificamos a marca, a cor, se terá ar condicionado ou não, se terá teto solar ou não, os tipos de pneus. E ficamos decepcionados se o carro nos for entregue sem essas características. Como consumidores, podemos devolvê-lo e pegar o dinheiro de volta. O perigo é virar uma rotina os pais quererem moldar as características dos filhos, programar seus bebês. É encará-los como objetos de desejo ou instrumentos de ambição, em vez de valorizá-los como dádivas e aceitá-los como nasceram.

A era genética estaria nos libertando ou aprisionando?

A possibilidade de tornar as pessoas mais inteligentes, ou mais atraentes, ou mais fortes, ou mais felizes por meio do melhoramento

REFLEXÕES VI

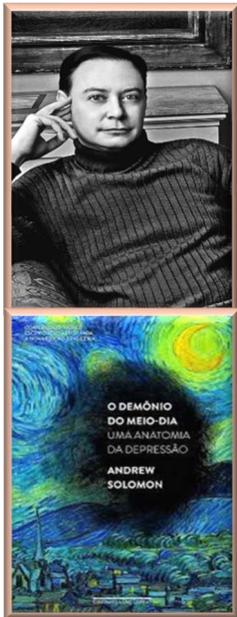
genético pode passar a ilusão de que o ser humano conseguirá, enfim, se livrar das restrições da natureza e conquistar a liberdade plena. Afinal de contas, seríamos capazes de driblar nossa condição natural. Não concordo exatamente com isso. Acho inclusive o contrário: perderemos o poder. Com o argumento de querer dar mais oportunidades às pessoas, alguns cientistas até dizem: “Aqueles a quem falta alguma habilidade intelectual estão em grande desvantagem, têm empregos sub-remunerados; não seria melhor usar a genética para consertá-los?”. Isso é uma reminiscência do movimento eugênico, que queria reparar, consertar os “deficientes”. Sabemos ao que isso levou: à esterilização forçada desses “deficientes” e ao genocídio. A ideia de purificar a humanidade geneticamente desmerece a luta por políticas que possam melhorar a vida dos “menos privilegiados”. Ela aceita as coisas como estão, quer usar a tecnologia para se ajustar às injustiças sociais.

As iniquidades que vemos na nossa sociedade são fruto de arranjos socioeconômicos que nós criamos. Não vieram da natureza. No lugar de usar novos conhecimentos genéticos para aprumar “a madeira torta da humanidade”, podíamos criar arranjos políticos mais tolerantes com as limitações de nós mesmos, seres imperfeitos. ●

Michael Sandel: filósofo político e professor da Universidade Harvard.
Artigo publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** no dia 8 de junho de 2014

Sombra do meio-dia

Andrew Solomon



Dor ou alegria, sol ou nuvens, para a depressão tanto faz. Quando ela decide atacar, a única defesa é atacar antes, diz autor de best-seller

Quando Andrew Solomon escreveu *O Demônio do Meio-Dia*, mergulhou fundo nas imagens. Só assim, quem sabe, alguém que nunca viu a cara da depressão poderia entender essa dor. Uma das imagens era a da trepadeira que tomou conta de um carvalho centenário. “Só bem de perto se podia ver como haviam sobrado poucos ramos vivos, e quão poucos e desesperados gravetos brotavam do carvalho, espetando-se como uma fileira de polegares do tronco maciço”.

O carvalho centenário era o carvalho da sua infância, e a trepadeira de fato o sugou. A depressão, Solomon a viveu na alma, num estágio severo, depois de a mãe morrer num suicídio assistido, após longo tratamento de câncer. “Ao final, eu estava compactado e fetal, esvaziado por essa coisa que me esmagava sem me abraçar”. Esse americano-britânico, a um mês dos 50 anos, tinha 31 na época. Levou mais cinco anos para compor uma anatomia da doença que em 2001 ganhou o National Book Award e em 2002 foi finalista do Pulitzer.

Se *O Demônio do Meio-Dia* emerge aqui nessa semana, é por causa do Dia Internacional de Prevenção ao Suicídio. Na terça-feira foi lembrada a taxa mundial de suicídio divulgada pela OMS: entre 10 e 30 por 100 mil habitantes. O Datasus soltou o número de 9.852 brasileiros que se mataram em 2011.

Considerando-se a subnotificação, presume ser maior o número de

suicidas. No geral, com o que corroboram vários estudos, cerca de 90% dos suicídios estão associados a estados depressivos. “Depressão e suicídio são entidades separadas que com frequência coexistem, influenciando-se mutuamente”, afirma Solomon. Por falta de uma, ele propõe políticas públicas para as duas, com formação de profissionais de saúde e ferramentas na medida para distúrbios ainda sub ou sob-retratados.

Nesta entrevista, feita a partir de Cleveland, Ohio, o escritor menciona o novo livro, *Longe da Árvore*, que será lançado em outubro. São mil páginas sobre o universo de famílias cujos filhos são marcados pela excepcionalidade. Seu foco na nossa conversa, porém, é o tratamento daquilo com o que Solomon precisa conviver eternamente, à espreita de que a trepadeira queira subir novamente pelos seus pés: “Toda manhã e toda noite, olho para as pílulas na minha mão: branca, rosa, vermelha, turquesa. Às vezes parecem uma escrita, hieróglifos dizendo que o futuro pode ser muito bom, e que devo a mim viver para vê-lo”.

O senhor costuma dizer que a depressão ceifa mais anos do que a guerra, o câncer e a AIDS juntos. Em suas palavras, ela pode ser “a maior assassina da Terra”. Como explicar a escala do problema?

A variação do estado de ânimo é uma vantagem da evolução da espécie. Sem a capacidade de ser triste, por exemplo, não teríamos o amor como o conhecemos, já que ele contém necessariamente a sensação da perda antecipada, que aumenta nosso apego à pessoa. A depressão é uma disfunção desse espectro. No entanto, como é contígua à tristeza e à ansiedade, é difícil regulá-la. Ainda assim, provavelmente temos mais casos de depressão nestes tempos modernos do que tivemos ao longo da história. São tempos eletrônicos, superconectados e superpovoados, que nos impõem tensões não vividas no passado. Com novos discernimentos, diagnosticamos a doença com mais frequência. E porque temos um tratamento mais eficaz, há um incentivo para que as pessoas se identifiquem com essa condição. Contudo, apesar dessas ferramentas clínicas (drogas, psicanálise, terapia cognitivo-comportamental, terapia eletroconvulsiva, etc.), a maioria das

pessoas com depressão não recebe tratamento, o que é um desastre para a saúde pública.

Por que não recebem tratamento?

A depressão é, em geral, resultado de uma vulnerabilidade genética desencadeada por circunstâncias externas. Podemos supor que a vulnerabilidade atinja todas as classes sociais – e, em seguida, perceber que a experiência dos pobres é mais estressante e, portanto, deve levar a uma maior taxa de depressão. A questão é que pessoas com uma vida confortável que se sentem arrasadas o tempo todo tendem a perceber a estranheza desse sentimento e procuram tratamento. Já os pobres acham que o que sentem é compatível com suas vidas, e não lhes ocorre que estejam deprimidos. Muitas vezes, nem estão deprimidos por causa de problemas externos, mas a depressão os desvitaliza de tal forma que os impede de melhorar de vida.

Não externar fragilidades também pode dificultar o diagnóstico? Vivemos em uma sociedade que não suporta lamúrias?

Não acho que o lamento tenha alguma vez sido popular. Como um amigo meu disse certa vez, “autopiedade não dá bilheteria”. Mas acho que devemos fazer uma distinção entre choramingar num encontro social e identificar a depressão num quadro clínico. Depressão é uma experiência de dor intensa, por vezes tão intensa que a única opção parece ser o suicídio. Buscar tratamento para essa dor é a coisa sensata a fazer. Manter-se em silêncio não traz benefício a ninguém.

A vida virtual e a fragilidade nas relações sociais e familiares podem aumentar o sentimento de vazio existencial?

Sem dúvida. Seres humanos precisam interagir com outros seres humanos; quando interagem principalmente com uma tela de computador ou com um aparelho de televisão, tornam-se alienados e descontentes. A depressão é uma doença da solidão, e aqueles com relações familiares frágeis partem de um lugar ainda mais solitário.

Muitas vezes, as pessoas que estão deprimidas acham a interação humana estressante, e se isolam. É importante lembrar que exigir reação de uma pessoa muito deprimida pode exacerbar a doença. Mas fazê-la perceber quão realmente é amada é essencial na sua recuperação.

Há muito charlatanismo nos tratamentos?

Há um charlatanismo sem fim. Mas, às vezes o charlatanismo funciona. Se você tem câncer no cérebro e alguém disser que ficará melhor se plantar bananeira por 20 minutos toda manhã, você continuará com o câncer no cérebro e provavelmente morrerá com ele. Mas se você tem depressão, alguém disser o mesmo e você se sentir melhor com essa prática, então de fato está melhor naquele momento: afinal, a depressão é uma doença do sentir. Fazendo essa ressalva, acho perigoso perseguir tratamentos alternativos e adiar os comprovados, porque, quanto mais tempo procrastinar o tratamento da depressão, pior ela vai ficar. E tudo que se quer é dar a volta por cima o quanto antes. Há pessoas que toma medicamentos de que não precisam, e há pessoas que não recebem a medicação necessária. Estou mais preocupado com os da segunda categoria, mas ambos são problemas.

O gatilho para a depressão é necessariamente negativo?

O gatilho é geralmente uma forma de estresse, e eventos positivos podem ser tão estressantes quanto os negativos. Uma interrupção de estabilidade, uma ruptura do *status quo*, tudo isso pode levar à depressão. Algumas pessoas ficam deprimidas quando mudam de emprego, mesmo que quisessem fazê-lo. O mesmo acontece quando algumas se casam ou têm filhos.

Como lidar com a possibilidade de um novo colapso?

A depressão é uma doença cíclica, e a maioria das pessoas que teve um episódio terá outro. A primeira coisa é saber disso e estar preparado. A segunda é certificar-se de que você tem um bom tratamento. Eu, por exemplo, tomarei medicação e farei terapia o resto da vida. Mas, além disso, conheço os sinais de alerta e tento ser sensível a eles. Quando começo a me sentir mal, volto a ser

rigoroso com meus horários de sono, com os exercícios, com tensões desnecessárias. É importante planejar essas estratégias enquanto você está se sentindo bem, caso a depressão volte a bater à porta. Às vezes, com terapia e medicação, é possível evitar uma recaída, mas muitas vezes não é. Quase sempre é possível, no entanto, que as recaídas sejam menos frequentes e profundas.

A depressão varia de cultura para cultura?

Na essência, é a mesma. Eu me propus a quebrar a ideia de depressão como uma doença da modernidade ocidental e de classe média, demonstrando que existe ao longo do tempo (Hipócrates fez uma das melhores descrições do distúrbio); que existe em todas as culturas (fui olhar a depressão entre os inuits da Groenlândia, entre os sobreviventes do Khmer Vermelho no Camboja e examinar rituais tribais para tratar a doença na África Ocidental); e em todas as classes. A ansiedade aguda pode ter um foco diferente, por exemplo. Mas sua característica fundamental é surpreendentemente consistente.

No ano 2000, 815 mil pessoas tiraram a própria vida. No Brasil, tivemos um aumento de 30% na mortalidade por suicídio entre os mais jovens, homens especialmente, nas últimas duas décadas. Mas pouco se trata do tema. O tabu em torno do suicídio pode comprometer o diagnóstico da depressão, considerada uma de suas principais causas?

É verdade: quase todo suicídio é resultado da depressão. Algumas pessoas cometem suicídios racionais porque têm, por exemplo, uma doença terminal avançada e não querem morrer sentindo uma dor insuportável. Mas, em geral, o suicídio é o ponto final de uma depressão não tratada. A natureza epidêmica do suicídio é resultado da nossa falta de cuidado com a saúde mental, a visão corrente de que as doenças mentais não são doenças reais. Elas são doenças reais, e elas matam pessoas. Prevenção é um imperativo urgente para os governos e agências de serviços sociais. As pessoas podem ser resgatadas da beira do precipício.

A depressão cresce entre as crianças?

Sim, em parte pelas razões pelas quais está aumentando em toda a

REFLEXÕES VI

sociedade, mas também porque as crianças estão sob mais pressão, são mais superestimuladas, mais levadas a se movimentar de um lugar para o outro e de escola para escola. Isso acontece porque os pais estão ambos trabalhando fora e as crianças têm ficado com uma variedade de cuidadores que as amam menos que os pais. Isso acontece por causa do colapso da família.

No seu último livro, *Longe da Árvore*, o senhor conta histórias de pais que não apenas aprendem a lidar com seus filhos deficientes como acham um significado profundo em fazer isso, por que escolher esse tema?

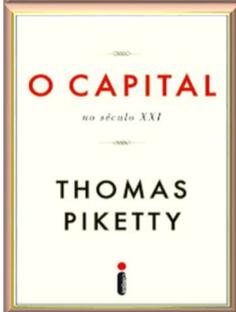
Eu sou o filho *gay* de pais heterossexuais, e sempre me impressionei com quão difícil era para a minha família me entender. Se compartilhássemos a mesma qualidade definidora de identidade, talvez fosse mais fácil. Tempos depois, numa missão jornalística, descobri que a maioria das crianças surdas nasce de pais que ouvem, e que elas se aproximam entre si na adolescência. Em seguida, um amigo de um amigo teve uma filha anã, e percebi que a maioria dos anões nasce de pais de estatura padrão. Enfim, constatei um padrão de pais que têm filhos profundamente diferentes deles, e vi que todas essas crianças tinham algo em comum, assim como essas famílias tinham semelhanças entre elas.

Quando se conhece a experiência de negociação entre pais e filhos tão diferentes, de repente se está falando da maioria da humanidade. Nossas diferenças nos unem. Eu queria escrever um livro não sobre o sofrimento, mas sobre o amor – sobre quantos tipos de amor podem prosperar mesmo quando as circunstâncias parecem se armar contra eles. ●

Andrew Solomon: escritor americano, autor de *O Demônio do Meio-Dia*.
Artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 15 de setembro de 2013

É possível corrigir o rumo

Thomas Piketty



O economista francês que se tornou célebre com um livro sobre a desigualdade diz que os governos têm de agir para diminuir o abismo entre pobres e ricos, mas não prega a revolução

Desde os tempos do britânico John Maynard Keynes, um dos maiores pensadores econômicos do século XX, o trabalho de um economista não despertava debates tão acirrados quanto *O Capital no Século XXI*, do francês Thomas Piketty. O livro traz um apanhado histórico da evolução da riqueza e da desigualdade nas sociedades capitalistas e propõe remédios para os males que enxerga – como a adoção de um imposto progressivo de até 80% sobre o patrimônio dos mais ricos. Piketty rapidamente se tornou vedete de ganhadores do Nobel alinhados à esquerda, como Paul Krugman e Joseph Stiglitz, mas também viu a consistência dos dados que

embasam seu livro ser duramente contestada – por exemplo, numa longa investigação do jornal britânico *Financial Times*. Em entrevista a *Veja* concedida em seu escritório na Escola de Economia de Paris, onde leciona, Piketty defendeu sua pesquisa e procurou se dissociar de qualquer campo político.

O senhor dedicou toda a sua carreira à pesquisa sobre a desigualdade. Por que o tema o atrai tanto?

A divisão da riqueza sempre foi um tema central para a política e a economia. Contudo, minha motivação foi perceber que um tema tão interessante tinha tão poucos dados disponíveis para pesquisa. Pouquíssimas pessoas estudaram a desigualdade do ponto de vista

histórico. O debate sempre existiu, mas sem muitos dados que o embasassem. Ninguém havia feito uma pesquisa completa nos arquivos fiscais de diferentes países para analisar a evolução da desigualdade no mundo, por exemplo. Parecia ser um trabalho histórico demais para os economistas e econômico demais para os historiadores. A originalidade da minha pesquisa está justamente em juntar essas perspectivas e contar a história desse dinheiro ao longo dos últimos séculos. Fui beneficiado por pertencer a uma geração que tem acesso mais fácil aos dados devido à tecnologia e que não é movida necessariamente pela ideologia.

No tom e nas propostas, como a de taxação da riqueza, semelhante à encampada pelo presidente francês François Hollande há algum tempo, o senhor parece bastante alinhado com o socialismo francês.

Faço parte de uma geração pós-Guerra Fria. Tinha 18 anos quando o Muro de Berlim caiu. Nunca fui tentado pelo comunismo. Durante a Guerra Fria era difícil avançar no debate sobre o tema, porque havia um embate político muito forte entre os dois blocos. O recuo temporal de hoje, aliado aos dados mais acessíveis, nos permite retomar este que foi um dos grandes debates do século XIX, a saber, o debate sobre a desigualdade no capitalismo.

O senhor acredita que o capitalismo é um sistema que precisa ser superado?

Eu acredito no capitalismo, no livre mercado e na propriedade privada, não apenas como origem de eficácia e crescimento, mas também como elemento de liberdade individual. Sou muito positivo quanto a isso. Mas vejo que há um risco se não mostrarmos que existem formas de repartir os ganhos da globalização de maneiras mais equilibradas. Para que o processo virtuoso do capitalismo continue, é preciso que todos se beneficiem. Caso contrário, surgem tentações como as que assombram a Europa de hoje.

Quando não conseguimos resolver nossos problemas domésticos e sociais, procuramos um culpado, que pode ser o imigrante, a Alemanha, a China, o Brasil.

O jornal britânico Financial Times publicou uma reportagem que contradiz a base de sua pesquisa histórica, que é justamente o aumento da desigualdade desde 1970. Sua base de dados é inconsistente?

De forma alguma. Serei bem claro sobre isso. Não há nenhum erro na minha pesquisa. É claro que ela pode ser melhorada. É por isso que tudo foi colocado na *internet*. Mas o ponto é que as pequenas correções feitas pelo Financial Times, com as quais eu não concordo, têm impacto mínimo no resultado geral. No caso dos dados sobre o aumento da desigualdade nos Estados Unidos, a pesquisa mais recente dos economistas Emmanuel Saez e Gabriel Zucman, da Universidade da Califórnia, reforça meu estudo. No caso da Grã-Bretanha, outro foco de críticas do jornal, é óbvio que pesquisas que são baseadas em declarações entregues pelos próprios contribuintes não mostram um quadro fiel sobre o aumento da renda em nenhum lugar do mundo, ao contrário do que afirma o jornal. É um fato: todos os *rankings* de riqueza indicam que os mais ricos estão cada vez mais ricos, e cada vez mais rápido. O que não é errado. É apenas um fato que o jornal quer ignorar. Eu acho que eles estão com medo do meu livro, mas deveriam estar com medo do aumento da desigualdade.

O senhor discorda de que o crescimento econômico, e não as medidas redistributivas criadas por lei, seja a ferramenta primordial para melhorar a vida das pessoas?

De forma alguma acredito que o crescimento da riqueza seja algo inútil. Para os países emergentes, como o Brasil, o crescimento é a chave do desenvolvimento e da melhora da qualidade de vida. Ele é fundamental, mas não suficiente. É preciso refletir sobre a desigualdade. O que observamos nos países ricos é que a riqueza do topo da pirâmide, ou seja, da parcela de 1% da população, avança três vezes mais rápido que o crescimento do produto interno bruto (PIB). E isso, eventualmente, vai acontecer com os emergentes também. Até onde isso irá? Eu não sei. Não posso ter certeza das taxas de crescimento econômico dos anos que virão. Se os países ricos conseguirem crescer mais de 4% ao ano, por exemplo, a desigualdade tende a se equilibrar. Mas não há evidências de que

REFLEXÕES VI

isso deva ocorrer. Então é melhor termos outros planos caso esta taxa de crescimento não ocorra.

O que eu digo no livro é que será preciso transparência sobre a renda e a riqueza dos indivíduos. Isso servirá para que possamos produzir informações sobre a evolução do nível de renda e do patrimônio, e, em consequência, fortalecer nossa democracia, para que ela disponha de mais dados sobre ela mesma.

A base para sua tese sobre a desigualdade é a relação $r > g$, segundo a qual a renda sobre o capital (r) é sempre maior que o crescimento econômico (g). Por que, para sua tese, é tão vital relacionar essas duas variáveis, uma microeconômica e outra macro?

São duas variáveis certamente de natureza distinta. Mas a comparação entre r e g é importante, porque uma diferença muito grande entre elas significa que a desigualdade inicial de riqueza tende a se ampliar a ponto de ameaçar a estabilidade em muitos países. A ideia de comparar essas duas variáveis não é novidade. Quando se abre um romance do francês Balzac, que viveu na primeira metade do século XIX, um período de crescimento nulo e retorno sobre o capital de 4% a 5% ao ano, essa preocupação está muito clara. Essa relação é, inclusive, a base da sociedade tradicional, pois permite que um grande proprietário viva da renda de seu patrimônio.

Um ponto crucial do livro é mostrar que a industrialização não mudou fundamentalmente essa dinâmica. Mesmo que tenhamos passado de um mundo de crescimento zero para um mundo de crescimento positivo, em longo prazo a produtividade não se mostrou tão alta assim, foi de 1% ou 2% ao ano. Uma taxa de crescimento de 4% só é possível para países ainda em desenvolvimento. Em países que já estão na dianteira do avanço tecnológico, um crescimento de 4% ao ano parece improvável. Seria necessário um salto inaudito de produtividade. Ou talvez um choque, como uma guerra mundial que leve a um longo processo de reconstrução.

Suponho que não queiramos isso. Em vez de depender de um

milagre de crescimento, deveríamos nos acostumar a viver com um crescimento positivo, mas limitado e pensar no que mais somos capazes de fazer.

O senhor propõe uma taxaçoão progressiva de até 80%. O Estado já não abocanha uma fatia grande demais da riqueza produzida por empresas e indivíduos?

Certamente. Por isso, minha proposta para a Europa é, na verdade, reduzir os impostos para a classe média e aumenta-los para os maiores patrimônios.

O problema na Europa é que a concorrência fiscal entre os países faz com que as grandes empresas paguem muito pouco imposto em comparação às pequenas e médias. Por outro lado, aumentam-se as taxas sobre os salários, ou o IVA, que é o imposto sobre o consumo. Então, o problema não é aumentar os impostos, e sim reparti-los melhor. Por exemplo, o principal tributo sobre o patrimônio nos Estados Unidos e na Europa é o imposto proporcional sobre o valor dos imóveis. Eu não proponho aumentá-lo, mas transformá-lo num imposto progressivo sobre o patrimônio líquido. Se um indivíduo tem um apartamento que vale 300.000 euros, mas foi financiado em 290.000 euros, sua riqueza líquida sobre esse bem é de 10.000 euros. Hoje, esse indivíduo paga o mesmo imposto que aquele que não tem financiamento, herdou seu apartamento ou tem várias casas e uma ampla carteira de investimentos. Eu proponho mudar essa lógica.

Para aumentar tributos, é preciso que a população confie no Estado como gestor. Como essa proposta se sustenta se essa confiança está cada vez menor?

Tem razão. Uma das complicações nos países ricos é que, ao mesmo tempo em que há um questionamento sobre a desregulamentação, há um questionamento sobre o papel do Estado. A desconfiança é totalmente justificável. Nos países ricos hoje, quando temos 40% ou 50% do PIB em carga tributária, não dá para aumentar mais. Mas há outras formas de perseguir o mesmo objetivo. Uma delas é permitir um pouco de inflação, o que traz riscos enormes. A outra é pôr em prática o imposto progressivo sobre o patrimônio, que

atinge de forma concentrada a camada mais alta da população e, ao mesmo tempo, protege a classe média.

Medidas como essa não desencorajam o empreendedorismo? Por que se arriscar em um empreendimento quando se sabe de antemão que seus frutos serão duramente taxados?

Não se trata de “cortar a cabeça” dos ricos ou interditar o enriquecimento. É crucial que um país tenha empreendedores, ricos, classe média e pobres. Não há nenhum problema nisso. Mas precisamos assegurar que a riqueza dos diferentes grupos cresça num ritmo minimamente coerente. Não precisa ser exatamente no mesmo ritmo, mas, se a riqueza das classes mais altas cresce três ou quatro vezes mais que as outras, há um desequilíbrio.

É preciso que as instituições democráticas e fiscais ajudem a retomar o equilíbrio desse crescimento. Mas a taxação não é a única saída. A meu ver, aliás, a educação é e continuará sendo a maior força de redução da desigualdade.

O senhor trata executivos com altos salários como vilões da desigualdade. Salários altos são pagos para atrair gente capaz e talentosa. Há algo errado com a meritocracia?

As desigualdades salariais são fundadas na lógica do mérito e da produtividade. O problema é que o aumento dos salários dos grandes executivos pode ser justificado por muitos indicadores, menos pelas estatísticas de produtividade das empresas. Nos Estados Unidos, quando se comparam empresas que pagam a seus executivos 10 ou 50 milhões de salário anual com empresas que pagam muito menos, não se verifica que as empresas que pagam mais bônus cresceram mais. Então, esse discurso precisa ser visto com cautela. Mas é certo que a meritocracia é melhor que os sistemas do passado. Ela permite que as pessoas consigam construir um patrimônio sem que tenham sido beneficiadas por uma herança. O problema é que o ideal da meritocracia foi, em muitos casos, deturpado.

O Brasil dificulta o acesso a dados e ficou fora de sua

pesquisa. Algo mudou depois da publicação do livro?

O Brasil foi o país em que tivemos mais dificuldades, e, por enquanto, continuamos sem dados significativos. É uma pena, porque foi um dos países que mais conseguiram, nos últimos anos, conciliar crescimento e redistribuição de renda. Mas as conversas avançam. Não se pode ter medo da transparência, da democracia. Espero, em breve, ter o Brasil em nossa base de dados. ●

Thomas Piketty: economista e professor.

Artigo publicado na revista *Veja* no dia 11 de junho de 2014

Piketty e a espiral da desigualdade

Francisco Lopes



O livro de Thomas Piketty tem o grande mérito de se apoiar em ampla base de dados, apresentando seus resultados de forma muito engenhosa

Dizem que todo problema complexo admite uma solução simples e errada. É o que parece acontecer no badalado livro de Thomas Piketty. Trata-se de uma história da distribuição de renda e riqueza nos últimos 300 anos, com foco na Europa e nos Estados

Unidos. Tem o grande mérito de se apoiar em ampla base de dados, apresentando seus resultados de forma muito engenhosa em um texto salpicado de gráficos, com uso mínimo de tabelas e incluindo deliciosas referências de literatura e crônica social.

Isto por si só já seria suficiente para assegurar o mérito dessa contribuição acadêmica, mas Piketty é mais ambicioso. Pretende elucidar de forma simples toda a dinâmica da distribuição da riqueza na economia capitalista, o que lhe permitirá não apenas explicar o que aconteceu no último par de séculos como também projetar uma espiral de desigualdade que acontecerá inexoravelmente neste século se não for adotado algum esquema de taxaço da riqueza.

O argumento central de Piketty está baseado em duas ideias surpreendentemente simples. A primeira é que a desigualdade de riqueza entre pessoas está diretamente relacionada à relação capital-produto, que é a razão entre o valor total do estoque de bens de produção (incluindo máquinas, equipamentos e bens imóveis) e o PIB. A propriedade da riqueza está sempre concentrada em uma pequena parcela da população, já que a grande maioria consegue obter apenas renda suficiente para viver, sobrando pouco para acumulação de patrimônio. Logo, se o estoque de capital aumenta

REFLEXÕES VI

relativamente ao PIB, a riqueza dos proprietários do capital (e de seus descendentes, num regime legal de transmissão hereditária) aumenta em relação ao resto da população.

Essa ideia de que a desigualdade de riqueza entre pessoas pode ser associada à relação capital-produto é sem dúvida uma contribuição interessante ao estudo da macroeconomia em longo prazo. Todo estudante avançado de economia passou pelo exercício de analisar diferentes trajetórias de crescimento no modelo de Solow para entender como o incentivo à poupança e o progresso tecnológico podem alterar o uso relativo de capital e trabalho e a relação capital-produto em longo prazo. Raramente, porém, houve a preocupação de notar que a escolha de determinada trajetória pode ter também implicações para o nível de desigualdade entre pessoas.

A segunda ideia simples de Piketty explica a evolução da relação capital-produto. A taxa de retorno anual do capital mede o valor dos lucros, dividendos, pagamentos de juros, aluguéis e outras modalidades de renda do capital como porcentagem do valor total do capital. Essa taxa, mesmo após correção para impostos e perdas de capital, tem historicamente permanecido na faixa de 3 a 5% ao ano. Houve uma queda importante em 1913-1950, como consequência das duas guerras mundiais e da Grande Depressão, mas nos últimos 50 anos ela já caminha de volta a um padrão normal, superior a 3%. Aliás, para Piketty, a queda da primeira metade do século XX é a principal explicação para a redução da desigualdade de riqueza observada no período, um fenômeno meramente transitório que Kuznets erroneamente interpretou como uma saudável tendência estrutural à menor desigualdade.

Piketty é ambicioso: pretende elucidar de forma simples toda a dinâmica da distribuição da riqueza na economia capitalista.

Considere-se, por outro lado, a taxa de crescimento do PIB mundial, que historicamente se situou abaixo de 2% ao ano, apesar de ter alcançado um ritmo atipicamente elevado, superior a 3%, nos últimos 50 anos. Isto foi principalmente resultado da contribuição dos emergentes. Para o século XXI, com a redução no crescimento da população, parece razoável projetar um retorno ao padrão

REFLEXÕES VI

histórico inferior a 2% ao ano, particularmente a partir de 2050. Fica então configurado o que Piketty proclama como "a contradição estrutural fundamental" do capitalismo: o fato de que a taxa de retorno do capital r tende a ser superior à taxa de crescimento do PIB g . Essa denominada desigualdade fundamental (r maior que g) é a base de suas conclusões. Se a taxa de retorno do capital supera a taxa de crescimento do PIB de forma consistente e significativa, a relação capital-produto tende a subir em longo do tempo, aumentando a desigualdade da riqueza e fazendo com que sua transmissão por meio de heranças venha eventualmente a se tornar mais importante que a acumulação via renda do trabalho ou empreendedorismo. Nesse caso, o capitalismo gerará "automaticamente" desigualdades arbitrárias e insustentáveis e reduzindo a mobilidade social de forma "incompatível com os princípios de justiça social fundamentais para sociedades democráticas modernas".

É impressionante e sedutor ver como uma formulação teórica tão simples pode produzir resultados tão contundentes. O problema é que está errada, ou, pelo menos, muito incompleta. Ao enfatizar essa desigualdade fundamental, Piketty na realidade induz seu leitor a um pensamento contaminado por uma falácia de composição, o equívoco de supor que algo válido para um indivíduo isolado pode ser automaticamente generalizado para a sociedade como um todo.

É claro que qualquer indivíduo pode fazer sua riqueza crescer ao longo do tempo a uma velocidade próxima à taxa de retorno do capital, bastando para isso que seu gasto de consumo seja uma parte insignificante de sua renda e que a maior parte dela seja direcionada à compra de ativos financeiros. Isso, porém, não significa que a velocidade de crescimento do estoque de capital será automaticamente igual à taxa de retorno. A acumulação de capital pela sociedade é um processo muito mais complicado, envolvendo múltiplas decisões de poupança e investimento e bem diferente do caso do indivíduo isolado.

É interessante notar que a formulação correta e completa da dinâmica da relação capital-produto está explicitamente derivada no apêndice técnico ao capítulo 5 (só disponível na *internet*),

REFLEXÕES VI

mostrando que a relação tende a aumentar quando a poupança total da economia medida como porcentual do PIB (a taxa de poupança) supera a taxa de crescimento do PIB multiplicada pela própria relação capital-produto.

Por exemplo, se o crescimento do PIB é de 2% ao ano e a relação capital-produto é igual a 5, a taxa de poupança que mantém constante a relação capital-produto é igual a 10%. Se for superior a isso, a relação aumentará. Pode-se demonstrar que a desigualdade fundamental tão intensamente esgrimida por Piketty é na realidade um caso particular dessa formulação geral, válida somente com as hipóteses irrealistas de que a renda do capital é integralmente poupada e a renda do trabalho integralmente consumida.

Ao enfatizar uma desigualdade fundamental, Piketty induz a um pensamento contaminado por uma falácia de composição. O livro utiliza a formulação correta para derivar o que denomina de segunda lei fundamental do capitalismo: a relação capital-produto no equilíbrio em longo prazo é igual à taxa de poupança dividida pela taxa de crescimento do PIB.

Esse resultado importante, que não depende da sua desigualdade fundamental (do r maior que g), recebe bem menos ênfase no livro. Ainda assim, lhe permite concluir corretamente que um país que poupa muito e cresce lentamente tende a acumular em longo prazo um grande estoque de capital em relação ao seu PIB, o que poderá ter "efeito significativo sobre a estrutura social e a distribuição da riqueza".

Ou não? Porque o problema agora é entender por que um país com pouco crescimento continuará gerando uma elevada taxa de poupança indefinidamente. Se notarmos que grande parte da poupança é realizada por meio de lucros retidos das empresas e que elas só decidem reter lucro quando planejam realizar investimentos para crescer, fica evidente que um cenário de baixo crescimento será também provavelmente um cenário de baixa taxa de poupança (como, aliás, já ocorre nas economias maduras da Europa e Estados Unidos).

Por outro lado, uma grande abundância de poupança na economia

REFLEXÕES VI

vis-à-vis suas necessidades de investimento também deverá reduzir a taxa de retorno do capital e, indiretamente, a taxa de poupança.

Ao focar sua discussão num caso particular que realça o papel da taxa de retorno do capital, Piketty efetivamente nos induz a considerar que essa variável tem o poder de explicar toda a dinâmica da desigualdade, ignorando o fato de que a taxa de poupança é afetada por uma série de outros fatores.

Induz também à conclusão de que uma espiral de desigualdade será inevitável se não adotarmos um esquema de taxaçoão confiscatória sobre a riqueza. Na verdade, porém, a análise de Piketty, a despeito do admirável trabalho de história quantitativa, não é suficiente para sustentar essas conclusões. ●

Francisco Lopes: ex-presidente do Banco Central e, hoje, é sócio na Macrodados Sistemas Gerenciais. Tem formação em Harvard e Fundação Getúlio Vargas. Artigo publicado no jornal Valor Econômico no dia 27 de maio de 2014

Capital in the Twenty-First Century

Pascal-Emmanuel Gobry



Certo em algumas coisas, errado em outras, Piketty está longe de ser radical.

O livro do economista francês Thomas Piketty, *O Capital no Século XXI*, está dando bastante o que falar. O economista americano Paul Krugman, num artigo na revista *New York Review of Books*, descreveu o livro como um "chamado às armas" para aqueles que desejam "limitar o poder crescente da riqueza herdada". Já os analistas conservadores dos Estados Unidos criticaram o "marxismo brando" de Piketty (nas palavras de James Pethokoukis, do Instituto Americano para o Empreendimento, AEI) e a alusão óbvia, no título do livro, à própria obra de Marx: *O Capital*.

Em mais de 600 páginas repletas de dados, Piketty argumenta que o capitalismo cria um círculo vicioso de desigualdade porque a taxa de retorno sobre os ativos é maior, em longo prazo, que o crescimento econômico em geral. Essa divergência, diz ele, ameaça transformar a sociedade moderna numa ordem neofeudal – um cenário que ele gostaria de evitar por meio da imposição de um imposto mundial sobre a riqueza (e não sobre a renda).

O quão radical é Piketty? Na verdade, não muito. Com seu sotaque, erudição fácil, camisa desabotoada e um cabelo preto e espesso, ele é o protótipo do intelectual francês, mas nem todo intelectual francês é um radical. Marxistas bem-intencionados ainda perambulam pela França e é difícil tomar o educado Piketty por alguém dessa classe. Talvez seja por isso que ele não esteja causando tanta agitação no debate público na França como nos EUA e outros países.

Piketty é um intelectual público bastante conhecido na França. Ele escreve uma coluna no jornal de inclinação esquerdista *Libération* e

REFLEXÕES VI

foi um alto assessor econômico da candidata a presidente Ségolène Royal, nas eleições de 2007.

Mas o livro dele não é um fenômeno em Paris. Na verdade, a maioria das notícias sobre a obra fala mais do sucesso inesperado que teve no resto do mundo. A razão para essa diferença de impacto é bem simples. O que alimenta as discussões e as vendas é a polêmica. E a ideia de que o capitalismo produz uma desigualdade cada vez maior e corrói os fundamentos da ordem social é controversa nos EUA, mas, na França, é justamente o oposto: um dogma religioso. No fim das contas, ninguém consegue ser profeta na sua própria terra.

Há provavelmente outra razão pela qual Piketty não é tão influente na França como poderia. Ele é um pensador sério. A França é considerada singular por seu amor aos intelectuais públicos, mas talvez seja mais correto dizer que, no fundo, trata-se de um amor pelo amor aos intelectuais públicos. Na verdade, vários dos intelectuais franceses mais proeminentes de hoje são superficiais e costumam falar sobre coisas que conhecem muito pouco.

Na França, muitos economistas famosos vendem livros e aparecem em programas de entrevistas na televisão. O que a maioria tem em comum é não ter um diploma em economia ou não ter nenhum trabalho econômico analisado por colegas. Eu mesmo não sou economista – mas já fui apresentado como um num programa de notícias na França.

Piketty, por sua vez, é um notável economista acadêmico, o que, na França, prejudica sua credibilidade como economista. Não deixa de ser um cômico lembrete das diferenças entre a França e EUA o fato que, embora as ideias de Piketty o coloquem à esquerda do espectro político americano, na França ele às vezes soa como um conservador. Ele se opôs à última medida do governo socialista francês, as famosas 35 horas de trabalho por semana, e defendeu cortes nos impostos trabalhistas. No fundo, Piketty continua sendo um personagem muito comum no debate político atual: um economista neoliberal que vê muitas virtudes nas forças do

REFLEXÕES VI

mercado, mas é a favor de uma redistribuição promovida pelo governo que alivie um pouco os excessos do mercado.

Nos círculos parisienses, dizem que Piketty despreza o presidente socialista François Hollande e o vê como um mero oportunista. Alguns dizem à boca pequena que a inimizade se deve às relações supostamente tensas entre Hollande e sua ministra da Cultura, Aurélie Filippetti, que já foi namorada de Piketty. No mundo bizantino¹ do Partido Socialista francês, intrigas e sexo quase sempre andam de mãos dadas.

Alguns no pequeno círculo dos economistas respeitados da França dizem que Piketty pode ser mais bem compreendido por intermédio de sua história pessoal. Ele vem de uma família da classe trabalhadora. Seus pais foram membros ativos do radical partido trotskista Lutte Ouvrière (Luta dos Trabalhadores). Após concluir o ensino médio numa escola pública, aos 16 anos, ele foi aceito na Ecole Normale Supérieure, a mais seletiva das superseletivas grandes faculdades francesas. Ele terminou o doutorado aos 22 anos, tendo recebido um prêmio da Associação Francesa de Economia pela melhor tese do ano. O tema: a redistribuição da riqueza.

Em suma, Piketty é algo cada vez mais raro: um produto puro da meritocracia francesa, um jovem da classe trabalhadora que frequentou escola pública, conseguiu entrar numa faculdade de elite e acabou numa área prestigiada do serviço público (ele cofundou e liderou a Escola de Economia de Paris). Esse é o modelo responsável por reviver a França no pós-guerra, mas que agora está em frangalhos.

Não há dúvida que, à medida que Piketty galgou a hierarquia da elite francesa, ele não pôde deixar de notar que a maioria das pessoas a seu redor tinha pais e avós (e, em muitos casos, avós dos avós dos avós) que haviam sido muito mais privilegiados que os seus. E, então, ele começou a tentar juntar o que sua formação

¹ **Bizantino**: frívolo, inútil, pretensioso.

REFLEXÕES VI

cultural esquerdista havia lhe ensinado ao que encontrou nos modelos econômicos e descobertas empíricas.

Piketty está certo sobre algumas coisas e errado sobre outras, mas sua visão de mundo está longe de ser radical. Suas ideias poderiam ser abraçadas por alguém de direita insatisfeito com a desigualdade e receoso que as enormes diferenças na riqueza das pessoas, se não forem combatidas, possam comprometer a ordem social. De fato, em meio a todo o falatório sobre as ideias supostamente revolucionárias de Piketty, essa percepção conservadora poderia ser sua contribuição mais duradoura para o debate fora da França. ●

Pascal-Emmanuel Gobry: escritor, empresário e mora em Paris.

Artigo publicado no jornal **Valor Econômico** no dia 27 de maio de 2014

Diferenças de renda e ação pública

Carlos Eduardo Soares Gonçalves



Não serei o milésimo economista a sumariar o livro do Piketty (que, aliás, recomendo fortemente). Assim, mesmo que você já esteja cansado da polêmica em torno do livro, pode continuar lendo tranquilamente meu artigo. Começo perguntando ao prezado leitor: desigualdade é ruim? Qual desigualdade?

Imagine um mundo novo, nada admirável, no qual toda produção fosse colocada numa cesta bem grande e distribuída igualmente entre todas as pessoas da sociedade. Um mundo de desigualdade zero. Nirvana econômico?

Antes de responder, permita-me relembrar um dos mais importantes lemas da teoria econômica: as pessoas reagem a incentivos. Um mundo no qual tudo o que você produz vai para uma cesta comum é um mundo de taxaço máxima, de impostos 100%. Quais são seus incentivos para produzir, se esforçar, se educar, tornar-se um funcionário melhor, etc., se você entrega para a sociedade todos os frutos do seu trabalho?

Baixíssimos.

Se nada do que você planta lhe pertence, melhor ficar em casa dormindo, ou, se não der, fingir que se esforça e receber depois sua parcela equânime da tal cesta. Claro, todos pensando assim, adivinhe só o que acontece com a produção. Ela despenca; a divisão dos frutos é equânime, mas o problema é que vão ser poucos frutos.

Isso tudo, para dizer que políticas visando a eliminar a desigualdade de resultados finais levam a quedas continuadas da qualidade de vida do grupo como um todo. Note bem: não estou afirmando com isso que desigualdade seja algo bom, mas apenas que mirar diretamente na eliminação da desigualdade de resultados (uns

ganhando mais que outros) pode ser desastroso para a economia.

Feito esse ponto antipopulista, deixe-me dizer, sem rodeios, que desigualdade de oportunidades em níveis elevados é algo que faz mal para a sociedade, além de ser amoral, principalmente porque, em geral, muita desigualdade vem associada a muita pobreza.

E não precisamos sequer apelar a discursos éticos para fazer o ponto. Já pensou o leitor quanto de PIB é desperdiçado, ou melhor, nem sequer se materializa, porque pessoas pobres que dariam bons empresários não têm como abrir um negócio próprio por falta de capital inicial mínimo? E aquelas crianças com elevado potencial para virarem engenheiros, jornalistas, economistas, médicos, etc., e que nunca chegarão a sê-lo porque precisam vender chiclete no semáforo, não podendo se dar ao luxo de ficar em casa estudando? Ou por que, não se alimentando bem em casa, não têm condições mínimas de se concentrarem numa aula de matemática? (provavelmente, numa escola ruim, porque seus pais não têm como pagar uma escola privada boa e grande parte das públicas deixa a desejar).

As condições iniciais das pessoas podem diferir muito, essa sendo a realidade em diversos países, como o Brasil. Isso condena um grupo à pobreza quase perpétua, e adicionalmente impede que o PIB seja mais elevado. Nesses locais, é absurda a tese conservadora de que a situação do pobre deriva de insuficiente esforço individual para deixar tal condição. O maior determinante do seu futuro é onde ele nasce, sua condição inicial; e sobre isso, parece-me, ele não tem escolha.

Em artigo anterior, falei de crises financeiras. Veja a ironia: se os mercados de crédito nos países com alta desigualdade funcionassem perfeitamente, ou quase, essas condições iniciais piores de que falo aqui não seriam obstáculo tão grave. É verdade que filhos de pais com baixo capital humano terão sempre mais dificuldade de se desenvolverem intelectualmente, mas, ao menos, com mercados de crédito de boa qualidade, os pobres teriam como tomar recursos emprestados, seja para montar seus negócios, seja para colocar seus filhos em escolas melhores. Como sabemos, porém, a coisa não

REFLEXÕES VI

funciona bem assim: o crédito tende a ir para quem menos dele precisa, ou seja, para os inicialmente mais bem posicionados (que são aqueles que têm mais capacidade de oferecer garantias). E o microcrédito? Ajuda, mas não faz milagre. Em resumo, a pobreza inicial tem uma capacidade de se perpetuar que é muito forte, trazendo na sua esteira grandes desperdícios de talento, tensão social e prejuízo ao desenvolvimento da economia.

Desigualdade alta também abre espaço para apoio popular a políticos de viés oportunista, paladinos de políticas tolas sob uma perspectiva em longo prazo, mas que podem beneficiar, inicialmente, os mais pobres (controle de preços, expropriação do capital, por exemplo). Num plano mais geral, ter gente muito pobre e gente muito rica num mesmo país enfraquece as ligações que formam o enroscado tecido social, gerando tensões que podem desaguar em conflitos internos, violência e criminalidade, e até ingovernabilidade.

Não é à toa que a evidência empírica indica uma associação negativa entre desigualdade e crescimento. A resposta à pergunta do início é, portanto, um sonoro "sim": muita desigualdade prejudica o crescimento e gera externalidades negativas (crime, votação em políticos populistas). Daí a necessidade de políticas contra a desigualdade. Com foco em quê? Nas crianças, claro, que têm toda uma trajetória de vida pela frente, tornando o *pay-off*² de investimentos no capital humano delas muito mais elevado do que em outros grupos etários. Como financiar isso? Reduzindo outras modalidades de gastos, como pensões, por exemplo, e tornando a estrutura tributária mais progressiva: mais imposto de renda e menos impostos indiretos.

Vejamos se, com o experimento abaixo, eu consigo convencer os conservadores renitentes...

Imagine-se num estado pré-existencial, no qual ainda não foi decidido seu local de nascimento: uma cidade pobre do interior de

² ***Pay-off***: o resultado de qualquer investimento.

REFLEXÕES VI

Sergipe, ou numa família abastada em São Paulo.

Conversando com outro ser nesse estado pré-existencial, sentados você e ele numa mesma nuvem, trocando ideias e discutindo possíveis cenários pós-nascimento, você e seu vizinho espiritual teriam fortes incentivos para assinar um contrato de seguro do seguinte tipo: "Se você nascer naquela família do professor da USP e eu na do catador de cana, você me transfere parte da sua renda? E, claro, no caso contrário de ser eu a começar a vida melhor posicionado, faça a você a transferência que vai pagar pela sua escola. Topa?"

Claro que topa. Esse é um contrato de seguro que, sob o véu da ignorância, todos querariam assinar, pelo simples motivo de ser o cenário adverso, muito adverso, muito pior do que ter um carro roubado, por exemplo. Na ausência desse mercado, contudo (nunca ouvi falar dele), caberá ao governo tentar mitigar³ as grandes diferenças determinadas por condições iniciais tão díspares, via programas de distribuição de renda que aumentem as possibilidades dos desafortunados. O programa Bolsa Família, por exemplo, vai nessa direção; assim como investimentos em escola e saúde públicas.

O Bolsa Família tem a grande vantagem de ser condicional a, entre outras coisas, criança da família agraciada estar frequentando uma escola regularmente. Assim, não apenas atenua diferenças de renda presentes, ainda que apenas modestamente, mas contribui para que a desigualdade de renda da próxima geração seja menor. Já no que se refere à educação e saúde públicas, aí o buraco é mais embaixo. Isso, porque há ampla evidência de que não basta despejar mais dinheiro nessas áreas para aumentar a qualidade desses serviços. É preciso, sobretudo, mudar a governança interna do setor público, tornar mais eficiente a "função de produção" desses serviços essenciais para os mais pobres, assemelhando-a à do setor privado competitivo.

³ **Mitigar:** tornar(-se) mais brando, mais suave, menos intenso (ger. dor, sofrimento etc.); aliviar, suavizar, aplacar.

REFLEXÕES VI

Propor maior taxaço do capital é, entre aspas, fácil (no podia deixar de alfinetar o Piketty); difícil é aprovar no Brasil e em outros países em situação semelhante uma verdadeira reforma da administração pública que aumente a eficiência da saúde e educação públicas. ●

Carlos Eduardo Soares Gonçalves: professor titular de economia da FEA-USP e autor de *Economia Sem Truques e Sob a Lupa do Economista*.

Artigo publicado no jornal *Valor Econômico* no dia 6 de junho de 2014

Repensar a democracia

Dani Rodrik



Sob vários critérios, o mundo nunca foi tão democrático. Praticamente todos os governos defendem a democracia e os direitos humanos ou, ao menos, apregoam defendê-los. Embora nem todas as eleições sejam livres e justas, é raro ver manipulações eleitorais em grande escala e os dias em que apenas homens brancos ou ricos podiam votar pertencem a um passado distante. Pesquisas mundiais da Freedom House mostram um aumento constante na proporção de países considerados "livres" – tendência que o falecido cientista político Samuel Huntington, de Harvard, apelidou de terceira onda de democratização.

A disseminação das normas democráticas, a partir dos países avançados ocidentais para o resto do mundo, talvez tenha sido o benefício mais significativo da globalização. Nem tudo, no entanto, está bem com a democracia. Os governos democráticos de hoje apresentam desempenhos fracos e seu futuro continua bastante duvidoso.

Nos países avançados, a insatisfação com os governos decorre de sua incapacidade de apresentar políticas econômicas eficazes para o crescimento e inclusão. Em democracias mais novas no mundo em desenvolvimento, outra fonte de descontentamento é a falta de garantias às liberdades civis e políticas. Na Europa, a política econômica precisa de mais legitimidade democrática, não de menos. Em outras palavras, a Europa depara-se com a escolha entre mais união política ou menos união econômica. Enquanto adiar essa escolha, a democracia vai sofrer.

Uma democracia verdadeira, que combine o governo da maioria com o respeito aos direitos das minorias, requer dois grupos de instituições. Primeiramente, as instituições de representação, como

REFLEXÕES VI

os partidos políticos, os parlamentos e os sistemas eleitorais, que são necessários para evidenciar as preferências populares e transformá-las em ações políticas. Em segundo lugar, as democracias também exigem instituições de restrição, entre as quais um Judiciário e uma imprensa independentes, para proteger direitos fundamentais, como a liberdade de expressão, e evitar que governos abusem de seu poder. A representação sem restrição – eleições sem estado de direito – é receita para uma tirania da maioria.

Esse tipo de democracia – que muitos chamam de "democracia liberal" – apenas floresceu depois da emergência do Estado-nação e das revoltas e mobilizações populares produzidas pela Revolução Industrial. Portanto, não deveria ser surpresa que a crise da democracia liberal seja reflexo da pressão sob a qual o próprio Estado-nação se encontra. O ataque ao Estado-nação vem de baixo e de cima. A globalização econômica tolheu os instrumentos de política econômica nacional e enfraqueceu os mecanismos tradicionais de transferências e redistribuição que buscavam a inclusão social. Além disso, autoridades políticas muitas vezes se escondem atrás de pressões competitivas (reais ou imaginárias) que emanam da economia mundial para justificar sua falta de reação às exigências populares. Uma consequência foi a ascensão de grupos extremistas na Europa. Assim, movimentos separatistas regionais, como os da Catalunha e Escócia, contestam a legitimidade dos Estados-nações da forma como estão configurados e procuram desmembrar-se.

Em países em desenvolvimento é mais frequente que sejam as instituições de restrição as que deixam a desejar. Governos que chegam ao poder pelas urnas muitas vezes tornam-se corruptos e ávidos por mais poder. Replicam as práticas dos regimes elitistas que substituíram, coibindo a imprensa e as liberdades civis e castrando (ou capturando) o Judiciário. O resultado é que tem sido chamado de "democracia iliberal" ou "autoritarismo competitivo".

Venezuela, Turquia, Egito e Tailândia são os exemplos recentes mais conhecidos. Quando a democracia não corresponde ao esperado econômica ou politicamente, algumas pessoas voltam a

REFLEXÕES VI

atenção para soluções autoritárias. E, para muitos economistas, a abordagem preferida quase sempre é delegar a política econômica para corpos tecnocráticos de forma a insular-se⁴ da "loucura das massas".

Com seu banco central independente e regras fiscais, a União Europeia já andou muito por esse caminho. Na Índia, os empresários olham desejosamente para a China, querendo que seus líderes possam agir com a mesma determinação e ousadia – ou seja, de forma mais autocrática – para resolver o desafio das reformas no país. Em países como o Egito e a Tailândia, a intervenção militar é vista como uma necessidade temporária para pôr um fim à irresponsabilidade de seus líderes eleitos.

Essas respostas autocráticas, em última medida, são autodestrutivas, porque aprofundam o mal-estar democrático. Na Europa, a política econômica precisa de mais legitimidade democrática, não de menos. Isso pode ser alcançado com o fortalecimento das deliberações e das prestações de contas democráticas no âmbito da UE e com uma maior autonomia para os membros na definição de suas políticas econômicas. Em outras palavras, a Europa depara-se com a escolha entre mais união política ou menos união econômica. Enquanto adiar essa escolha, a democracia vai sofrer.

Nos países em desenvolvimento, a intervenção militar na política nacional corrói as perspectivas em longo prazo da democracia, porque impede o desenvolvimento da "cultura" necessária, como os hábitos de moderação e de concessões entre grupos civis concorrentes. Enquanto militares continuarem como o árbitro político derradeiro, esses grupos vão direcionar o foco de suas estratégias aos militares em vez de uns aos outros.

Instituições de restrição eficazes não são criadas da noite para o dia. Mas se houver riscos de que eu perca nas urnas e a oposição assuma o poder, essas instituições vão me proteger dos abusos dos outros

⁴ **Insular:** isolar (como em ilha).

REFLEXÕES VI

amanhã tanto quanto protegem os outros de meus abusos hoje.

Otimistas acreditam que as novas tecnologias e modos de governança vão resolver todos os problemas e acabar tornando as democracias centradas no Estado-nação tão dispensáveis quanto uma carroça. Pessimistas acreditam que democracias liberais de hoje não vão estar à altura dos desafios externos armados por estados iliberais como a China e a Rússia, que são guiados apenas pela completa *realpolitik*. Seja como for, para que a democracia tenha futuro, terá de ser repensada. ●

Dani Rodrik: professor de Ciências Sociais do Instituto de Estudos Avançados, Princeton, Nova Jersey, é autor de *The Globalization Paradox: Democracy and the Future of the World Economy*.

Artigo publicado no jornal *Valor Econômico* no dia 12 de junho de 2014

Os limites da globalização

Dani Rodrik



Rodrik: não há um modelo único para o desenvolvimento; cada país deverá escolher seus próprios rumos

O economista Dani Rodrik é um dos poucos que, tendo como base um quadro teórico neoclássico, usualmente utiliza robustas análises empíricas para chegar a conclusões nada ortodoxas. Autores do prefácio de *A Globalização Foi Longe Demais?*, livro de Rodrik que será lançado nos próximos dias em edição brasileira pela Editora Unesp, Glauco Arbix e Luís Caseiro, respectivamente presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e pesquisador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), mostram como essa característica é importante para se entender a obra do autor de origem turca, que cresceu em Istambul e fez carreira nos Estados Unidos.

Rodrik, de fato, navega tanto na ortodoxia quanto na heterodoxia. Talvez por isso seja complicado definir sua produção intelectual. Alguns economistas, ao analisar o que ele escreveu, preferem não colocá-lo ao lado dos heterodoxos, e outros o afastam do chamado *mainstream*⁵. "Apesar de ser um neoliberal de formação, Rodrik abriu caminho para que houvesse uma mescla com o pensamento heterodoxo", disse Arbix sobre o autor, em entrevista ao Valor. "Rodrik está no meio do caminho entre a ortodoxia e a heterodoxia", avalia Nelson Marconi, professor da Escola de Economia da FGV, em São Paulo. "Ele combina na sua análise

⁵ **Mainstream**: termo inglês que significa "corrente principal".

REFLEXÕES VI

alguns conceitos mais ortodoxos com diversos aspectos heterodoxos."

Ex-professor de economia política internacional na Universidade de Harvard, hoje no Instituto de Estudos Avançados da Escola de Ciências Sociais, cátedra Albert Hirschman, nos Estados Unidos, Rodrik é um dos economistas mais prestigiados e citados.

Desde o início de sua carreira, escreve sobre temas densos como globalização, crescimento e desenvolvimento econômico e economia política, estabelecendo certo diálogo entre ortodoxia e heterodoxia. Quando *A Globalização Foi Longe Demais?*, seu primeiro livro, foi publicado em 1997 (ele tinha 39 anos), economistas do *mainstream* entenderam que estava ali uma crítica à ortodoxia. Diziam que Rodrik dava, assim, argumentos ao outro lado. O Brasil precisa de um novo modelo de crescimento, mas não há como refazer a história e adotar um modelo asiático, afirma Dani Rodrik.

Nessa obra de estreia, Rodrik trata dos efeitos da globalização sobre as relações de trabalho e as instituições de bem-estar social dos países de industrialização avançada. Em seu entender, a globalização só pode ser bem-sucedida e sustentada se tomadas as medidas apropriadas de política interna que amortecem seu impacto sobre os grupos que acabam sendo adversamente afetados pela integração econômica mundial. Ao mesmo tempo, políticas internas também são necessárias para que todos os setores da sociedade possam tirar proveito dos benefícios da globalização.

Para Arbix e Caseiro, o livro de Rodrik, mesmo trazido ao Brasil 17 anos depois do lançamento, é interessante porque vários dos conflitos sociais causados pela globalização, identificados nos anos 1990, voltaram à tona com a crise de 2008. Além disso, acreditam que a análise de Rodrik contribui para o avivamento do debate sobre os desafios que muitos países hoje emergentes, como o Brasil, têm pela frente.

Em entrevista ao *Valor*, Rodrik retomou uma de suas principais teses: a de que a liberalização do fluxo de capitais (liberalização financeira), associada à globalização mais recente, "claramente complicou o gerenciamento macroeconômico", e isso aumentou a

REFLEXÕES VI

possibilidade de ocorrência de crises, sem que se tenham compensações significativas. "Os economistas em geral colocaram muita fé na abertura ao comércio e ao fluxo de capitais como um motor do crescimento econômico", afirma Rodrik. Por isso, países que ainda não abriram demais suas economias – como China e Índia – devem proceder com cautela e não buscar uma liberalização completa. Para os outros, que já fizeram a abertura, ele sugere uma experimentação com métodos diferentes de gerenciamento da conta de capital e outros arsenais para moderar a volatilidade do fluxo de capitais.

Sobre a liberalização dos fluxos de comércio, uma realidade já posta para a maioria dos países, Rodrik diz que deve haver uma estratégia de política de desenvolvimento produtivo complementar (sobretudo, nos países em desenvolvimento), para que haja uma transformação estrutural doméstica e diversificação econômica, principalmente voltadas à expansão da capacidade de produção e emprego em setores mais modernos. "Isso costumava ser chamado de política industrial e hoje tem o nome, mais respeitável, de 'políticas de desenvolvimento produtivo'", afirma.

Segundo Rodrik, os objetivos de ambas as políticas são os mesmos, mas os métodos, diferentes: a segunda seria muito menos de cima para baixo e teria um menor uso de protecionismo direto e subsídios. Há neste método, em contrapartida, cooperação com o setor privado para remover obstáculos e identificar oportunidades. "Não sou contra um subsídio aqui e ali, mas isso precisa ser feito com as ferramentas institucionais corretas."

Em seus textos, Rodrik costuma chamar a atenção para o papel das instituições. "Ele é um dos economistas do *mainstream* que têm pesquisado isso e que enfatizam a necessidade de se estudarem casos específicos. Não dá para chegar com um pacote de reformas e querer implantá-lo em todos os países em desenvolvimento, porque há instituições específicas para cada lugar", comenta Daniela Prates, professora de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Embora esteja um pouco de cada lado dentro do debate econômico

REFLEXÕES VI

– ou, talvez, por isso mesmo – Rodrik não é um consenso. Recebe críticas, por exemplo, daqueles que entendem como, no mínimo, "complicada" a interpretação, que perpassa suas análises, de que países subdesenvolvidos podem chegar ao nível dos países centrais, como se houvesse etapas a serem cumpridas. "Acho que falta na sua análise uma discussão sobre a hierarquia do sistema internacional.

As relações, hierárquicas e assimétricas, vão causar constrangimentos às políticas de desenvolvimento. Ele não chega a esse ponto, bate nesse limite", afirma Daniela.

Na opinião de Marconi, nos Estados Unidos, país que não tem uma heterodoxia econômica forte, Rodrik é visto como um economista progressista. "Para nós, no Brasil, ele também seria um progressista, mas não o classificaria como um heterodoxo típico. Não que ele seja um conservador, mas não dá a mesma relevância que nós [heterodoxos] damos para o câmbio, por exemplo."

Marconi diz que um dos argumentos principais de Rodrik é que, em alguns países em desenvolvimento, é preciso usar a política cambial (câmbio desvalorizado) porque não se consegue superar restrições institucionais. "Ele não coloca o problema cambial [desses países] como decorrente da dificuldade de acesso à tecnologia ou porque há muita disponibilidade de recursos naturais", afirma Marconi. Diferentemente do que propõem alguns economistas de orientação heterodoxa, Rodrik coloca a taxa de câmbio, nesses países, como uma "compensação pela ineficiência". Para o economista, a grande contribuição para o futuro da economia brasileira deverá vir da produtividade do setor de serviços.

Por alguns, Rodrik chega a ser chamado de um "economista antimercado". Mas ele próprio acha que, na verdade, abriu portas para outras concepções. Chegou a escrever em um artigo acadêmico, anos atrás, que os economistas tendem a assumir "uma visão excessivamente estreita das questões".

Independentemente da definição da fronteira em que se encontra, Rodrik tem agitado o debate econômico mundial com opiniões não consensuais. Em relação aos modos como o aumento da integração econômica via globalização age em detrimento da mão de obra –

REFLEXÕES VI

particularmente, da não qualificada –, ele assinala, por exemplo, que o fato de os trabalhadores poderem ser mais facilmente substituídos entre si, fora das fronteiras nacionais, destrói o que se entende como uma barganha social estabelecida no pós-II Guerra entre trabalhadores e patrões.

Arbix diz que todo o debate que Rodrik propõe rejeita a visão – comum na ortodoxia econômica – de que a entrega de decisões exclusivamente ao mercado ensejará a convergência para uma posição de equilíbrio socioeconômico mundial. "Seu ponto de partida é uma crítica ao Consenso de Washington, que levou a menos regulação na economia e defendeu a retirada do Estado, entre outros aspectos", diz. "Rodrik ajuda a repensar coisas que foram colocadas nos anos 1990 e que não fazem mais sentido para nós."

Em artigos mais recentes, Rodrik propõe novas questões para a discussão de temas polêmicos. Em *Who needs the nation-State?* (Quem precisa do Estado-nação?), publicado em 2012 na revista *Economic Geography*, ele partiu da ideia de que Estados-nação "teriam poucos amigos hoje em dia", já que alguns economistas os têm classificado como uma barreira para que se atinja o progresso econômico e social num período de globalização. Para Rodrik, ocorre exatamente o oposto: "A multiplicidade de Estados-nação adiciona mais do que retira valor" da sociedade mundial.

"Aceito que os Estados-nação são uma fonte de desintegração para a economia global, mas minha preocupação é que a tentativa de transcendê-los seja contraproducente. Não nos levaria nem a uma economia mais saudável nem a melhores regras", escreveu, ressaltando pelo menos dois aspectos para essa conclusão. Primeiro, é preciso entender que os países diferem em suas necessidades e preferências em relação a formas institucionais que criam, regulam e estabilizam os mercados, não sendo, portanto, possível uma instituição única para todos os países. O segundo é que a própria distância geográfica limita muitas vezes a convergência do que seriam essas necessidades e preferências.

Daniela Prates, da Unicamp, afirma que, apesar de Rodrik não

acreditar que os mercados são perfeitos, de não aceitar a "racionalidade substantiva", como se acredita em geral no *mainstream*, não vê em seus textos a questão da incerteza keynesiana, algo que o aproximaria da heterodoxia. Rodrik, na avaliação dela, estaria próximo a um grupo que continua sendo parte do *mainstream*, mas que incorpora algumas ideias heterodoxas. "Assim como Joseph Stiglitz e Paul Krugman, ele acha que o Estado deve intervir na economia, tem que regular, mas não com uma regulação tão intensa como propõem economistas pós-keynesianos."

Em uma autocrítica sobre sua obra, o próprio Rodrik costuma dizer que se considera muito convencional e *mainstream* nos métodos, mas geralmente muito mais heterodoxo nas conclusões. Para ele, há certos modos de pensar típicos do *mainstream* que são muito úteis. "Você precisa estabelecer suas ideias claramente, tem que ter certeza de que são consistentes, que há suposições claras e nexos de causalidade, e tem que ser rigoroso no uso de evidência empírica", afirmou em uma entrevista para a World Economics Association, em 2013. "Mas isso não significa que os neoclássicos têm todas as respostas de que precisamos."

Em uma análise sobre o Brasil, na entrevista dada ao Valor, Rodrik – ao contrário do que apontam análises heterodoxas de economistas brasileiros – descarta o modelo de câmbio desvalorizado para aumento de exportações da indústria, geralmente lembrado como sendo o padrão de crescimento e de sucesso asiático. Embora considere que o Brasil precisa de um novo modelo de crescimento, Rodrik diz que não é possível refazer a história e por isso não há espaço, aqui, para um modelo asiático. "Se estivéssemos nos anos 1980, eu diria que o Brasil poderia retomar o ritmo de uma industrialização rápida e tentar replicar o modelo asiático. Infelizmente, não acho que essa estratégia [crescimento orientado por exportações] possa funcionar agora."

Rodrik lembra que a economia brasileira perdeu espaço no ramo de manufaturados e tem que competir não apenas com a China, mas também com outros exportadores de manufaturados com baixos custos de produção. Mesmo que a produção da indústria

REFLEXÕES VI

manufatureira retome o ritmo no Brasil, ele afirma que é difícil ver como esse setor poderá absorver uma crescente fatia da força de trabalho.

"Meu ponto é que a grande contribuição para o futuro do Brasil terá que vir do setor de serviços", afirmou. Para Rodrik, a crescente produtividade dos serviços será a chave para o crescimento da economia. "Mas não há uma receita simples", afirma, acrescentando que isso requer um trabalho grande de regulação, melhor governança e contínua melhora em capacitação de pessoas para o mercado de trabalho. Este último aspecto é especialmente importante, diz, porque, mesmo nas melhores circunstâncias, é sabido que a produtividade dos serviços, exceto em alguns nichos, comumente cresce de forma muito mais lenta do que na indústria em geral. "O desafio do Brasil, hoje, é muito similar ao que deve ser enfrentado pelas economias desenvolvidas, exceto pelo fato de que se encontra em um estágio diferente de desenvolvimento."

Assim como no livro que chega ao Brasil, em que seu objetivo é menos prescrever receitas do que contribuir para o debate sobre consequências da globalização, Rodrik diz que não existe um modelo único a ser seguido rumo ao desenvolvimento. Os países mais atrasados precisariam, cada um a seu modo, encontrar seu próprio caminho. Especialmente após a crise de 2008, "os governos precisam aprender quais são as políticas certas, assim como as empresas precisam aprender como produzir de forma mais eficiente". ●

Dani Rodrik: economista e professor universitário turco. Nascido em 1957 em Istambul, formou-se no Robert College daquela cidade. Obteve seu bacharelado em Humanidades no Harvard College.

Artigo publicado no jornal Valor Econômico em maio de 2014

Vira-latas tipo exportação

Ivan Marsiglia



Às vésperas do segundo mundial em casa, o país do futebol se vê mais uma vez entre o ufanismo e a vergonha. Afinal, que Copa do Mundo é a nossa?

No mês em que Roberto DaMatta completaria 14 anos, seu pai o levou para ver um jogo da seleção no Maracanã. Era dia 1º de julho e o escrete canarinho composto por Barbosa, Augusto, Juvenal, Bauer, Danilo, Bigode, Maneca, Zizinho, Ademir, Jair e Chico entrou em campo diante de um público – hoje impensável – de 142.429 pagantes. Ademir e Zizinho fariam os dois únicos gols da vitória sobre a Iugoslávia, na primeira fase da Copa do Mundo de 1950, que encheu os olhos do menino de Niterói, hoje antropólogo e colunista do Estado: “Eu me lembro de que fomos e voltamos de barca e bonde, da porta de casa até o estádio, na maior tranquilidade. Quem vai poder se deslocar assim na Copa de 2014?”.

A “Copa das Copas”, o Mundial da mobilidade urbana, do Brasil com B de Bric, nos paralisa num dilema. Demos um passo maior que a perna? Pipocamos na organização do segundo maior evento esportivo global, que comprovaria o talento brasileiro sem a bola nos pés? Ou a vaia generalizada que se ouve no Brasil hoje espelha apenas o “Narciso às avessas” – personagem mitológico que, em sua versão nacional, cospe na própria imagem em vez de se apaixonar por ela –, nosso velho “complexo de vira-latas”, adquirido na derrota para o Uruguai na final de 1950, segundo Nelson Rodrigues?

No dia 24, o dramaturgo e cronista maior do nosso futebol foi evocado pela presidente Dilma Rousseff em resposta à virada de casaca de Ronaldo Fenômeno. Na véspera, o craque-cartola, membro do Comitê Organizador Local da Copa, se dissera

REFLEXÕES VI

“envergonhado” da burocracia e dos atrasos nas obras nas cidades-sede. E, num espetacular elástico, anunciou que vai jogar em dobradinha com o tucano Aécio Neves nas eleições de outubro. “Não temos do que nos envergonhar. Não temos complexo de vira-latas”, garantiu a ponta de lança do Partido dos Trabalhadores na sucessão, sem medo de as arquibancadas pedirem a Lula que saia do banco e vá para o aquecimento.

Mas será, como supõe a presidente, que já cantamos “eu não sou cachorro, não” com essa convicção toda? Na definição rodriguiana, o complexo de vira-latas é “inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo. Isso em todos os setores e, sobretudo, no futebol.” Em meio à festa que começa a se avizinhar, ainda que discretamente, nos bares e nas ruas com a aproximação do pontapé inicial da Copa, percebe-se também certo mal-estar da civilização brasileira – expresso nos protestos das últimas semanas e nas oscilações das pesquisas eleitorais. “A Copa está sendo usada para manifestações políticas de grande profundidade, que tocam em temas fundamentais para o País”, diz Roberto daMatta. “Nesse sentido, o futebol tem sido tudo menos o tal ‘ópio do povo’ que alguns imaginavam ser. É um despertar”.

Para o antropólogo, que sofreu adolescente o Maracanazo de 1950, a conquista da primeira Copa pelo Brasil, em 1958, foi mesmo terapêutica, mas não curou o mal de vez. “Como o próprio Nelson Rodrigues conta em outra crônica, no dia seguinte à conquista de 1958: um país de analfabetos saiu às ruas para comprar todos os jornais sobre a Copa. Aquela vitória deu ao Brasil a vestimenta de que éramos bons em algo universal”. Mais que isso, afirma DaMatta, o futebol “amaciou e pulverizou” ideias sobre a superioridade de raças e classes sociais. “O fato de um jogador nascido na favela ganhar mais que um médico instruído tem um efeito extraordinário numa sociedade tão desigual como a nossa”.

Outros olheiros do time Brasil preocupam-se com a ideia de que dar uma caneta em campo tenha mais valor que um canudo na escola. Num artigo publicado em 2011, o Complexo de Inferioridade do Brasileiro, Humberto Mariotti, professor da Business School São Paulo, põe na marca do pênalti a precariedade da formação do País:

REFLEXÕES VI

“Nossa única profissão exportável, mesmo assim não qualificada pela educação formal, é, como todos sabem, a de futebolista”. E chama a atenção para o baixíssimo nível do português escrito nos comentários de *internet* – exemplo da inserção capenga do brasileiro no mundo globalizado e digital. “O que nos torna humanos é a palavra, o entendimento. Se ela nos falta, se somos analfabetos funcionais, não é possível liberar as potencialidades de cada um. A causa da baixa autoestima do País é o baixo investimento em educação, sem o qual a percepção do brasileiro será sempre de que todos os outros povos lhe são superiores”. A ver, ainda, em que nível se dará a interação popular com os turistas estrangeiros que estão chegando para a Copa.

“Queremos que o mundo conheça o brasileiro do jeito que a gente é”, declarou Lula recentemente, com sua incomparável capacidade de contemporizar. Mas será que sabemos de que jeito (no caso, jeitinho) a gente é? Ou esperamos descobrir a “verdade” nos olhos de quem nos vê?

Eis a questão para a antropóloga Lilia Moritz Schwarcz, autora de *O Espetáculo das Raças – Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil do século XIX* e organizadora de *Um Enigma Chamado Brasil* entre outros livros. “A identidade de um povo é uma construção social que está sempre se modificando. É um jogo de espelhos que se constitui de dentro para fora e de fora para dentro”, explica ela.

Professora da USP e da Universidade Princeton, nos EUA, ela diz ter sentido na pele as oscilações da nossa imagem no exterior, com reflexos equivalentes na autoestima nacional.

“Na primeira vez em que fui lecionar fora ainda éramos o país exótico, do samba, da capoeira e do Zé Carioca. Depois, viramos o país das favelas, motivo de preocupação. E, nos últimos anos, o B dos Brics, a periferia que virou centro, a bola da vez”, conta. “Conforme o momento, minhas aulas lotavam ou esvaziavam”, diverte-se.

Para a professora, o Brasil atual “viveu uma bolha, que estourou”, gerando um desencantamento quase infantil com nós mesmos. “A impressão que dá é que a identidade, que sempre esteve em jogo no

REFLEXÕES VI

Brasil, vive um momento de grande polarização agora”. E cita a gangorra do Brasil fim-de-mundo *versus* Brasil-paráiso que se sucede indefinidamente na história: no século XVI, quando o viajante português Gândavo desconfiava dos nativos do Novo Mundo, “homens sem fé, sem lei e sem rei”; o Brasil-éden retratado pelos viajantes franceses Debret e Taunay no século XVIII; as teorias raciais que o viam como “laboratório degenerado de raças” no século XIX; reabilitado outra vez nos anos 1930, por Gilberto Freyre e sua “democracia racial”, o *melting pot*⁶ que serviria de exemplo ao mundo do pós-guerra devastado pela intolerância.

Jogo jogado, pois. Como, de resto, a partida disputada nas ruas por manifestantes e grevistas às vésperas do apito inicial da Copa, dia 12 de junho. Problema que remonta aos protestos desse mesmo mês no ano passado e que, para outros analistas, vai além da disputa de imagens e autoimagens sobre o Brasil. “Falta água! Quer coisa mais básica do que isso?”, pergunta o cientista político Carlos Melo, fazendo coro à provocação feita por Dilma ao governador Geraldo Alckmin na quinta-feira. Jogo de empurra do qual ninguém sai bonito, garante o professor do Insper: “Do outro lado, o partido no poder em Brasília, que está também na prefeitura da maior cidade do País, é incapaz de antecipar, com a Abin ou com sua dita base sindical, que um dos setores mais estratégicos para a boa realização da Copa, o sindicato dos motoristas de ônibus, ia rachar?”. “O problema com a Copa é um problema com a política”, resume Melo, para quem a presidente teve razão na resposta dada a Ronaldo sobre o complexo de vira-latas; “mas é corresponsável, como todos nós, pela volta desse sentimento”. Quanto a Ronaldo, “ele pode até ter dito uma verdade, mas Romário é quem tem razão ao dizer que não se muda de lado no meio do jogo”.

E o que será do país do futebol após o apito final no Maracanã? É o que tenta responder a coletânea de artigos Brasil em Jogo – O que Fica da Copa e das Olimpíadas?, que a editora Boitempo leva às

⁶ **Melting pot**: Mistura e assimilação de elementos demográficos diversos, nos Estados Unidos. Local em que se encontram elementos de várias origens e ideias diferentes.

livrarias esta semana. Para o também cientista político Antonio Lassance, pesquisador do Ipea e autor de um dos ensaios do livro, os governos, tanto estaduais quanto o federal, não souberam se comunicar: “Eles demoraram a mostrar o que havia de bom e fugiram do debate sobre os problemas. A população não perdoa nem uma coisa, nem outra”. Para ele, no entanto, o movimento anti-Copa escolheu o alvo errado. “Não se boicota um evento esportivo, por mais justas que sejam as razões. Cito como exemplo a Olimpíada da Alemanha, em 1936, um pleno nazismo. Se tivesse havido boicote, Jesse Owens (o velocista negro norte-americano) não teria tirado dos nazistas as medalhas que eles aguardavam ansiosamente para ilustrar o mito da supremacia ariana”.

Já o professor do Departamento de Antropologia do Museu Nacional da UFRJ, José Sergio Leite Lopes, em outro artigo de Brasil em Jogo, vê com bons olhos toda essa agitação na geral. “Em vez das esperadas vantagens monetárias, a Copa fez surgir uma economia moral, um catalisador de reivindicações que talvez seja um de seus legados mais interessantes”, diz.

Entre os eventuais legados da Copa de 2014, o mais disputado será o das urnas nas eleições presidenciais. E, nesse campo, os times já se movimentam freneticamente. Na opinião de Carlos Melo, pouco importa se a seleção ganha ou não o hexa, pois a avaliação que vai se fazer após o torneio “não é necessariamente esportiva, mas o saldo organizativo e de imagem da Copa”. A essa altura do campeonato, acredita ele, o saldo para Dilma será, na melhor das hipóteses, neutro – um empate, digamos assim. Tampouco será fácil para a oposição levar vantagem, pois tanto Aécio quanto Eduardo Campos tomaram parte da organização em seus estados e “terão de encontrar a justa medida para suas críticas”.

E, já que falamos o tempo todo em Nelson Rodrigues, Melo arrisca suas próprias metáforas futebolísticas: “A final de 1958 tem uma imagem muito forte. Aos 4 minutos de jogo, o Brasil toma o primeiro gol da Suécia e a sombra do fracasso de 1950 bate à porta novamente. Então, Didi pega a bola dentro das redes, ergue a cabeça e vai até o meio-campo com ela debaixo do braço. O Brasil vira o jogo e acaba vencendo por 5 a 2. Hoje, falta na política brasileira um

REFLEXÕES VI

Didi, alguém que organize o País. Mas falta também um time à altura daquela Seleção de 1958. A verdade é que, em todos os partidos, com raríssimas exceções, só tem zagueiro que dá chutão, num grande campeonato de várzea nacional”. ●

Ivan Marsiglia- formado em Jornalismo pela Universidade Metodista de São Paulo (IMS) e bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP), fez especialização na *Fondation Journalistes en Europe*, em Paris, França. Artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 1º junho de 2014

A dor e a delícia de ser brasileiro

Alberto Carlos Almeida



Ontem foi a abertura da Copa e este artigo foi escrito antes do jogo. Ainda assim, é possível dizer que a vitória do Brasil foi merecida. Tratou-se de um jogo difícil, como em geral são os jogos de Copa do Mundo e as estreias. Nessa semana que passou, o País se decorou nas cores verde e amarela. Nossa bandeira, raramente vista na casa das pessoas – ao contrário do que acontece nos Estados Unidos, onde com frequência a bandeira do país está permanentemente hasteada na frente das residências –, foi colocada em janelas de apartamentos e varandas de casas. Foi hasteada também nas janelas dos carros. Isso aconteceu em todo o Brasil, até mesmo nos lugares e cidades de menor entusiasmo com a Copa.

Havia quem dissesse, até pouco tempo atrás, que as pessoas não estavam empolgadas com a Copa e isso se refletia no atraso da decoração de rua. Dizia-se que, no passado, na Copa anterior, a decoração tinha começado antes. Mas ninguém soube dizer quando antes, em que data. O que se sabe é da nossa tendência de deixar tudo para a última hora.

Afirmar que este ano a empolgação foi menor do que nas Copas anteriores, todas fora do Brasil, faz parte da angústia de ser brasileiro, desta enorme dor da alma que é ser inferior a alemães, franceses, ingleses e americanos. Na semana passada, houve uma forte chuva em Brasília e cenas de alagamento no aeroporto da cidade circularam na mídia.

Obviamente, o complexo de vira-latas veio a público com o bordão mais utilizado nos últimos tempos: "imagina na Copa". O que dizer, então, do aeroporto de Berlim, que está quatro anos atrasado? O orçamento inicial para sua construção era de US\$ 2 bilhões, mas a

REFLEXÕES VI

obra não sairá por menos de US\$ 5 bilhões, talvez chegue a US\$ 7 bilhões. E, apesar do enorme atraso, não há data prevista para a finalização. Consultorias especializadas afirmam que, quando o aeroporto for concluído, estará subdimensionado para o movimento aéreo de Berlim. Nesse caso, não se aplica o "imagina na Copa", mas se aplica outro dito. Se o aeroporto da capital do país está atrasado, subdimensionado e com o orçamento estourado, imagina nas outras cidades.

Engana-se quem acredita que esta é a única obra atrasada na Alemanha e com orçamento acima do previsto. O mesmo vem ocorrendo com o túnel de Leipzig, com a estação de trem de Stuttgart, com a sede da agência de inteligência alemã e com a ópera de Hamburgo. Somando-se essas quatro obras com a do aeroporto de Berlim – um escândalo nacional de grandes proporções –, o atraso é de 19 anos e o total do orçamento estourado foi de mais de €15 bilhões.

Ainda assim, pode-se dizer que a Alemanha é mais eficiente do que o Brasil. Ninguém negaria isso. O que não se pode é idealizar o mundo germânico e afirmar que lá as obras nem atrasam nem têm seus orçamentos estourados. Escândalos de superfaturamento de obras públicas e políticos utilizando tais recursos para financiar suas campanhas existem em todos os lugares do mundo e em todas as épocas. Sabemos mais sobre o Brasil pelo simples fato de vivermos aqui e acompanharmos diariamente as notícias relativas a esses fatos. Não se trata de dizer "já que existe em outros lugares, então sejamos tolerantes com o que acontece aqui". Jamais! Trata-se, sim, de reconhecer o caráter universal e atemporal da apropriação privada de recursos públicos. Corrupção é isso. Assim, não faz sentido nos sentirmos inferiores porque há corrupção no Brasil. Se fosse dessa maneira, pessoas de outras nacionalidades deveriam ter o mesmo complexo de inferioridade.

Alguns utilizarão o contra-argumento de que a corrupção é maior no Brasil do que nos países desenvolvidos. É provável que seja verdade. Mas também é provável que todos os países tenham evoluído de um passado mais corrupto para um presente menos corrupto. Essa evolução é possível porque há mecanismos jurídicos de controle em

funcionamento. O Brasil tem isso. Esta coluna já tratou desse tema mais de uma vez, utilizando-se, inclusive, de estudos acadêmicos que demonstram que o ativismo do Ministério Público e dos Tribunais de Contas dos Estados tem sido muito importante e efetivo no controle da corrupção.

Alguns achavam que no jogo de abertura da Copa a torcida cantaria o Hino Nacional de costas para o campo. Isso não aconteceu. O motivo é simples: a seleção nos representa. Cantar o hino de costas para a seleção é o mesmo que cantar o hino de costas para si mesmo. Não há complexo de vira-latas que nos leve a fazer isto. A seleção está acima dos governos, está acima do PT e do PSDB. Os governos e os partidos passam, a seleção não, ela está sempre lá, com o desfile de jogadores inesquecíveis e de lances memoráveis.

Foi liderada por Garrincha em 1962, por Pelé em 1970, por Romário em 1994 e por Ronaldo em 2002. Os líderes da seleção são mais numerosos e respeitados que nossos líderes políticos. Ninguém cantaria o hino de costas para a camisa amarela que já foi vestida por esses craques. Não há um pai que não tenha em sua mente uma interação importante com seu filho diante de um lance da seleção. Este pai jamais daria as costas para seu filho, e foi assim ontem, no jogo de abertura.

O brasileiro, que sofre por viver no Brasil, que almeja adquirir um apartamento em Miami para, quem sabe, viver no deserto afetivo que são os Estados Unidos, deveria ver o que aconteceu nesta semana após a chegada das seleções. Os alemães foram fazer turismo no Sul da Bahia, na região onde o Brasil foi descoberto, e nos ajudaram a descobrir um pouco mais do nosso País: os índios pataxós foram à concentração cantar parabéns para o atacante Klose. A Holanda não parou de fazer turismo no Rio de Janeiro, já visitou o Cristo Redentor e foi à praia em Ipanema. Dizem as más línguas que o que a seleção holandesa mais gostou mesmo foi de ficar baseada no posto 9. Os ingleses já dançaram o lepo-lepo e a seleção da Itália decidiu se hospedar no cenário paradisíaco de Mangaratiba. Alguns jornalistas italianos disseram que vieram ao Brasil fazer turismo com a família. Qual o mal disso?

REFLEXÕES VI

Imagina na Copa, foi o que os brasileiros vira-latas mais disseram nos últimos meses. Os gringos desembarcaram aqui esbanjando fascínio pelo nosso País. Deveríamos nos perguntar: de onde vem todo esse fascínio? Onde está isto tudo que não sou capaz de ver? Nem são capazes de ver Paulo Coelho, Ney Matogrosso e Ronaldo, que recentemente criticaram o Brasil e sua suposta incapacidade de organizar uma Copa de sucesso.

Tudo isso é expressão da vitalidade e da energia de nossa sociedade e de nosso povo. Alguns gostariam que essa vitalidade se expressasse de outra maneira, quem sabe fazendo uma revolução para melhorar os serviços públicos, resolver os problemas de mobilidade urbana, acelerar o atendimento na saúde pública, combater a violência. Queremos tudo isso, sem dúvida. O que não exclui reconhecer que o futebol mobiliza o que temos de melhor. O encontro entre a seleção alemã e os índios pataxós é a mais genuína expressão do encontro humano que o Brasil tão bem sabe patrocinar. A violência e a desigualdade são também coisas humanas e, como dissera uma vez Terêncio: sou humano, e nada humano é estranho a mim.

Não é estranho que o voto em Dilma ou nos candidatos de oposição nada tenha a ver com a avaliação que os brasileiros têm da Copa. Os dados revelam que, quando se controla a avaliação da Copa pela avaliação do governo, é esta última que influencia o voto. Sábio é o povo brasileiro, que, diferentemente de segmentos de sua elite, não mistura o futebol com a política.

É lamentável que tenhamos chegado ao segundo dia de Copa do Mundo no Brasil sofrendo com o fato de estarmos organizando uma Copa. Organizar um evento dessa magnitude é um sinal de sucesso, e o sucesso nos dói. Para alguns, a dor causada pelo sucesso é a prova de que somos um povo de perdedores. A mídia continua procurando o menor sinal de fracasso. Quem sabe um engarrafamento de um quilômetro na chegada a um jogo venha a ser noticiado como uma grande prova de nossa incapacidade de organizar uma Copa.

Aproveitemos o aqui e o agora. Este é o convite feito pelos índios

REFLEXÕES VI

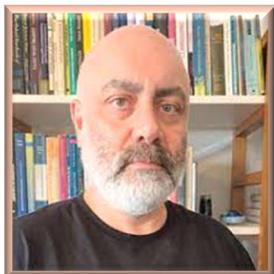
pataxós, pelas seleções da Alemanha, da Inglaterra, da Holanda, da Itália. Aproveitemos a presença de nossos pais antes que eles se vão, é o conselho frequentemente dado aos filhos. Aproveitemos a Copa antes que termine. Ela acabou de começar e os brasileiros cantaram o hino de frente para a seleção. ●

Alberto Carlos Almeida: sociólogo, diretor do Instituto Análise e autor de *A Cabeça do Brasileiro*.

Artigo publicado no jornal *Valor Econômico* no dia 13 de junho de 2014

Pesos e medidas do legado

Cláudio Gonçalves Couto



Enfim, começou a Copa do Mundo. Talvez como nunca antes na história deste País, o torneio mundial de futebol acendeu paixões. Só que, desta feita, nem tanto as paixões futebolísticas, que andaram ofuscadas, e sim paixões políticas. Certamente, desde 1970 não testemunhamos uma Copa do Mundo que tenha sido tão fortemente politizada no Brasil – embora desta vez, (felizmente) de forma muito distinta. Talvez outro torneio que tenha sido tão politizado como este, após a Copa de 1970, tenha sido o sediado na Argentina dos generais, em 1978 – novamente numa forma de politização nada invejável. Desta vez, o que temos é uma politização democrática, com as manifestações das ruas, da opinião pública midiática e da subopinião pública das redes sociais, as críticas das oposições e a cobrança pelo conjunto dos cidadãos.

Creio que a atual politização confirma expectativa que expressei numa coluna de janeiro de 2010 contra os céticos e pessimistas, de que a Copa e a Olimpíada representariam desafios úteis para aumentar a pressão social sobre as autoridades políticas e esportivas, no sentido de que melhorassem sua conduta. E, de fato, o que mais temos visto desde junho de 2013 são manifestações críticas à realização da Copa do Mundo e aos seus gastos. Algumas, exageradamente.

O recrudescimento das manifestações contrárias ou, ao menos, críticas ao torneio mundial de futebol corresponde a três momentos importantes do calendário: as próprias manifestações de junho, que tiveram o condão de destampar um caldeirão de insatisfações difusas das mais diversas naturezas; a conclusão atrasada ou incompleta das obras para o evento; e o aquecimento do debate eleitoral, com as consequentes cobranças aos governantes.

REFLEXÕES VI

Cidadãos mais críticos são um legado da Copa. Contudo, para além desse efeito de calendário, há uma questão específica de conteúdo, que diz respeito aos gastos governamentais com o evento. Este é um aspecto que pode ser considerado de duas perspectivas:

- ◇ O montante do gasto, e
- ◇ A qualidade do gasto.

Quanto ao primeiro ponto, os volumes dispendidos com estádios na forma de gastos diretos, empréstimos ou subsídios são mesmo bastante alentados – R\$ 8 bilhões. Contudo, é falsa a dicotomia que se coloca entre o uso de tais recursos para a construção ou reforma de arenas e os investimentos que deveriam ser feitos em saúde e educação. Como apontou a Folha de S.Paulo numa reportagem de 23 de maio, mesmo a totalidade dos gastos feitos com a Copa para além dos estádios, que envolve investimentos em infraestrutura urbana, aeroportuária, formação de pessoal, etc., não chega a um mês dos gastos feitos em educação. Assim, pode-se concluir que mesmo que todos os investimentos feitos na Copa fossem destinados à educação, a situação não se alteraria em praticamente nada.

Ademais, como apontou o Valor de segunda-feira, numa reportagem de José João Oliveira, apesar dos percalços, um legado efetivamente fica – e ele precisa ser computado ao se fazer o balanço dos gastos já mencionados. A mais emblemática declaração transcrita na matéria é do presidente do Sindicato Nacional de Arquitetura e Engenharia, José Roberto Bernasconi: "Só o fato de ter forçado o governo a reconhecer que era preciso abrir os aeroportos à iniciativa privada já foi um legado da Copa". O notável dessa observação é que ela aponta para um tipo de herança que não é tão palpável como estádios confortáveis, transporte mais eficiente ou uma estrutura turística mais robusta. Ele concerne a mudanças de comportamento e suas implicações para formas de gestão e políticas públicas melhores.

Ao explicitar o mau uso do dinheiro público na construção de estádios excessivamente caros e grandes, fadados a se converterem em elefantes brancos, a Copa ilustrou de forma didática um modo

REFLEXÕES VI

de gerir a coisa pública que é coisa antiga e que continuaria a ocorrer mesmo sem o torneio. Por vezes, trata-se de gastar muito mais do que seria razoável em algo que não terá uso, como no perdulário estádio de Brasília, o terceiro mais caro do mundo. No campeonato regional de 2013, o público total dos quatro times da Capital com maior torcida (Brasiliense, Gama, Sobradinho e Brasília) chegou a 70.020 pessoas – menos do que os 71.000 lugares do Mané Garrincha. E isso porque entrou na conta o público da inauguração do novo estádio, com ingressos a R\$ 1 numa final de campeonato. Resultado: 22 mil torcedores presentes. Haja *shows* para dar uso ao espaço...

Outro exemplo de escolha altamente questionável é o estádio de Manaus, cuja capacidade supera o público total do último campeonato estadual em 4.500 lugares. Curiosamente, no vizinho amazônico, o Pará, o Clube do Remo e o Paysandu repetidamente levaram ao Mangueirão públicos superiores aos 15, 20 ou 30 mil pagantes durante os dois últimos campeonatos estaduais. Se era para investir dinheiro público num estádio amazônico, faria mais sentido que fosse no Pará.

Por outro lado, a cobertura excessivamente enviesada sobre os investimentos da Copa também gera distorções profundas de percepção e acirra os ânimos. Exemplo disto foi uma matéria do Correio Braziliense, de 11 de junho, intitulada: "Despejados para construção de Itaquarão, moradores não têm água, luz ou TV". Ao se ler isto, tem-se a impressão de que se despejou gente que morava no terreno onde foi construído o estádio, ou que houve desapropriações selvagens para obras viárias. Na realidade, o que houve foi um aumento no valor dos alugueis da região, impactados com a valorização imobiliária propiciada pela construção da Arena Corinthians. Com isto, moradores da região não tinham mais como arcar com os alugueis.

O problema de distorções informativas como esta é que fazem supor que é nefasto qualquer investimento que leve à valorização de uma região. Na realidade, o que se requer são políticas públicas que corrijam externalidades negativas do desenvolvimento. Senão, abdicaríamos de tentar melhorar nossas cidades, pois isso, afinal,

REFLEXÕES VI

aumenta os aluguéis. ●

Cláudio Gonçalves Couto; cientista político, professor da FGV-SP e colunista convidado do Valor.

Artigo publicado no jornal Valor Econômico no dia 13 de junho de 2014

LUIZ BIANCI

A Copa, a Olimpíada e os costumes

Cláudio Gonçalves Couto



As críticas à realização da Olimpíada e da Copa do Mundo relevam que o desafio que geram cria a oportunidade para avanços. É indiscutível que o País realizou muitos avanços em suas instituições políticas e em seus costumes desde o fim dos anos 1980, quando se encerrava a transição democrática brasileira. Um pequeno, porém notável exemplo desta mudança para melhor foi a

difusão do hábito do uso do cinto de segurança. Começou como uma lei municipal na cidade de São Paulo, a qual parecia a alguns apenas um factóide político de uma liderança, Paulo Maluf, que reciclava sua imagem corrompida, tentando conferir-lhe um ar de civilidade e um lustro de avanço. Contudo, a norma converteu-se num dispositivo do novo Código Nacional de Trânsito e, para o espanto de muitos, pegou. Claro que sempre há os imbecis pretensamente espertos que recorrem a artimanhas para burlar a lei, gabando-se de sua estultice: utilizam presilhas para manter o cinto solto sobre o corpo, iludindo a fiscalização; colocam o cinto apenas ao passar em frente ao guarda; protegem-se das vistas da lei sob escuros vidros fumê, etc. Mas isto não altera o fato de que o uso do cinto converteu-se, para uma ampla parcela dos motoristas e seus passageiros, num costume.

Hoje, ao que se notam, as novas leis sobre a restrição do fumo em lugares públicos parecem caminhar nessa mesma direção, contribuindo para um padrão mais elevado de civilidade, em que a liberdade ativa de fumar é restringida pela proteção da liberdade passiva de não ser obrigado a aspirar fumaça alheia contra a vontade.

Ouvi nestes dias de um amigo fumante um interessante depoimento a esse respeito. Ele relatava que diminuiu o consumo de cigarros em função dos constrangimentos (ou "micos", como denominou) pelos

REFLEXÕES VI

quais tinha de passar para saciar o vício. E o mais interessante é que, apesar do desconforto que sofre, achou isto bom. Noutras palavras, a restrição da própria liberdade neste caso (assim como no do cinto de segurança) mostrou-se um fator de ganho para o próprio fumante, e não apenas para os outros – involuntários e contrariados fumantes passivos.

Mas nem todas as mudanças têm sido no sentido de uma melhora. Há casos de regressos ou, ao menos, de situações ambivalentes. Um bom exemplo disto tem a ver com o cuidado dispensado ao público nos estádios de futebol – algo tão importante às vésperas de uma Copa do Mundo e da Olimpíada. Recordo-me, ainda no fim dos anos 1980, de ir às bilheteiras do estádio adquirir ingressos para jogos de futebol em cadeiras numeradas. Como num teatro, ou numa ordeira sala de espetáculos, a bilheteria dispunha de um mapa dos lugares que poderiam ser adquiridos. E, como eram numerados, nada mais óbvio do que se fazer a escolha pela melhor posição possível. Era o que eu fazia – e funcionava. Todavia, recordo-me ainda quando, já no início dos anos 1990, novamente tendo adquirido ingressos de numeradas, ter ido ao estádio e ser surpreendido com meu lugar ocupado por outro. Ao reclamar, fui ignorado solenemente; ao recorrer à organização, lembro-me de um segurança dando de ombros e ordenando-me: "Senta aí em qualquer lugar". De lá para cá, esta tem sido a tônica. Tratou-se, certamente, de uma mudança de costumes para pior.

Ao longo deste mesmo tempo, contudo, aprovou-se o Estatuto do Torcedor e os estádios passaram a ter seu número de lugares limitados, em prol da segurança e do conforto do público; tanto que os temerários públicos recordes dos anos 1970 e 1980 nunca mais se repetiram. Este foi um avanço baseado numa restrição que, todavia, melhorou a condição das pessoas – esta é a essência da civilidade. Seu contraste com a ridícula situação das cadeiras numeradas, contudo, indica a ambivalência do processo. Algo que não parece ter mudado para melhor no tratamento dos torcedores é a atuação da polícia, sempre disposta a espancar ou maltratar sem qualquer razão. Experimentei isto ao ir com um amigo ao Pacaembu numa ocasião e, junto com resto da torcida que acorria ao estádio, ser

REFLEXÕES VI

conduzido pelo policiamento para dentro de algo parecido com um curral. Ao reclamarmos com os policiais que não apenas estávamos sendo esmagados, mas que também não conseguiríamos entrar a tempo de ver o início da partida, fomos rudemente alertados de que se não nos calássemos levaríamos "borracha". Fico a imaginar a repercussão que tal delicadeza teria se fôssemos torcedores suíços ou dinamarqueses na Copa de 2014.

Evidentemente, a preparação do País para a Copa do Mundo e a Olimpíada terá de passar por uma mudança desse tipo de coisa. Assim como a boa cidade turística é aquela que é boa também para seus próprios cidadãos, o País que bem sedia uma Copa é aquele que trata bem os seus próprios torcedores. Noutras palavras, dentre os preparativos para esses eventos, para além das obras de engenharia, está uma mudança de costumes que nos alce a outro patamar de civilidade – em alguns casos, com o qual já contamos, mas que ficou pelo caminho.

Não compartilho do pessimismo, ceticismo ou mesmo cinismo daqueles que acreditam que sequer deveríamos realizar a Olimpíada e a Copa porque não estaríamos prontos para elas, ou porque sua preparação ensejará muita corrupção. Creio que se constituem em boas oportunidades para que nossas autoridades, políticas e desportivas, sejam pressionadas a se conduzir adequadamente. Sem que existissem tais desafios provavelmente não contaríamos com suficiente pressão popular e da opinião pública para forçar uma mudança de hábitos. Abdicar de tais oportunidades corresponde, em ponto pequeno, a imaginar que o Brasil deveria renunciar ao crescimento econômico porque, ao gerar maior arrecadação, este gera também mais corrupção. Não é uma posição razoável.

No que mais importa: o temor da corrupção não é motivo plausível para criticar a assunção da responsabilidade pela realização da Copa do Mundo e da Olimpíada. É, sim, motivação para que aumente a pressão por uma conduta mais responsável de nossas autoridades. É, portanto, uma oportunidade rara para que avancemos não só nas obras de infraestrutura, mas nos costumes. ●

Cláudio Gonçalves Couto: cientista político, professor da PUC-SP e da FGV-SP.
Artigo publicado no jornal Valor Econômico em janeiro de 2010

Um outro país pode vir de baixo para cima

John Rathbone

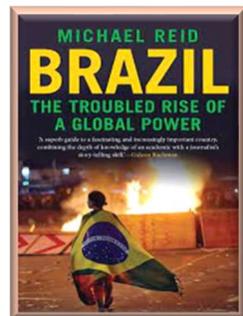


Decepções vêm à tona, nos estádios e nas ruas, num Brasil que, como nos anos 1950, se destaca no cenário mundial. O que define o Brasil, e até suas decepções, é o gigantismo. Consideremos a última vez em que o país foi anfitrião da Copa, em 1950. O time brasileiro, em tese o melhor do torneio, chegou à final no recém-construído estádio do Maracanã, na época o maior do mundo.

O estádio estava lotado. Um jornal previra no dia anterior: "Amanhã vamos derrotar o Uruguai!" O Brasil marcou um gol no início do segundo tempo. Mas aí aconteceu o impensável: o Uruguai marcou dois. A derrota aniquilou o Brasil. Foi, "talvez, a maior tragédia da história contemporânea do Brasil. Porque aconteceu coletivamente... Ocorreu no início de uma década na qual o Brasil buscava marcar seu lugar como nação que tinha um grande destino a cumprir", escreveu o antropólogo Roberto DaMatta.

Quatorze anos depois, um golpe instaurou uma ditadura militar que se estendeu por 21 anos. Agora, o Brasil volta a ser o anfitrião da Copa. Também está marcando seu lugar de novo no cenário mundial. Mas, assim como é um erro subestimar o Brasil, também é um erro atenuar suas dificuldades, e as primeiras decepções vêm à tona: desde os atrasos em concluir os estádios até as reedições das manifestações de rua. A história, ao que parece, está se repetindo. Estará mesmo?

O livro *Brazil: The Troubled Rise of a Global Power* (Brasil: a conturbada ascensão de uma potência mundial), de Michael Reid,



REFLEXÕES VI

preenche esse vácuo com um estudo valioso, que tende a permanecer como uma referência. Ex-editor na América Latina de *The Economist*, Reid é o correspondente regional da revista. Seu relato claro, produto de profunda pesquisa, recua 500 anos, para identificar três temas amplos que continuam a pautar o desenvolvimento do Brasil.

Primeiramente, estão as dificuldades que Portugal, uma potência colonial relativamente fraca, enfrentou para povoar e manter sua enorme colônia – um problema que o País resolveu por meio da cooptação, não pelo conflito. Esse pragmatismo persiste na preferência de Brasília pelo consenso político. Embora se constitua num propósito nobre, pode também gerar coalizões e paralisias incômodas, como as observadas no decepcionante governo de Dilma Rousseff. Nas palavras de um de seus predecessores, Fernando Henrique Cardoso, "Dilma abriu muitas questões, mas não solucionou nenhuma delas".

Em segundo lugar, há heranças da escravidão que explicam a persistência das desigualdades no País – embora o Brasil nunca tenha sofrido segregação racial, como os EUA, o país a que, de resto, mais se assemelha. *O Capital no Século XXI*, de Thomas Piketty, explorou a recente neurose em torno da desigualdade no mundo desenvolvido, mas no Brasil, um dos países mais desiguais do mundo, essa é uma preocupação antiga.

Por último, há a experiência singular do Brasil da independência, que decorreu naturalmente da transferência da corte imperial de Lisboa para o Rio, em sua fuga das tropas de Napoleão. Esse processo relativamente pacífico não gerou quaisquer heróis, ao contrário das revoluções épicas da independência da América espanhola, mas também não gerou mitos nacionais comparáveis. Em vez disso, o Brasil teve o grande líder populista que foi Getúlio Vargas, o "pai dos pobres" e seu presidente, com alguns intervalos, por 18 anos, entre 1930 e 1954. Foi Vargas, escreve Reid, quem "implantou o conceito de que cidadania, benefícios e inclusão social fluem de cima para baixo, concedidos por um governo caridoso, e não conquistados por meio da democracia e da mobilização civil". Essa predileção pelo dirigismo é o que também melhor capta os

REFLEXÕES VI

problemas enfrentados pelo Brasil.

Reid lança mão de observações meticulosas não apenas da esquerda – ao refutar, por exemplo, argumentos de que os EUA desempenharam papel significativo no golpe de 1964 – como também da direita. O dirigismo tem raízes profundas no Brasil, e não apenas devido ao apego intelectual por tudo que é francês, como a origem da palavra. Destaca que o desenvolvimento, conduzido pelo Estado, produziu alguns sucessos comerciais, principalmente na agricultura, e que a produtividade exibiu crescimento firme entre 1950 e 1980, mas alcançou um limite asfíxiante. Muitas autoridades sofrem da convicção de que o crescimento pode ser criado por meio de manipulações cada vez mais complicadas da economia. O centralismo, por seu lado, fomentou uma mentalidade de *lobby* entre muitos industriais. Há também o peso morto da burocracia, corporificado no abominável "custo Brasil", que agora ameaça solapar a maior conquista do País dos últimos dez anos: tirar 35 milhões de pessoas da pobreza.

Luiz Inácio Lula da Silva, ex-presidente, colocou bem a questão: "O que mais me surpreende no Brasil é a quantidade de dificuldade que nós criamos para nós mesmos".

Este é o ano não apenas do futebol, mas também de eleições presidenciais. Reid não se deixa influenciar pela maior parte das críticas ao PT para sugerir a necessidade de refazer o modelo brasileiro instaurado desde a redemocratização. Durante a maior parte de sua história, o Brasil foi modelado de cima para baixo. Os protestos do ano passado, quando 1 milhão de pessoas foi às ruas para se manifestar em favor da melhoria dos serviços públicos e da transparência na política, mostraram que existe a oportunidade e o desejo de refazer o Brasil de baixo para cima.

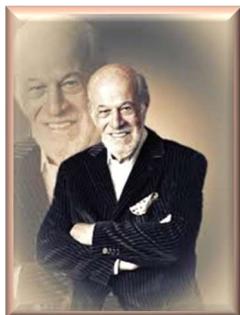
Independentemente de quem vencer as eleições de outubro, esta é uma causa democrática que todos os matizes do espectro político podem aplaudir. ●

John Rathbone

Artigo publicado no **Financial Times**

Nos tempos do football

Zuza Homem de Mello



Pioneiros do Corinthians: nome do clube, fundado em 1910, foi tributo a futebolistas ingleses que estiveram no Brasil na época.



No tempo em que se viajava de trem por quase todo o Brasil; no tempo em que tínhamos uma considerável malha ferroviária, em certas ferrovias com nível de Primeiro Mundo, nesse tempo os fazendeiros paulistas produtores de café costumavam ir assiduamente a Santos para negociar o produto de sua colheita. Levavam latinhas redondas contendo amostras do café beneficiado em suas fazendas para serem avaliadas pelos corretores que tinham experiência e olfato espantosos. Uma simples cheirada num punhado de grãos era suficiente para detectarem em segundos as virtudes e deficiências dos grãos da "Coffea arabica" que, da cor esverdeada antes de torrados e moídos, se converteriam no pó marrom que, acrescido à água fervida e depois coado, era a bebida mais consumida no mundo, mais até que a Coca-Cola, segundo meu pai, Juca Homem de Mello, fazendeiro em Itatinga, no interior do Estado.

A viagem de trem no vagão dos fazendeiros era uma animada reunião própria dos que, tendo atividade e gosto em comum, não conhecem limite para pôr fim a uma conversa. O momento mais empolgante para um passageiro de primeira viagem era a descida da Serra do Mar, quando se usava um engenhoso sistema denominado "locobreque". Por meio de um cabo engatado na locomotiva à frente dos vagões a partir da estação de Paranapiacaba, no alto da serra e em outros pontos do trajeto freava os vagões na descida e os empurrava na subida, proporcionando velocidade e segurança sob

REFLEXÕES VI

controle absoluto. Como nos funiculares, enquanto uma composição descia outra subia simultaneamente, de modo que o esforço desta era minimizado pelo peso da outra que se deslocava em direção à Baixada.

Se os fazendeiros, acostumados a ir e voltar no mesmo dia, não davam a mínima atenção à manobra, para mim era um momento de ansiedade nas vezes em que acompanhei meu pai no trem da São Paulo Railway, a concessionária inglesa conhecida como SPR.

Primeiro quadro do Club Athletico Paulistano: atuação impressionou europeus nos anos 1920; em 1930, ex-sócios e jogadores se uniram à Associação Athletica das Palmeiras e fundaram o São Paulo



Em Santos ele me apresentava a corretores com quem negociava. Um deles, o senhor Ralph Brunssen, era um americano muito simpático que falava sem sotaque e um outro, o senhor Luiz Martins, foi de sua inteira confiança por muitos anos. Meu encontro mais marcante com os que sabiam negociar o café brasileiro para o exterior se deu quando papai me levou à casa de outro renomado corretor de café, na avenida Manoel da Nóbrega, 447, em São Vicente. À minha frente estava quem, nos anos 1920, fora um dos maiores jogadores do Club Athletico Paulistano, o meia-direita e capitão do time Mário de Andrada. Com **A** no fim e não com **E**, embora seu sobrenome fosse frequentemente grafado como o do conhecido musicólogo e escritor Mário de Andrade. **A** de Andrada e Silva em virtude de sua descendência de José Bonifácio.

Mário de Andrada

Pela lógica, como sua atuação no futebol se dera antes da primeira Copa do Mundo de 1930 no Uruguai, qualquer referência de repercussão internacional que ele e outros grandes jogadores brasileiros do futebol amador pudessem



REFLEXÕES VI

desfrutar deveria ser nenhuma. No entanto, nos anos 1920, antes da declarada admiração no exterior por jogadores brasileiros como Leônidas da Silva e Domingos da Guia na Copa de 1938, por Pelé e Garrincha na de 1958, jogadores brasileiros já haviam sido apelidados "*Les rois de football*" atuando na França. Foi quando o esquadrão de futebol do Paulistano realizou uma inédita e consagradora "*tournée*" por gramados do Velho Mundo.

Arthur Friedenreich deixou franceses, suíços e portugueses impressionadíssimos com a agilidade de suas fintas surpreendentes e os "*rushs*" de fenomenal goleador. Mário de Andrada, apelidado Menino de Ouro em 1919, também foi muito elogiado pela imprensa europeia, tendo sido o segundo artilheiro com oito gols nessa primeira temporada de um clube de futebol por gramados da Europa, a pioneira iniciativa do próprio presidente do clube, Antônio Prado Junior. Foi um marco no esporte brasileiro.

O vapor Zeelandia do Lloyd Real Holandês zarpara em 10 de fevereiro de 1925 do porto de Santos levando a bordo 19 jogadores, alguns com suas mulheres, dois jornalistas e dirigentes formando uma delegação de 26 pessoas rumo ao porto de Cherbourg, na França. Após 18 dias no Atlântico, o grupo seguiu de trem para Paris hospedando-se no Hôtel Mont-Thabor, na *place* de La Concorde, treinando em Saint-Cloud enquanto aguardava o jogo da estreia.

Em 15 de março, no estádio Buffalo, sete jogadores do time titular do Paulistano com quatro reforços (Nestor e Barthô do São Bento, Araken do Santos e Netinho do Flamengo), escalados pelo jogador Orlando Pereira, entraram com seu fardamento branco num campo enlameado de neve que, apesar de provocar escorregões a torto e a direito até que se acostumassem ao terreno, não impediu que os brasileiros derrotassem a seleção francesa pelo expressivo "*placard*" de 7 a 2. No dia seguinte, "*Le Journal*" descrevia detalhes sobre a "vitória indiscutível, muito superior à que os uruguaios obtiveram há oito dias sobre o quadro de Paris... são mais perigosos, mais eficientes pelo seu jogo feroso, ardente e insistente em passes rápidos, seguros e em investidas excessivamente velozes que deixam estupefata a defesa adversária..." E arrematava: "Os brasileiros são os reis do *football*".

REFLEXÕES VI

Ao fim da excursão, descrita em detalhes no livro do meia-esquerda Araken Patuska, o Paulistano havia perdido uma única partida nas dez pelepas disputadas em 43 dias pela França, pela Suíça e por Portugal. Friedenreich, o dianteiro apelidado de El Tigre pelos jornalistas uruguaiois no Campeonato Sul-Americano de 1919 em Montevidéu, foi o artilheiro da excursão, com 11 gols.

A equipe do Palestra Itália: o time da comunidade italiana e seus rivais desde 1917 – o Corinthians e o Paulistano – ganharam a quase totalidade dos títulos nas décadas de 1910 e 1920.



Para mim, que sabia de cor a escalação do time do Paulistano na contenda da estreia em Paris (Nestor, Clodô e Barthô; Sergio, Nondas e Abate; Filô, Mário, Fried, Araken e Netinho), foi inesquecível apertar a mão de Mário de Andrada, conhecê-lo pessoalmente quando apresentado por meu pai. Pele bem morena e cabelos lisos penteados para trás sem repartir, aquele senhor simpático em nada lembrava um dos maiores ídolos da época do nosso futebol amador.

São Paulo nos anos 1920

Desde 1919 o "football" paulista era acompanhado de perto pela revista paulista "Sports", vendida a 1\$500 (1 mil e 500 réis), editada por Netto & Rasmussen (Américo R. Netto na redação e Thorwald Rasmussen como diretor artístico) com sede no segundo andar do prédio da rua São Bento, 66-A. Naquela época os "telephones" da cidade tinham apenas três algarismos, já existiam o chocolate Lacta, o bálsamo Gelol, o peitoral calmante Silva Araújo contra tosse, o magazine Mappin & Webb na rua 15 de Novembro, 28, anunciando variado sortimento em artigos de prata, bem como a Casa Kosmos, que oferecia suas gravatas, e a Casa Turf, suas lindas camisas. Um automóvel Dodge Brothers, aclamado por ter feito o "raid" Rio-São Paulo em dez dias, podia ser importado por intermédio da firma Antunes dos Santos, ao passo que um Studebaker 6 Ligeiro, idêntico ao que realizara viagem de ida e volta ao bairro do Leblon consumindo em média um litro de gasolina para cada 9.100 metros

REFLEXÕES VI

do percurso, podia ser adquirido por meio de Gustavo Zieglitz, estabelecido na rua dos Andradas.

"Clubs" paulistas

Os jogadores que puseram o Santos em campo: assim como os de outros "clubs", eles eram assunto habitual da revista "Sports", que desde 1919 acompanhava de perto o "football" paulista.



Às margens do rio Tietê os "clubs" paulistanos, pitorescamente alcunhados de "ninhos de *athletismo*", eram frequentados em sua maioria pelos que se dedicavam à prática do remo no Club Esperia, fundado por italianos em 1899, ou no Club de Regatas Tietê, fundado em 1907, ou ainda na Associação Athletica São Paulo, de 1914, cujas sedes eram próximas da Ponte Grande, mais tarde Ponte das Bandeiras. Além do automobilismo e do motociclismo, praticava-se na cidade o "*hippismo*" na Sociedade Hippica Paulista, em Pinheiros, o ciclismo no Velódromo, o "*tennis*", o "*fashionable hockey*" sobre patins e o avassalador "*football*", o esporte mais difundido em várias classes sociais.

Monopolizava as atenções por ser, segundo a "Sports", "um jogo barato, podendo ser praticado com interesse e prazer em qualquer lugar e a qualquer tempo... proporcionando hora e meia de diversas e intensas emoções e, por ser de fácil compreensão, o futebol fez o que nenhum outro esporte faria no Brasil".

Não, pois, sem razão o "*football*" foi o que mais rapidamente se expandiu com denominações adaptadas à fonética da língua de cada país, a mais curiosa das quais é a italiana, cuja agremiação dirigente se intitulava Federazione Italiana del Gioco del Calcio, o jogo do pontapé. Vale lembrar que apenas na Copa do Mundo de 1930, no Uruguai, cada tempo de jogo passou a ter 45 e não mais 30 minutos.

Campeonato Paulista

Nos anos 1910 o time de "*football association*" mais vitorioso na Liga Paulista foi o do Club Athletico Paulistano, que nasceu na

REFLEXÕES VI

reunião realizada em 30 de novembro de 1900 na rua São Bento por um grupo de brasileiros desejosos de ter um "*club*" paulistano independente dos que já existiam e eram comandados por ingleses ou alemães. Suas cores eram vermelho e branco, ao passo que o fardamento dos "*players*" era constituído de blusas brancas de manga comprida, tendo o escudo circular no peito esquerdo, e calções também brancos e amarrados com uma fita vermelha.



Desde 1902 o campeonato em São Paulo era organizado pela Liga Paulista de Football com partidas disputadas nos gramados dos dois principais estádios da cidade: o Parque Antártica, que, tendo sido construído para o lazer dos funcionários da fábrica de bebidas Companhia Antartica Paulista, era alugado para os "*matches*"; e o Velódromo de São Paulo, criado por Veridiana Prado na região da atual rua Nestor Pestana, cuja arquibancada podia abrigar até mil pessoas e seria demolido em 1917.

Como consequência de uma cisão na liga, foi criada em 1913 a Associação Paulista de Sports Athleticos, e os dois campeonatos paulistas simultâneos tiveram dois vencedores: Corinthians e Paulistano.

Fundado na rua José Paulino por rapazes, entre os quais alguns empregados da São Paulo Railway – que decidiram dar a seu "*club*" o nome de Corinthians Paulista, em homenagem ao "*team*" de futebolistas ingleses que excursionara pelo Brasil naquele ano, 1910 –, o Corinthians foi novamente campeão em 1914 e 1916 pela liga e na década de 1920 alcançou um tricampeonato pela Apea (Associação Paulista de Esportes Atléticos), de 1922 a 24. O Paulistano levantou a taça sete vezes na década de 1910, incluindo o inédito tetracampeonato seguido – 1916, 17, 18, 19 –, proeza não igualada até hoje em São Paulo. Na década de 1920, em que ainda atuou no futebol amador, venceu mais dois.

Embora com menos títulos, também participaram do campeonato

REFLEXÕES VI

paulista no período de amadorismo a Associação Athletica São

Bento (campeã em 1914 e 1925), a Associação Athletica das Palmeiras (campeã em 1909, 1910 e 1915), a Associação Athletica Mackenzie College, o Sport Club Internacional (campeão em 1928), o Club Athletico Ypiranga, o Sport Club Syrio e o Santos Football Club. Mais expressivo que esses seis era, porém, a Società Sportiva Palestra Itália, criada com apoio da Casa Matarazzo em 14 de agosto de 1914 por elementos da poderosa colônia italiana, animados com o êxito da visita de dois clubes italianos a São Paulo, o Torino e o Pro Vercelli. Com o prestígio da coletividade italiana o Palestra Itália disputou o torneio desde 1916 para tornar-se vitorioso por duas vezes nos anos 1920.

A rivalidade, geradora de uma popularidade inusitada no "*football*" paulista, entre Corinthians, Palestra e Paulistano, ganhadores da quase totalidade dos títulos disputados nas décadas de 1910 e 1920, nasceu em 1917, quando cada um dos três foi se definindo pela vertente de suas origens. Se para a elite o "*football*" era um evento social no qual as famílias tradicionais se encontravam, para os grupos imigrantes poderia ser a vitrine de exposição no processo de ascensão social.

Para a classe menos favorecida representava o espaço de lazer inteiramente ao seu alcance em todos os sentidos. Dessa forma, os campos de "*football*" foram ocupando espaços dominantes como símbolo de sociabilidade despojada comum a todos os praticantes e torcedores.

Paulistano

Os jogadores da Associação Athletica das Palmeiras, extinta em 1930: vencedores três vezes do campeonato paulista, em 1909, 1910 e 1915.



Ostentando seu tetracampeonato, o Paulistano disputou em 1920 no Rio a Copa dos Campeões que pode ser considerada a precursora do campeonato brasileiro. Era um triangular reunindo no estádio das Laranjeiras os

REFLEXÕES VI

três campeões dos torneios estaduais carioca, gaúcho e paulista. No prélio final, em 28 de março, o Paulistano triunfou sobre o Fluminense pelo "score" de 4 a 1, com dois gols de Mário de Andrada, um de Friedenreich e outro de Botelho, ganhando a Copa.

Meu tio Arnaldo Motta era o "*goal-keeper*" do esquadrão alvirrubro, tendo embarcado com seus companheiros de equipe na Estação do Norte no Brás, portando chapéu de feltro, terno claro, gravata-borboleta e calçando finas botinas de cano médio de couro com ilhoses de gancho para o cadarço. Tudo combinando com a elegância típica dos integrantes da esquadra paulistana.

No gramado, sob o arco, tio Arnaldo envergava uma grossa malha branca canelada de gola "*roulée*", tendo no peito o escudo circular do "Glorioso" esquadrão do Jardim América, onde o clube ainda mantém sua sede. Depois dele, quem ocupou a posição foi Kuntz, que em 1925 deu lugar à nova revelação do esquadrão do Paulistano, o menino prodígio Nestor, com quem tive a honra de privar da amizade em frequentes encontros no próprio bar do clube.

Não suficientemente alto para a posição de guarda-linha, Nestor de Almeida era então um senhor tranquilo e gentil de quem ouvia encantado as peripécias da fantástica excursão do Paulistano à Europa e de sua atuação nos cinco últimos anos da atividade no "*football association*" do Paulistano. Nestor foi campeão paulista pela última vez em 1931, mas por outro "*club*", o São Paulo da Floresta, como ficou conhecido o São Paulo Futebol Clube constituído quando o "*football*" amador foi profissionalizado.

São Paulo Futebol Clube

Inconformados com a decisão da diretoria do Paulistano em não aderir ao profissionalismo e extinguir o departamento de futebol amador, alguns associados e jogadores do time, entre os quais a grande estrela do futebol brasileiro Friedenreich, decidiram em 1930 fundar uma agremiação para manter viva a tradição do "*football*" do "*club*" que tantas glórias havia conquistado.

Conhecedores da decadência e das dificuldades financeiras enfrentadas por outro "*club*" da elite paulistana, a Associação

REFLEXÕES VI

Athletica das Palmeiras, o grupo propôs uma união que satisfaria ambas as partes, pois o que faltava para os proponentes da futura agremiação era um campo de treinamento. Como a A.A. das Palmeiras corria risco de perder seu pequeno estádio próprio, dotado de bom gramado e arquibancadas de madeira para 15 mil pessoas na Chácara da Floresta, imediações da Ponte Grande, a fórmula poderia preservar a tradição futebolística das duas agremiações. Após várias prévias entre palmeiristas e paulistanos, chegou-se à decisão que iria resultar na sobrevivência dos dois expressivos times do "football" da cidade. Aceito por unanimidade, foi fundado em janeiro de 1930 um novo grêmio no cenário do futebol paulista, o São Paulo Football Club.

Com a conservação das duas cores originais do Paulistano, o vermelho e branco, e o branco e preto do Palmeiras, cujo uniforme principal era camisa branca com faixa horizontal preta, veio à tona a inspiração para a original camisa do novo "club": branca com duas faixas horizontais, a preta palmeirista e a vermelha paulistana separadas pelo fundo branco.

O distintivo triangular no centro do peito completou os emblemas do primeiro e único time tricolor do campeonato paulista, aquele cuja camiseta é apropriadamente mantida tal e qual até hoje. Contando desde sua fundação com um poderoso esquadrão cuja estrela era Friedenreich, o novo clube iniciou suas atividades auspiciosamente: vice-campeão no seu primeiro ano, foi campeão em 1931 e novamente vice em 1932, 33 e 34.

Em 1934, problemas financeiros advindos da aquisição de uma luxuosa sede, o Trocadero, na rua Conselheiro Crispiniano, bem como desavenças e uma fusão inconveniente justificaram "démarches" para que em dezembro de 1935 o "club" fosse refundado com o objetivo de preservar uma tradição de êxitos e abrir o novo caminho de glórias. E seria, anos depois, o primeiro clube a eleger como presidente um ex-jogador de sua equipe, o arqueiro Roberto Gomes Pedrosa.

Neste ano de Copa do Mundo no País dos reis do futebol desde 1925, os tricolores podem almejar que isso venha a ocorrer mais

REFLEXÕES VI

uma vez, quando seu idolatrado guarda-meta se despedirá da posição. Em anos próximos ele poderá vir a ser o presidente Rogério Ceni. ●

Zuza Homem de Mello: são-paulino desde menino. Aos 9 anos, assistiu a seu primeiro jogo do tricolor no Pacaembu, São Paulo 2 X Comercial 1, em 18 de julho de 1943. Naquela tarde, encostado no alambrado, viu pela primeira vez o arqueiro King, o argentino Don Antonio Sastre, o craque Leônidas da Silva. Com sua camiseta de três listas horizontais, calções e meias brancas, o tricolor que seria campeão jogou com King, Piolim e Florindo; Zezé Procópio, Zarzur e Noronha; Luizinho (capitão), Sastre, Leônidas, Remo e Pardal, o ponta-esquerda que usava um par de chancas de cor bege.

Agradecimento especial a Luiza Andrada, neta do meia-direita do Paulistano, o extraordinário Mário de Andrada.

Artigo publicado no jornal Valor Econômico no dia 13 de junho de 2014

O papel da Justiça no desenvolvimento econômico

José Pastore



O trabalho não é uma *commodity*, por isso não pode ser automaticamente regulado pelo mercado como se faz com o ouro, a soja ou o petróleo. O trabalho requer regulamentação das instituições que levam em conta as suas dimensões econômicas e humanas.

Dentre as principais instituições reguladoras da atividade laboral estão as leis, a fiscalização, a Justiça, o Ministério Público, os sindicatos e as negociações. Desejo nesta palestra concentrar minha atenção no papel da Justiça do Trabalho.

Em eloquente artigo, o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo foi claro ao dizer que o congestionamento dos tribunais de justiça do Brasil constitui um dos mais graves entraves ao crescimento do País (José Renato Nalini, *Por que não a Justiça?*, O Estado de S.Paulo, 20/5/2014). É claro que a Justiça tem o importante papel de preservar a ordem e o estado de direito – essenciais ao regime democrático. Ao mesmo tempo, a atividade dos magistrados é de fundamental importância para garantir os direitos dos cidadãos. Mas, tais funções só podem ser plenamente exercidas quando os juízes têm condições de apresentar sentenças fundamentadas em minucioso estudo e em audiências cuidadosas.

Nada disso é possível com quase 100 milhões de processos que atravancam os juízos e tribunais do Brasil. Por mais que os magistrados se esforcem, é impossível a dedicação do tempo e da atenção que os casos merecem. No caso da Justiça do Trabalho, as ações trabalhistas atingem números espantosos. Só em 2012, tramitaram na Justiça do Trabalho cerca de 7 milhões de processos, sendo 3,8 milhões de casos novos e 3,2 milhões de casos antigos (Relatório do Conselho Nacional de Justiça, Brasília: CNJ, 2013).

REFLEXÕES VI

A produtividade dos magistrados vem aumentando nos últimos anos. E a carga de trabalho de todo o quadro de pessoal da Justiça do Trabalho é reconhecidamente pesada. Ocorre que, enquanto a produtividade cresce 3% ao ano (o que é admirável), o número de processos novos aumenta 6% como ocorreu nos últimos anos. Com isso, um enorme acúmulo de ações entope as varas e os tribunais.

A causa da explosão de processos no Brasil não deve ser atribuída ao pessoal do Poder Judiciário. Parte do aumento de ações trabalhistas decorre de empregadores que descumprem a lei. Mas a principal causa está no extremo detalhismo e na moldura gigantesca e complexa do nosso quadro legal. A Constituição Federal tem 67 dispositivos no campo trabalhista com adicional de 14 regras transitórias. A Consolidação das Leis do Trabalho incorpora quase mil artigos, desdobrados em centenas de parágrafos e incisos. Os Códigos Civil e Penal têm dezenas de dispositivos no campo do trabalho. O Tribunal Superior do Trabalho já editou mais de 1.000 atos jurisprudenciais. O Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério da Previdência Social possuem uma imensidão de regras detalhadas e precedentes administrativos que aumentam a cada dia. O Ministério Público do Trabalho, igualmente, tem inúmeras exigências. No campo internacional, são 82 as Convenções da OIT ratificadas e em vigência no País.

Com tamanha complexidade e tantas possibilidades de recursos, o sistema processual da Justiça do Trabalho é um verdadeiro convite ao litígio. Isso alimenta a cultura da excessiva “judicialização” que reina no Brasil. É lamentável verificar que a energia dos magistrados é mobilizada para julgar casos idênticos e que se repetem a cada dia. O pior é constatar que, para casos idênticos, as sentenças são variadas, fazendo jus ao ditado de “cada cabeça uma sentença”.

Nalini cita a visita de um grupo de investidores chineses que indagaram: “Presidente, se a lei é a mesma, porque há tantas sentenças divergentes”? Por trás dessa pergunta está a apreensão dos investidores com a insegurança jurídica que domina o ambiente de negócios do Brasil. Decisões de efeito retroativo Na área do trabalho é razoável dizer-se que nenhuma empresa sabe exatamente

qual é o seu passivo trabalhista.

Quando muito, pode estimar o passivo declarado nas ações judiciais que correm no Poder Judiciário, mas não sabe qual é o seu passivo oculto que decorre de leis e sentenças de efeito retroativo.

É isso mesmo. O Brasil deixou para trás, há muito tempo, a cunhagem de leis que geram efeitos a partir da data da sua publicação. A lei 12.506/2011, por exemplo, estabeleceu que para cada ano de trabalho o empregado tem direito a três dias de aviso prévio, além dos 30 dias normais estabelecidos na Constituição Federal. Ou seja, as empresas que têm um quadro de pessoal de 15 ou 20 anos de trabalho (em média), se viram obrigadas a fazer uma provisão de 45 ou 60 dias para cada funcionário referente ao passado para cobrir eventuais desligamentos de seus empregados. Ocorre que as empresas não embutiram no preço dos bens e serviços que venderam naquele período os recursos necessários para a referida provisão. É isto que leva muitos investidores estrangeiros a dizer que no Brasil, nem o passado é previsível.

Evidentemente, essas surpresas geram uma enorme insegurança jurídica, atrapalham os negócios, inibem investimentos e conspiram contra a geração de empregos de boa qualidade. Os estudiosos da relação entre direito e economia são unânimes em dizer que o bom Judiciário é o que dá garantia para os contratos em longo prazo. Mais especificamente, o bom Judiciário é o que opera com baixo custo, decisões rápidas e previsíveis.

As Súmulas do TST

As incertezas geradas pelas leis de efeito retroativo se repetem na jurisprudência da Justiça do Trabalho. Muitas súmulas do Tribunal Superior do Trabalho tributam o passado das empresas, sem atentar para as suas consequências econômicas e sociais. Ao dizer, por exemplo, que empregados e empregadores estão impedidos de negociar a redução do horário de refeição, a Súmula 437 alcança as empresas que, com base na Portaria 42/2007 do Ministério do Trabalho, negociaram tais acordos, inclusive, com a participação e aprovação dos sindicatos laborais. Na Justiça do Trabalho, a redução de horário negociada passou a ser tratada como hora extra,

sujeita a juros, correção monetária e recolhimento de encargos majorados, causando enormes prejuízos às empresas que agiram de boa-fé com os empregados e respectivos sindicatos. Este é mais um exemplo para mostrar que o passado foi pesadamente tributado por força de decisão judicial.

Estudo recente sobre o assunto mostra que medidas que afastam e inibem a negociação geram prejuízos para empregadores e empregados pelo fato de as partes ficarem impedidas de praticar o jogo do ganha-ganha, levando-as a adotar condutas cercadas de perdas bilaterais (André Portela e Eduardo Zylberstajn, *A dimensão Econômica das Decisões Judiciais*, São Paulo: Fecomercio-SP, 2014). Ao tornar rígido o limite de horário de entrada e saída nas empresas, como quer a Súmula 366 do TST, muitos empregados se viram privados de nelas permanecerem depois do expediente onde estudavam e faziam exercícios para a escola noturna. Outros, em dias de chuva, ficam impedidos de entrar no recinto das fábricas. É o jogo do perde-perde.

Os efeitos da tributação do passado

Este espaço é insuficiente para narrar as centenas de casos em que leis e sentenças criam enormes incertezas e elevadas despesas para as empresas for força de sua incidência em um tempo que não existe mais, inviabilizando, a possibilidade de recuperação dos recursos via preços. O comentarista desavisado pode argumentar que as empresas podem fazer a referida recuperação majorando os preços no presente. Duas são as limitações com esse expediente. A primeira diz respeito à concorrência nacional e internacional que se tornou muito acirrada, impedindo as empresas de elevar preços impunemente. Os consumidores estão atentos, e sempre prontos para comprar um bem importado ou mesmo produzido no Brasil e que apresenta a mesma qualidade por preço menor.

A segunda limitação diz respeito ao impacto inflacionário intolerável que teria a decisão de recuperar o passado por meio da majoração dos preços no presente. Isso corroeria o poder de compra, com sérios prejuízos para toda a sociedade, em especial, para os trabalhadores que, no fundo, são os consumidores.

Não há a menor dúvida de que a tributação do passado constitui um dos mais perversos desestímulos aos investimentos do presente e do futuro.

Súmulas e desconfiança

A grande profusão de súmulas do TST está afetando consideravelmente a confiança dos empresários. A Súmula 277, por exemplo, diz que as cláusulas dos acordos e convenções anteriormente negociadas tornaram-se eternas, pois só podem ser modificadas mediante a vontade das partes contratantes. Se uma não quiser, a cláusula continua em vigor e integrada ao contrato individual de trabalho (contrariando o art. 614 da CLT). Trata-se, sem dúvida, de um grande desprestígio à livre negociação.

Em decorrência dessa súmula, as partes evitarão assumir compromissos na mesa de negociação, anulando a riqueza daquele mecanismo e abafando a liberdade de inovar. Além de inibir o jogo do ganha-ganha, esse tipo de expediente conspira contra o bom relacionamento que deve existir para se ter êxito em uma economia competitiva.

Terceirização: proibição por súmula

A Súmula 331 é igualmente evitada de incertezas, embora se reconheça o seu importante papel de preencher o vácuo legal no campo da terceirização. Mas, proibir a contratação de atividades-fim sem que isso seja adequadamente definido é uma fonte de grave incerteza para contratantes e contratados. É de admirar que só agora (2014) o Supremo Tribunal Federal foi despertado para a referida incerteza. Afinal, onde está a lei que impede a contratação de atividade-fim? É possível proibir sem base em lei? Essas são as questões colocadas à Suprema Corte que já considerou o Agravo 713.211 de Minas Gerais como de repercussão geral.

Na economia moderna e globalizada, nada pode ser feito sem uma boa divisão do trabalho que inclui a terceirização. Isso é crucial para os produtores e para os consumidores. Quanto custaria um apartamento se a empresa construtora fosse obrigada a comprar o equipamento pesado para a terraplanagem do terreno e manter em

REFLEXÕES VI

seu quadro fixo todos os operadores (eletricistas, encanadores, pintores, vidraceiros, etc.) por longos períodos de ociosidade?

Os dados sobre terceirização no Brasil e no mundo mostram que esse tipo de divisão do trabalho avança em todos os setores não apenas para atividades de apoio, mas, sobretudo, para atividades finalistas. Até mesmo no setor público isso ocorre quando os governos contratam serviços de limpeza pública, coleta de lixo, construção e manutenção de obras públicas, fiscalização e segurança de aeroportos e rodoviárias e várias outras chegando até mesmo à administração de presídios. Em estudo realizado em 2005, verificou-se que 60% dos serviços contratados pela administração pública brasileira envolviam atividades finalísticas (Helder Santos Amorim, *Terceirização no Serviço Público*, São Paulo: Editora LTR, 2009, citado por Carlos Juliano Ribeiro Nardes, "A terceirização no serviço público: entendimentos distintos", mimeo, 2011).

Aliás, os gastos com a terceirização de serviços no serviço público têm aumentado e não diminuído. Entre 2005 e 2010 as despesas com terceirização do governo federal aumentaram 82% (Marcos Mendes e Marcos Köhler, *Por que o governo gasta tanto com terceirização?* São Paulo: Instituto de Economia Fernand Braudel, 2010). Só em 2010, o governo federal contratou quase R\$ 4 bilhões em serviços terceirizados.

É interessante notar que a própria Justiça do Trabalho mantém cerca de 16% de terceirizados no quadro de pessoal do TST. Em várias regiões do País, essa participação vem aumentando. Entre 2012 e 2013, a proporção de funcionários terceirizados Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul aumentou quase 20%. Na Paraíba, 24%; em Pernambuco, 28%; no Paraná, 34%; e no Distrito Federal e Tocantins, ultrapassou a casa dos 71%. (Conselho Nacional de Justiça e Tribunal Superior do Trabalho, *Justiça em números*, Brasília: Relatório Anual de 2013, p. 10).

As razões para a terceirização no setor público são as mesmas encontradas no setor privado: simplificação administrativa, redução de custos fixos, melhoria da qualidade dos serviços e melhor atendimento do público.

O impedimento da atividade-fim

Contrariando a tendência mundial, no Brasil uma empresa do setor da tecnologia da informação, por exemplo, não pode contratar empresas de tecnologia da informação no pressuposto de que os funcionários das empresas dominam por completo a crescente ciência nesse campo.

A impugnação de contratos de licitação considerados ilícitos tem sido acompanhada de pesadas multas e inviabilização de muitos negócios quando o que mais interessa não é saber se a atividade é fim ou meio e sim que as proteções trabalhistas e previdenciárias dos trabalhadores sejam rigorosamente respeitadas.

A subjetividade de interpretação das atividades fim e meio gera uma enorme insegurança jurídica, muitas vezes potencializada pela ação do Ministério Público do Trabalho ao tratar das questões “metaindividuais” ou “transindividuais”. A essa incerteza, adicionam-se os casos em que procuradores do trabalho dão início ao processo investigatório, comunicando o fato à imprensa que, por sua vez, publica o nome da empresa envolvida em veículos de grande circulação, afetando sua imagem e causando prejuízos muitas vezes irreparáveis. Isso ocorre até mesmo nas ações civis julgadas improcedentes pelo Poder Judiciário. A essa altura, entretanto, a empresa já perdeu sua reputação junto aos financiadores, fornecedores e consumidores, reduzindo o valor de suas ações na Bolsa de Valores. Isso ocorre em situações nas quais o nome da empresa deveria ser mantido em sigilo até a apuração final dos fatos e eventual condenação pela Justiça do Trabalho.

Como se vê, decisões judiciais são de enorme importância para a esfera econômica e se refletem no bem-estar da população em geral.

Os métodos alternativos de resolução de conflitos

Tudo isso gera um alto custo no Brasil. A Justiça brasileira precisa ser desafogada o que permitiria aos juízes ouvir atentamente os argumentos das partes envolvidas nos litígios.

Bom seria se o Brasil viesse utilizar os métodos alternativos de resolução de conflitos como a conciliação, a autocomposição, a

mediação e a arbitragem. Esta que é utilizada na área trabalhista com sucesso nos países de tradição anglo-saxônica é aqui banida sob a interpretação de que os direitos trabalhistas são indisponíveis e não podem ser transacionados.

É interessante observar que na frente dos juízes, sob forte pressão para se chegar a um acordo, os mesmos direitos são transacionados com liberdade – exceto, é claro, os que se referem às contribuições aos órgãos públicos.

O Brasil deu um grande passo ao aprovar a Arbitragem (Lei 9.307/1996) e as Comissões de Conciliação Prévia (Lei 9.958/2000), mas as duas perderam efetividade em grande parte pela falta de apoio do Poder Judiciário. Na área civil, porém, as Câmaras de Arbitragem existentes no Brasil mostram resultados francamente positivos tanto na mediação como na arbitragem propriamente dita quando tudo se resolve por vontade das partes em pouco tempo e baixo custo econômico e psicológico.

Justiça e crescimento econômico

O Brasil poderia estar melhor do que está hoje se contasse com leis e sentenças previsíveis e métodos alternativos de resolução dos conflitos trabalhistas. O oportunismo e a imprevisibilidade são a antítese do planejamento e da programação dos investimentos.

Respondendo a uma pesquisa realizada por Armando Castelar, empresários e magistrados concordaram que os problemas da morosidade e os altos custos decorrentes afetam o crescimento econômico do País, mas discordam quanto à imprevisibilidade das decisões judiciais.

Os juízes argumentam que, com suas sentenças, buscam a justiça social, desconsiderando que a morosidade e a imprevisibilidade conspiram contra a justiça que pretendem distribuir (citado por Micheli Pereira, O mau funcionamento do Poder Judiciário como empecilho ao Desenvolvimento Econômico Brasileiro, revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional, nº 2, jan-jun de 2010).

Documentos do Banco Mundial enfatizam que o Poder Judiciário

REFLEXÕES VI

precisa agir de forma previsível e eficiente uma vez que a sua má atuação se reflete diretamente na economia do País, desestimulando transações comerciais, adicionando-lhes riscos e custos, assim como reduzindo o tamanho do mercado e conseqüentemente a competitividade (citado por Maria Dakolias, O Setor Judiciário na América Latina e no Caribe, Washington D.C.: Banco Mundial, Documento Técnico, nº 319, 2010, in Micheli Pereira, op. cit.).

Armando Castelar, estudioso da relação entre economia e Justiça enfatiza que os altos riscos de transação ocasionados pela demora e imprevisibilidade da Justiça afastam o sistema de preços dos padrões internacionais, distorcendo a alocação de recursos (Armando Castelar Pinheiro, Judiciário e Economia no Brasil, São Paulo: Sumaré, 2000).

Conclusão

No campo trabalhista, as nossas instituições precisam garantir maior segurança aos agentes sociais – trabalhadores e empreendedores. Só assim poderemos nos posicionar de modo firme entre as nações mais eficientes e mais competitivas do mundo. Está na hora de se discutir democraticamente uma boa reforma do Poder Judiciário em nosso País. Está na hora também de se estabelecer uma maior interação entre os profissionais das áreas jurídica e econômica a começar do próprio ensino de direito nas faculdades do País. ●

José Pastore

Palestra proferida no Tribunal Superior do trabalho no dia 5 de junho de 2014

Um País em chamas

Cristiano Romero



O Brasil vive uma situação aparentemente contraditória: a taxa de desemprego continua cadente – em abril, atingiu o menor patamar (4,9%) da série histórica para esse mês – e, mesmo assim, o que se vê nas ruas são protestos ruidosos, greves oportunistas de servidores públicos às vésperas da Copa do Mundo, desrespeito de grevistas a decisões judiciais, invasões impunes de prédios públicos, aumento da violência, forte polarização política nas redes sociais e na imprensa.

Se há uma palavra para definir este momento é insatisfação, como, aliás, captou pesquisa recente do instituto americano Pew Research. Segundo a enquete, a primeira conduzida pela entidade com representatividade nacional, 72% dos brasileiros estão insatisfeitos. Um ano atrás eram 55%.

As manifestações deflagradas em junho do ano passado exercem papel definitivo nesse ambiente. O que começou como protesto de um movimento específico – o do Passe Livre (MPL) – acabou por catalisar uma insatisfação latente em vários setores da vida nacional. Há descontentamento com os precários serviços de saúde, a educação de baixa qualidade, a falta de segurança nos centros urbanos, a corrupção da classe política, a desigualdade entre ricos e Pobres, etc.

Brasil não promove reformas institucionais há mais de dez anos

A realização da Copa do Mundo, com a construção de estádios dispendiosos, bancada por empréstimos subsidiados de bancos públicos, e a ausência quase absoluta de legado em termos de infraestrutura urbana, tornou-se apenas mais um elemento a catalisar a insatisfação popular.

REFLEXÕES VI

Com o início do torneio amanhã, o mau humor com o evento deve ser em grande medida superado, como indica o monitoramento feito pelo site **Causa Brasil** nas às redes sociais – o tema "apoio à Copa" superou há duas semanas o de "boicote à Copa".

Trata-se de uma trégua. No fundo, o que os manifestantes de rua estão exigindo é a retomada de reformas institucionais, porque apenas com a sua realização o Brasil terá serviços públicos de qualidade, carga tributária menor e mais equilibrada, menor desigualdade de renda, maior justiça social, economia estável em bases permanentes, infraestrutura condizente com o tamanho e as aspirações do País e sistema político representativo dos interesses da maioria dos brasileiros.

Somente reformas institucionais corrigirão distorções como, entre outras, as do sistema tributário brasileiro, que taxa mais os pobres que os ricos por meio de impostos diretos e indiretos sobre o consumo; do ensino universitário, que educa gratuitamente os filhos da elite nas melhores universidades públicas e oferece bolsas para que os estudantes de baixa renda se formem em fábricas (particulares) de diploma; do Imposto de Renda, que permite aos ricos e a quem tem dinheiro para pagar plano de saúde ou consulta médica deduzir esses gastos, tirando na prática recursos da saúde pública; do sistema de crédito estatal, que direciona dinheiro subsidiado do Tesouro a empresas com acesso aos mercados de capitais dentro e fora do País; do funcionalismo, que tem estabilidade no emprego, ao contrário dos trabalhadores do setor privado; do regime de trabalho de juízes e procuradores, que têm direito a dois meses de férias remuneradas por ano; do regime próprio de previdência do setor público, que acumula déficit (coberto por todos os contribuintes) de R\$ 62,7 bilhões por ano para beneficiar 972.324 pessoas, enquanto o INSS registra déficit de R\$ 49,8 bilhões para um universo de 31,1 milhões de beneficiários; da economia fechada, que isola o País, impedindo-o de se modernizar.

A última reforma institucional importante realizada no Brasil data de 2003, quando o Congresso Nacional aprovou a emenda constitucional que igualou as regras de aposentadoria do

REFLEXÕES VI

funcionalismo às dos trabalhadores do setor privado. Na prática, aquela reforma só entrou em vigor nove anos depois, quando a presidente Dilma Rousseff decidiu regulamentá-la – proponente da emenda, o então presidente Lula desistiu de concluir a reforma por considerá-la politicamente custosa.

Desde então, as propostas de mudança institucional foram abandonadas, sob a desculpa de que "os brasileiros não querem reformas". Trata-se de uma falácia, usada com o intuito de esconder a falta de vontade política para enfrentar os interesses mais retrógrados da República. Os protestos exigem transformações e estas só poderão ser viabilizadas mediante reformas.

A presidente Dilma perdeu oportunidade histórica ao não abraçar as bandeiras das manifestações, incorporando-as à agenda de seu governo e desafiando a ampla base política que a apoia a aprová-la. Seria uma agenda capaz de unir o País. Atônita, a presidente abraçou sua coalizão anti-impeachment e reagiu com platitudes que sabia inviáveis (constituente exclusiva para tratar da reforma política, pacto fiscal, mobilidade urbana). Na prática, não apresentou proposta concreta e tudo ficou como está.

No fim da primeira fase dos protestos, o governo Dilma se tornou o principal tema das manifestações. Era natural que isso ocorresse, uma vez que, diante das manifestações, a população responsabilizasse Brasília por todos os males. E como a economia vai mal há três anos, em decorrência principalmente de equívocos cometidos pelo próprio governo, a presidente não consegue alinhar uma estratégia para enfrentar as adversidades. Em clima eleitoral, passou a açular os adversários com um discurso que prega o medo: apenas uma gestão do PT manterá os direitos dos trabalhadores e evitará medidas impopulares.

Enquanto isso, o País vive um impasse. Está paralisado no modelo que, em meio aos ganhos iniciais da estabilização econômica, permitiu a adoção de programas de transferência de renda, diminuindo a desigualdade social. O aumento da equidade, daqui em diante, dependerá de avanços significativos nas áreas de educação e saúde. O problema é que o Estado, que se agigantou nos

REFLEXÕES VI

últimos anos, está exaurido: cobra uma carga elevada de tributos, a mais alta do mundo em desenvolvimento – cerca de 36% do PIB –, asfixiando o setor privado, para no fim prestar péssimos serviços à sociedade em quase todas as áreas. ●

Cristiano Romero: editor-executivo, escreve às quartas-feiras.

Artigo publicado no jornal Valor Econômico no dia 11 de junho de 2014

LUIZ BIANCHI

É a economia, presidente!

Cristiano Romero



Governos são bem avaliados pela população quando a economia vai bem. Mesmo aqueles que tomam políticas corretas, que beneficiam a maioria da população ou os menos favorecidos, só ganham reconhecimento quando a inflação está sob controle, o Produto Interno Bruto (PIB) se expande de forma razoável e a taxa de desemprego é pequena e cadente. O governo da presidente Dilma Rousseff possui méritos inegáveis em algumas áreas, mas falha onde não pode: na economia.

Dilma iniciou o mandato, em 2011, disposta a fazer o que seu antecessor não fez por falta de vontade política. A primeira decisão foi encaminhar ao Congresso proposta de criação do fundo de pensão dos funcionários públicos federais (Funpresp), medida necessária para regulamentar a reforma constitucional que acabou com a aposentadoria integral dos servidores. Trata-se de um notável avanço institucional, uma vez que o regime anterior era financeiramente insustentável, além de socialmente injusto.

A presidente teve que contrariar interesses dentro de seu partido, o PT. Foi corajosa e, mesmo assim, não teve, da parte do mercado e dos analistas econômicos em geral, o devido reconhecimento por ter avançado em aspecto tão importante para o equilíbrio das contas públicas em longo prazo. Boas iniciativas são obscurecidas por mau desempenho econômico.

Numa decisão histórica, o governo também acertou ao conceder a empresas privadas a gestão dos maiores aeroportos brasileiros. Uma vez mais, enfrentou a resistência do PT, contrário a privatizações. Por causa de interesses corporativistas, o modelo veio com uma jabuticaba injustificável – a participação da estatal Infraero com 49% do capital das novas operadoras –, mas, ainda assim, o

controle e a gestão dos aeroportos passaram a ser privados, o que garante a eficiência do negócio. No momento seguinte, a presidente estendeu a concessão a outros setores da logística nacional onde há gargalos – rodovias, ferrovias e portos. No primeiro caso, já foram aprovadas várias concessões, ainda que de forma conturbada, após idas e vindas quanto à fixação de regras para atrair o interesse privado. No caso das ferrovias, o modelo adotado ainda não pegou, enquanto, no de portos, ainda se está no meio do caminho (os privados já operam sob novas regras, liberalizantes, e os públicos ainda dependem de um aval do Tribunal de Contas da União para se reorganizar).

A presidente Dilma adotou programas merecedores de elogio em outras áreas. O **Ciência Sem Fronteiras**, cuja ambição é permitir que 100 mil brasileiros estudem nas melhores universidades do planeta, é um deles. O **Minha Casa, Minha Vida**, gestado ainda no governo Lula pelo economista Nelson Barbosa, mas sob a liderança da presidente Dilma, também é um importante programa social. Já o **Mais Médicos** seria mais bem entendido se não envolvesse a ditadura cubana, que explora seus médicos com regras anacrônicas, inaceitáveis para uma democracia como a brasileira.

O problema é que os acertos da presidente são obscurecidos pelos equívocos cometidos na gestão macroeconômica. O pecado original foi a adoção de uma meta de natureza política, mais que econômica: a redução voluntariosa da taxa de juros. Em perspectiva, é possível constatar que todos os maus resultados da política econômica sob Dilma decorrem dessa decisão.

A ideia de diminuir a taxa de juros a qualquer preço – fixou-se inclusive um número mágico para 2014: 2% em termos reais – prescinde, antes de tudo, da tolerância com uma inflação mais alta. Daí decorre uma série de decisões, sendo a principal delas o congelamento do preço da gasolina, além da redução, em condições adversas, das tarifas de energia e do corte do IPI de uma série de produtos manufaturados num ambiente de consumo acelerado.

O curioso é que, na estratégia batizada como "nova matriz macroeconômica", havia múltiplos objetivos. O plano era baixar a

REFLEXÕES VI

taxa de juros, administrar o câmbio para favorecer as exportações (essencialmente, de produtos manufaturados), manter a inflação dentro do intervalo de tolerância (teto de 6,5%), expandir o gasto público, diminuir o superávit primário para favorecer desonerações tributárias seletivas, estimular o consumo via corte de impostos e aumento das transferências de renda. Em resumo, a ideia era crescer, reduzir o juro, desvalorizar o câmbio, acelerar o gasto público e controlar a inflação. Simultaneamente.

Com o fracasso da estratégia, iniciou-se, talvez, a queda de braço mais longa e desgastante entre governo e mercado desde a adoção do regime de metas para inflação no Brasil.

Brasília aceitou fazer inflexões nas políticas monetária e cambial, mas não na fiscal. O governo ainda acredita, mesmo em meio à redução da nota de crédito do Brasil pelas agências de classificação de risco e à ameaça de perda do grau de investimento, que aumentar o superávit primário é ceder a uma agenda dos rentistas. O cabo de guerra já dura mais de um ano, com terríveis consequências.

Por causa dessa contenda, o Banco Central foi obrigado a elevar a taxa de juros a um patamar muito mais alto que o necessário – algo que, depois de um ano de carga, está provocando estragos na atividade econômica –, embora ainda insuficiente para levar a inflação à meta. Dada a inconsistência da política que faz o juro andar mais rápido porque a demanda do setor público não para de crescer, a principal consequência é o abatimento da confiança de empresários e consumidores, que, neste momento, registra níveis comparáveis aos da crise mundial de 2008/2009, quando o Brasil passou por uma recessão.

Os efeitos da queda da confiança são mensuráveis: as vendas no varejo registraram, em março, o segundo resultado negativo desde dezembro de 2003; a taxa de investimento da economia, depois de um breve intervalo de tempo operando no positivo, voltou a entrar em território negativo no primeiro trimestre do ano.

O governo se fia no baixo desemprego para sustentar que suas opções na gestão macroeconômica são corretas, mas, como advertiu Armínio Fraga, em entrevista à Claudia Safatle, do Valor, a semente

REFLEXÕES VI

do desemprego já foi plantada. Uma indicação disso é que o setor de serviços, o que mais cresceu nestes anos de forte estímulo ao consumo, começa a mostrar sinais de fadiga. ●

Cristiano Romero: editor-executivo, escreve às quartas-feiras.

Artigo publicado no jornal Valor Econômico no dia 18 de junho de 2014

LUIZ BIANCHI

Os vários dilemas do capitalismo brasileiro

Alexandre F. Barbosa



Inflação, câmbio, juros e superávit primário. O debate econômico no Brasil tem girado em torno destas variáveis, na ilusão de que se possa captar o seu funcionamento a partir de relações puramente quantitativas, dissociadas da dinâmica produtiva, das relações sociais e do padrão de inserção externa do País.

Ficamos, assim, presos ao tripé da política econômica – câmbio flutuante, meta de inflação e superávit primário –, reverenciado como se fosse a própria santíssima trindade.

Os dois candidatos de oposição juram de pés juntos que o tripé sagrado, caso eleitos, será mantido. O próprio governo, que tentou instaurar uma nova matriz econômica, depôs as suas armas, em virtude do calendário eleitoral, e se curvou aos desígnios do deus "mercado". Esse se parece mais com o que o historiador Fernand Braudel chamava de "contramercado", no intuito de revelar como, na camada superior da vida econômica, os grupos com poder de monopólio exercem controle sobre as políticas públicas, deixando de fora a sociedade dos acordos de cúpula.

É importante ressaltar que o tripé da política econômica foi inaugurado no segundo governo FHC na sequência da crise cambial de 1999, e mantido durante o governo Lula. Nesse período, favorecido pela maré montante da economia global e pelas políticas de reativação do mercado interno, ele parecia funcionar perfeitamente. O mundo crescia e as exportações brasileiras, não apenas de *commodities*, acompanhavam seu ritmo. Os juros caíam, estimulando o crescimento econômico e o aumento do gasto público, mesmo com superávites primários elevados. O câmbio

REFLEXÕES VI

valorizado, especialmente a partir de 2006, assegurava preços internos sob controle.

Não existe política econômica "boa" ou "ruim", mas, sim, mais ou menos adaptada a cada tipo de capitalismo

O quadro acima foi comprometido não exatamente pela crise dos países desenvolvidos, mas pelo novo modo de entrosamento do Brasil à economia global. A partir de 2011, China, Estados Unidos e União Europeia passaram a desovar seus estoques no mundo, afetando os países com mercado interno dinâmico e moeda em franca valorização. O corte de gastos e a elevação dos juros no início do governo Dilma contribuíram para a desaceleração. As expectativas já estavam comprometidas quando o governo atendeu todas as demandas do setor produtivo (desonerações fiscais, concessões, desvalorização do câmbio e redução dos juros), que respondia acusando a presidente de "intervencionista".

Ou seja, nem a política econômica do governo Lula é a "maravilha" que se pinta e nem a do governo Dilma é o "fracasso" descrito por boa parte dos analistas econômicos da grande mídia. O que mudou foi o contexto nacional e internacional, transformando o tripé numa armadilha para o crescimento.

Para elucidar essa mudança, é preciso compreender o funcionamento das engrenagens do capitalismo no Brasil. Deve-se ressaltar que Estado, mercado e sociedade civil se relacionam de diversas maneiras nos vários tipos de capitalismo. Não existe capitalismo sem Estado. Portanto, a questão é saber como e onde atua o Estado, e com que objetivos.

O que dizer, então, da "variedade de capitalismo" em vigor no Brasil? Esse conceito cada vez mais em voga enfatiza os diversos padrões de eficiência e de complementaridade institucional vigentes nas economias com alguma capacidade de endogeneizar⁷ os processos de acumulação de capital. Tal é o caso do Brasil, que se

⁷ **Endogeneizar:** valorizar recursos internos.

REFLEXÕES VI

diferencia de boa parte da periferia da economia mundial contemporânea. Partindo desta perspectiva, não existe política econômica "boa" ou "ruim", mas, sim, mais ou menos adaptada a cada variedade de capitalismo.

Como compreender a economia brasileira recente sob este prisma? Trata-se de um capitalismo revigorado nos anos 2000, não mais restrito à esfera financeira, tendo elevado o nível de investimentos produtivos e se aproveitado de maneira positiva, algo até então inédito, do potencial inclusivo do mercado de trabalho e da expansão de uma rede de proteção social, ainda insuficiente. Isso apesar do tripé.

Agora, entretanto, o déficit em transações correntes se amplia num contexto de baixo crescimento e pressões inflacionárias concentradas no setor de serviços. O governo faz o câmbio se valorizar – por meio do aumento dos juros – para controlar uma inflação que não é de demanda, sacrificando os investimentos públicos e as políticas sociais a fim de assegurar o superáвите primário do gosto do freguês, mais uma vez o sacrossanto "mercado". A variedade de capitalismo existente no Brasil revela então as suas deficiências estruturais.

Nesse novo contexto, há quem veja o problema na "falta de competitividade". Ele é bem mais complexo, originando-se de várias causas – política cambial errática, elevada capacidade ociosa, insuficiente estratégia de integração regional, indefinição do marco regulatório para a infraestrutura econômica e social, limitado acesso ao crédito, inclusive para exportações –, que impedem a internalização de setores e nichos de alta produtividade via capital nacional ou estrangeiro. As propostas de assinatura de acordos de livre-comércio com os países desenvolvidos, hoje em negociação, em vez de aumentarem a competitividade, apenas completariam o processo de vinculação passiva do País às cadeias internacionais de valor.

Paralelamente, as altas taxas de juros impõem um patamar de rentabilidade mínimo para as empresas concessionárias de serviços públicos, comprometendo o papel do Estado na definição de metas

REFLEXÕES VI

de investimento e de preços exequíveis para o sistema econômico. Os juros altos impõem ainda uma pressão de custos para o sistema produtivo, travando a ampliação do mercado de capitais e jogando para o BNDES a hercúlea tarefa de atuar em todas as frentes – infraestrutura, inovação, setor industrial, governos municipais e estaduais e internacionalização das empresas brasileiras. Para completar, constroem a expansão dos gastos em educação, saúde, habitação e mobilidade urbana, que precisam de mais investimentos e cujos impactos sobre o emprego e a renda se mostram expressivos.

Em síntese, o ciclo expansivo da era Lula se esgotou pelas limitações que lhe eram inerentes, as quais foram aguçadas pela crise financeira dos países desenvolvidos, alterando assim o padrão de inserção externa da economia brasileira.

Para que as engrenagens deste capitalismo voltem a funcionar, permitindo a elevação da produtividade com queda da desigualdade – equação não natural e que depende do papel do Estado e da pressão da sociedade –, temos que superar o tripé da política econômica. Não é algo fácil e nem passível de ser feito em curto prazo. Mas se não o fizermos, corremos o risco de conviver com taxas de crescimento inferiores a 3% ao ano e pôr em risco os avanços sociais obtidos na primeira década do século XXI. ●

Alexandre de Freitas Barbosa: professor de história econômica e economia brasileira do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP).

Artigo publicado no jornal Valor Econômico no dia 17 de junho de 2014

A lerdeza estatal e a comunicação

Eugênio Bucci



O Estado demora. Por definição e antes de qualquer outra providência, demora. Demora tanto que parece torturar a sociedade, impondo a todos nós um sofrimento compulsório. A percepção aflitiva de que o Estado inelutavelmente⁸ demora, e demora, e demora mais é fonte de neuroses do nosso tempo.

Vamos aos exemplos. O escândalo do mensalão explodiu na opinião pública em 2005, lá se vão oito anos, e o julgamento se arrasta até hoje, difundindo a desagradável sensação de que a Justiça, quando tarda, falha. Um magistrado debruçado sobre os autos (e apenas sobre os autos) talvez argumente que o processo jurídico tem seu tempo próprio e que, em relação a esse tempo, não há atrasos. Do outro lado, o cidadão em turbulência, atirado à liquidez total das bases materiais da vida real, diria que o tempo do processo jurídico se divorciou do tempo da sociedade – e, em relação a este, demora demais.

O Legislativo demora igualmente. O Marco Civil da *internet* vem se arrastando há anos. Enquanto isso, as conexões da era digital já funcionam massiva e maciçamente, sem que exista uma lei para regulá-las a contento. A lei tarda – e falha –, assim como tardam e falham as respostas do Poder Executivo aos protestos de rua, que já começam a minguar depois de mais de três meses de intensa atividade. Também aqui é possível ver que o tempo dos manifestantes (que é o tempo da sociedade) não coincide com o tempo do Estado. Daqui a alguns meses, quando os protestos voltarem, em alta velocidade, o Estado demorará, de novo, a saber o

⁸ **Inelutável:** contra o que é impossível lutar; a que não se pode subtrair; fatal, implacável, invencível.

que fazer.

O descompasso é brutal: é como se o Estado vivesse em uma era histórica e a sociedade em outra. A explicação para esse descolamento desastroso passa pelos padrões tecnológicos da comunicação social: enquanto a máquina estatal se organizou segundo o paradigma dos jornais diários, a sociedade move-se, há décadas, no ritmo das redes digitais interconectadas. Vem daí, da comparação inevitável entre os dois padrões, a sensação de lerdeza que experimentamos quando olhamos para a administração pública.

Há duas expressões da teoria da comunicação que vêm a calhar: instância da palavra impressa e instância da imagem ao vivo. O Estado que aí está foi moldado pela primeira, a instância da palavra impressa, enquanto a vida social se articula hoje na segunda, a instância da imagem ao vivo, a partir da qual floresceram a *internet*, os bancos de dados on-line e as redes sociais. A temporalidade da TV ao vivo e da *internet* é uma só: a instantaneidade e a ubiquidade⁹ na velocidade da luz. Já a instância da palavra impressa é bem mais lenta: operava, e ainda opera, no tempo cíclico das voltas do planeta em torno do Sol, com intervalos de 24 horas.

Se for verdade que o Estado emerge da comunicação social – ou, em termos menos vagos, se for verdade que a instituição do Estado é gerada por meio de sucessivas abstrações que ganham existência formal a partir das práticas comunicativas entre cidadãos livres reunidos na esfera pública –, então também é verdade que foi a comunicação mediada pelos jornais diários que determinou o formato e as rotinas do Estado.

As evidências desse fato histórico são inúmeras. Uma delas, quase uma caricatura, é muito fácil de constatar: enquanto a opinião pública e o mercado seguem os padrões tecnológicos da instância da imagem ao vivo, a bordo do Twitter e do YouTube, uma decisão administrativa do setor público, em regra, só pode gerar efeitos

⁹ **Ubiquidade:** faculdade divina de estar concomitantemente presente em toda parte.

REFLEXÕES VI

depois de aparecer nas páginas do Diário Oficial, que, não por acaso, é um jornal diário.

Pensemos um pouco na figura cadavérica dos diários oficiais. Há dois séculos eram efetivos órgãos de comunicação. Hoje são cemitérios de palavras, que nada comunicam, servem apenas para protocolos burocráticos. Os processos decisórios do Estado são igualmente anacrônicos: seguem trâmites que passam por taquígrafos, deslocam-se em caixotes de processo, carregados por mãos humanas de uma repartição para outra. Quanto à formação da opinião e da vontade de milhões de jovens insatisfeitos, esta se consolida em poucas horas, ou mesmo em minutos. O divórcio é irreversível.

As manifestações de rua que eclodiram de dois ou três anos para cá em toda parte do planeta (do mundo árabe à Europa, passando por Chile, Brasil e Estados Unidos) têm tudo a ver com o desencontro dessas duas temporalidades. Os protestos são um transbordamento da energia social que não encontrou vazão nos canais regulares entre Estado e sociedade civil e, estancada, inundou as cidades do mundo. Vistos por essa óptica, os protestos não são de esquerda ou de direita, embora possam pender mais para a esquerda ou mais para a direita conforme a conjuntura de cada país; acima disso, resultam do confronto aberto entre a velocidade da formação da opinião pública (na instância da imagem ao vivo) e a lentidão da máquina estatal (presa à instância da palavra impressa), que não consegue dar respostas rápidas e eficazes.

O estranhamento entre as duas temporalidades contribuiu decisivamente para o acirramento dos protestos. Os ativistas pacíficos e os desordeiros truculentos sublevaram-se¹⁰ contra um inimigo só: a letargia administrativa e a opacidade do Estado, que, sendo lento e impermeável, fica cego, surdo, mudo e paralisado, deixando, na prática, de ser público.

Diante disso, as mudanças necessárias ao Estado não são apenas as

¹⁰ **Sublevar**: provocar ou armar revolta; revoltar(-se), rebelar(-se), amotinar(-se).

REFLEXÕES VI

reformas tópicas que modifiquem as fórmulas de representação política ou o financiamento dos partidos. O momento pede uma reestruturação profunda dos canais de comunicação entre a máquina pública e a sociedade. Não se trata meramente de mudar o Estado brasileiro, ou o Estado sírio, ou o grego, um ou outro, mas de atualizar o próprio conceito do Estado à luz dos novos padrões tecnológicos e das novas dinâmicas sociais engendradas pelas novas dinâmicas da comunicação social. ●

Eugênio Bucci: formou-se em Comunicação Social pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e em Direito também pela Universidade de São Paulo.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 19 de setembro de 2013

É preciso aumentar o investimento na educação infantil

Sergio Lamucci



Flavio Cunha, professor da Universidade da Pensilvânia: "Sem aluno de qualidade, não existe escola de qualidade"

Para enfrentar os principais problemas da educação no Brasil, é necessário aumentar o investimento no desenvolvimento infantil e definir uma política sensata para identificar e reter os bons professores, diz o economista Flavio Cunha. Professor da Universidade da Pensilvânia,

Cunha escreveu vários estudos sobre a importância da educação infantil com James Heckman, Nobel de Economia em 2000. "Para melhorar a qualidade das escolas públicas, nós temos que melhorar o preparo dos alunos antes que eles cheguem à escola pública primária. Sem aluno de qualidade, não existe escola de qualidade."

Nesse cenário, é fundamental elevar investimentos na educação infantil de crianças carentes, diz Cunha. "Isso pode ser feito por meio de programas de apoio à família, como os feitos nos EUA, Jamaica e Colômbia, dentre outros países.

Esses programas são focados nas crianças carentes de zero a três anos de idade. Para as crianças de quatro e cinco anos, devemos aumentar os investimentos em pré-escola."

Para identificar e reter os melhores professores, Cunha propõe que seja criada uma comissão dedicada exclusivamente à avaliação desses profissionais em sala de aula. "A atuação da comissão deveria ser imparcial e transparente para evitar perseguição e corporativismo. Identificado o bom professor, deveríamos compensá-lo pela sua dedicação para que ele se sinta motivado a permanecer nessa carreira." O crucial é analisar se o professor está

REFLEXÕES VI

sempre presente, se prepara bem a aula, se faz uma apresentação clara dos tópicos que deve cobrir, por exemplo.

Para Cunha, a maior prioridade educacional para quem vencer as eleições neste ano é implantar políticas que diminuam o desperdício de capital humano. "Esse desperdício acontece quando não oferecemos oportunidades de desenvolvimento para as crianças que nascem em famílias carentes ou em localidades muito distantes dos grandes centros urbanos", diz ele, para quem isso também ocorre quando os jovens morrem devido a causas violentas, como homicídio e acidente de carro.

Segundo Cunha, crianças carentes que recebem educação infantil de melhor qualidade tendem a ter mais renda, menor envolvimento com a criminalidade e maior possibilidade de ter casa própria. Há também economia de gastos com educação, porque a repetência diminui, e há redução de despesas públicas com a saúde da criança.

O economista não acredita numa melhora rápida dos estudantes brasileiros em testes de avaliação internacional, como o Pisa da OCDE. "Tentar modificar algum programa que existe no Brasil parece tarefa das mais difíceis, pois o sistema é extremamente descentralizado e autônomo", diz ele. "Podemos tentar começar a construir um sistema educacional agora para que, em 2040, os alunos brasileiros estejam entre os dez melhores do mundo e em 2050 entre os cinco melhores do mundo. Isso é mais ou menos replicar o que a Coreia do Sul fez nos últimos 50 anos."

Cunha ganhou neste ano a Medalha Frisch, distinção concedida a cada dois anos pela Sociedade Econométrica, junto com Heckman, da Universidade de Chicago, e Susanne Schennach, da Universidade Brown. Com mestrado na Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e PhD na Universidade de Chicago, ele é o primeiro brasileiro a receber o prêmio, conferido desde 1978. A seguir os principais trechos da entrevista, feita por meio de intensa troca de *e-mails*.

Valor: O Congresso aprovou um projeto aumentando para 10% do PIB o valor a ser investido em educação pública. A medida é positiva?

Flavio Cunha: Depende de como o dinheiro será gasto. Se o plano é fazer mais do mesmo, então a medida não é positiva. Se o plano for utilizar a oportunidade para lançar novos programas, então pode ser positivo. Nesse caso, depende dos programas que forem lançados. Vamos considerar um exemplo positivo. No Ceará, existe o Programa de Alfabetização na Idade Certa (Paic) que tem como objetivo garantir que toda criança esteja alfabetizada até os sete anos de idade. A análise de Leandro Costa (do Banco Mundial) e de Martin Carnoy (da Escola de Educação de Stanford) mostra que o programa tem impacto relativamente elevado na alfabetização de crianças.

Valor: Por quê?

Cunha: O sucesso do Paic se deve a vários elementos. Para começar, os técnicos da Secretaria de Educação produziram um currículo e materiais de instrução para os professores, que foram usados para formar professores com um foco na sala de aula, algo que, infelizmente, nem sempre ocorre no nosso País. Além disso, o programa contém um elemento de investimento em educação infantil e de formação de leitores. Além desses elementos estritamente técnicos, o programa também investe na gestão municipal do plano, ou seja, o Paic incentiva os municípios a desenvolver uma cultura de monitoramento das escolas, planejamento de ações, coletas de dados, e várias outras iniciativas de gerenciamento. E, para poder avaliar o desempenho do programa, existem as provas que mensuram o produto final do programa. Todos esses elementos são importantes, mas cada um deles é muito difícil de ser implantado. Qual o incentivo que um prefeito do Ceará teria para colocar esse programa em prática em vez dos 500 outros programas que a prefeitura poderia realizar?

No caso do Ceará, a resposta tem quatro letras: ICMS. O governo do Estado atrelou parcialmente a redistribuição de ICMS à *performance* do município no programa de alfabetização. Isso muda os incentivos do gestor. Ele agora percebe que investir na alfabetização aumenta a receita do município. Mas o incentivo por si só não é suficiente. Sem os outros elementos do plano (desenvolvimento do material e treinamento dos professores,

REFLEXÕES VI

educação infantil, incentivo à leitura, investimento em gestão, e um processo de avaliação externa), seria muito mais custoso, ou até impossível, para o município perseguir o objetivo de alfabetizar todas as crianças na idade certa.

"A maior prioridade é tentar programar políticas para reduzir o desperdício de capital humano"

Valor: Os gastos com educação aumentaram nos últimos anos, mas a qualidade continua muito ruim. O Brasil gasta pouco ou gasta mal?

Cunha: Existe localidade que gasta pouco e bem, assim como localidade que gasta muito e mal. Deveríamos investigar os casos em que o dinheiro é gasto bem e tentar replicar essas experiências em locais em que se gasta mal.

Valor: Quais os principais problemas do modelo educacional brasileiro? Como enfrentá-los?

Cunha: O principal problema é que ele falha na tarefa de produzir um ensino de qualidade. Para resolver esse problema, é necessário aumentar o investimento no desenvolvimento infantil e estabelecer uma política sensata de identificação e retenção dos bons professores. Essas medidas básicas me parecem necessárias para avançar na solução dos problemas. Para compreender a razão da minha insistência sobre a importância do desenvolvimento infantil, é preciso entender certas semelhanças entre uma escola e um restaurante. Quando você vai a um restaurante, você quer não somente saborear uma refeição de qualidade. Poucas pessoas iriam a um restaurante de um ótimo *chef* se os clientes fossem inconvenientes. A qualidade de um restaurante é, pois, parcialmente determinada pela atratividade dos clientes. Do mesmo modo, a qualidade da escola é parcialmente determinada pela qualidade dos alunos, os clientes da escola. Quando entendemos essa característica, nós conseguimos explicar o modo como elas operam.

Valor: Dê um exemplo.

Cunha: Quando é publicada a *performance* das escolas no Enem, os muitos pais que se preocupam com educação tentam matricular os

filhos nas poucas instituições mais bem colocadas no *ranking*. Qual a regra que as escolas demandadas usam para alocar as poucas vagas disponíveis entre os muitos concorrentes? Em vez de aumentar a mensalidade, muitas usam um exame de entrada para selecionar os alunos mais promissores, que serão aqueles que terão boas notas no Enem. Isso garantirá a elevada posição da escola no *ranking* e que, finalmente, irá atrair os melhores alunos. Sucesso gera sucesso. Para melhorar a qualidade das escolas públicas, temos que melhorar o preparo dos alunos antes que eles cheguem à escola pública primária. Sem aluno de qualidade não existe escola de qualidade. Por isso, falo tanto na importância da educação infantil. A minha segunda recomendação é ter uma política para identificar e reter os bons professores.

Valor: Como fazer isso?

Cunha: Muitos cientistas sociais acreditam que podemos identificar os bons professores por meio de uma análise criteriosa das notas dos alunos em testes padronizados. A visão que tenho sobre o papel fundamental dos alunos na determinação da qualidade da escola não me deixa sentir tão seguro sobre essa abordagem. Para mim, a maneira mais confiável que podemos utilizar é mensurar a dedicação do professor aos alunos. O professor está sempre presente? Está preparando bem a sua aula? Faz apresentação clara dos tópicos que deve cobrir? Passa e corrige dever de casa? Está seguindo o currículo? Consegue manter a disciplina dentro da sala de aula? Para mim, essas são as maneiras pelas quais podemos mensurar a qualidade do professor. Na prática, teríamos que criar uma comissão que fosse dedicada exclusivamente à avaliação dos professores em sala de aula.

A atuação da comissão deveria ser imparcial e transparente para evitar perseguição e corporativismo. Identificado o bom professor, deveríamos recompensá-lo pela sua dedicação para que se sinta motivado a permanecer nessa carreira.

Valor: Quais devem ser as prioridades para a educação de quem ganhar as eleições presidenciais?

Cunha: A maior prioridade é tentar implantar políticas que visem a

reduzir o desperdício de capital humano no Brasil. Esse desperdício acontece quando não oferecemos oportunidades de desenvolvimento para as crianças que nascem em famílias carentes ou em localidades muito distantes dos grandes centros urbanos. Esse desperdício de cérebros tem um custo enorme para o País. Ele também ocorre quando nossa juventude morre por causas violentas, como homicídio e acidente de carro.

Quando leio as notícias sobre o número de mortes em acidentes de carro nas estradas durante um feriado prolongado, eu sinto pelas famílias das vítimas, mas, como economista, é impossível ignorar que essa perda de capital humano torna o nosso País mais pobre.

Valor: Os resultados dos alunos brasileiros em testes de avaliação internacional como o Pisa mostram o País em geral nas últimas colocações. Há o que fazer para reverter esse quadro rapidamente?

Cunha: Não acho realista. Temos um sério entrave de execução de políticas públicas. Tentar modificar algum programa que existe no Brasil parece tarefa das mais difíceis, pois o sistema é extremamente descentralizado e autônomo. Melhorar a qualidade do ensino requer estabelecer uma política de Estado que deverá ser executada por vários governos. É um projeto em longo prazo. Podemos tentar começar a construir um sistema educacional agora para que, em 2040, os alunos brasileiros estejam entre os dez melhores do mundo e em 2050 entre os cinco melhores do mundo. Isso é mais ou menos replicar o que a Coreia do Sul fez nos últimos 50 anos. É um desafio enorme.

Valor: O sr. tem vários trabalhos com James Heckman mostrando a importância da educação infantil. Quais as principais conclusões?

Cunha: A acumulação de capital humano é algo que começa antes mesmo do nascimento de uma criança e continua ao longo de toda a vida. Portanto, educação e formação de capital humano é papel das escolas, das famílias, das empresas e dos governos. O capital humano adquirido em uma etapa da vida é usado para acumular ainda mais capital humano. Uma vez tendo aprendido a ler,

podemos usar esse conhecimento para ler e aprender sobre matemática.

Déficits em acumulação de habilidades cognitivas aparecem cedo na vida de uma pessoa. Quanto mais tarde intervirmos para alterar essa trajetória, maior será o custo dessa intervenção. Essa é uma das razões pelas quais programas como o Educação de Jovens e Adultos tendem a ter baixo retorno. Capital humano é a combinação de várias habilidades cognitivas e não cognitivas, como persistência, motivação, paciência. Se perdermos as chances de intervir cedo na formação de habilidades cognitivas, podemos focar, sobretudo, nas intervenções que formam as habilidades não cognitivas.

Valor: O Brasil está muito atrasado no investimento na educação infantil? É o caso de investir maciçamente nesse segmento?

Cunha: Sim, temos que aumentar investimentos na educação infantil de crianças carentes. Isso pode ser feito por meio de programas de apoio à família, como os feitos nos EUA, Jamaica e Colômbia, dentre outros países. Esses programas são focados nas crianças carentes de zero a três anos de idade. Para as crianças de quatro e cinco anos, devemos aumentar os investimentos em pré-escola.

"Tentar modificar algum programa no Brasil parece tarefa das mais difíceis, pois o sistema é muito descentralizado e autônomo".

Valor: Quais as principais consequências da educação infantil de melhor qualidade para a vida de crianças carentes?

Cunha: Mais renda, emprego, ter casa própria, menor envolvimento em crime. Há também a redução no custo com educação, pois a repetência diminui, e menor custo do governo com a saúde da criança. Os impactos variam de programa para programa, pois os objetivos são distintos.

Um ponto importante é que esses impactos são maiores quanto melhor for a qualidade da escola. Existe sinergia entre investimento infantil e melhora da qualidade da escola.

Valor: Há algum modelo de outro país que o Brasil deveria seguir?

Cunha: Nós devemos estudar o que foi implantado em outros países e determinar se é desejável e factível colocar em prática no Brasil. Para determinar se é desejável, devemos conduzir uma avaliação de impacto da iniciativa no contexto brasileiro. Um programa pode ser desejável, mas ter custos muito superiores às disponibilidades orçamentárias. Ou o programa pode ferir direitos constitucionais no Brasil. Em ambos os casos, o programa não seria factível.

Valor: Em que medida a baixa produtividade brasileira se explica pela má qualidade da educação?

Cunha: Crescimento em longo prazo decorre de aumentos sustentados na produtividade. Temos que conseguir produzir mais usando os mesmos recursos. Para que isso ocorra, é preciso gerar incentivos para o desenvolvimento e adoção de novas tecnologias de produção. Para desenvolver novas tecnologias, precisamos fazer pesquisa, o que requer capital humano. Para adotar novas tecnologias, precisamos de mão de obra qualificada. Portanto, para ter maior crescimento em longo prazo, é necessário melhorar a qualidade da educação no Brasil. Mas ela é condição necessária, não suficiente. Não adianta educar melhor sem resolver o problema de infraestrutura. Mesmo que a população seja educada, um empresário não vai investir se não houver como atingir o mercado consumidor.

Valor: O que mais é preciso fazer para crescer a taxas mais elevadas?

Cunha: Teremos que reduzir impostos, pois o maior incentivo à adoção e desenvolvimento de novas tecnologias é o lucro. Avançar nesse tema é difícil, pois todo mundo tem medo de perder receita. A classe política entende que a reforma tributária afeta não somente a fatia do bolo, mas também o tamanho do bolo. O problema é que eles também compreendem que o sacrifício é presente e garantido, enquanto o lucro é futuro e incerto. Por essa razão, não conseguimos avançar na direção necessária. O mesmo raciocínio impede a realização de reforma política. Talvez a única abordagem

possível seria realizar agora uma reforma tributária e uma reforma política que entrassem em vigor apenas em 2025.

Valor: Universidades públicas no Brasil, como a USP, não cobram mensalidades. O sr. acha que os alunos mais ricos deveriam pagar?

Cunha: Isso deve ser uma escolha da sociedade e é debatido desde o tempo que eu estava na universidade. As universidades brasileiras necessitam de recursos para aumentar a quantidade e qualidade do ensino e pesquisa. Então, precisamos levantar recursos, mas não acredito que seja possível fazer isso por meio de novos impostos. Uma alternativa é cobrar de alunos mais ricos. Outra alternativa é cobrar um percentual da renda do aluno quando ele estiver trabalhando. Suponha que cada aluno da universidade pública tenha que pagar 3% do salário por mês por um período de 240 meses. Essa alternativa tem certas vantagens e desvantagens. Quem estiver desempregado não paga nada. Quem tiver uma renda mais elevada paga um pouco mais. Isso cria recursos e incentivos para as universidades melhorarem seus programas.

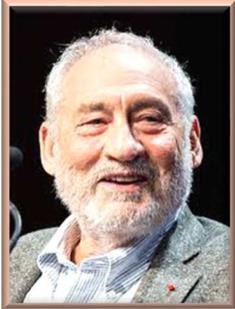
Torna-se interessante para a universidade formar bem os seus alunos, pois, quanto melhor o preparo do aluno, maior a sua renda e maior a receita da universidade. Esse modelo existe na Suécia.

Quanto às dificuldades, teríamos que criar uma ligação entre o Ministério da Educação e a Receita Federal para implantar o programa. Temos que levar em consideração que o mercado informal existe e é enorme no Brasil. E esses recursos devem ter fins bem definidos, pois simplesmente fazer mais do mesmo não é suficiente para alcançarmos os objetivos de excelência que desejamos para as nossas universidades. ●

Flávio Cunha: economista e professor na Faculdade da Pensilvânia.
Artigo publicado no jornal Valor Econômico no dia 12 de junho de 2014

Criar uma sociedade de aprendizado

Joseph E. Stiglitz



Investir em inovação e no progresso tecnológico é a chave para o crescimento da renda e o desenvolvimento dos países emergentes

Cidadãos dos países mais ricos foram convencidos de que suas economias se baseiam na inovação. Mas a inovação vem fazendo parte da economia do mundo desenvolvido há mais de dois séculos. Aliás, por milhares de anos até a Revolução Industrial, as rendas estagnaram. Aí a renda *per capita* começou a crescer, aumentando ano após ano, crescimento interrompido somente pelos efeitos ocasionais de flutuações cíclicas.

O Prêmio Nobel de Economia Robert Solow observou, cerca de 60 anos atrás, que o aumento da renda devia ser atribuído em grande parte não à acumulação de capital, mas ao progresso tecnológico – ao aprendizado de como fazer melhor as coisas. Embora o aumento da produtividade reflita, em parte, o impacto de descobertas dramáticas, boa parte se deve a mudanças pequenas e incrementais. Sendo assim, faz sentido atentar para a maneira como as sociedades aprendem e o que pode ser feito para promover o aprendizado – incluindo aprender como aprender.

Um século atrás, o economista e cientista político Joseph Schumpeter argumentou que a virtude central de uma economia de mercado era sua capacidade de inovar. Ele postulou que o foco tradicional de economistas em mercados competitivos era mal colocado; o que importava era a competição para o mercado, não a competição no mercado.

A competição para o mercado impulsionava a inovação. Nessa visão, uma sucessão de monopolistas levaria a níveis mais altos de vida em longo prazo.

REFLEXÕES VI

As conclusões de Shumpeter não ficaram sem contestação. Empresas dominantes e monopolistas, como a Microsoft, podem realmente suprimir a inovação. Se não forem controladas por autoridades antitruste, podem se envolver em comportamentos anticompetitivos em longo prazo que reforçam seu poder de monopólio. Além disso, os mercados podem não ser eficientes no nível ou na direção dos investimentos em pesquisa e aprendizado.

Os incentivos privados não estão bem alinhados com retornos sociais: empresas podem ganhar com inovações que aumentam seu poder de mercado, lhes permitem contornar regulamentos e canalizar rendimentos que sem elas iriam para outros.

Mas um dos *insights* fundamentais de Shumpeter se confirmou: políticas convencionais centradas na eficácia em curto prazo podem não ser desejáveis na perspectiva da inovação/aprendizado em longo prazo. Isso vale especialmente para países em desenvolvimento e mercados emergentes.

Políticas industriais – em que governos intervêm na aplicação de recursos entre setores ou favorecem mais algumas tecnologias do que outras – podem ajudar “economias infantis” a aprender. O aprendizado pode ser mais acentuado em alguns setores (como a produção industrial) do que em outros, e os benefícios desse aprendizado, incluindo o desenvolvimento institucional requerido pelo sucesso, pode transbordar para outras atividades econômicas. Essas políticas, quando adotadas, foram alvo de críticas. O governo, dizem alguns, não deve se envolver em escolher vencedores. O mercado é muito melhor para fazer esses julgamentos.

Mas as evidências a esse respeito não são tão convincentes quanto os defensores do livre mercado alegam. O setor privado dos EUA foi ruim na alocação de capital e na gestão de riscos nos anos que antecederam a crise financeira global, enquanto estudos mostram que os retornos médios para a economia de projetos de pesquisa do governo são realmente superiores aos de projetos do setor privado – em especial porque o governo investe mais em pesquisas básicas importantes. Basta pensar nos benefícios sociais decorrentes das pesquisas que levaram ao desenvolvimento da *internet* ou à

descoberta do DNA.

Mas, deixando esses sucessos de lado, a questão da política industrial é não escolher vencedores. Políticas industriais bem-sucedidas preferem identificar fontes de externalidades positivas – setores nos quais o aprendizado pode beneficiar outras partes da economia. Observar políticas econômicas pela óptica do aprendizado oferece uma perspectiva diferente.

O grande economista Kenneth Arrow enfatizou a importância de aprender fazendo. A única maneira de aprender o que é necessário ao crescimento industrial, por exemplo, é haver indústria. E isso pode requerer ou garantir que se tenha uma taxa de câmbio competitiva, ou que certos setores tenham acesso privilegiado ao crédito – como alguns países do Leste Asiático fizeram como parte das estratégias de desenvolvimento notavelmente bem-sucedidas.

Há um argumento convincente de proteção industrial para uma economia infante. Além disso, a liberalização do mercado financeiro pode solapar a capacidade de países aprenderem outro conjunto de habilidades essenciais ao desenvolvimento: como alocar recursos e gerir riscos.

Da mesma forma, a propriedade intelectual, se não for corretamente designada, pode ser uma faca de dois gumes para o aprendizado. Embora ela possa aumentar os incentivos para o investimento em pesquisa pode aumentar também os incentivos ao sigilo – impedindo o fluxo de conhecimento que é essencial para o aprendizado, enquanto encoraja empresas a aumentarem ao máximo o que extraem do repositório de conhecimento coletivo e reduzirem ao mínimo o que contribuem. Nesse cenário, o ritmo da inovação é reduzido.

De maneira mais ampla, muitas políticas (em especial as associadas ao Consenso de Washington) impingidas a países em desenvolvimento com o nobre objetivo de promover a eficiência na alocação de recursos na verdade impedem o aprendizado e, com isso, levam a um rebaixamento do nível de vida em longo prazo.

Virtualmente cada política pública, intencionalmente ou não, para

REFLEXÕES VI

melhor ou para pior, repercute no aprendizado. Os países em desenvolvimento onde os dirigentes são conhecedores dessas repercussões são mais propensos a reduzir a distância de conhecimento que os separa dos mais desenvolvidos. Os países desenvolvidos, por sua vez, têm uma oportunidade de reduzir a distância entre as práticas média e melhor, e evitar o perigo de estagnação secular. ●

Joseph Eugene Stiglitz: economista estadunidense. Foi presidente do Conselho de Assesores Econômicos no governo do Presidente Bill Clinton.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 13 de junho de 2014

É a emoção, estúpido!

Alexandre Rodrigues



Quando as pessoas tomam decisões, principalmente se estas envolverem risco, usam partes diferentes do cérebro. O julgamento está ligado ao córtex pré-frontal, região da parte da frente do cérebro. Emoções negativas, como o medo, desencadeiam reações na amígdala cerebelosa. Situações de conflito ativam outra parte, o córtex cingulado. Em resposta, a respiração e os batimentos cardíacos também aceleram. Todo o processo dura apenas meio segundo, tempo que o cérebro leva para captar uma informação, processá-la e reagir.

É em um ambiente parecido com um hospital que laboratórios de neurociência transformam esse processo físico em informação política. Testes com ressonância magnética, eletroencefalograma e eletrocardiograma, entre outros, podem ajudar marqueteiros a entender as emoções dos eleitores. O uso desses recursos é uma novidade nas eleições presidenciais deste ano.

Fontes próximas à candidatura de Eduardo Campos dizem que deverão ser usadas análises emocionais, além dos tradicionais grupos de pesquisa, para saber as opiniões dos eleitores e definir peças de propaganda na campanha do candidato do PSB. "Nossas emoções influenciam nossos julgamentos", diz o cientista político Antonio Lavareda, especialista em comportamento eleitoral e campanhas políticas. "Razão e emoção caminham juntas numa eleição, estruturando sentimentos, que são 'emoções conscientes', mais sedimentadas." Lavareda é membro do conselho científico do NeuroLab Brasil, laboratório de neurociência aplicada ao *marketing*, e preside o conselho científico do Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas. Em parceria com a neurologista Silvia Laurentino, do Neurolab, conduziu estudo sobre as eleições presidenciais de 2010.

REFLEXÕES VI

O comportamento do eleitor, afirmam neurocientistas, é fruto de sentimentos que se formam e se consolidam ao longo da campanha. Derivada das descobertas sobre o funcionamento do cérebro nas últimas duas décadas, a denominada neuropolítica, ou neurociência da política, é voltada para a compreensão dessas motivações emocionais. Seu uso, já comum em campanhas políticas nos Estados Unidos e no Reino Unido, firma-se como uma nova ferramenta para escrutinar o humor do eleitorado, mas no Brasil ainda é pouco difundido.

"Há momentos em que prevalece a razão e outros em que o engajamento e uma eventual polarização ideológica tomam conta do processo"

Com os participantes dos testes submetidos à propaganda dos candidatos ou outras informações, um aparelho do eletroencefalograma capta a atividade elétrica no cérebro e a ressonância magnética registra as alterações do fluxo sanguíneo em determinadas áreas, revelando a atividade cerebral. O *skin conductance*, monitor conectado por uma presilha a um dedo, mede a condutividade da pele para indicar o nível de excitação do organismo. Também é comum o uso da eletrocardiografia, com um medidor de frequência cardíaca, para avaliar a atividade elétrica do coração, e do *eye tracker*, que monitora a direção do olhar e o envolvimento com uma informação. Um *software* mapeia os músculos faciais e verifica respostas às emoções.

As respostas, na comparação com as pesquisas tradicionais, em que os eleitores declaram sua opinião sobre um candidato, um produto ou algum outro tema, em tese são consideradas mais verdadeiras. Enquanto perguntas em formulários e pesquisas em grupo podem ser afetadas, por exemplo, pelo constrangimento de dizer algo incorreto diante de estranhos, testes nos laboratórios garantiriam respostas biológicas "mais autênticas", vindas do subconsciente. Marqueteiros políticos usam esse conhecimento para definir mensagens mais efetivas, escrever comerciais e verificar como funcionam antes da exibição para o público.

"Continuamos a usar as declarações como matéria-prima", afirma

REFLEXÕES VI

Marcos Antunes, sócio da AJF Inteligência, consultoria paulista de *neuromarketing*. "Mas a neurociência permite verificar o que chama atenção antes que a própria pessoa saiba."

Na campanha para a reeleição ao governo de Pernambuco, em 2010, os estrategistas de Eduardo Campos já haviam usado estudos de neurociência. Na ocasião, a equipe de Lavareda e do Neurolab analisou as reações dos eleitores às propagandas de TV do governador e do opositor Jarbas Vasconcelos (PMDB). Uma das descobertas foi que rejeitavam os ataques de Vasconcelos ao adversário, identificando-o com as próprias críticas, o que levou Campos a ignorar os ataques e fazer uma campanha propositiva. Acabou reeleito, com 82,6% dos votos. Vasconcelos teve 14,05%.

"Estudos mostram que os eleitores, embora reajam às críticas conscientemente, registram sete vezes mais as informações negativas que circulam acerca de um candidato do que as positivas", diz Lavareda. "Ou seja, críticas costumam ter impacto, sim, nas campanhas eleitorais."

Drew Westen, que estuda a natureza emocional dos preconceitos ideológicos: "O que motiva eleitores são seus desejos, medos e valores; as emoções têm sempre um papel".



O método também foi usado em um dos primeiros estudos brasileiros sobre neurociência e política.

Lavareda e a neurologista Silvia Laurentino realizaram testes com 18 voluntários, nas eleições de 2010, e constataram que os eleitores tinham emoções positivas quando viam juntos, de braços erguidos, a candidata Dilma Rousseff e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Já o então candidato tucano José Serra não causava as mesmas emoções, mesmo em comparação com a candidatura de Marina Silva, na época no Partido Verde. Dilma, apesar de disputar sua primeira campanha, derrotou o veterano Serra no segundo turno.

Eleitores podem reagir mal à ideia de uma campanha desenhada

para atender a seus instintos, mais do que à razão. Mas a política apenas segue práticas usadas há duas décadas pelo *neuromarketing*, a aplicação da neurociência para desvendar o comportamento dos consumidores.

"Ninguém está lendo ou manipulando a mente, que são coisas impossíveis de se fazer. O que se faz é uma leitura", diz Pedro Calabrez Furtado, da consultoria Neurovox, também de São Paulo. Grandes empresas, como Coca-Cola, McDonald's, Natura e Procter & Gamble, usam testes com neurociência em suas campanhas publicitárias e produtos.

O uso da neurociência em *marketing* é a aplicação prática de vários estudos recentes que comprovaram: nossas opções políticas são quase sempre emocionais. "As pessoas são orgulhosas de suas crenças políticas", diz o cientista político John Hibbing, da Universidade de Nebraska-Lincoln. "Tendemos a pensar que são o resultado de alguma escolha racional."

Contra a visão clássica da ciência política, que costuma ignorar o papel do cérebro, defendendo que nossas decisões são lógicas, a combinação de alguma predisposição genética e experiências pode definir a maneira como votamos e vemos o mundo.

Saber o que sentimos, como sentimos e por que sentimos são perguntas que primeiro a filosofia e depois a ciência buscam há milhares de anos. O filósofo Platão, no século IV a.C., chamava as emoções de "cavalos selvagens". O inglês David Hume argumentava, no século XVIII, que a razão devia ser escrava da paixão. O austríaco Sigmund Freud, um século atrás, afirmava que cada ato físico começa inconsciente e pode permanecer assim ou continuar se desenvolvendo e tornar-se consciente.

As mais antigas tentativas de entender como esse processo funciona foram do suíço Hans Barger, inventor do eletroencefalograma no início do século XX. Nos anos 1940, testes realizados por psicólogos do Exército dos Estados Unidos para aumentar a eficiência da propaganda dos Aliados durante a Segunda Guerra levaram aos primeiros grandes estudos sobre como a mente humana reage a mensagens – grande parte do trabalho foi aproveitada pelo

REFLEXÕES VI

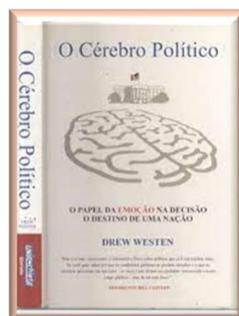
marketing político e para uso de grupos de pesquisa qualitativas, surgido nos anos 1950. Mas o grande marco foi um trabalho, de 2004, do neurocientista americano Read Montague, hoje diretor do Laboratório de Neuroimagem Humana e da Unidade de Psiquiatria Computacional da Virgínia, nos Estados Unidos.

Fatores biológicos, incluindo genes, seriam responsáveis, pelo menos em parte, por opiniões e atitudes em questões de natureza política

Então professor da Faculdade Baylor de Medicina, em Houston, Texas, Montague refez o teste de 1975 em que pessoas provaram copos de Pepsi-Cola e da Coca-Cola sem saber de qual dos refrigerantes se tratava. Mais da metade disse que o melhor sabor era da Pepsi. Mas por que a Coca vende mais? Montague monitorou os cérebros de 67 voluntários. Quando não sabiam qual refrigerante bebiam, o resultado foi o mesmo de 28 anos antes. Mas quando foram informados sobre o que bebiam 75% escolheram a Coca-Cola. A memória positiva da Coca-Cola, concluiu o neurocientista, prevalece no julgamento dos consumidores, não importa o que a razão diga.

Estudos, principalmente de psicólogos americanos e ingleses, revelam que a lógica do *marketing* vale para a política. Eleitores, como qualquer pessoa, tomam decisões mais baseadas nos sentimentos do que na razão. "O cérebro político é um cérebro emocional", afirma o psicólogo americano Drew Westen, da Universidade de Emory, autor do livro *O Cérebro Político*, estudo sobre como os preconceitos ideológicos são emocionais. O que motiva eleitores, segundo ele, são seus desejos, medos e valores; as emoções têm sempre um papel.

Dez anos atrás, Westen selecionou 30 eleitores americanos, 15 democratas e 15 republicanos, e exibiu a cada um imagens de seus candidatos favoritos, George W. Bush, que buscava a reeleição, ou o atual secretário de Estado americano, John Kerry, então o



REFLEXÕES VI

desafiante democrata, contradizendo um ao outro. Os voluntários se mostraram capazes de apontar as contradições do candidato rival, mas não reconheceram quando seu candidato mentia ou manipulava os fatos.

Exames de ressonância magnética mostraram que seus cérebros entravam numa espécie de curto-circuito. Partes do cérebro mais associadas à razão, na face dorsolateral do córtex pré-frontal, ficaram quietas, mas o córtex orbital frontal, envolvido no processo das emoções, ficou agitado. Também havia confusão no cíngulo anterior, associado com a resolução de conflitos, e no cíngulo posterior, preocupado com os julgamentos morais. Uma vez que as contradições eram ignoradas, foi ativado o estriato ventral, a região relacionada com recompensa e prazer, uma indicação de que cada participante, a despeito dos fatos, só ficou satisfeito com uma conclusão confortável.

Antonio Lavareda: "Nossas emoções influenciam julgamentos. Razão e emoção caminham juntas numa eleição, estruturando sentimentos, que são 'emoções conscientes', mais sedimentadas".



Outro trabalho, de Darren Schreiber, da Universidade inglesa de Exeter, e Read Montague sugere que a visão política está ligada à maneira como o cérebro percebe o mundo. Analisando a ideologia de voluntários e seus exames de ressonância magnética, observaram que algumas áreas ficaram mais ativas entre os voluntários que se declaravam liberais e outras nos conservadores, embora as atitudes dos dois grupos nem sempre fossem diferentes. "Perspectivas políticas", concluem os dois cientistas, "refletem diferenças na maneira como percebemos o mundo."

Crescente número de estudos sugere também que fatores genéticos podem exercer influência significativa no eleitorado. Fatores biológicos, incluindo genes, níveis de hormônios e sistemas neurotransmissores seriam responsáveis, pelo menos parcialmente, por opiniões e atitudes em questões como gastos do Estado, imigração e casamento *gay*.

Pioneiro nesse tipo de estudo, o geneticista australiano Nicholas G. Martin sugeriu, em 1986, que posições políticas podem estar ligadas aos genes. Em testes com gêmeos, Martin, hoje pesquisador do Instituto de Pesquisa Médica Queensland, em Brisbane, Austrália, descobriu que os idênticos têm posições políticas mais parecidas do que os não idênticos, mesmo se do mesmo sexo. Como todos foram criados com a mesma educação e na mesma família, a genética seria a explicação para suas opiniões. O estudo foi ignorado na época, mas na década passada foi recuperado por pesquisadores e reaplicado em estudos nos Estados Unidos, Austrália, Suécia e Dinamarca, servindo de base para novas interpretações.

Há uma razão para a cautela quando se fala de genética e política. No fim do século XIX, as ideias do italiano Cesare Lombroso geraram uma onda de preconceito contra homens altos, pessoas tatuadas e mulheres com voz grossa, todas, entre outras, apontadas como características do "criminoso nato". O movimento eugenista e as teorias nazistas no início do século XX tornaram os cientistas profundamente céticos quanto a ligações entre biologia e comportamento político.

Também há razões práticas. No caso de gêmeos, nenhuma pesquisa conseguiu definir o peso do ambiente nas posições pessoais deles e os estudos até hoje, se afirma, que falta consistência aos estudos. No entanto, estudos mais recentes, sobre relações entre genes e esquizofrenia, depressão e orientação sexual, abriram caminho para pesquisas que mostram que a biologia pode ter um papel em nossa visão do mundo.

Características genéticas estariam, por exemplo, por trás das posições mais conservadoras de pessoas a partir dos 30 anos. Embora nem todos os jovens sejam liberais e nem todas as pessoas mais velhas se tornem conservadoras, esse é um fato conhecido dos analistas e marqueteiros políticos.

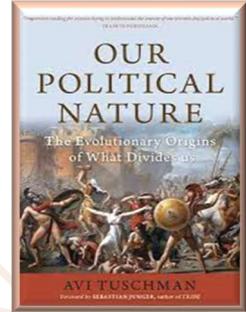
"Eleitores registram sete vezes mais as informações negativas acerca de um candidato do que as positivas", diz Antonio Lavareda

Um estudo realizado pelo psicólogo canadense Robert Altemeyer estudou essa mudança aplicando os mesmos testes de ideologia a

REFLEXÕES VI

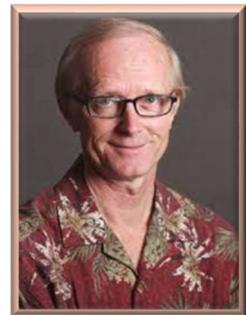
jovens ao longo de anos, experimento com o qual chegou à conclusão polêmica de que conservadores são autoritários. Aos 22 anos, as respostas de 5,4% os definiam como conservadores. Depois dos 30, o número subiu para 30%.

Para o americano Avi Tuschman, autor de *Our Political Nature: The Evolutionary Origins of What Divides Us* (nossa natureza política: as origens evolucionárias do que nos divide), a razão está no desenvolvimento humano. O cérebro torna as pessoas mais abertas a novas ideias a partir da adolescência, quando começa a vida sexual, mas a partir dos 30 anos, com a paternidade e relacionamentos estáveis, posições políticas moderadas seriam reflexos de uma cautela geral com a vida. "Altos índices de abertura encorajam os jovens a vagar pelo mundo e encontrar um parceiro. A consciência (associada ao conservadorismo) é crucial quando se forma uma família."



A ideologia também pode estar ligada a características físicas do cérebro, segundo um estudo, de 2011, do neurocientista cognitivo Ryota Kanai, da Universidade de Sussex, na Inglaterra. Ao comparar exames de ressonância magnética com as respostas de 90 voluntários, ele notou que nos liberais (usando o conceito americano de liberalismo de costumes, não econômico) era maior o volume da massa cinzenta no córtex cingulado anterior, região em forma de colar no cérebro, que avalia custos e benefícios das decisões e é ligada ao controle dos impulsos e à empatia. Os conservadores tinham um aumento na amígdala cerebelosa, o grupo de neurônios no lobo temporal do cérebro em que ocorre o desenvolvimento e o armazenamento das memórias emocionais.

John Hibbing: "As pessoas se orgulham de suas crenças políticas. Tendemos a pensar que são o resultado de alguma escolha racional"



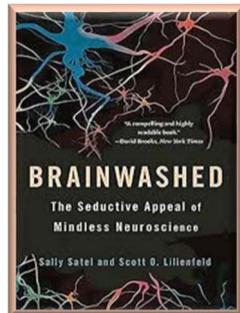
Um dos problemas para generalizar as

REFLEXÕES VI

conclusões dos estudos é definir posições políticas. Entre americanos, as noções de conservador e liberal quase sempre dizem respeito a questões morais, como aborto e casamento *gay*, mas não variam muito sobre economia. No Leste europeu, um conservador é um ex-comunista ou defensor do socialismo, mesma posição de um progressista no Brasil, onde o liberalismo é mais alinhado com o americano. No Oriente Médio e na Ásia, as posições também variam.

As conclusões também não são unanimidade. Um dos limites é o ambiente em que ocorrem os testes. Quão naturais podem ser consideradas respostas obtidas com uma touca de eletrodos na cabeça ou dentro de um aparelho de ressonância magnética? Também não faltam críticas ao mapa de reações cerebrais criado para analisar as reações.

"Você põe alguém numa máquina de ressonância magnética e vê que a amígdala ou o lobo da ínsula acende durante certas atividades. Mas a amígdala acende durante medo, felicidade, novidade ou raiva. Ou excitação sexual (pelo menos entre as mulheres)", argumentam a psiquiatra Sally Satel, professora de Medicina na Universidade de Yale, e o psicólogo Scott O. Lilienfeld, da Universidade de Emory, em *Brainwashed: The Seductive Appeal of Mindless Neuroscience* (Lavagem cerebral: o apelo sedutor da neurociência vazia). "O lobo da ínsula tem um papel na confiança, empatia, aversão e descrença. Então, para o que você está olhando?"



Por fim, testes e estudos levantam uma pergunta. Se somos dominados pela emoção, onde entra a razão? "Depende do eleitor e do momento histórico", diz o neurocientista Álvaro Machado Dias. A razão tende a sobrepular a emoção nas pessoas menos engajadas em questões ideológicas e com uma visão mais prática e utilitarista da política. Mesmo os estudos que apontam causas biológicas em posições políticas evitam o determinismo. "Há momentos em que prevalece a razão e há momentos em que o engajamento e uma eventual polarização

REFLEXÕES VI

ideológica tomam conta do processo." •

Alexandre Rodrigues: jornalista

Artigo publicado no jornal Valor Econômico no dia 13 de junho de 2014

LUÍZ BIANCI

100 anos da Primeira Guerra Mundial

Revista Veja



Uma ferida ainda aberta

A última veterana da I Guerra Mundial, a inglesa Florence Green, que trabalhou como garçonzete em uma base aérea inglesa, morreu em 2012, aos 110 anos. Para as gerações atuais, conflito mundial por excelência foi a II Guerra, com sua luta clara entre o bem e o mal, entre democracias e totalitarismo, com seu padrão de destruição e com o genocídio de judeus e de outros povos. Para muitos historiadores, porém, a II Guerra foi uma extensão da Primeira. Mais do que qualquer outro conflito, a I Guerra – ou a Grande Guerra, como foi inicialmente chamada – representou uma ruptura na história. O fim do domínio europeu sobre o mundo e a ascensão da potência americana, o radicalismo islâmico que brotou dos escombros do Império Otomano, o avanço do comunismo e os ferozes embates ideológicos a ele vinculados, o ocaso dos valores vitorianos e a revolução dos costumes – tudo isso aconteceu como consequência da I Guerra. Nunca antes se matou tanto em confrontos armados, em números absolutos. No total, 15 milhões de pessoas perderam a vida, na maioria soldados.

Entre os alemães, 1,8 milhão de militares morreram e 2,7 milhões ficaram inválidos em uma população de quase 70 milhões. No Brasil atual, seria o equivalente a eliminar ou amputar a população inteira do Estado do Rio de Janeiro.

Considerando-se a média de vencedores do Prêmio Nobel na sociedade alemã, pode-se estimar que pelo menos seis jovens com potencial para um dia conquistar esse reconhecimento internacional foram trucidados prematuramente no moedor de carne da guerra.

A (ilusória) PAZ duradoura

Nas décadas anteriores à I Guerra, havia sinais de que a

REFLEXÕES VI

humanidade avançava para um estágio superior de progresso e de convivência pacífica.

Quem viveu a primeira década do século XX na Europa e sobreviveu às três seguintes tinha fartas razões para apelidar o período interrompido, traumaticamente, pelos acontecimentos de 1914 de *belle époque*. Antes do início da Grande Guerra – renomeada como I Guerra depois que surgiu uma segunda, ainda mais devastadora, para rivalizar com ela – existia a convicção de que o mundo havia adentrado uma era duradoura de estabilidade com progresso. A Exposição Universal de Paris, em 1900, ostentou essa percepção otimista nos pavilhões com temas científicos, históricos e culturais dos mais de quarenta países participantes, muitos pautados pelo positivismo. As novas tecnologias de transporte e de comunicação fizeram a participação do comércio entre as nações no PIB global saltar de 4%, em 1850, para 9%, em 1914. Os europeus pobres também se beneficiaram dessa que é considerada a primeira onda de globalização, seja pela queda de 50% no preço dos alimentos, seja pela possibilidade de tentar um futuro mais promissor do outro lado do Oceano Atlântico.

O escritor austríaco Stefan Zweig chamou esse período de “Anos Dourados da Segurança” em seu livro de memórias *O Mundo de Ontem*. A obra foi finalizada em 1941, quando a Europa que o autor conhecera estava sendo transfigurada pela II Guerra, e publicada na Suécia no ano seguinte – postumamente, pois nesse meio tempo Zweig e sua mulher, Charlotte Altmann, se suicidaram no exílio em Petrópolis, no Brasil.



O livro, assim como o gesto extremo do escritor, expressa como nenhum outro a nostalgia pelos tempos de paz do início do século: “Ninguém pensava em guerras, em revoluções e em revoltas. Tudo o que era radical, toda violência, parecia impossível em uma era da razão”. No texto Zweig observa que o progresso se tornara uma religião, e enaltece seus feitos recém-alcançados, como o telefone, o automóvel, o avião, a eletricidade e as cidades com água e gás

encanados. Lembra, também, a expansão do direito ao voto e de conquistas sociais. (Atribui-se ao chanceler alemão Otto von Bismarck a criação do primeiro sistema de bem-estar do mundo, ainda nos anos 1880, o que incluía programas de aposentadoria e de atendimento de saúde). Além disso, Zweig lamenta a perda da atmosfera mais tolerante entre as pessoas de diferentes origens religiosas, nacionais e sociais: “A liberdade em questões privadas, atualmente inimaginável, era algo óbvio”.

Cem anos depois do magnicídio¹¹ na Sérvia, em 28 de junho de 1914, que levou à Grande Guerra ainda parece inacreditável, como o foi para a geração de Zweig, que a região mais próspera do mundo tenha sido capaz de se lançar de tal maneira num ciclo de autodestruição. Em poucos momentos históricos houve um desencontro tão claro entre os rumos tomados pela sociedade e as decisões catastróficas de um punhado de homens.

Aliados, inimigos e primos

Os laços familiares entre os principais monarcas europeus não ajudaram – e as alianças entre os países acabaram sendo um catalisador da guerra.

Entre os integrantes das cortes europeias e da recente República francesa e dos seus gabinetes ministeriais, confiava-se que, apesar das tensões que apareciam entre países vizinhos aqui e ali, a paz do início do século XX se estenderia por muitos anos por uma combinação de fatores que eles próprios haviam construído. O período das guerras que varriam a Europa e modificavam o padrão das fronteiras como se fossem dunas encerrou-se com o fim da era napoleônica, em 1815. Desde então, houve alguns conflitos coloniais, localizados na periferia da Europa ou relativamente curtos, como a Guerra da Crimeia (1853-1856) e a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871). Para os padrões europeus, foram 100 anos de quase absoluta tranquilidade.

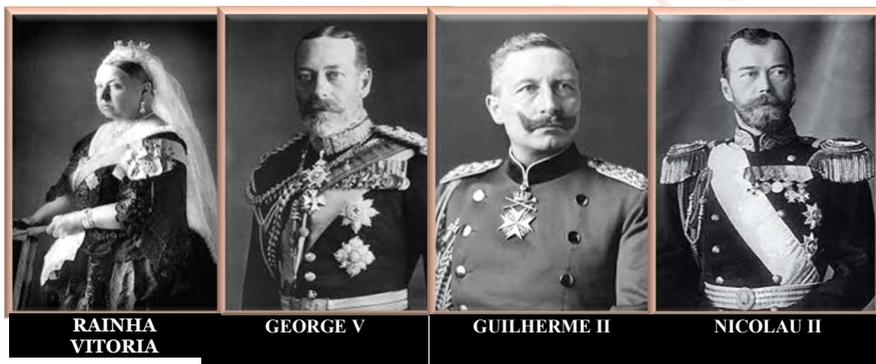
Nesse período, predominaram os episódios que poderiam ter

¹¹ **Magnicídio**: assassinio de pessoa ilustre, eminente.

REFLEXÕES VI

resultado em enfrentamentos, mas foram resolvidos por meios pacíficos. Os governantes passaram a crer, de maneira imprudente, que cada nova situação de tensão não se comparava a outras ainda piores nas quais não foi necessário recorrer às armas.

Os mecanismos de contenção contra guerras pareciam infalíveis. A começar pelo fato de que as principais monarquias da região estavam conectadas por íntimos laços familiares. A rainha Vitória da Inglaterra, que reinou entre 1837 e 1901, era avó de dois futuros monarcas de países diferentes. Imperador alemão de 1888 a 1918, Guilherme II era o primogênito da princesa Vitória, a filha mais velha da rainha, e de Frederico III da Alemanha. George V, que



ocupou o trono inglês entre 1910 e 1936, nasceu da união do rei Edward VII, também filho da rainha Vitória, com Alexandra da Dinamarca. Esta, por sua vez, era irmã de Maria Feodorovna, imperatriz consorte da Rússia e mãe de Nicolau II, czar entre 1894 e 1917. Em resumo, o rei George V, da Inglaterra, era primo em primeiro grau tanto do kaiser Guilherme II, da Alemanha, quanto do czar Nicolau II, da Rússia. George e Nicolau, mesmo antes de coroados, davam-se muito bem – além de serem fisicamente muito parecidos.

Nenhum dos dois, porém, tinha muita paciência com Guilherme, que adorava fazer piadas inconvenientes e dar conselhos indesejados. As relações pessoais, contudo, tiveram pouca influência na conjuntura que os levou a se aliar ou se enfrentar na I Guerra.

REFLEXÕES VI

Guilherme II, o primeiro dos três a ascender ao trono, sofria de complexo de inferioridade – que alguns historiadores atribuem ao seu braço esquerdo atrofiado por causa de um acidente no parto – e tentava compensá-lo com ideias grandiosas. A mais impactante delas, a decisão de investir em uma frota de navios de guerra capaz de rivalizar com a inglesa, foi em parte uma reação emocional ao magnânimo desfile naval em Londres por ocasião do jubileu de diamante da rainha Vitória, em 1897. Nenhum monarca foi convidado para a comemoração dos sessenta anos de reinado, apenas os príncipes e nobres estrangeiros, em parte para evitar a presença incômoda de Guilherme II. Este, porém, recebeu um relato minucioso da exibição do poderio inglês. Nada menos que 165 navios foram reunidos no litoral sul britânico. Outros países enviaram seus próprios barcos para saudar a rainha, mas o kaiser achou que a Alemanha passou vergonha com o seu navio obsoleto. “Lamento muito não ter um navio melhor para pôr à sua disposição, enquanto outras nações brilham com seus barcos novos”, escreveu Guilherme II a seu irmão, o almirante e príncipe Henrique da Prússia, que o representou no jubileu.

Guilherme, em anos anteriores, já havia visto de perto o poder da armada inglesa, porque desde criança visitava a terra da sua avó, a quem admirava muito, e porque, um ano antes de ser coroado, estivera em seu jubileu de ouro, em 1887, que também contou com um impressionante desfile de navios. Foi apenas a partir de 1897, porém, que Guilherme II começou a pôr em prática sua corrida naval com a Inglaterra. Seus estrategistas sabiam que era inviável superar os ingleses, mas acreditavam que, com uma frota razoavelmente poderosa, eles relutariam em confrontar a Alemanha no Mar do Norte e, principalmente, em se alinhar com quem quer que entrasse em guerra com a Alemanha. O objetivo do kaiser, portanto, era forçar os ingleses a se aliar a ele – uma meta à qual os seus diplomatas se dedicaram por diversos outros meios, sem sucesso. Como se viu depois, o efeito da corrida naval foi exatamente o inverso do esperado pelo kaiser: como o império global em decadência que era, a Inglaterra sentiu-se ameaçada justo em seu monopólio, a força marítima, e acabou se aproximando da França, inimiga potencial da Alemanha. A contenção pelas armas,

REFLEXÕES VI

portanto, princípio pelo qual potências com alta capacidade de destruição evitariam enfrentar-se em uma guerra suicida, fracassou.

O erro de cálculo do kaiser obedecia à lógica de alianças da época, as quais também deveriam servir ao propósito da paz por meio da dissuasão. Nas décadas anteriores à Grande Guerra, as nações europeias ensaiaram entre si diversas combinações de acordos de proteção mútua, seguindo o corolário “Mexeu com você, mexeu comigo, e vice-versa”.

Um dos primeiros e mais consistentes foi entre a França e a Rússia. A primeira havia perdido poucos anos antes território para a Alemanha, cuja economia e investimentos militares também cresciam mais rapidamente. A segunda tinha a oferecer um enorme exército e, em troca, beneficiava-se dos investimentos e da tecnologia da França.

Império Austro-Húngaro

A Alemanha se sentia cercada por essa aliança e se aproximou do Império Austro-Húngaro, que tinha suas próprias diferenças com a Rússia nos Bálcãs. Mais tarde, já no início da I Guerra, o Império Otomano aderiu aos alemães e aos austro-húngaros. Em cada um desses países havia uma elite militar que sonhava com os idos tempos das glórias de batalha – e que, no momento certo, soube agarrar a oportunidade para pôr suas forças no conflito, apesar do esforço contrário de autoridades civis. Franz Conrad von Hötzendord, comandante das forças austro-húngaras, por exemplo, queria dar mostras de seu heroísmo a uma dama divorciada com quem pretendia se casar.

A Inglaterra tinha relações mais próximas com a França e a Rússia, mas relutava em comprometer-se com qualquer uma delas, justamente porque não queria se lançar em enfrentamentos iniciados por questões que não lhe diziam respeito. Afinal, o Império Britânico já carregava um fardo muito grande para manter o domínio sobre colônias e áreas de influência em praticamente todas as regiões do mundo.



Os ingleses também se viam desafiados, em especial economicamente, por potências emergentes como os Estados Unidos, o Japão e a própria Alemanha.



Em seu excelente *A Guerra que Acabou com a Paz*, a historiadora canadense Margaret Macmillan enumera as principais razões que trouxeram a Europa e, depois, países de outros continentes para a Grande Guerra: “Para começar, a corrida armamentista, os rígidos planos militares, a rivalidade econômica, as guerras de comércio, o imperialismo com sua disputa por colônias, ou o sistema de alianças que dividia a Europa em campos opostos”. A esses fatores, ela acrescenta o nacionalismo, com o seu ódio aos estrangeiros, os valores de honra ainda indissociáveis da carreira militar e a falta de líderes firmes e criativos para evitar o pior. Muitos desses elementos eram considerados até 1914, os próprios obstáculos à guerra. Um engano que destruiu um dos períodos mais prósperos e pacíficos da Europa. No final, até os primos que se aliaram durante a guerra não conseguiram se ajudar. Em 1917, Nicolau II, deposto na Revolução Russa, pediu asilo à Inglaterra. George V negou, por temer uma revolta comunista em seu próprio reino.

Os príncipes e os terroristas

O atentado terrorista que matou o improvisado herdeiro do império austríaco desencadeou a primeira mãe de todas as guerras e mudou a história. “O que é isso? O senhor acha que Sarajevo está cheia de assassinos? Eu assumo a responsabilidade”. De todas as frases absurdas, muitas delas antecipando a tragédia que ia acontecer, nenhuma foi mais premonitória do que a reação indignada do empertigado oficial Oskar Potiorek. Servindo como governador de uma das províncias mais perdidas do vasto Império Austro-Húngaro, a Bósnia-Herzegovina, tinha sido dele o convite feito ao arquiduque Francisco Ferdinando e sua mulher, Sofia, para que visitassem a rústica Sarajevo. E era dele o vexame pela grave falha de segurança ocorrida alguns minutos antes, quando um

REFLEXÕES VI

terrorista jogou uma bomba contra a comitiva ilustre na ensolarada manhã de 28 de junho de 1914. Ferdinando, que ocupava uma posição equivalente à de príncipe herdeiro do império, tinha escapado ileso. Em Sofia, impecável em seu vestido branco com um ramalhete de rosas na cintura, um leve arranhão no rosto mostrava a trajetória de um estilhaço. Em pouco mais de meia hora, os dois estariam mortos: Sarajevo de fato pululava de assassinos, sete no total. Trinta e oito dias depois a Europa estaria em guerra por causa do magnicídio.

O mesmo código de honra que levou o governador a se indignar com a preocupação com a segurança manifestada por um integrante da comitiva de Ferdinando conduziu o arquiduque a se colocar a 2,5 metros de distância de outro dos sete terroristas envolvidos no plano para assassiná-lo, um jovem magro e encovado chamado Gavrilo Princip.

Como cavalheiro e membro da grandiosa família Habsburgo, o arquiduque insistiu em que devia visitar os acompanhantes feridos na primeira fase do atentado, internados num hospital militar. No caminho, o elegante modelo fabricado pela Graef & Stift, de capota arriada para aproveitar o tempo glorioso, entrou numa rua errada. A Mão Negra, não do destino, mas da organização ultranacionalista sérvia que patrocinava Princip, conduziu os dois tiros certos da pistola Browning que abriram as portas do inferno. Como Nedeljko Chabrinovitch, o companheiro de conspiração que havia jogado a bomba, Princip tentou em vão se suicidar. Foi desarmado, espancado e quase linchado pela multidão.

Para relembrar os principais interesses envolvidos, o Império Austro-Húngaro era um colosso europeu de 45 milhões de habitantes (O Brasil tinha 25 milhões à época) que congregava os dois países sob sua denominação num incômodo casamento ditado por razões dinásticas, unidos pela religião católica e pelo gosto por uniformes vistosos, desunidos por quase todo o resto, e mais nove núcleos nacionais que haviam sido ou viriam a ser nações independentes. A sudeste de suas fronteiras, outro império poderoso se desagregava, o dos turcos otomanos. As guerras pela independência travadas por seus antigos vassallos haviam feito

REFLEXÕES VI

ressurgir na região montanhosa dos Balcãs uma série de países, entre os quais o mais próximo e complicado era a Sérvia. Eslava e cristã era também furiosamente nacionalista depois de meio século de domínio muçulmano e de resistência ancorada numa religião poderosa – a ortodoxa – e no desejo universal de não sucumbir ao estrangeiro opressor, a nação balcânica seguia uma política parecida com o atual expansionismo da Rússia de Vladimir Putin, fincado na existência de minorias russas em países vizinhos.

“Onde houver um sérvio, é a Sérvia”, dizia a doutrina pan-eslavista dominante. E onde havia sérvio, entre outras nacionalidades, era na Bósnia-Herzegovina, anexada em 1908 como província de pequena importância ao império dominante dos austríacos. Eram sérvios da Bósnia os jovens recrutados para o atentado contra o herdeiro imperial, com exceção de Dehmelt Mehmedbashitch, um carpinteiro muçulmano anarquista e terrorista desastrado. Como só um dos sete precisava acertar, e a “honra”, na visão deles, coube a Gavrilo Princip. O atentado de Sarajevo é comparável ao 11 de Setembro de 2001 por exemplificar “a maneira como um único e simbólico acontecimento – por mais que esteja embebido dos processos históricos mais genéricos – pode mudar a política irreversivelmente”, segundo a definição de Christopher Clark, autor de um dos melhores livros contemporâneos sobre a Grande Guerra precursora, *Os Sonâmbulos*.



É de Clark também a espetacular reconstituição do primeiro regicídio¹², que infiltrou nas sombras do serviço de inteligência da Sérvia a organização Mão Negra e seu tetricamente genial líder, Dragutin Dimitrijevitich. Em 1903, as vítimas foram os próprios reis sérvios, Alexandre, considerado insuficientemente comprometido com a causa nacional, e sua mulher, Draga, mortos a bala, picados a golpes de espada, destripados com uma baioneta e desmembrados a

¹² **Regicídio:** ato de assassinar um rei ou uma rainha.

REFLEXÕES VI

machadadas. Jogado pela janela dos aposentos reais no palácio de Belgrado ficou o corpo grotescamente mutilado da odiadíssima rainha Draga – uma viúva com quem o rei insistiu em se casar, passando por cima da oposição generalizada, inclusive de seu ministro do Interior, que apelou: “Majestade, ela foi amante de todo mundo, inclusive minha”. Um dos ultranacionalistas que haviam participado do crime – e, como Dimitrijevitich, voltou à cena nos assassinatos de Sarajevo – levaria durante anos, numa maleta de mão, um seio amputado e mumificado da rainha consorte.

Matar membros da realeza não era incomum numa época de ascensão do anarquismo, declínio das monarquias e explosões de nacionalismo. O rei Umberto I da Itália foi assassinado em 1900; Carlos I de Portugal e seu filho, em 1908; Jorge da Grécia, em 1913. Dois militantes esquerdistas haviam explodido o czar Alexandre II em 1881, quase quatro décadas antes da Revolução Russa e do fuzilamento secreto não só do czar Nicolau II, mas de um total de dezoito integrantes da família real. A tia do herdeiro austríaco, a imperatriz Elizabeth, apelidada de Sissi e vivida no cinema dos anos 1950 pela atriz Romy Schneider, levou uma estocada fatal de um anarquista italiano quando caminhava à margem do Lago de Genebra, em 1898. Bela, elegante e anoréxica na juventude, ela ainda se recuperava da maior tragédia da família Habsburgo: o suicídio do filho e herdeiro do trono, o príncipe Rodolfo, que se matou em 1889 junto com a amante, uma sensual baronesa húngara de 17 anos.

Francisco Ferdinando & Sofia

Por causa da tragédia, o imperador precisou promover o sobrinho Ferdinando a herdeiro. Introverso e inseguro, ele só desafiou o tio poderoso quando se casou com Sofia Chotek, que, apesar do título de condessa, não se qualificava como esposa, na inquebrantável visão oficial, por não pertencer a nenhuma família real. Mesmo assim, precisou fazer um humilhante juramento, assumindo que jamais romperia as regras do casamento morganático [**morganático**: contraído entre pessoa



nobre e outra plebeia (diz-se de matrimônio)]: nenhum de seus filhos poderia reclamar a posição de herdeiro. Tiveram três, dois meninos e uma menina, e uma vida de grande felicidade familiar. Em público, Sofia não podia andar ao lado do marido, dividir as honras da mesa com ele em banquetes oficiais nem sequer entrar no camarote real no teatro lírico de Viena. Por isso, Ferdinando valorizava amigos, como o kaiser Guilherme da Alemanha, que recebiam bem o casal, e convites como o de Potiorek, o governador da Bósnia, que permitiam a Sofia aparecer em pé de igualdade com o marido, mesmo que na perdida Sarajevo.

Cada um dos sete integrantes das duas células terroristas encarregadas de assassinar o arquiduque recebeu da Mão Negra uma pistola Browning, uma granada de mão e um frasco com cianeto de potássio envolto em chumaços de algodão. Primeiro na linha de ataque no Cais Appel, a avenida beira-rio de Sarajevo, o muçulmano Mehmedbashitch vacilou, com a bomba na mão, provavelmente paralisado pelo medo. O segundo, Chabrinovitch, lançou a granada que alcançou o carro de trás de Ferdinando e Sofia. Depois tomou o veneno e se jogou no rio, que estava com o leito seco, mas nem de longe morreu; acabou preso por populares e policiais retorcendo-se de dor por causa das mucosas queimadas pelo cianeto.

Decidido a manter a imperial imperturbabilidade, Ferdinando seguiu para o centro de Sarajevo, como programado, onde se deu uma cena tragicômica. Agitado, o prefeito Mehmet Fehim Effendi leu o discurso preparado antes do atentado, dizendo que “todos os cidadãos de Sarajevo saúdam entusiasticamente a ilustríssima visita de vossa alteza”. Foi o único momento em que o arquiduque perdeu a classe: “É assim que os senhores recebem os visitantes, jogando bombas neles?”. Acalmado pela mulher, mandou a cerimônia prosseguir. Dali embarcou para a última viagem, com as plumas de avestruz tingidas de verde no alto do capacete tornando-o um alvo perfeito, mas só atingido quando o motorista entrou na rua errada, parou o carro que não tinha marcha a ré e começou lentamente a retornar, bem diante de Princip. O primeiro tiro atravessou a porta do carro e perfurou a aorta abdominal de Sofia. O segundo rompeu

REFLEXÕES VI

a jugular de Ferdinando. Dois tiros, dois ferimentos fatais. “Sof, Sof, não morra. Viva pelos nossos filhos”, disse o arquiduque quando viu a mulher tombar silenciosamente em seu colo. Ele próprio também se esvaia.

“Não é nada, não é nada”, repetia cada vez mais baixo.

Pouco depois das 11h30min, estavam mortos. Foram velados na civilizadamente enlutada Viena e enterrados juntos, como Ferdinando queria, mas não na tumba imperial dos Habsburgo. O protocolo que excluía Sofia tinha de ser seguido até o fim. Um mês depois do atentado, o Império Austro-Húngaro declarou guerra à Sérvia, cuja participação no crime era evidente. Os respectivos aliados foram aderindo aos dois lados. Gavrilo Princip foi condenado à morte, com sentença comutada para prisão perpétua porque tinha menos de 20 anos.



Gavrilo Princip

Morreu na prisão, de tuberculose óssea, em 1918. Pesava menos de 40 quilos. A roda fatídica desencadeada por seus dois tiros devorou 15 milhões de vidas na guerra em si e mais 50 milhões mortos na subsequente epidemia de gripe espanhola.

Pouco depois do atentado, Oskar Potiorek, o governador que havia feito uma avaliação completamente errada dos riscos, recrutou milícias muçulmanas para desfechar represálias indiscriminadas contra a população sérvia. Com a declaração de guerra, ele ascendeu a comandante das forças austro-húngaras nos Bálcãs. Era bom no martírio de civis, incluindo o enforcamento de mulheres arrancadas de casa ainda vestindo os lindos aventais bordados de camponesas sérvias, e ruim na liderança militar. Foi destituído do comando em dezembro de 1914. Não cumpriu as ameaças de suicídio.

É doce morrer no mar

O “homem mais bonito da Inglaterra” pregou em versos as

virtudes do heroísmo, mas morreu de infecção em um navio antes de disparar um só tiro.

“Rupert Brooke está morto. Um telegrama do almirante em Lemnos nos diz que sua vida murchou no instante em que parecia ter atingido a primavera”, assim começava o obituário publicado pelo Times na manhã do dia 26 de abril de 1915. Assinava a peça um dos mais jovens ministros da Marinha da Inglaterra, Winston Churchill, de 40 anos, que viveria até os 90, existência gloriosa de maior estadista do século XX. Brooke, o soldado-poeta, “o homem mais bonito da Inglaterra”, nas palavras de W.B. Yeats, o irlandês modernista, ganhador do Prêmio Nobel de literatura em 1923, estava morto aos 27 anos. Não de balas trespassado, duas de lado a lado. Não. Morto de insolação e septicemia, evolução de uma picada de mosquito no Mar Egeu, a bordo de um navio que o levaria para a frente de combate na Turquia. Morte estúpida, inglória e, certamente, anônima, não fosse Brooke, como escreveu Churchill, “tudo o que se desejaria que os filhos mais nobres da Inglaterra fossem nesses dias em que nenhum outro sacrifício, mas o mais precioso é aceitável, e o mais precioso é justamente o que é voluntariamente oferecido”.

Rupert Brooke



Seis sonetos em que a guerra é um glorioso ritual de purificação, um obituário escrito por Churchill no The Times, a bajulação de Yeats imortalizaram Brooke. Milhões de outros jovens ingleses alistaram-se nas Forças Armadas com a mesma alegre e ingênua antecipação, emoção adequada para um passeio pelas montanhas, não para um campo de batalha desolador onde, mais tarde, outro poeta, T.S. Eliot, se proporia a mostrar ao leitor “o medo em uma mão com um punhado de terra”. A França, a Alemanha e a Rússia Imperial tiveram seus próprios Rupert Brookes, porta-vozes de uma juventude incapaz de absorver os desafios trazidos por revoluções

REFLEXÕES VI

na arte (modernismo), na política (marxismo), na ciência (darwinismo) e nas relações entre os sexos (sufragismo¹³ e trabalho feminino fora de casa). “Para muitos desses jovens a perspectiva de uma guerra pareceu uma fuga honrosa de um ambiente em que tudo que era sólido se desmanchava no ar”, diz Robert Bucholz, historiador da Universidade de Oxford, um dos maiores estudiosos das causas da Grande Guerra. Obviamente, entraram na equação muitos outros motivos mais palpáveis do que o desconforto com os desafios comportamentais da vida, da arte e da cultura modernas. As alegres filas de voluntários, muitos trazidos por namoradas e até por mães orgulhosas, que se formavam nos postos de recrutamento da Inglaterra eram inchadas por jovens nacionalistas, patriotas e por muitos homens em busca de uma ocupação rentável em meio a um período de brutal estagnação econômica, visível em quase todas as capitais da Europa. Tanto para os espíritos sensíveis, como Rupert Brooke e seus leitores, quanto para os homens de mãos calejadas das classes trabalhadoras, a guerra parecia uma solução, não um problema. Parecia a salvação. Para milhões de jovens foi um equívoco fatal.

Na Alemanha, sem que se dessem conta ou tivessem isso como objetivo, os filósofos materialistas de todas as gradações haviam plantado no decorrer do século XIX uma ideologia que, de Shopenhauer a Karl Marx, passando por Kant e Nietzsche, mata a figura de Deus, pelo menos entre os mais instruídos. Sem Deus, a busca de um significado para a vida tornou-se um empreendimento intelectual em que a arrogância e a ousadia tinham lugar privilegiado. Sem Deus, a vida humana só encontra razão de existir na supervalorização do homem e de suas conquistas. Essa ideia se cristaliza no *Übermensch* de Nietzsche, o super-homem, para quem qualquer pregação transcendental não passa de uma tentativa de tirar seu foco do único mundo que existe e pode ser transformado por ele e outros seres humanos individualistas, poderosos que desprezam os fracos. Mais tarde o super-homem de Nietzsche seria confundido propositalmente pelos nazistas da Alemanha com o

¹³ **Sufragismo**: movimento que reclamava o direito de voto das mulheres.

REFLEXÕES VI

conceito de “raça superior” –, mas também seria adotado pelos anarquistas na Espanha e outros países como o paradigma do guerreiro sem freios morais que não a própria consciência.

No que diz respeito à I Guerra Mundial, e especialmente entre os intelectuais da Alemanha, a filosofia que tirou Deus do centro da vida foi instrumental para fixar a visão da guerra como um caminho para atingir a superação do medo e outras fraquezas humanas. Essa ideologia cruzou o Atlântico. Ela, porém, encontrou em Randolph Bourne um resistente lúcido, abismado pela rápida adesão popular e dos formadores de opinião à tese da intervenção dos Estados Unidos no conflito. Escreveu Bourne em 1917: “Eles (os intelectuais) são responsáveis pela criação da mitologia popular de que essa guerra é uma cruzada santa”.

Faltou pulso firme

Os diplomatas e os chefes de governo da Europa tiveram um mês para evitar as forças centrípetas¹⁴ da guerra. A ambiguidade da estratégia dos ingleses anulou boa parte dos esforços de paz

Ao retornar ao seu escritório depois de ser aplaudido na Câmara dos Comuns, em Londres, em 3 de agosto de 1914, o inglês Edward Grey, o mais poderoso ministro de Relações Exteriores do maior império da época, bateu os punhos na mesa e chorou: “Eu odeio a guerra. Eu odeio a guerra”. Grey, então com 52 anos (nove como chanceler), acabara de fazer um discurso em que, por uma hora, explicou as razões pelas quais a Inglaterra deveria entrar no conflito que se iniciava. Embora seu país, segundo ele, não tivesse a obrigação de defender a França, a Alemanha não deixava outra opção ao ameaçar a Bélgica – um verdadeiro corredor de acesso para o Canal da Mancha e, portanto, para a Inglaterra. O continente europeu não poderia ser dominado por uma única potência. Ao anoitecer, observando pela janela um funcionário acender as luzes das ruas, Grey disse: “As lâmpadas estão se apagando na Europa inteira. Nós não as veremos brilhar outra vez em nossa existência”.

¹⁴ **Centrípeto**: que se aproxima ou tenta aproximar-se do eixo de rotação; axípeto.

Edward Grey



A frase de Grey entrou para os livros de história como um prenúncio da guerra que mataria milhões de pessoas, mas também pode ser interpretada como uma lamúria da inoperância da diplomacia, que perdeu a chance de evitar o pior. Pouco antes, em 28 de julho, o Império Austro-Húngaro declarara guerra à Sérvia. Desde o dia 28 do mês anterior, junho, quando o arquiduque Francisco Ferdinando havia sido assassinado, tinha havido uma intensa troca de telegramas entre embaixadas e encontros entre diplomatas europeus preocupados com as tensões nos Bálcãs. Temia-se, com razão, o ímpeto russo, de um lado, e o alemão, de outro, em se meter numa questão de cunho regional, acima de tudo. Se a Rússia e a Alemanha fossem tragadas para um conflito entre austro-húngaros e sérvios, como acabou acontecendo, a França teria de defender a primeira e a Inglaterra... bem, os líderes desta não tinham a menor ideia do que fazer. Uma a uma, todas as tentativas de manter a paz fracassaram por causa de uma visão estreita dos diplomatas, da falta de uma cadeia consistente de comando em muitos governos e da comichão belicista que sentiam alguns membros influentes de cada um dos países envolvidos.

Contando com a confiança do rei George V e do primeiro-ministro Herbert Asquith, Grey agia por conta própria. Para ele, as relações internacionais eram elevadas demais para ser debatidas no Parlamento. O ministro costumava dizer que fazia o seu trabalho não por vocação, e sim por uma obrigação enfadonha. O inglês era seu único idioma. Grey só saiu do país uma vez. Seus interesses verdadeiros eram a pesca e a observação dos pássaros. Seu legado como naturalista, que inclui o livro *O Charme dos Pássaros*, é elogiado. O mesmo não se pode dizer de sua herança como ministro de Relações Exteriores. Ao mesmo tempo em que repetia publicamente não haver por parte da Inglaterra um compromisso de defender a França em caso de uma agressão estrangeira, Grey promoveu encontros às escondidas com franceses e prometeu aliar-

REFLEXÕES VI

se a eles. As reuniões feitas em 1905 e 1906 entre representantes dos dois países nem sequer foram reportadas ao seu gabinete. Se a promessa de ajuda à França tivesse ficado mais evidente, talvez a Alemanha – que apostava em uma vitória rápida no *front* ocidental para poder concentrar esforços no *front* oriental, contra a Rússia – tivesse deixado os austro-húngaros sozinhos com seu problema sérvio. Talvez.

Outros diplomatas também falharam, mais por falta do que por excesso de poder. Ao assumir o seu posto, em 1909, o ministro de Relações Exteriores alemão Theobald von Bethmann-Hollweg tentou uma aproximação com a Inglaterra. Em 1911, Grey e Hollweg evitaram que uma faísca se transformasse em incêndio no episódio que ficou conhecido como a Crise de Agadir. Naquele ano, a França ocupou a capital do Marrocos para conter uma revolta contra o sultão e a Alemanha respondeu enviando o cruzador Panther para a cidade portuária de Agadir. Como os alemães foram forçados a recuar, o kaiser passou a ignorar os conselhos de Hollweg. Quem ganhou voz no governo a partir de então foi o chefe da Marinha Imperial Alfred von Tirpitz, o mentor da corrida armamentista naval contra os ingleses.

No desafortunado julho de 1914, quando os ânimos já estavam para lá de Berlim, o presidente francês Raymond Poincaré viajou com seus diplomatas, de navio, até São Petersburgo, a capital do Império Russo, para falar com o czar Nicolau II. Ele queria estreitar a cooperação militar com os russos e tranquilizar seus aliados. Do encontro, Poincaré entendeu que o czar estava determinado a defender a Sérvia de maneira diplomática. Faltou combinar com os russos que respondiam a Nicolau, que estavam tão divididos na questão quanto os alemães ou os franceses.

Durante um jantar na embaixada francesa em São Petersburgo, um oficial francês em um salão secundário propôs um brinde “para a próxima guerra e nossa vitória certa”. Em seu último dia de viagem, Poincaré assistiu a um desfile militar com a presença de 70.000 soldados. A música de fundo, não por acaso, era a Marcha Lorena, que os russos consideravam uma homenagem pessoal a Poincaré, nascido em Lorena. Ocorre que a Alsácia-Lorena é uma região da

REFLEXÕES VI

França que havia sido anexada pela Alemanha na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871). Depois da I Guerra, retornou à França. Outro detalhe: os soldados que desfilavam em São Petersburgo não usavam uniformes cerimoniais. Vestiam fardas mais apropriadas, isso sim, para quem estava pronto para sair dali direto para os campos de batalha.

Boa parte da saliva diplomática em julho de 1914 foi gasta para convencer o Império Austro-Húngaro a estender o ultimato dado à Sérvia para dar acesso à investigação do assassinato do arquiduque. Tanto Grey quanto os russos pediram que o limite fosse estendido. O inglês passou dois dias tentando formar um grupo com as outras quatro potências para mediar a questão. Os austríacos, bancados pelos alemães, não cederam. Cinco minutos antes do final do prazo, às 17h55min do sábado 25 de julho, o primeiro-ministro sérvio Nikola Pasic



Alsácia-Lorena

entregou uma nota em alemão capenga ao barão Giesl de Gieslingen, representante do Império Austro-Húngaro: “Parte das suas demandas nós aceitamos, mas quanto ao resto delas nós colocamos nossas esperanças na sua lealdade e na sua nobreza”. Em seguida saiu. O barão leu o texto, viu ali o que queria e assinou uma carta já redigida informando Pasic que deixaria Belgrado com seus empregados. As malas já estavam prontas. Antes das 7h da noite, ele, a esposa e seus funcionários cruzaram a fronteira com a Áustria.

A declaração de guerra foi feita três dias depois. “As intrigas de um oponente malévolo obrigam-me, em defesa da honra da minha monarquia, a agarrar a espada depois de longos anos de paz”, escreveu o imperador austro-húngaro Francisco José. Na madrugada, soldados sérvios explodiram uma ponte ao norte de Belgrado. Lanchas austríacas atiraram e, após uma breve tensão, os sérvios retrocederam.

No dia 31, a Rússia anunciou a mobilização das suas Forças Armadas para defender a Sérvia. Em seguida, a Alemanha declarou

REFLEXÕES VI

guerra à Rússia, à França e à Bélgica. Com a recomendação de Grey, a Inglaterra anunciou que também entraria no jogo em 4 de agosto. A Alemanha invadiu a Bélgica no mesmo dia. Com as peças no tabuleiro, demoraria ainda duas semanas para que um conflito maior acontecesse. No *front* ocidental, os alemães passaram por cima dos franceses em Lorena no dia 20, inaugurando as Batalhas de Fronteiras, entre franceses, alemães e ingleses. A catástrofe começara.

Lama, sangue, horror

O Soldado Desconhecido é uma face nobre do primeiro conflito a industrializar a morte em batalhas cujas vitórias foram de Pirro

Na gênese do Soldado Desconhecido, essa invenção sem passado e sem futuro, está o 6. O número determinou a escolha do corpo a ser enterrado sob o Arco do Triunfo, em Paris, para simbolizar e homenagear todos os franceses que, ao cair pela pátria num dos campos de batalha da I Guerra Mundial, perderam não só a vida, mas a identidade, completamente desfigurados por obuses, gás e congêneres.

Em 1920, dois anos depois do fim do conflito, o recruta Auguste Thin viu-se encarregado de escolher, entre oito caixões de carvalho que continham corpos exumados de diferentes frentes de combate, aquele que passaria sem nome à história. Surpreso, ele usou de um expediente da numerologia, por assim dizer. “Tive uma ideia simples: como eu pertencço à sexta divisão, e a soma dos algarismos do meu batalhão, 132, também dá 6, tomei a decisão de escolher o sexto caixão ali enfileirado”, explicou Thin na ocasião.

Quantos desses soldados desconhecidos não foram fotografados e filmados, a maioria deles sorridentes, dentro da imensa ferida que se abriu no território da França, entre 1914 e 1918? O par de trincheiras opostas, franco-britânica e alemã, prolongava-se desde o Mar do Norte até a fronteira com a Suíça, em quase 800 quilômetros de extensão, com ramificações na retaguarda e cercas de arame farpado de um lado e de outro, separadas pela “terra de ninguém”. Cem anos depois, o solo ainda guarda cicatrizes, seja de ruínas de trincheiras preservadas, seja dos buracos causados pela

REFLEXÕES VI

artilharia pesada, erosões circulares que comporiam uma paisagem lunar, não estivessem hoje cobertas de vegetação.

Falou-se em sorrisos, e esse é um dos espantos provocados por imagens captadas pelas câmeras rudimentares de um século atrás. Várias delas inéditas, tais imagens puderam ser vistas na série *Apocalypse*, um documentário espetacular sobre a Grande Guerra que mesmerizou¹⁵ os telespectadores franceses, no início deste ano. Do que riam os pilus, ou “peludos”, como eram chamados no país os soldados cuja hirsutez era o primeiro uniforme? Talvez de nada, por ordem da máquina de propaganda. Talvez porque estivessem condicionados a rir diante das lentes. Talvez da própria tragédia de estarem ali, na trincheira, por anos a fio, como personagens fatalistas de um enredo urdido pelos palacianos que engendraram alianças entre potências e alimentaram ambições coloniais – porque, se a II Guerra significou a luta entre o Bem e o Mal, a Primeira não passou de uma carnificina prescrita em tratados e negociações secretas, dos quais era difícil, e ainda é, extrair algum sentido, apesar da lógica que lhe aplicam os historiadores.

E que tragédia eram as trincheiras! Esqueçam-se, por um momento, a literatura que se teceu a respeito delas. O retrato mais objetivo é o fornecido por um Pilu como tantos outros. Benjamin Godard: “São acampamentos sórdidos onde tudo é abundante: piolhos, pulgas, percevejos, ratos, exceto o que é útil”. E lama, muita lama. Nas salas dedicadas à I Guerra, no Museu do Exército dos Invalides, em Paris, a peça mais pungente¹⁶ é um uniforme enlameado de um soldado morto em ação. A lama invadia os poros da pele, as narinas, os olhos, e as explosões constantes a arremessavam para todos os lados, inclusive para dentro da alma, se nela houvesse quem ainda acreditasse. Homens ocios revestidos de lama, se é o caso de fazer poesia.

Atribui-se aos alemães o estabelecimento das primeiras trincheiras,

¹⁵ **Mesmerizar**: deixar sem ação; enfeitiçar, magnetizar, fascinar.

¹⁶ **Pungente**: que afeta e/ou impressiona profundamente o ânimo, os sentimentos, as paixões; muito comovente.

REFLEXÕES VI

a fim de consolidar a conquista do território tomado aos franceses. O mais provável, contudo, é que a necessidade de proteger-se em campo aberto, e de encontrar um pouco de repouso, tenha sido a causa primeira da abertura dessas imensas fossas por parte de soldados e oficiais no mais das vezes à mercê das forças da natureza e do fogo inimigo, não importa a cor do capacete.

No museu da Grande Guerra, na cidade de Meaux, foram reconstruídos um pedacinho de trincheira alemã e outro francês – reconstrução asséptica, evidentemente. Ambas tinham uma altura de 2 metros, no máximo, e uma largura de cerca de 1,5 metro. As alemãs exibiam, no mais das vezes, paredes de concreto. As francesas eram feitas do próprio terreno, seguras por madeirame frágil. Nas estações chuvosas (e como chove na França, especialmente no norte!), essas últimas desabavam, e era preciso reconstruí-las, num trabalho de Sísifo. Os alemães sempre utilizaram pás para escavar a terra, enquanto milhares de franceses tiveram de usar as próprias mãos.

Chegava-se às trincheiras, e elas vinham alimentadas com armas e mantimentos, por meio de corredores subterrâneos – os boyaux, ou mangueiras, na metáfora em francês – mais estreitos e baixos do que as trincheiras propriamente ditas. Com o perdão da comparação surrada, tais como formigas no formigueiro, fileiras de soldados iam e vinham, geralmente durante a escuridão da noite, carregando mochilas que pesavam até 20 quilos, para não falar das macas com os feridos retirados do *front*. Os boyaux se estendiam por até 10 quilômetros, e a cada 4 ou 5 metros havia uma bifurcação abrupta, em que eram comuns os choques entre os que seguiam em direções contrárias. Nesse labirinto populoso, podia-se levar até doze horas para alcançar o setor da trincheira para o qual se havia sido designado.

A “guerra de posição”, com a escavação de trincheiras, impôs-se à “guerra de movimento”, após a derrota alemã na Primeira Batalha do Marne, que durou de 5 a 12 de setembro de 1914. O Marne, que corre do leste para o norte de Paris, é um afluente do Sena, e os alemães queriam transpô-lo para tomar a capital francesa. A ameaça ensejou aquela que é considerada uma das primeiras experiências

REFLEXÕES VI

de unidade motorizada – e o meio utilizado foram os táxis. Alarmado com a presença de tropas de vanguarda alemãs demasiado próximas a Paris, o general Gallieni, comandante militar da cidade, requisitou 670 táxis para transportar 6.000 soldados destacados para conter esse avanço. O centro da operação era a Esplanada dos Invalides. Cada carro podia transpor cinco homens, ao preço de 300 francos a corrida. Há muita divergência sobre a real efetividade do esforço realizado em dois dias, mas não há dúvida quanto ao impacto psicológico positivo que ele exerceu sobre a população. Dois desses táxis – modelos Renault G7 – podem ser vistos no Museu dos Invalides e no de Meaux.

Auxiliados por forças britânicas, os franceses derrotaram os alemães no Marne, e voltariam a fazê-lo na segunda batalha, em 1918. De acordo com as estimativas atuais (um século não foi suficiente para estabelecer com precisão quantos morreram na I Guerra Mundial), o total de mortos e desaparecidos foi de 195.000. O de feridos: 325.000. Uma enormidade incomparável com as baixas da outra batalha a que outro rio, o Somme, mais acima, empresta o nome. A refrega do Somme, em que britânicos e franceses assumiram a ofensiva para tentar empurrar as forças alemãs até a Bélgica, transformou-se no maior desastre militar da história do Reino Unido. Ela durou de 1º de julho a 19 de novembro de 1916. Total de mortos e desaparecidos estimado: 443.000. Total de feridos: 616.000. Entre os britânicos, morreram e desapareceram 206.000 soldados, quase 20.000 deles só no primeiro dia do confronto. É um episódio mais lembrado pelos ingleses do que pelos franceses também por outro motivo. “Em Verdun, os alemães foram os agressores. No Somme, os responsáveis pela carnificina foram os aliados”, diz Pierre Miquel, um dos mais renomados estudiosos da Guerra de 1914, autor do livro *Os Esquecidos do Somme*.

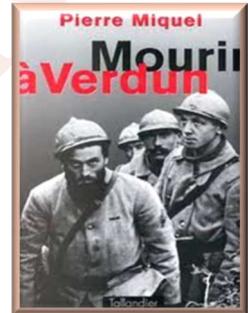
Ao final, os aliados obtiveram uma vitória de Pirro (e qual não foi?), para recorrer outra vez à mitologia grega. As linhas alemãs foram empurradas ao limite de 64 quilômetros – ou seja, permaneceram em solo francês. A maior vantagem em prol da França é que, para se fortalecerem no Somme, os generais do kaiser alemão retiraram 35 divisões de Verdun, cidade quase na junção das fronteiras com

REFLEXÕES VI

Bélgica e Luxemburgo, palco da batalha mais longa da era moderna – e da qual os franceses se lembram com orgulho não só porque foram os agredidos, como pelo fato de terem vencido sozinhos.

Para os alemães, ocupar Verdun tinha um significado especial – foi lá que o imperador Carlos Magno escolheu como brasão a águia de duas cabeças, uma voltada para o oeste e a outra para o leste, a fim de ilustrar a vitória dos francos sobre os saxões, no século VIII. E foi em Verdun que eles tentaram dar um basta à guerra de trincheiras, por intermédio do uso intensivo das tremendas armas *made in Germany*, tais como os projéteis com gás asfixiante, as bombas incendiárias lançadas de aviões e os canhões de calibre desmesurado, entre os quais o Grosse Bertha (“Grande Berta”), assim apelidado porque era esse o nome da filha do fabricante, o industrial Alfred Krupp.

A batalha durou de 21 de fevereiro a 19 de dezembro de 1916, mais do que a de Stalingrado, na II Guerra Mundial. Como escreve Pierre Miquel, no livro *Morrer em Verdun*, o dado novo ali “é que os homens morreram num campo de batalha à moda antiga, grande como um lenço de bolso. Se o *front* de Marne tinha uma extensão de 200 quilômetros, em Verdun ele não ultrapassava



25”. As crateras ainda visíveis dos mais de 10 milhões de obuses disparados pelos dois lados dão uma dimensão do massacre que resultou em 286.000 mortos e 412.000 feridos. Do lado francês, diz-se que “os mortos tinham a face enegrecida pelo gás, os feridos eram devorados por ratos, os soterrados morriam de asfixia, os abandonados, de sede. Nada de humano parecia sobreviver onde o obus¹⁷ da manhã trazia à superfície os corpos enterrados pelo obus de ontem”. Do lado da Alemanha, não foi muito diferente. Em 1984, o presidente François Mitterrand e o primeiro-ministro Helmut Kohl deram as mãos diante dos túmulos dos soldados em Verdun,

¹⁷ **Obus:** granada explosiva arremessada por boca de fogo própria.

para celebrar a reconciliação franco-alemão, formalizada somente em 1953, passados os dois conflitos mundiais.

Em 1914, o escritor britânico H.G. Wells escreveu que a I Guerra, na qual pereceriam 15 milhões de soldados, seria “a guerra para acabar com as guerras”. Infelizmente, as suas previsões eram mesmo matéria para livros de ficção. Um cálculo publicado pelo jornal italiano *La Repubblica* mostrou que, de meados de 1914 ao início deste ano, 130 milhões de pessoas morreram em conflitos armados ao redor do mundo. A frase de Wells virou motivo de deboche já em 1919, quando se assinou um tratado humilhante para a Alemanha. “Fizemos uma paz para acabar com toda a paz”, disse um militar inglês. Um demagogo austríaco, condecorado com a Cruz de Ferro na I Guerra, usaria a humilhação alemã para enlouquecer uma nação. Na gênese das circunstâncias e do seu ódio à civilização, também havia um 6. Aquele acompanhado de mais dois.

Inferno de fogo e barro

A brutalidade da guerra de trincheiras era inédita na história dos conflitos humanos. Para os combatentes, tão ou mais desgastantes do que a artilharia inimiga eram o trabalho extenuante e as condições insalubres das valas onde viviam

“O verdadeiro inferno não é o fogo. O verdadeiro inferno é o barro” dizia um jornal destinado aos soldados franceses. A guerra de trincheiras – modalidade de luta definidora do conflito europeu de 1914 a 1918 – impôs aos combatentes o embate diário de manter a vida em valas cavadas no solo. A chuva podia destruir meses de trabalho de escavadores e construtores. E fogo e barro às vezes faziam uma composição ainda mais infernal: sob bombardeio da artilharia, galerias podiam ruir, soterrando soldados. A trincheira representou uma nova forma de combate, que os estrategistas ainda não dominavam completamente. O alemão Ernst Jünger, que entrou na guerra como cadete e chegou a oficial, observou que a I Guerra Mundial, em seus primeiros anos, foi de “batalhas campais à moda antiga”, adaptadas à lógica da trincheira. Os ingleses, aliás, demoraram a aprender que ataques em linha eram suicidas – acabavam todos metralhados ou fuzilados.

REFLEXÕES VI

O trabalho na trincheira era extenuante. Havia sempre uma nova tarefa a fazer: estender arame farpado, cavar novas galerias, consertar o estrago feito por bombas ou pela intempérie. O soldado dormia pouco e mal, e travava uma luta constante contra o frio e a umidade (e contra os ratos). Em todos os exércitos, os oficiais gozavam de privilégios: comiam melhor e bebiam vinho, muitas vezes inacessível para o magro soldo do soldado raso. Mas os tenentes também sofriam com alojamentos insalubres. E morriam nas frentes de batalha.

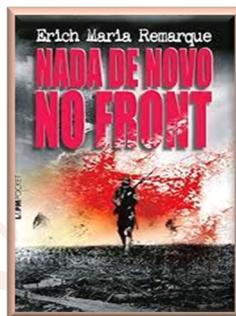
Houve grandes e sangrentas ofensivas, como a Batalha do Somme, mas, por grandes períodos, a situação era estacionária: alemães de um lado, franceses ou ingleses de outro, ao longo das trincheiras, com a “terra de ninguém” entre eles. Na tentativa de conservarem as tropas em atividade, os comandantes periodicamente ordenavam incursões quase sempre inúteis e custosas até as linhas opostas. Na imobilidade, certo equilíbrio era mantido entre oponentes, em acordos tácitos: um não atirava no outro para não sofrer retaliações.

O jovem oficial Charles de Gaulle, futuro presidente da França, irritou-se quando seu superior recusou a sugestão de aproveitar uma nova trincheira que chegava até perto dos alemães para abrir fogo sobre o inimigo. “A guerra de trincheiras tem essa desvantagem: exagera esse sentimento em todo mundo – se eu deixo o inimigo em paz, ele não me aborrecerá”. Mesmo com esses arranjos conciliatórios, porém, a morte era frequente, por obra de franco-atiradores, cargas de artilharia e ataques de gás. Cadáveres ficavam abandonados nas linhas de arame farpado, pela primeira vez usado em uma guerra.

É do lado alemão que vêm as melhores crônicas da brutal vida nas trincheiras, publicadas em 1920 e 1929: *Tempestades de Aço*, livro de memórias de Ernst Jünger (1895-1998), e *Nada de Novo no Front*, romance de Erich Maria Remarque (1898-1970), também combatente da I Guerra. Os dois livros descrevem realidades similares: a degradação permanente de botas e roupas úmidas, a morte cotidiana de companheiros, mutilações e ferimentos de guerra. No tom, porém, são obras muito distintas.

REFLEXÕES VI

Remarque fez um libelo contra a guerra: não por acaso, seu livro queimou nas fogueiras públicas feitas pelos nazistas depois de 1933. Nada de Novo no Front teve mais repercussão popular, tanto que já em 1930 foi adaptado para o cinema, em uma produção americana. Jünger um militar entusiasmado e nacionalista – posteriormente serviu na França ocupada na II Guerra embora não fosse simpático a Hitler ou ao nazismo –, escreve sobre a violência da guerra com frieza clínica, mas também com fascínio. Ao descrever como soldados alemães rastejavam até as linhas inimigas só para pendurar, no arame, um sino para perturbar os ingleses, Jünger observa: “Eles se divertem com a guerra”.



A ciência da morte

Pela primeira vez, armas químicas foram usadas em larga escala em um conflito – com a contribuição prestimosa de vencedores do Prêmio Nobel

“A vida de Haber foi a tragédia do judeu alemão – a tragédia do amor não correspondido”



Fritz Haber

sentenciou o físico Albert Einstein sobre o químico Fritz Haber, de quem era amigo. Nascido em 1868 em Breslávia, então parte da Alemanha e atualmente território polonês, Haber foi um cientista brilhante com um legado ambíguo. Ele é o inventor de um método de produção de fertilizantes sem o qual não haveria, no mundo, alimentos para dois em cada cinco seres humanos. Como um dos pioneiros das armas químicas, porém, usou os seus conhecimentos para provocar o maior número possível de mortes e dar vantagem à Alemanha nos campos de batalha.

REFLEXÕES VI

O seu patriotismo, segundo a análise de Einstein, era na realidade uma escada para ascender na sociedade alemã e deixar de ser visto como um judeu interiorano. Ainda jovem, aos 24 anos, ele se converteu ao protestantismo.

A síntese da amônia, o processo que inaugurou a era dos fertilizantes químicos, é feita a partir da reação do nitrogênio com o hidrogênio. O método patenteado por Haber e Carl Bosch, em 1910, foi descrito à época como milagroso porque equivalia a criar “pão com ar”. O feito rendeu-lhe o Prêmio Nobel de Química, em 1918. O equivalente da Paz, obviamente, não lhe poderia ser concedido, pois, quatro anos antes, quando a guerra estourou ele pusera o Instituto Kaiser-Wilhelm à disposição da máquina de guerra alemã. Sob seu comando, o mesmo nitrogênio do ar usado para incrementar as lavouras foi aproveitado para fabricar explosivos para o Exército alemão, depois que as importações de nitrato do Chile foram bloqueadas pelas forças aliadas. Haber foi além. Em 22 de abril de 1915, ele liderou pessoalmente um ataque em Ypres, na Bélgica, com 167 toneladas de cloro liberadas de 5.700 cilindros em direção às trincheiras francesas e inglesas.

Levado pelo vento, o gás tóxico deixou 5.000 vítimas, entre elas 1.000 alemães que não estavam usando proteção adequada. “Os mortos ficaram pretos de uma só vez”, descreveu uma reportagem do jornal americano *The New York Times*, quatro dias depois.

Apesar da matança indiscriminada, a experiência com o cloro convenceu as autoridades alemãs a investir em gases letais. Haber foi promovido, por decreto, a capitão. Poucas horas depois de ele receber a patente, sua mulher, Clara Immerwahr, suicidou-se. Clara, doutora em química, se opunha ao uso que o marido estava dando aos seus conhecimentos científicos. O filho de 13 anos a encontrou agonizando com a pistola do pai na mão. No dia seguinte, o capitão já estava no *front* outra vez.

A Alemanha não foi, porém, a primeira nem a única a empregar armas químicas. A França já havia usado gás lacrimogêneo e foi pioneira na utilização do componente mais letal, o fosgênio, com a ajuda de outro vencedor do Prêmio Nobel de Química, François

REFLEXÕES VI

Victor Grignard. Em 1917, começou a ser adotado o gás mostarda, que causava bolhas na pele e cegueira. No fim da guerra, 25% de toda a artilharia continha agentes químicos. Os gases mataram 1 milhão de pessoas e, apesar de terem sido usados por todos, não deram vantagem tática a ninguém. Posteriormente, Haber argumentou que, até então, a Convenção de Haia não proibia o emprego de gases letais, somente de projéteis com substâncias asfixiantes. Normas mais restritivas só entraram em vigor com a assinatura do Protocolo de Genebra, em 1925.

Depois da guerra, Haber continuou liderando o instituto, que hoje leva o seu nome e está subordinado ao respeitado grupo Max-Planck, até 1933. Apenas com a ascensão do regime nazista, ocorrida naquele ano, ele parece ter enfrentado seus primeiros dilemas morais. Apesar da origem religiosa de Haber, os oficiais nazistas tentaram poupá-lo, mas exigiram que demitisse os cientistas judeus.

Ele começou cortando os mais renomados, acreditando que teriam mais facilidade para conseguir outro emprego. Em seguida, procurou trabalho para si próprio na França, na Holanda e na Inglaterra, sem sucesso. Em Londres, encontrou-se com Chaim Weizmann, que mais tarde viria a se tornar o primeiro presidente de Israel, que lhe propôs mudar-se para a Palestina. Haber morreu em 1934 na Basileia, Suíça. Entre as últimas criações de sua equipe estão o inseticida Zyklon e suas variações. Essa contribuição de Haber para a ciência também teve uma finalidade macabra – dessa vez, de maneira involuntária. Anos depois, a SS usou esse veneno nas câmaras de gás dos campos de concentração. Entre os mortos estavam filhos das irmãs e dos primos de Haber.

O chanceler da discórdia

Por orientação de um ministro de sobrenome alemão, o Brasil tentou se manter neutro, mas não conseguiu. O efeito na guerra foi nulo

No início do século XX, a economia brasileira dependia fortemente da venda de café nos mercados internacionais. Em 1914, a Bolsa de Hamburgo, na Alemanha, detinha a segunda maior participação no

comércio cafeeiro brasileiro no exterior, perdendo apenas para Nova York. Nesse contexto, envolver-se num conflito que reunia alguns de seus principais mercados parecia péssima ideia para o País. Com a eclosão da I

Lauro Müller



Guerra, o Brasil optou por adotar uma posição de neutralidade. Em 1917, foi obrigado a assumir uma posição quando seus navios foram torpedeados pelos alemães. O envolvimento do Brasil na guerra ganhou ares de conspiração porque, desde 1912, o ministro das Relações Exteriores era Lauro Müller, um descendente de alemães. Müller foi acusado, injustamente, de ser um germanófilo a favor dos interesses da pátria de seus pais. Nascido em Itajaí, em Santa Catarina, ele era apaixonado pelo Brasil. Frequentou a Escola Militar no Rio de Janeiro e recebeu o título de engenheiro. Foi ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas do presidente Rodrigues Alves e governador do seu estado. No Itamaraty, substituiu ninguém menos que o barão do Rio Branco, o patrono da diplomacia brasileira.

Na função de chanceler, Müller cumpriu com louvor as medidas necessárias para a manutenção da posição de neutralidade adotada pelo Brasil. Partiu dele a ordem para o monitoramento de estações de rádio clandestinas a serviço das nações em guerra. Dos representantes diplomáticos dos aliados, em especial os ministros da Rússia e da França, Müller recebeu elogios sobre a correção com que conduziu a situação. Quando sua fidelidade à pátria foi contestada por jornais e alimentada por Rui Barbosa, então presidente da Academia Brasileira de Letras, ele respondeu com a célebre frase “Quem nasce no Brasil é brasileiro ou é traidor”.

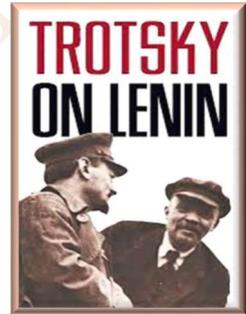
Em 11 de abril de 1917, sete dias depois de o navio a vapor Paraná, carregado de café, ser torpedeado, o Brasil rompeu relações diplomáticas com a Alemanha. As manifestações contra alemães se espalharam pelo País. Acuado, Müller entregou a sua demissão em maio. A guerra à Alemanha foi declarada pelo presidente Wenceslau

Braz em outubro, depois que mais um navio mercante, o Macau, foi destruído na costa entre a França e a Espanha. O governo ordenou que fossem fechadas associações e escolas alemãs. Tímida, a contribuição do Brasil para os aliados incluiu o envio de uma missão médica para Paris e de uma pequena divisão da Marinha para patrulhar rotas do Atlântico no litoral africano. Na França, os médicos trabalharam mais com a gripe espanhola do que com feridos de guerra. A esquadra na África foi um fiasco. As embarcações estavam obsoletas e os marinheiros brasileiros foram atacados não por alemães, mas pela gripe. Dos cerca de 1.500 tripulantes, 90% ficaram doentes e mais de 100 morreram.

Cadeia de insucessos

Sem a Grande Guerra, a revolução comunista na Rússia não teria triunfado; sem ela, não haveria Stalin e, sem ele, não teria surgido Hitler

O mundo é pequeno. Os dois senhores que ilustram estas páginas são personagens históricos conhecidos, Vladimir Lenin e Leon Trotsky. São revolucionários russos.



Eles depuseram a família imperial russa e mandaram matar seus integrantes, homens, mulheres e crianças. Consolidaram seu poder com base no terrorismo contra os adversários políticos e criaram a União Soviética, experimento comunista que durou 74 anos, implodido em 1991 pela força destruidora de suas próprias contradições.

Lenin e Trotsky talvez não tivessem saboreado a vitória de sua revolução, pelo menos no ano em que ela ocorreu, 1917, se os temíveis U-Boats alemães houvessem poupado de seus torpedos os navios de bandeira americana. Mas em 1917 os submarinos alemães estavam atacando qualquer coisa que flutuasse e estivesse ao alcance de suas armas. Os Estados Unidos então decidiram reagir ao afundamento de seus cargueiros.

REFLEXÕES VI

Mas o mundo é pequeno mesmo, porque não bastaram os navios afundados. O que realmente convenceu os Estados Unidos a mandar tropas ao outro lado do Atlântico foi o hoje famoso Telegrama Zimmermann. Era um telegrama cifrado despachado pelo ministro do Exterior do Império Alemão, Arthur Zimmermann, a seu embaixador no México.

Interceptada e decifrada pelos britânicos, a mensagem telegráfica continha uma proposta do kaiser Guilherme II ao governo mexicano. Em troca de o México declarar guerra aos Estados Unidos, a Alemanha lhe garantiria a posse dos estados americanos do Arizona, Texas e Novo México. O Telegrama Zimmermann apressou a entrada dos Estados Unidos na guerra.

Para Guilherme II, seria possível vencer a Rússia se não fosse preciso enfrentar os americanos. Fazer as duas coisas era impossível. Com a mobilização das tropas americanas sob o general John Pershing, os alemães viabilizaram alegremente a volta do exilado Vladimir Lenin para Moscou, sabendo que sua bandeira de luta seria “Paz e terra”. Vitorioso, Lenin negociou a paz com a Alemanha, mas já era tarde para salvar o regime do kaiser. A guerra estava perdida para os alemães.

A história mal começava para os revolucionários russos. Livres das pressões da guerra externa, os bolcheviques trataram de solidificar internamente seu poder. A máquina de propaganda comunista mundo afora propagava a mensagem de paz – que, incrivelmente, duraria até a Operação Barbarossa, nome-código para disparar a invasão da União Soviética, iniciada em 22 de junho de 1941. A propaganda soviética era reverberada no Ocidente por intelectuais mesmerizados pela utopia de um mundo sem classes. A crença religiosa no que emanava de Moscou cegou inúmeros intelectuais para a realidade do que ocorria dentro das fronteiras da União Soviética: totalitarismo implacável com os dissidentes, censura, controle pelos agentes do Estado de todas as atividades artísticas e culturais, assassinatos em massa. Inúmeros estudiosos do período que transcorreu entre o fim da Primeira e o começo da II Guerra dão conta de que a força da propaganda comunista pela paz impediu

que a França se armasse adequadamente, tornando-se presa fácil para a máquina de guerra de Hitler.

Mesmo na Inglaterra – onde Winston Churchill, muitos anos antes de se tornar primeiro-ministro, já vislumbrara a perversidade nazista – o rearmamento foi boicotado sistematicamente por influência dos comunistas. Nos Estados Unidos, essas forças foram contrárias à entrada americana na II Guerra, sob o pretexto de se tratar de uma “guerra europeia”. Assim que Hitler invadiu a união Soviética, instantaneamente o sinal se inverteu, e as mesmas vozes passaram a pregar a imediata abertura de uma “terceira frente” na Europa.

O comunismo, Marx já alertara, não sobreviveria em um único país. Mas o pragmatismo dos líderes soviéticos mostrava que se deveria dar prioridade à consolidação do poder e à integridade das fronteiras da Rússia. Esse foi o caminho com a morte de Lenin e a ascensão de Josef Stalin, seguida do exílio de Leon Trotsky, seu opositor. Trotsky foi assassinado no México, em 1940, por Ramón Mercader, a mando de Stalin, que já eliminara os quatro filhos, genros, noras, netos e outros parentes próximos do rival. Se o internacionalismo podia esperar, a Alemanha depauperada e humilhada do pós-guerra fornecia um caldo de cultura ideal para o avanço do stalinismo. Hitler teve no anticomunismo uma plataforma mais ampla do que o antisemitismo. “Für ein Marsismus frei Deutschland” (“Por uma Alemanha livre do marxismo”), berrava Joseph Goebbels, ideólogo e futuro ministro da Propaganda do regime nazista. Sem a Grande Guerra, não haveria Stalin; e, sem ele, não teria surgido um Hitler.

O vagão da revanche

O carro de trem 2419D – usado na rendição da Alemanha, em 1918, e da França, em 1940 – é o elo simbólico entre as duas grandes guerras

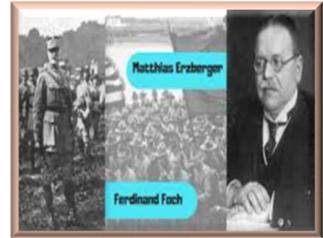
O vagão 2419D, da companhia francesa Wagons-Lits, era um carro-restaurante que, durante a I Guerra, se converteu no escritório sobre rodas do marechal francês Ferdinand Foch na floresta de Compiègne, 80 quilômetros ao norte de Paris.

REFLEXÕES VI

Equipado com telefones, um mapa da linha de frente e uma grande mesa com oito lugares, foi dentro dele que a delegação germânica aceitou as condições de rendição impostas pelos aliados. Na manhã do dia 8 de novembro, Foch, que perdera o único filho e o genro na guerra, recebeu no 2419D um grupo de alemães liderado pelo diplomata Matthias Erzberger. Os franceses

Foch e Erzberger

exigiram que eles deixassem seus automóveis a 50 quilômetros dali e embarcassem em outro vagão histórico, que havia pertencido ao imperador Napoleão III, derrotado na guerra franco-prussiana. Entre as 34 exigências dos aliados para o armistício estavam a desmobilização do Exército alemão, a evacuação em poucos dias dos territórios conquistados e a libertação dos mais de 1 milhão de prisioneiros franceses, britânicos e italianos. A Alemanha também teria de entregar aos aliados todo o ouro e o dinheiro que haviam sido saqueados, além de seus submarinos e suas armas mais pesadas. Foch informou a Erzberger que ele tinha 72 horas para obter o consentimento de Berlim. Na madrugada do dia 11 de novembro, Erzberger e sua delegação voltaram ao trem. Depois de pequenas concessões feitas pelos franceses, o acordo foi assinado.



O troco foi dado em junho de 1940, quando a Alemanha nazista ocupou a França nove meses depois do início da II Guerra Mundial. O ditador Adolf Hitler ordenou que os termos do armistício para os franceses fossem apresentados no mesmo vagão em que os alemães assinaram sua rendição na guerra anterior. Ele queria devolver aos franceses a humilhação sofrida 21 anos antes pelo exército ao qual pertencera. O 2419D foi então removido do memorial de Compiègne, onde estava instalado, e levado para o mesmo lugar onde ele se encontrava na ocasião do armistício de 1918, a poucos metros dali. Hitler permaneceu dez minutos no vagão. Ele ouviu Wilhelm Keitel, marechal das suas Forças Armadas, lendo para os franceses os duros termos da rendição, entre eles o que mantinha os prisioneiros de guerra nas mãos dos alemães e, em seguida, o vagão

foi levado para Berlim para ser exibido como troféu. Acredita-se que o carro tenha sido destruído nos anos seguintes durante os bombardeios aliados. Desde 1950, o Museu do Armistício de Compiègne abriga o vagão 2439D, da mesma série de fabricação do carro histórico.

O major e o pequeno cabo

Winston Churchill e Adolf Hitler poderiam até ter se batido na Frente Ocidental. O inglês era major dos granadeiros. O alemão era cabo. A cada um a guerra afetou diferentemente

Eles nunca estiveram frente a frente. Em 1932, durante uma viagem à Alemanha, Winston Churchill recebeu, por intermédio de um diplomata, a informação de que Adolf Hitler gostaria de conhecê-lo. Marcaram o encontro. Hitler não deu as caras. Mais tarde Churchill escreveu: “Foi assim que Adolf Hitler perdeu a chance de me conhecer”. O inglês sempre olhou o líder nazista de cima para baixo. Como primeiro-ministro inglês na II Guerra Mundial, Churchill raramente citava Hitler pelo nome. O alemão era tratado simplesmente de corporal (cabo), graduação máxima que Adolf Hitler conseguiu na I Guerra Mundial, conflito em que eles tiveram experiências distintas.

Churchill caminhava para os 40 anos e já conquistara prestígio político e fama por sua participação, sempre com lances espetaculares, nas campanhas militares inglesas. No Afeganistão, teve seu batismo de fogo. Na África do Sul, fugiu da prisão e teve a cabeça posta a prêmio durante a Guerra dos Bôeres (aliás, fruto de bem arquitetada intriga dos alemães, que insuflaram os habitantes de origem holandesa contra os ingleses). Na retomada do Sudão, participou da última carga de cavalaria da história,

durante a Batalha de Omdurman, em que as tropas mahdistas foram derrotadas.

Hitler & Churchill

Adolf Hitler tinha 25 anos quando a I Guerra começou. Parece ter sido um combatente valoroso. Foi ferido duas



vezes, recebeu condecorações e a promoção a cabo. Quando a guerra acabou, estava internado em um hospital de campanha tratando-se de uma cegueira temporária por exposição ao gás mostarda na frente oeste, em território belga. Teoricamente, Churchill e Hitler até poderiam ter se batido pessoalmente nas trincheiras. Como comandante militar supremo do nazismo na II Guerra, Hitler se impunha aos generais quanto a questões da Frente Ocidental sob a alegação de ter conhecido pessoalmente aquela região como soldado na I Guerra. Churchill andou por perto quando foi mandado para a França no posto de major de um regimento de granadeiros. Relatos de seus contemporâneos dão conta de que Churchill detestava “o silêncio, o chá e o leite condensado” do quartel-general e fez de tudo até ser transferido para a frente de combate, onde “podia saborear duas coisas que apreciava bastante: aventuras e uísque”.

O armistício chegou sem grandes alterações para Churchill, mas a I Guerra já o marcara para sempre pelo talvez, se não único, seu mais retumbante fracasso. Churchill foi parar na Frente Ocidental para tentar recuperar seu prestígio, perdido junto com o cargo de ministro da Marinha por ter sido mentor intelectual do fracassado ataque de forças marítimas britânicas, russas e francesas contra posições turcas (o Império Otomano era aliado dos alemães na guerra) no Estreito de Dardanelos. Ao cabo de onze meses de combates com pesadas baixas para os dois lados, os britânicos e aliados se retiraram sem ter conseguido estabelecer sequer uma cabeça de ponte em território inimigo. Durante anos, uma maneira segura de aborrecer Churchill era lembrá-lo de Dardanelos. O fracasso deixou-o para sempre descrente de operações em desvantagem numérica, baseadas apenas na surpresa e no uso de comandos e forças especiais.

Quando lhe tiraram as vendas no hospital, Hitler recuperou a visão, mas perdeu o rumo. Ele não conseguia conceber a vida fora da rígida disciplina militar. Sentia falta do companheirismo forjado nas batalhas. A organização militar, os ritos e protocolos, a hierarquia e o simbolismo marcial do nazismo nasceram em parte da nostalgia da caserna de Hitler. Em *Grandes Homens do Meu Tempo*, coletânea de artigos em que avalia seus contemporâneos, Churchill

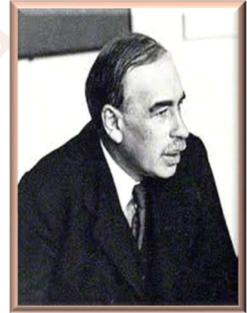
REFLEXÕES VI

dedica espaço a Hitler como ele era visto em 1935, dois anos depois de chegar ao poder na Alemanha: “... o mundo vive na esperança de que o pior tenha passado e que ainda possamos ver em Hitler uma figura mais moderada, em tempos mais felizes”. Em 1937, esse contido otimismo já se transformara em desconfiança com “Herr Hitler”, e Churchill estava entre os que mais se batiam pelo rearmamento da Inglaterra e contra qualquer diálogo com os nazistas, que via como o maior perigo já enfrentado pela civilização ocidental em todos os tempos.

A economia da paz

O economista inglês John Maynard Keynes previu que a punição excessiva à Alemanha derrotada teria efeitos desastrosos para a Europa

Era 10 de janeiro de 1919 quando o economista John Maynard Keynes se instalou no Hotel Majestic, a três quadras do Arco do Triunfo,



Keynes

em Paris, bem como outros integrantes da missão inglesa que, a partir da semana seguinte, tomariam parte nas negociações dos acordos pós-armistício. Então com 35 anos, Keynes foi indicado para a delegação por seu talento para administrar finanças, demonstrados nos anos de guerra como funcionário do Tesouro. Cinco meses depois, antes da assinatura do Tratado de Versalhes, renunciou ao seu posto e abandonou a comitiva britânica. Ele discordava do rumo das conversas nos termos estabelecidos pelos vencedores, sobretudo no que dizia respeito às exigências do primeiro-ministro da França, Georges Clemenceau. Para Keynes, a imposição de uma “paz cartaginesa” (uma referência à vitória de Roma na Segunda Guerra Púnica, no século III a.C., que não deixou pedra sobre pedra em Cartago) não prostraria apenas a Alemanha, como era o intuito deliberado da França, mas levaria toda a Europa Central à ruína econômica e à instabilidade política. Keynes expôs mais claramente suas ideias e as razões de sua revolta no brilhante e panfletário *As*

REFLEXÕES VI

consequências Econômicas da Paz, publicado no fim de 1919, um *best-seller* instantâneo na Europa e nos Estados Unidos.

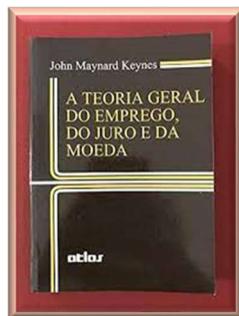
Com o livro, Keynes perdeu prestígio no governo, mas ganhou fama. Anos mais tarde, o economista foi tido como visionário por ter antecipado que o Tratado de Versalhes trazia consigo as sementes para a emergência do radicalismo político vingativo – o nazismo – e a eclosão de um novo confronto bélico – a II Guerra. Para ele, ao punir a Alemanha e a Áustria a ponto de impossibilitar a recuperação de sua economia, punha-se em risco o futuro da própria Europa. Todo o progresso e o conforto material dos europeus ocidentais do pré-guerra só foram possíveis, argumentava, pela integração do continente e pelo avanço da indústria e comércio. Com a Europa Central arrasada, não haveria Europa.

Pelo tratado, a Alemanha, além de pagar reparações financeiras aos aliados, era obrigada a abrir mão de todos os seus grandes navios de carga e a entregar suas principais minas de carvão. Bens particulares e privados de cidadãos alemães em outros países foram confiscados – algo que, como notou Keynes, não ocorrera “em nenhum outro acordo de paz recente”. O país seria tolhido de suas três principais fontes de riqueza: a indústria metalúrgica associada à exploração do ferro e do carvão, o comércio externo e o sistema de transporte. Para Clemenceau e a sua França, em decadência e já inferior em população e em tamanho da economia em relação à Alemanha, Versalhes representava a oportunidade de fazer “o relógio do tempo retroceder a 1870”.

Keynes dizia escrever como europeu, em defesa do continente, e não sob a óptica dos interesses ingleses. Posteriormente, alguns historiadores refizeram as contas e concluíram que ele havia exagerado, pois seria, sim, possível para a Alemanha suportar os pesados termos do acordo. Tanto é assim que o país se levantaria ainda mais poderoso poucos anos depois. Outros estudiosos lembraram a simpatia e a admiração de Keynes pelos alemães – em particular pelo advogado Carl Melchior, braço-direito do banqueiro alemão Max Warburg, com quem manteve um relacionamento amoroso em meio às negociações – ao mesmo tempo em que nutria certo desprezo pelos franceses.

Pode-se dizer ainda que ele pouco se preocupou em registrar o estado de destruição em que se encontrava a própria França. Mesmo assim, não há dúvida de que, na essência de seus argumentos, Keynes foi profético. Ele previu inclusive a desvalorização do dinheiro que levaria à inflação acelerada na Europa e em particular na Alemanha, onde a “circulação de moeda era dez vezes mais elevada em relação ao que era antes da guerra”. Como resultado dos gastos superiores ao fluxo de novas divisas. A hiperinflação da República de Weimar, nos anos 1920, quando os preços chegavam a dobrar a cada dois dias, é até hoje o maior trauma econômico da Alemanha – e também uma das razões para a ascensão do nazismo. “O tratado não inclui nenhuma provisão para que a Europa se reabilite”, observou Keynes na obra. Vinte anos depois, as tropas nazistas marcharam sobre a Polônia, deflagrando a II Guerra Mundial. Entre um conflito e outro, a Europa viveu os dias difíceis do protecionismo, da estagnação do comércio e da economia, do desemprego, da inflação e da pobreza.

Depois de *As Consequências Econômicas da Paz*, Keynes aprofundou sua análise sobre questões monetárias e cambiais com a publicação de *Tratado sobre a Reforma Monetária*, de 1923, e, em 1930, *Tratado sobre o Dinheiro*. A Experiência com a Grande Depressão dos anos 1930 o levou a aprofundar o estudo dos ciclos econômicos e a defender, mais vivamente, a ação de políticas para o combate ao desemprego. Sua contribuição para a economia moderna chegou ao ápice com



a *Teoria Geral do Emprego, dos Juros e do Dinheiro*, de 1936, o seu trabalho mais influente e até hoje um dos pilares da macroeconomia. Quando a II Guerra começou a chegar ao fim, Keynes não poderia deixar de ser ouvido. Alguns dos principais pontos defendidos em *As Consequências Econômicas da Paz* foram contemplados nos acordos de Bretton Woods, como o incentivo à recuperação comercial e abertura dos mercados, o reescalonamento das dívidas entre aliados e o equilíbrio monetário e cambial. Em suma, o incentivo para a reabilitação. Keynes, que também

REFLEXÕES VI

influenciou os acordos do novo armistício, intuía que o vencedor magnânimo lideraria o mundo pós-guerra. O Plano Marshall de reconstrução da Europa, patrocinado pelos Estados Unidos, nasceu dessas ideias. Dessa vez, os vitoriosos não buscaram impor uma nova paz cartaginesa – e a Europa prosperou como nunca.

Eles devem? Que paguem!

Os empréstimos americanos foram decisivos na vitória aliada. Já a intransigência em cobrar os débitos aprofundou o drama econômico

Os Estados Unidos, quando se uniram às forças inglesas e francesas em abril de 1917, não eram uma potência militar. Ainda assim, o país foi decisivo para a vitória aliada porque possuía em abundância um recurso essencial e já escasso àquela altura na Europa: dinheiro. O governo captava dólares vendendo títulos aos cidadãos americanos, os chamados Liberty Bonds, pagando juros de 5% ao ano, e emprestava aos europeus. A operação foi possível pela aprovação da lei Liberty Loan (“empréstimo da liberdade”), aprovada, em abril de 1917, no governo Woodrow Wilson.

Com a Europa destroçada, as empresas dos Estados Unidos faturavam alto exportando roupas, munições e alimentos para as nações aliadas. O total devido pelos europeus somava, ao fim de 1918, 10 bilhões de dólares. Ajustada apenas pela inflação, a dívida equivaleria, hoje, a 160 bilhões de dólares.

Tão logo os canhões cessaram, ficou evidente a dificuldade de os europeus quitarem os débitos, ao menos nos termos originalmente contratados. A Inglaterra, por exemplo, devia 4 bilhões de dólares aos americanos. Como honrar o pagamento, sendo um país exportador, depois de boa parte de sua Marinha Mercante ter sido afundada pelos alemães?

A França tomou emprestados 3,3 bilhões de dólares dos Estados Unidos e 1 bilhão dos ingleses. Suas cidades e fábricas haviam sido arrasadas, e 1 milhão de sua população masculina adulta morreu no conflito. O país só queria começar a pagar depois que recebesse as reparações impostas aos alemães.

REFLEXÕES VI

A recuperação econômica era dificultada sobremaneira pelas barreiras protecionistas erguidas no pós-guerra, inclusive pelos americanos. Sem contar com os dólares das exportações, os europeus argumentavam que ficava ainda mais difícil pagar as prestações de seus débitos. Em rodadas de negociações com os americanos, propunham o perdão de ao menos parte das dívidas, e que o restante fosse cobrado com juros mais baixos. Alguns políticos nos Estados Unidos compreendiam as agruras europeias e até sugeriram um alívio, mas a ideia não prosperava porque não tinha chance de passar no Congresso. Os legisladores e os candidatos à Presidência temiam a rejeição dos eleitores. A França usou essa situação para justificar o confisco das minas alemãs do Ruhr. Em 1922, chegou-se a selar um acordo para reduzir os juros, mas sem perdão dos valores que pediam os europeus. Emblemática da intransigência americana é a frase atribuída ao presidente Calvin Coolidge (1923 a 1929): “Eles contrataram o dinheiro, não? Se devem, que paguem!”.

Em vez de Tio Sam, os europeus passaram a chamar os americanos de “Tio Shylock”, numa referência ao agiota da peça *O Mercador de Veneza*, de Shakespeare. O inglês Winston Churchill, ministro de Munições no fim da guerra, afirmou em seu livro de memórias que as dificuldades para pagar as dívidas e reparações agravaram o colapso econômico, postergaram a recuperação e inflamaram ódios.

“Os europeus deveriam cozinhar em seu próprio molho”, escreveu

Churchill. Os Estados Unidos, em contrapartida, viviam uma das fases mais prósperas de sua história, os *Roaring Twenties*. Logo, entretanto, a euforia americana ruiu com o *crash* na Bolsa de Nova York, em 1929, e a Grande Depressão de 1930. A crise se espalhou por todo o mundo, prostrando de vez a Europa – e a maior parte das dívidas nunca foi paga. Como sentenciou o historiador escocês Niall Ferguson: “A Grande Depressão destruiu o Tratado de Versalhes”. Ou seja, precipitou a II Guerra.

Tragédia sobre tragédia

No fim da guerra, a gripe espanhola, que se espalhou pelo mundo, matou principalmente jovens – e causou um vazio demográfico. Em

REFLEXÕES VI

sua última edição de 1918, a revista científica *Journal of the American Medical Association* (*Jama*) registrou em seu editorial: “1918 acabou: um ano importante para o fim da guerra mais cruel dos anais da raça humana; um ano que marcou o fim, pelo menos por um tempo, da destruição do homem pelo homem; infelizmente, um ano em que se desenvolveu a mais fatal doença infecciosa, responsável pela morte de centenas de milhares de seres humanos. Durante quatro anos e meio, a ciência médica se dedicou a pôr o homem na linha de frente das batalhas e a mantê-lo lá. Agora, deve-se mudar o foco para combater o maior inimigo de todos – a doença infecciosa”.

Em maio daquele ano, haviam surgido os indícios de uma manifestação branda de gripe. Ficou conhecida como “febre dos três dias”. As primeiras notícias sobre a doença foram dadas pela imprensa da Espanha, país que se manteve neutro na guerra e, portanto, desfrutava mais liberdade de expressão. “Uma estranha forma de doença, com caráter epidêmico, apareceu em Madri”, reportou a agência Fabra. A segunda onda da gripe foi a mais impactante. Entre agosto e setembro, dois meses antes do fim oficial dos combates, o vírus influenza voltou a fazer vítimas – dessa vez fatais.

Algumas pessoas morriam poucas horas após os primeiros sintomas. A epidemia foi tão severa que a média da expectativa de vida nos Estados Unidos diminuiu dez anos. Em comparação a outras ocorrências do influenza, cuja mortalidade não passou de 0,1%, a da gripe espanhola chegou a 2,5%. Os jovens, surpreendentemente, eram os mais afetados. Estima-se que a taxa de mortalidade por gripe em 1918 entre pessoas de 15 a 34 anos tenha sido vinte vezes maior do que em anos anteriores. Para os países que já haviam perdido boa parte de sua população masculina jovem nas frentes de batalha, isso teve um efeito demográfico devastador. Calcula-se que a gripe espanhola tenha infectado um terço da população mundial e matado 50 milhões de pessoas, mais que o triplo do que a guerra em si.

Palavras na trincheira

Expressões criadas ou popularizadas na Grande Guerra e usadas

REFLEXÕES VI

até hoje são a demonstração do impacto cultural daquele evento

“David Beckham colocou Victoria Posh contra a parede, discutiram e ele quase rasgou seu *trench coat*, mas, pouco antes que a festa acabasse ele recuperou a calma e, quase na décima primeira hora, impediu que ela, irritada e desorientada, mergulhasse de nariz na piscina. Quem assistiu à cena desde o começo ou caiu de paraquedas nos momentos finais acha que, por pouco, o dia D do casal não teria de ser adiado – ou, quem sabe, cancelado”.

O trecho acima, totalmente ficcional, poderia passar como um relato bastante razoável de uma briga pré-nupcial do casal Beckham. Ele foi escrito, porém, apenas para demonstrar como certas expressões criadas ou popularizadas durante e depois da I Guerra Mundial fazem parte do linguajar popular em diversos idiomas.

Pela ordem, *posh* é a sigla em inglês para *port-out, starboard-home*, que nas viagens de navio dos ingleses para a Índia indicava que na ida a cabine do passageiro estaria a bombordo e na volta a estibordo, garantindo proteção contra os raios diretos do sol na ida e na volta. Mas foi só depois da I Guerra que *posh* se tornou sinônimo de coisa cara, exclusiva, de acesso apenas aos oficiais, de alta patente.

“Colocar contra a parede”, que atualmente significa pressionar fortemente alguém, originou-se da expressão *up against the wall*, que, na guerra de 1914-1918, era o termo usado para informar que um desertor ou inimigo capturado seria levado ao paredão e fuzilado.

Trench coat é um casaco de trincheira, que foi usado pela primeira vez na I Guerra e se tornou inspiração para inúmeras grifes.

“Décima primeira hora” anda meio em desuso, mas já foi uma expressão popular para ilustrar que alguma coisa foi resolvida pouco tempo antes de o prazo se esgotar. “O contrato foi assinado na décima primeira hora”. Deriva do momento da assinatura do armistício, que se deu na “décima primeira hora do décimo primeiro dia do décimo primeiro mês” em 1918 (ou seja, às 11 horas de 11/11 de 1918).

“Mergulhar de nariz” apareceu na Grande Guerra com o emprego, pela primeira vez, de aviões em operações militares. É a manobra típica que os biplanos faziam para metralhar alvos no chão.

“Paraquedas” surgiu com os aviões de combate.

“Dia D” é o início de uma operação militar.

O maior teste de abnegação

Criada cinco décadas antes, a Cruz Vermelha consolidou na I Guerra a noção de que entidades humanitárias devem ter salvo-conduto para atuar

“Os infelizes feridos recolhidos durante todo o dia estão pálidos, lívidos e enfraquecidos. Uns, especialmente os que foram seriamente mutilados, têm um olhar ausente e parecem não compreender o que se lhes diz, olhando com olhos esgazeados¹⁸, mas esta aparente prostração não os impede de sentir os seus sofrimentos”. O relato acima está no livro *Recordação de Solferino*, escrito em 1862 pelo banqueiro suíço Henry Dunant. A obra descreve o cenário de uma batalha decisiva da II Guerra de Independência Italiana. Dunant viajara para a Itália para encontrar-se com Napoleão III. Sua intenção era falar sobre negócios, mas, quando deparou com os milhares de feridos, decidiu organizar mutirões para cuidar da saúde das vítimas e alojá-las em abrigos. O sucesso do livro resultou na *Convenção de Genebra*, em 1864, um ano depois de Dunant e quatro amigos formarem o Comitê Internacional para ajuda de Feridos. Era o primeiro passo para a fundação da Cruz Vermelha. Nas décadas seguintes, a organização atuou em diversos conflitos europeus, que serviram de preparação para o maior e o mais devastador deles, a I Guerra Mundial. Foi a partir dela que a Cruz Vermelha deixou de ser responsável apenas por fornecer cuidados aos soldados feridos e passou também a lidar com prisioneiros de guerra. A entidade alimentava os presos e lhes dava auxílio médico, organizava sua transferência para o país de

¹⁸ **Esgazeado**: diz-se de olhar inquieto, agitado, que expressa desnorreamento, ira ou estado de perturbação psíquica.

REFLEXÕES VI

origem e entregava-lhes cartas de familiares. Essa experiência serviu para, em 1929, aperfeiçoar as normas internacionais sobre o tratamento dispensado a prisioneiros.

Durante o conflito, a Cruz Vermelha era a única entidade com autorização para visitar de forma neutra os campos de batalha de todos os países. O princípio da isenção foi inspirado no trabalho da enfermeira inglesa Florence Nihtingale, que, durante a Guerra da Crimeia, em 1854, oferecia cuidado médico aos soldados. Ela acreditava que, quando feridos, eles não deveriam ser classificados como amigos ou inimigos, mas simplesmente tratados. Em 1917, a Cruz Vermelha recebeu o Prêmio Nobel da Paz – o primeiro de três. De lá para cá, de 90.000 voluntários passou a ter 20 milhões, que se equilibram no princípio da neutralidade em um mundo em que os principais conflitos já não são entre exércitos regulares.

O Pêndulo da culpa

A Alemanha já foi a única e solitária culpada pelo conflito, e agora, 100 anos depois, a gênese da tragédia ainda é uma questão que divide as nações



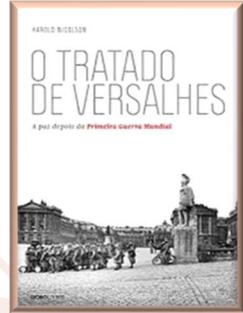
Às 11 horas da noite do próximo dia 4 de agosto, os ingleses vão apagar as luzes das casas – é a forma que encontraram para lembrar a escuridão que se abateu sobre a Europa em 4 de agosto de 1914, quando estourou a I Guerra Mundial. Cem anos depois, a data do início do conflito é um dos raros consensos sobre essa catástrofe que marcou a ferro e fogo o século XX: forçou os Estados Unidos a assumir sua posição de líder mundial, abriu caminho para a vitória do comunismo na Rússia, desenhou a geografia explosiva do atual Oriente Médio e criou as condições para a ascensão de Hitler e seu rastro de calamidades – a II Guerra e o holocausto. Antes mesmo de ser disparado o primeiro tiro, as potências europeias já estavam empenhadas em obscurecer sua eventual responsabilidade pelo início do conflito, ainda que fosse preciso recorrer a manipulações e falsificações. Mas, assim que o armistício foi assinado, em novembro de 1918, explodiu outro tipo

de disputa: a guerra das narrativas. Cada país acionou seu exército de estudiosos, historiadores e arquivistas para contar o conflito, cuidadosamente aliviando a própria culpa e ampliando a do inimigo. Ninguém queria carregar o fardo da culpa por um

Tratado de Versalhes

desastre que devastara a Europa e ceifara 15 milhões de vidas.

Derrotada e com seu território reduzido, a Alemanha foi apontada como a única responsável pelo conflito e “por causar todas as perdas e danos”, como afirma o Tratado de Versalhes, assinado sete meses depois do fim da guerra. Nos anos 1940, a trilogia do italiano Luigi Albertini (1871-1941) chegara a conclusão diferente: o conflito fora resultado de falhas generalizadas de políticos e diplomatas, e nenhuma nação europeia o planejara ou provocara deliberadamente.



Na década de 1960, deu-se nova virada interpretativa, e todas as culpas voltaram a cair sobre os ombros da Alemanha. Em sua obra sobre a eclosão da guerra, o historiador Fritz Fischer (1908-1999) diz que a Alemanha imperial, ambiciosa e militarista, buscara o conflito como forma de alcançar o poder mundial. Ao interpretar que o nazismo fora consequência direta da guerra provocada pelos alemães, Fischer deixava concluir que o regime de Hitler não fora uma aberração histórica, mas uma consequência natural do passado imperial da Alemanha. A repercussão foi estrondosa, moldou a identidade alemã e ficou conhecida como “controvérsia de Fischer”. Os demais países, com sua consciência alegremente aliviada, não tiveram dificuldade em aderir à tese de Fischer.

Agora, com a chegada do centenário da guerra e uma nova fornada de interpretações, o pêndulo da culpa voltou a oscilar – e, outra vez, a Alemanha deixa de ser a única e solitária responsável pela catástrofe. Em seu espetacular *Os Sonâmbulos*, Christopher Clark, historiador de Cambridge, joga luz mais intensa sobre o papel da própria Sérvia, um Estado pária nacionalista e analfabeto, e da

REFLEXÕES VI

sucessão de equívocos cometidos pelos líderes europeus da época. Ao apontar o dedo para múltiplos responsáveis, Clark informa que a eclosão da guerra “foi uma tragédia, não um crime”.

Na Inglaterra, mais do que em qualquer outro país, a forma de comemorar o centenário tornou-se assunto politicamente explosivo. Na França, os 100 anos serão uma celebração da paz, sem diferenciar vencedores de vencidos. Em Notre-Dame-de-Lorette, no Pas-de-Calais, será erguido um memorial com os nomes dos 600.000 soldados que morreram nos campos de batalha da região, e os nomes virão em ordem alfabética, sem distinguir a nacionalidade.

Na Rússia, a festa é mais simples, pois a I Guerra, historicamente, é vista como mero prelúdio da Revolução de 1917, e só agora começa a ser estudada por sua própria relevância. Na Alemanha, surgiu alguma polêmica. Com verbas 90% menores que as da França e da Inglaterra, o governo alemão preparou uma agenda modestíssima, e a oposição o acusa de renunciar à chance de aprofundar o antimilitarismo.

O assunto ferve, porém, entre os ingleses. O governo quer celebrar o centenário como o de uma guerra justa e uma vitória sobre o expansionismo alemão. Lembrando a campanha de recrutamento, mandou imprimir uma moeda em que a figura bigoduda de Horatio Kitchener, então ministro da Guerra, aparece sobre a inscrição “Seu país precisa de você”. A oposição é contra. Não quer uma festa de espírito nacionalista, que sirva para justificar outras guerras. Em vez de aplaudir heróis e triunfos militares, prefere



Horatio Kitchener

celebrar a paz e a cooperação entre as nações europeias, exorcizando o fantasma de novas guerras. Como não teve as maiores baixas do conflito nem foi o único país vencedor, a Inglaterra até poderia dar menor importância ao conflito. Mas os ingleses nunca desprezam o fato de que a interpretação do passado aduba o terreno das ideias do

REFLEXÕES VI

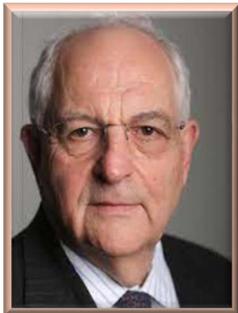
presente. Depois das 11 da noite do próximo dia 4 de agosto, eles voltam a acender as luzes. ●

Caderno especial de Veja, edição 2.379 de 25 de junho de 2014

LUIZ BIANCHI

Três eventos que moldaram o mundo

Martin Wolf



Neste ano completa-se o 100º aniversário do início da Primeira Guerra Mundial, o 70º aniversário do Dia D e o 25º aniversário do colapso do império soviético e da violenta repressão na Praça da Paz Celestial. Há cem anos, a frágil ordem europeia ruiu. Há 70 anos, as democracias lançaram um ataque contra a Europa totalitária. Há 25 anos, a Europa tornou-se inteira e livre, enquanto a China escolheu a economia de mercado e o Estado de partido único. Já faz um quarto de século que

vivemos uma era de capitalismo global.

As pressões econômicas e políticas de uma era como esta, no entanto, são cada vez mais evidentes. Em 1913, a Europa Ocidental era o centro político e econômico do planeta. Gerava em torno de 35% da produção do mundo. Os impérios europeus controlavam a maior parte do mundo, direta ou indiretamente. As empresas europeias dominavam o comércio e as finanças mundiais. Embora os Estados Unidos já tivessem a maior economia nacional integrada, continuavam periféricos. A rivalidade entre as potências europeias rachou o continente. A guerra levou à revolução russa e às subsequentes revoluções comunistas. Transferiu o poder para o outro lado do Atlântico. Deixou a estabilidade econômica mundial à mercê dos Estados Unidos, na época, o principal credor mundial. Enfraqueceu as velhas potências imperiais de forma decisiva. Destruiu a autoconfiança europeia. O que a Primeira Guerra Mundial não fez por completo, a Grande Depressão, o nazismo e a Segunda Guerra Mundial fizeram.

Na ocasião do Dia D, a economia mundial havia se desintegrado, a Europa estava prostrada e a abominação do Holocausto estava em andamento. O desastre era completo.

REFLEXÕES VI

Se há uma lição a ser extraída dos últimos cem anos é a de que estamos condenados a cooperar. Ainda assim, permanecemos tribais. Essa tensão entre cooperação e conflito é permanente. Nos últimos cem anos, a humanidade vivenciou conflitos extremos.

O sucesso do desembarque dos aliados no Dia D, nas praias da Normandia, assegurou que a vitória da Europa não caberia unicamente a uma das potências totalitárias. Uma Europa Ocidental livre e democrática emergiria sob a proteção dos EUA. A divisão da Europa no pós-guerra foi uma tragédia, ainda que inevitável: os EUA não iriam lutar contra a União Soviética imediatamente após terem se aliado ao país. Mas um EUA então engajado protegeu a liberdade na Europa Ocidental por meio da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e lançou a reintegração das economias europeias e transatlânticas por meio do Plano Marshall, da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT, na sigla em inglês). Enquanto isso, a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (Ceca), com seis países, em 1951, levou, com o tempo, à fundação da União Europeia de hoje, com 28 membros.

Um dos frutos mais importantes da ascensão dos EUA e do colapso material e moral da Europa foi o fim dos grandes impérios. Quase todos os países recém-independentes – hostis às antigas potências coloniais, assolados pela Grande Depressão e impressionados pelos sucessos aparentes da União Soviética de Stálin – optaram por buscar uma industrialização voltada a suas próprias fronteiras, guiada pela substituição das importações. A China, que caiu sob o controle comunista em 1949, foi particularmente entusiasta da autossuficiência. A Índia, embora democrática, também adotou uma ampla estatização e uma economia planificada.

Embora 1989 não tenha sido o único ano a marcar o fim da divisão mundial pós 1945, marcou o fim da divisão da Guerra Fria na Europa e levou ao rápido colapso da União Soviética. Deng Xiaoping já havia colocado a China no caminho para a "reforma e abertura" em 1978. Mas seu repúdio às reformas políticas do então presidente soviético, Mikhail Gorbatchov, no ano das revoluções democráticas, determinou a natureza do desenvolvimento da China: a síntese

entre uma economia de mercado que emana de baixo para cima e uma política, de cima para baixo. A ascensão da China atraiu admiração, embora os desafios enfrentados para alçar um país de um estado de destituição para um de classe média sejam diferentes daqueles para se criar uma economia de alta renda.

A característica mais destacada do último quarto de século é a globalização. Impulsionada pela aceitação mundial da economia de mercado e turbinada pela revolução digital, a humanidade criou uma economia muito mais integrada do que em 1913, a não ser pela migração de pessoas, que é menor. Além disso, isso aconteceu não sob um império, mas sob a égide de instituições globais, tanto públicas (como o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio e a UE) quanto privadas. Também foi uma era de grandes feitos, mais notavelmente a rápida queda na proporção de pessoas na faixa da extrema pobreza e a assombrosa ascensão da China e Índia, que somadas têm quase 40% da população mundial.

Na Europa, países que adotaram reformas estruturais, como a Polônia, se saíram extremamente bem. A Grande Recessão, assim como a Grande Depressão, prejudicou a globalização, como mostra o McKinsey Global Institute, em recente estudo. Afetados pelo colapso das finanças interfronteiras, os fluxos totais de comércio de bens e serviços, assim como os financeiros, caíram de forma acentuada em relação à produção mundial. O comércio mostrou-se mais resistente do que as finanças, mas mesmo assim deixou de aumentar em relação à produção mundial entre 2005 e 2012. Ainda não está claro até que ponto essa desaceleração na globalização está arraigada. Tendo em vista os danos provocados pela crise financeira internacional e as evidentes preocupações quanto ao funcionamento da economia de mercado global, mais notavelmente no que se refere à distribuição dos ganhos, alguma reação adversa ainda maior do que a atual é possível.

Possivelmente ainda mais importantes são as tensões políticas, da mesma forma como antes de 1914. A tensão entre a integração econômica e a divisão política continua o calcanhar-de-Aquiles de qualquer economia integrada globalmente. Hoje, a Rússia se define como revanchista e a China, como assertiva. Os armamentos

REFLEXÕES VI

nucleares reduzem o risco de conflitos militares diretos, mas não a eliminam. Esses armamentos também tornariam as consequências muito piores.

Se há uma lição a ser extraída dos últimos cem anos é a de que estamos condenados a cooperar. Ainda assim, permanecemos tribais. Essa tensão entre cooperação e conflito é permanente. Nos últimos cem anos, a humanidade vivenciou extremos, tanto de cooperação quanto de conflitos. A história dos próximos cem anos vai ser modelada pela forma como vamos lidar com escolhas muito parecidas às dos últimos cem anos. ●

Martin Wolf: editor e principal analista econômico do *Financial Times*.
Artigo publicado no jornal *Valor Econômico* no dia 11 de junho de 2014

II Guerra Mundial

Revista Veja



A vitória é de todos

Aclamado pelo mundo democrático, o grande condutor da campanha militar que derrotou Hitler e o nazismo divide os louros da vitória e afirma que êxito é de cada um que aguentou privações, resistiu a ataques e ajudou a ganhar a guerra. 'Mas não se pode esquecer do Japão, que ainda está insubordinado.'

Foram seis anos de sangue, suor, labuta e lágrimas, mas o bulldogue enfim devorou o lobo. A fera britânica jamais se convenceu com o disfarce de cordeiro da besta nazista – tanto que, contrariando o próprio partido, defendeu um enfrentamento com Adolf Hitler enquanto políticos do Ocidente só falavam em apaziguamento. Depois, quando os caninos afiados do ditador alemão morderam meia Polônia, foi a hora de voltar ao almirantado, ajudando a azeitar a máquina de guerra britânica, e finalmente assumir o leme, alguns meses depois, ocupando o posto de primeiro-ministro no lugar de Neville Chamberlain, o manso gatinho que caíra na armadilha nazista. Winston Spencer Churchill foi, de fato, o grande timoneiro da épica jornada encerrada neste mês em Berlim. "A vitória é de vocês", discursou, modesto, no último dia 8, na sacada do Ministério da Saúde, em Londres. "Não, é sua!", rebateu a multidão, em um forte coro, reconhecendo a vital importância do líder para o triunfo aliado. Churchill, dono de vigor impressionante para seus agitados 70 anos de vida, sorriu e fez o "V" da vitória com a mão direita. Mas o champanhe Poli Roger, seu favorito, ficou no balde de gelo – e seus projetos pendentes, como voltar a pintar e concluir os quatro volumes de História dos Povos de Língua Inglesa, continuaram na gaveta. No dia seguinte, Churchill já estava de volta ao ringue, vestindo as luvas para ajudar a nocautear o Japão. Nesta entrevista, ele avisa: só ficará satisfeito quando o império nipônico

estiver de joelhos. Devemos devotar toda a nossa força e todos os nossos recursos ao cumprimento dessa tarefa.

VEJA - A derrota da Alemanha é motivo de orgulho e celebração para todos os Aliados, mas a Grã-Bretanha foi o único país a combater Hitler do início ao fim do conflito. A queda do Terceiro Reich tem um gosto especial para os britânicos?

Churchill - Penso que não. Declaramos guerra logo depois da ilegal agressão alemã. Depois da derrocada da França, sustentamos a luta sozinhos por um ano inteiro antes que o poderio militar da União Soviética se juntasse a nós. Então chegou a impressionante força dos Estados Unidos. Mas depois, finalmente, o mundo quase inteiro uniu-se contra os malfeitores, e agora eles estão prostrados diante de nós. A gratidão parte de todos os corações desta ilha e de todo o Império Britânico para todos os nossos esplêndidos aliados.

“O mundo quase inteiro uniu-se e combateu esses malfeitores, que agora se curvam diante de nós”

VEJA - Quando o senhor e os outros líderes aliados declararam o fim da guerra na Europa, os alemães ainda lutavam em alguns pontos do país. A comemoração foi precoce?

Churchill - De forma alguma. Não seria surpresa que em um *front* tão extenso e entre tamanha desordem dos inimigos as ordens do alto comando alemão não chegassem e fossem obedecidas imediatamente. Em minha opinião, depois de ouvir os melhores conselhos militares disponíveis, não havia qualquer motivo para ocultar as informações transmitidas pelo general Dwight Eisenhower sobre a rendição alemã, nem para adiar as comemorações do Dia da Vitória na Europa.

VEJA - O senhor foi o grande adversário de Hitler nesta guerra. Considera a derrota de seu antagonista uma vitória pessoal?

Churchill - Veja bem, esta vitória é de todos os britânicos. É também a vitória da causa da liberdade em todo o planeta. Em toda a nossa

longa história jamais vimos um dia tão glorioso quanto o dia da vitória contra o nazismo. E todos os homens e mulheres fizeram o seu melhor. Todos tentaram. Nem mesmo os longos anos, nem os perigos, nem os ferozes ataques do inimigo enfraqueceram de qualquer forma a convicção independente da nação britânica. Que Deus abençoe a todos por isso.

VEJA - Mas os triunfos do governo sob seu comando não foram suficientes para impedir manifestações contrárias da oposição no Parlamento durante a guerra.

Churchill - Todos nós podemos cometer erros. Mas a força da instituição parlamentar garantiu ao mesmo tempo a manutenção das bases da democracia e o esforço de guerra em sua forma mais firme e prolongada. Já expressei minha profunda gratidão à Câmara dos Comuns, que provou no curso da guerra ser a mais forte fundação já vista em toda a nossa história. Agradeço a todos os integrantes de todos os partidos pela vivacidade com que a instituição parlamentar foi mantida sob o fogo do inimigo, e pela perseverança sustentada até que todos os objetivos fossem alcançados.

VEJA - Por falar em perseverança, os britânicos aguentaram seis anos de privações e sofrimento nesta guerra. Há algum tipo de ressentimento pela falta de apoio das outras nações no início da luta.

Churchill - Não, porque fomos capazes de mostrar todo o nosso valor. Fomos os primeiros a erguer a espada contra a tirania. Depois de pouco tempo, estávamos lutando sozinhos contra a mais tremenda potência militar já vista. Ficamos sozinhos por um ano inteiro. Lá estávamos sem ninguém. Alguém pensou em desistir? Não! Alguém se desanimou? Não! As luzes se apagaram e as bombas caíram, mas todos os homens, mulheres e crianças do país nem sequer pensaram em fugir da luta. Londres soube suportar tudo. Depois de alguns meses, saímos das mandíbulas da morte e fugimos da boca do inferno enquanto o mundo todo se perguntava: quando a reputação e a fé desta geração de britânicos falharão?

VEJA - E qual será a herança desta geração de britânicos

para seus descendentes?

Churchill - Nos longos anos que vêm pela frente, ela influenciará não apenas para o povo desta ilha, mas também todo o mundo. Sempre que o canto da liberdade ecoar nos corações humanos, as pessoas verão o que fizemos e dirão: "Não se desesperem, não se curvem à violência e tirania, marchem sempre adiante e morram se assim for preciso, mas jamais sejam conquistados". Temos um terrível opositor caído ao chão, esperando nosso julgamento e nossa misericórdia. Bem, mas ainda há outro opositor ocupando grandes porções do Império Britânico, um opositor cheio de crueldade e ganância.

VEJA - O senhor fala, é claro, dos japoneses.

Churchill - Correto. Podemos nos permitir um breve período de deleite, mas não devemos nos esquecer em momento algum da labuta que ainda está pela frente. O Japão, com sua traição e egoísmo, continua insubordinado. A injúria que ele infligiu a Grã-Bretanha, Estados Unidos e outros países e suas detestáveis crueldades pedem justiça e retribuição. Devemos agora dedicar toda a nossa força e todos os nossos recursos ao cumprimento de nossa tarefa, tanto dentro de casa como fora.

VEJA - Enquanto isso, o senhor enfrentará outra batalha: reerguer seu país.

Churchill - É verdade. Precisamos começar o trabalho de reconstrução de nossas casas, fazendo o máximo para tornar esse país uma terra em que todos tenham uma chance, em que todos tenham uma missão. E devemos nos dedicar a cumprir a obrigação que ainda temos com nossos próprios compatriotas e com nossos bravos aliados americanos. Caminharemos de mãos dadas com eles. Mesmo que enfrentarmos a mais árdua luta, não seremos nós que falharemos.

“Das ende”

Berlim, a capital da tirania do Reich, ajoelha-se diante do Exército Vermelho em nove dias - Impotente, Alemanha rende suas forças em toda a Europa e encerra era nazista- Principais chefes alemães

REFLEXÕES VI

estão mortos ou encarcerados

Foram quase dez horas de um assalto implacável, com infantaria, divisões armadas e aéreas do Exército Vermelho corroendo cada tijolo do imponente Reichstag. Quando a nebulosa tarde berlinense de 30 de abril começava a cair, o bombardeio cessou e os homens do Georgi Zhukov invadiram a sede do Reich – àquela altura, tal e qual o regime que simbolizava, já praticamente em ruínas. Lutando pela posse de corredores e salões contra uma resistência voluntariosa, porém exausta, os soldados bolcheviques impuseram-se sem sobressaltos. No início da noite, com o controle total e definitivo da edificação, os sargentos M.A. Yegorov e M.V. Kontary galgaram até o topo do prédio e desfraldaram, triunfantes, a bandeira da União Soviética em uma das torres.

Tremulando nos céus de Berlim, a foice e o martelo, que ceifaram e esmagaram a defesa da capital alemã após uma inapelável campanha de apenas nove dias, prenunciavam também a iminente queda do império tedesco do mal. Humilhada e subjugada quase por completo, a orgulhosa Alemanha Nacional-Socialista ainda insistiu em resistir. Inútil. Órfã de Adolf Hitler, que saíra de cena em surdina com um providencial suicídio, a impotente Wehrmacht rendeu suas forças na Alemanha, Países Baixos e Dinamarca no último dia 4. Três dias depois, o general Alfred Jodl, do Alto Comando Germânico, assinou a rendição incondicional de todas as forças na terra, no mar e no ar que estavam até aquela data sob o controle alemão.

Sete de maio de 1945. *Das ende* para o Terceiro Reich, fim da brutal máquina de assassinios idealizada por Hitler mais de uma década atrás. "As Forças Armadas e o povo alemão sofreram mais do que talvez qualquer outra nação no mundo", afirmou Jodl, um dos conselheiros militares mais próximos de Hitler, numa covarde tentativa de angariar pena. "Posso apenas manifestar a esperança de que os vitoriosos os tratarão com generosidade."

A capitulação foi assinada em Rheims, na França, às 2h40min da manhã, no primeiro andar do sobrado do *College Moderne de Garçons*, onde os petizes (**petiz**: menino, garoto) franceses antes

disputavam concorridas partidas de tênis de mesa. A cerimônia, que determinou o cessar-fogo tanto no *front* soviético quanto no europeu ocidental, contou com a presença do general Suslparov, representando a União Soviética, do general Bedell Smith, do comando Aliado de Eisenhower, e do general Sevez, da coadjuvante França.

Além de genuflecta, a Alemanha agora se encontra acéfala. O almirante Karl Dönitz, apontado por Hitler como seu sucessor e alcunhado Führer de Flensburg, foi preso em 23 de maio na própria Flensburg, ao lado de outros membros de seu comando. Heinrich Himmler, exterminador dos judeus, foi capturado por uma patrulha próximo a Hamburgo, mas cometeu suicídio enquanto era examinado por um médico britânico. Albert Speer, Ministro dos Armamentos e da Produção de Guerra, também acabou apanhado – e não fugiu à responsabilidade. O antigo confidente de Hitler foi abordado quando estava no banho, em Schloss Glucksburg, e não ofereceu resistência. "Uma boa coisa", afirmou, quando o aliado anunciou a voz de prisão. "Tudo estava sendo apenas uma encenação mesmo".

Capital escarlate

Marco zero do militarismo nazista – de onde Adolf Hitler iniciou sua sanguinolenta jornada em busca da hegemonia europeia e mundial – Berlim, nos sonhos do Führer, seria o símbolo arquitetônico do triunfo tedesco. Por isso mesmo, sua queda era vista pelos Aliados como um golpe fundamental não só para enfraquecer as Forças Armadas Alemãs como também para solapar de vez o que restava do moral teutônico. O Exército Vermelho havia começado a campanha por Berlim em janeiro deste ano, e a primeira fase fora completada com sucesso pelos marechais soviéticos Georgi Zhukov (comandando o 1º Front Bielorrusso) e Ivan Konev (1º Front Ucrâniano). Em fevereiro, ambos encontravam-se às margens do rio Oder, 57 quilômetros a Leste de Berlim. Josef Stalin, porém, protelou o início da segunda fase do ataque, permitindo que Hitler agrupasse as sobras da 3ª Terceira Divisão Panzer e do 9º Exército sob um novo epíteto: Grupo de Exército Vistula. Enquanto não recebia a ordem do líder soviético

REFLEXÕES VI

para seguir rumo a Berlim, Konev aproveitou uma oportunidade de atacar a 4ª Divisão Panzer pelo rio Neisse, em fevereiro; exitosa, a manobra logrou criar também uma ameaça de invasão a Berlim pelo Sul. O Führer, então, determinou que a salvaguarda da cidade fosse feita em quatro círculos concêntricos de defesa. O anel mais externo ficava a 32 quilômetros do centro, enquanto o mais interno agrupava o distrito governamental e o Führerbunker, a toca do lobo nazista. E prescreveu: "A defesa de Berlim será feita até o último homem e o último disparo."

Em 31 de março, ressabiado com o avanço dos americanos e britânicos a Oeste do Reno, Stalin ordenou o reinício do ataque à Alemanha. Zhukov seria brindado com a honrosa tarefa de tomar Berlim – marchando em linha reta, sentido Leste-Oeste –, enquanto Konev, além de apoiá-lo pelo flanco esquerdo, atacaria Dresden. Já o 2º Front Bielorrusso, sob o comando do marechal Konstantin Rokossovsky, apoiaria Zhukov pelo flanco direito. As primeiras investidas do Exército Vermelho foram bravamente defendidas pelos germânicos, fazendo Stalin mudar os planos. Zhukov atacaria a cidade pelo Norte, com Konev e Rokossovsky pressionando ao Sul.

Três dos exércitos de Georgi Zhukov alcançaram o primeiro anel defensivo de Berlim entre 21 e 22 de abril; o círculo foi fechado com a chegada da armada de Konev, no dia 25. Hitler tentou chamar reforços, mas sua mais confiável guarnição, o 9º Exército, estava igualmente cercada. O Führer também apelou para o 12º Exército do general Walther Wenck, que, como força militar, existia apenas na cabeça do líder alemão: o destacamento, que incluía adolescentes da Juventude Hitlerista, nem sequer conseguiu assustar as tropas soviéticas que já dominavam o anel externo de Berlim. A cidade ficou defendida por soldados em pandarecos, refugos de batalhas anteriores, e por idosos e jovens recém-convocados.

No dia 29 de abril, o comandante da cidade, tenente-general Karl Weidling, reportou ao comando da Wehrmacht que possuía munição para apenas mais um dia de combates. Do lado de fora dos anéis, o chefe do Alto Comando das Forças Armadas, marechal-de-campo Wilhelm Keitel, informava que as tentativas de levar tropas ao socorro de Berlim não progrediam. Em 30 de abril, o Reichstag é

REFLEXÕES VI

tomado pelo Exército Vermelho. Dois dias depois, Weidling anuncia oficialmente a rendição da cidade. Acabava a batalha por Berlim. A Alemanha não aguentaria o golpe.

Europa livre

No momento da assinatura da rendição incondicional das forças alemãs do Ocidente, em uma tenda no pântano de Luneberg, o almirante Hans Georg von Friedeburg, emissário de Dönitz, trouxe um pedido pouco usual ao marechal Bernard Montgomery. O alemão desejava que a rendição das divisões Panzer, esmigalhadas nas batalhas contra os soviéticos, fosse feita aos britânicos, assim como a dos civis nas redondezas de Berlim – para isso, claro, o Exército Vermelho deveria permitir a passagem dos oponentes por suas linhas de combate. Montgomery rejeitou a ideia, afirmando que os soldados que lutavam contra os russos deveriam render-se aos próprios. Von Friedeburg foi às lágrimas.

Mais de 500.000 soldados se renderam, somando-se aos outros 500.000 que haviam sido tomados como prisioneiros entre 3 e 4 de maio. Cinco dias depois, Praga, a última capital europeia sob o jugo nazista, foi libertada, também pelas mãos do Exército Vermelho. Os soviéticos chegaram ao auxílio dos guerrilheiros tchecos, que travavam feroz batalha contra os oficiais da SS desde o anúncio da rendição tedesca, não obedecida pelos soldados nazistas lotados na cidade. No mesmo dia 9, as Ilhas do Canal, havia cinco anos ocupadas pelos alemães, voltaram às mãos britânicas. O mácula nazista fora removida de vez do continente. De acordo com a profecia de seu arquiteto-mor, Adolf Hitler, o Reich se estenderia ao longo de 1.000 anos. Sobreviveu por pouco mais de duas décadas – tempo irrisório quando comparado à pretensão do Führer, mas suficiente para provocar chagas indeléveis na história do Velho Mundo.



Estão todos mortos

No crepúsculo da batalha na Europa, a morte chega para os

REFLEXÕES VI

bandidos alemães e italianos - Tedescos unem-se na covardia, cometendo suicídio – Mussolini é assassinado por guerrilheiros e tem seu cadáver exposto em praça pública

Como Eva Braun estivesse sem apetite, Adolf Hitler almoçou apenas com seus dois secretários e o cozinheiro. Às 15h30min, ao final da refeição, o líder do Reich levantou-se da cadeira e retirou-se para o quarto ao lado da ex-amante – com quem, 36 horas antes, finalmente se unira em matrimônio. No caminho para a câmara privativa, Josef Goebbels e alguns poucos fiéis, prostrados, observavam. O casal adentrou a alcova. E o barulho da porta se fechando foi o último antes que o Führerbunker se inundasse definitivamente de silêncio depois do estampido abafado de um tiro.

Passaram-se alguns minutos até que a corte nazista entrasse no dormitório. O corpo de Adolf Hitler, autoproclamado chefe da nação de super-homens arianos, estava afundado em um sofá, sua impecável farda marrom já escarlate pelo sangue que escorria de seu rosto. Uma bala na boca: suicídio. Dois revólveres jaziam no chão, mas apenas um havia sido disparado. Ao lado do companheiro, Eva Braun encontrava-se estirada e igualmente defunta; seu óbito, porém, resultara de uma dose de veneno.

Os cadáveres foram recolhidos pelo major da SS e valete de Hitler, Heinz Linge, que, com a ajuda de Martin Bormann, os levou para o jardim da Chancelaria. Lá, Erich Kempka, o motorista do líder, empurrou-os para uma cratera aberta pelas bombas soviéticas que caíam, àquela altura, às centenas sobre Berlim; embebidos em petróleo, foram queimados. Goebbels ergueu sua mão direita, em derradeira saudação ao chefe nazista. Era o fim da linha para o Führer.

Ainda que o artífice da mais sangrenta guerra da cristandade tenha nomeado um sucessor – o almirante Karl Dönitz –, já estava claro que o regime nazista chegara ao ocaso. O calendário marcava 30 de abril de 1945, aziaga (**aziaga**: que traz má sorte; de mau agouro; azarento, infausto, nefasto) jornada para o totalitarismo teutônico: a 400 metros do local onde as carcaças de Hitler e Eva Braun eram consumidas por labaredas, o Reichstag, símbolo do poderoso

REFLEXÕES VI

governo nazista, ardia em chamas com os petardos certos do Exército Vermelho.

No dia seguinte à morte do chefe, Goebbels, seu fiel escudeiro e Ministro da Propaganda, o seguiu no suicídio. Três semanas depois, foi a vez de Heinrich Himmler, chefe da SS, genitor do extermínio dos judeus e responsável maior pelo terror da suástica, resolveu tirar a própria vida. O Reich esfarelava-se com o apagar de seus mentores, unidos em vida pela megalomania e na morte pela mais repugnante covardia.

Infanticídio sêxtuplo - O trespasse de Josef Goebbels, no dia 1º de maio, foi o último ato macabro de um homem que incitou como poucos o ódio entre os povos – qualificando, entre outros, judeus e soviéticos como subraças¹⁹. O diminuto tedesco reuniu no bunker de Hitler sua esposa Magda e seus seis filhos: Helga, 12 anos, Hilda, 11, Helmut, 9, Holde, 7, Hedda, 5, e Heide, 3. Separou doses letais suficientes de cianeto e aplicou-as, uma a uma, nos petizes. Em seguida, saiu da fortificação com a companheira e parou o primeiro oficial da SS que encontrou, com um pedido pouco ordinário: o senhor e a senhora Goebbels gostariam de ser alvejados com um balázio na nuca. Dito e feito.

Já Himmler – que estava para ser julgado a qualquer momento –, apelou para o suicídio como artifício para não ter de responder por seus atos diante dos tribunais internacionais. O cabeça da SS, que havia tentado em abril último um contato com os Aliados para negociar a capitulação germânica – recusado –, e depois ter-se oferecido para ajudar no governo de Dönitz – igualmente renegado –, foi capturado quando tentava fugir, disfarçado, após a rendição oficial da Alemanha. Barrado por uma patrulha britânica próxima a Hamburgo, Himmler alegou ser um policial rural de graça Heinrich Hitzinger. Durante o interrogatório, porém, acabou reconhecido e encarcerado. Enquanto era examinado por um médico britânico no Quartel-General do Segundo Exército, em Luneberg, Himmler

¹⁹ **Subraça**: raça que, de modo preconceituoso, é tida como inferior tanto do ponto de vista étnico quanto do econômico ou social.

mordeu um frasco de cianeto que escondia na boca; as tentativas dos clínicos de retirar o veneno do organismo do tedesco – bombeamento do estômago e vômitos forçados – foram infrutíferas.

Extinguiu-se, assim, o último vértice do triângulo original nazista. Da nova – e natimorta – geração do governo de Dönitz, já foram presos o próprio chefe e o almirante Hans Georg von Friedeburg, que assinou a rendição em Luneburg. Este, contudo, pouco criativamente, também se envenenou após a prisão.

Vingança à italiana - Os finados monges alemães da guerra juntar-se-ão a um de seus mais espaçosos pares, o italiano Benito Mussolini, morto no dia 28 de abril em Dongio, próximo ao Lago de Como. Ao contrário dos teutônicos, porém, o final do Duce deu-se pelas mãos de terceiros: seus algozes foram guerrilheiros que, por um descuido da segurança do peninsular, foram brindados com uma preciosa chance de executar a sentença de morte imposta pelo governo da Bota contra Mussolini.

Escortado pela SS, o ditador da Itália, deposto em 1943, dirigia-se para os Alpes, onde acreditava poder continuar sua luta. Entretanto, dos 3.000 seguidores do fascismo esperados, apenas doze gatos pingados compareceram ao ponto de encontro para acompanhar o antes popularíssimo capo em sua jornada. Mesmo assim, a comitiva seguiu viagem – mas, desgraçadamente para os fascistas, acabaria passando por um território dominado pela guerrilha. Os paramilitares avistaram Mussolini – vestido com uma farda alemã – e sua amante Clara Petacci; insandecidos, não demoraram em capturá-lo.

Após breve interrogatório, o guerrilheiro comunista Walter Audisio alinhou-os no portão da Villa Belmonte, em Mezzegra, e desferiu o primeiro tiro em Petacci. Com a companheira desfalecida, o Duce abriu seu casaco e clamou para ser atingido no peito. Sem demora, a metralhadora guerrilheira atendeu ao pedido e dardejou fogo contra o italiano, que foi arremessado contra o muro pelo impacto das balas. Mussolini, contudo, ainda respirava. Audisio aproximou-se e executou o líder fascista com um projétil no coração. Ainda havia mais. Em uma espécie de vingança *post mortem* pelos quase 20

meses de guerra civil causada pela teimosia do ditador, os cadáveres de Mussolini e Petacci foram transportados para Milão e expostos em praça pública, pendurados de cabeça para baixo. Milhares de



populares compareceram à Piazzale Loreto para externar seu ódio pelo Duce, cuspidos nos corpos ou simples e barbaramente mutilando-os. Uma mulher que preferiu manter sua identidade no anonimato atirou cinco vezes contra Mussolini. "Pelos meus cinco filhos mortos na guerra", bradou, colocando um ponto final à altura da biografia do mais pândego, dramático e teatral dos ditadores europeus.

Cerveja, uísque, vinho e vodka

Multidão em êxtase celebra nas ruas a queda do Reich – Cidades americanas, britânicas, francesas e soviéticas são tomadas por populares embriagados de alegria – Um sóbrio Churchill alerta: ainda falta derrubar o Japão.

Bastião-mor da resistência ocidental ao nazi-fascismo, foi o primeiro-ministro Winston Churchill quem oficializou aos britânicos o final da guerra, em transmissão radiofônica diretamente de Downing Street, às 15 horas do dia 8 de maio.

"Avante Britânia! Vida longa à causa da liberdade!" A voz sempre ébria e inspiradora do leão de Oxfordshire foi a senha para os londrinos cancelarem o chá das cinco e iniciarem, nas mesmas ruas castigadas pelos bombardeios da Luftwaffe, um impetuoso derramamento de cerveja e conhaque em comemoração à derrota da Alemanha.

Agitando bandeiras, assoprando apitos e cantando, os populares entraram em verdadeiro frenesi coletivo. Diversos postes de luz foram tirados para dançar por alcoolizados Fred Astaires, ao som da tradicional canção Terra da Esperança e da Glória, trilha sonora do dia. Boa parte dos festeiros agrupou-se na frente do Palácio de Buckingham, onde, em uníssono, pediam a presença do Rei George Sem a coroa, mas acompanhado da esposa e das filhas, o monarca

REFLEXÕES VI

apareceu para a massa, acenando enquanto o povo entoava "O Rei é um bom camarada... Ninguém pode negar!"

Mais tarde, o casal real recebeu a perenemente edificante e prazenteira visita de seu rotundo²⁰ primeiro-ministro. O trio voltou à varanda do palácio, onde a população seguia aglomerada, para que Winnie pudesse dirigir mais algumas palavras aos britânicos. "Esta é a vitória de vocês", afirmou.

"Em toda nossa longa história, nós nunca vimos um dia maior que este".

Cascata de papel - Nos Estados Unidos, a notícia da rendição incondicional tedesca foi anunciada por uma agência de notícias oficial no dia 7 de maio. O ponto alto das celebrações ocorreu em Nova York – mais precisamente em Wall Street, onde milhares de pessoas comemoravam a queda do Reich. Os trabalhadores deixaram em peso seus escritórios e foram às ruas ver a cascata de papéis picados que precipitava-se do alto dos arranha-céus. O trânsito nas ruas principais teve de ser interrompido. A Catedral de Saint Patrick ficou superlotada para a missa em celebração do final dos conflitos na Europa.

Em Paris, o jornal *Paris-Soir* noticiou a capitulação germânica em uma manchete com letras de quinze centímetros de altura. Os aviões aliados que sobrevoavam os céus gauleses foram saudados por famílias inteiras, fartamente servidas de vinho, que saíram às varandas de suas moradas para festejar a proeza. Em Moscou, soldados do Exército Vermelho foram carregados pela multidão em êxtase – nesse caso, aquecidas por vodca puríssima. A grande solenidade, porém, ainda está por vir: o desfile militar oficial para celebrar a vitória contra o nazismo e o final da Guerra Patriótica está marcado para o dia 24 de junho próximo. Em meio às comemorações pela Europa, contudo, uma voz fez questão de lembrar que a guerra ainda não está ganha por completo – justamente a que deu impulso às celebrações no Velho Mundo. "Não

²⁰ **Rotundo**: que apresenta peso ou gordura em excesso; gordo, obeso, corpulento.



podemos nos esquecer do Japão, que, com toda sua ganância e seu egoísmo, ainda não está subjugado. Suas detestáveis crueldades exigem justiça e retribuição", afirmou, em discurso na Câmara dos Comuns, Winston Churchill – que, apesar do gosto por uísque e champanhe nas mais diversas horas do dia, era o mais sóbrio dos ingleses naquela tarde.

Pacífico ainda em chamas

Guerra no Oriente não cessa – Japoneses vendem caro a conquista da ilha de Okinawa – Resistência nipônica faz norte-americanos repensarem invasão de Tóquio e arredores – Bomba atômica pode ser opção dos EUA

Os Aliados bem que tentaram fazer barba e cabelo ainda neste primeiro semestre, com os Estados Unidos atacando ao raiar de abril a ilha de Okinawa – base aérea vital para a invasão da ínsula (ilha) principal do Japão, até então tida como iminente. Entretanto, apesar da capital do território, Naha, ter sido tomada em 27 de maio, a batalha contra os nipônicos continua, pedregosa e traiçoeira, sem que o inimigo nem sequer acene com a rendição. O recado japonês dispensa tradutores: Tóquio está longe de capitular, o que significa mais sangue nas caudalosas águas do Pacífico.

Iniciada em 1º de abril, a Operação Okinawa é a mais cara e complexa já engendrada na guerra no Oriente – sua magnitude a coloca como uma versão oriental da Operação Overlord. Mais de 1 milhão de soldados americanos, escudados por cerca de 1.000 navios de guerra, atiraram-se na captura da ilha de 60 quilômetros de comprimento, localizada a 560 quilômetros ao Sul do maior torrão do território nipônico. A defesa japonesa está sendo composta por mais de 70.000 soldados do 32º Exército, comandados pelo tenente-general Ushijima Mitsuru, e mais de 20.000 milicianos – incluindo até crianças locais.

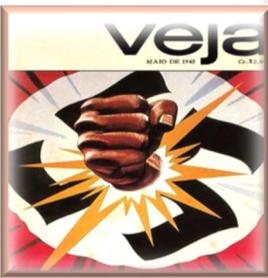
Apesar do Norte da ilha já estar dominado e a capital Naha ter caído

REFLEXÕES VI

– de acordo com relatos dos marines dos Estados Unidos –, os homens leais a Ushijima têm conseguido bloquear a investida norte-americana em Shuri, na posição crucial na linha meridional de defesa nipônica. Isso dificulta, ao menos temporariamente, as tentativas americanas de colocar seus pés em Tóquio e arredores – onde se espera uma resistência fanática, apesar da estrutura precária das Forças Armadas Japonesas, castigadas por pesados bombardeios desde março deste ano.

Em um deles, no dia 26 de maio, Hiroito e a família imperial japonesa escaparam por um fio das chamas iniciadas pelas bombas despejadas por B-29s. Em resposta a esse e a *raids* como o de Yokohama – que destruiu, em 29 de maio, 85% do porto local –, os nipônicos têm lançado mão de ataques camicases em massa às guarnições americanas em Okinawa e a outros pontos estratégicos, provocando estragos notáveis aos navios e aviões dos Estados Unidos.

Trunfo americano - Um fator, contudo, pode fazer a balança pender para os Aliados. Há rumores de que o Projeto Manhattan, empreitada de 2 bilhões de dólares do governo norte-americano para construir uma bomba atômica, começa a chegar a seu final.



Sabe-se que o presidente Franklin Roosevelt, morto no último dia 12 de abril, ordenou que o artefato fosse usado tão logo estivesse pronto. Seu substituto, Harry Truman, tem plena consciência de que a Alemanha – grande alvo da poderosa arma à época de sua concepção – não é mais uma ameaça. Poderá ela agora transformar-se no trunfo americano contra a chama do fanatismo nipônico?

A era das superpotências

O autor britânico George Orwell vive a guerra de perto desde o início –, mas não está esperançoso com seu fim. Na opinião dele, a derrota da Alemanha, ainda que bem-vinda, marca o início de uma fase de fortíssima tensão entre as potências vencedoras – que

poderão travar um tipo diferente de confronto

Uma explosão não muito distante sacode a casa. Os vidros tremem nas janelas. No cômodo ao lado, as crianças acordam e dão um grito ou dois. Cada vez que isso acontece, eu me pego pensando: "É possível que os seres humanos possam continuar com essa insanidade por muito mais tempo?" Você sabe a resposta, é claro. Na verdade, o mais difícil hoje em dia é encontrar alguém que pense que não haverá outra guerra num futuro razoavelmente próximo.

"De forma muito visível, o mundo vem se dividindo em superestados. E não é possível ver os seus limites".

A Alemanha já está derrotada. Com a Alemanha fora do caminho, o Japão não conseguirá enfrentar as forças somadas da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos. E então haverá uma paz de exaustão, com apenas guerras menores e não oficiais pipocando por todos os cantos. Talvez essa suposta paz se arraste décadas. Depois disso, porém, pela maneira como o mundo está se moldando, pode muito bem ser que a guerra torne-se permanente.

Já agora, de forma bastante visível, e mais ou menos com a aquiescência de todos nós, o mundo vem se dividindo em dois ou três enormes superestados. Não é possível mensurar seus limites por enquanto –, mas é possível observar mais ou menos quais áreas eles deverão abranger. E se o mundo realmente se assentar nessa formação, é provável que esses vastos Estados fiquem em permanente estado de guerra uns com os outros, ainda que não necessariamente num tipo muito intenso ou sanguinário de guerra. Seus problemas, tanto os econômicos como os psicológicos, serão muito mais simples se bombas continuarem voando de forma permanente de um lado a outro.

"A educação foi desvirtuada e a História reescrita. E a liberdade de pensar livremente foi suprimida".

Liberdade suprimida. Se esses dois ou três superestados se estabelecerem, eles não apenas serão grandes demais para ser conquistados como também não terão necessidade alguma de fazer comércio entre eles – e ocuparão uma posição que evitará qualquer

REFLEXÕES VI

contato entre seus cidadãos. Mesmo hoje, e durante os últimos anos, vastas áreas da terra vêm sendo isoladas umas das outras, mesmo que tecnicamente estejam em paz.

Há alguns meses, em uma coluna, escrevi que as invenções científicas modernas tendem a bloquear, e não aumentar, a comunicação entre as nações. Isso me rendeu muitas cartas irritadas dos leitores, mas nenhuma delas foi capaz de provar que minha afirmação era falsa. Elas meramente retrucaram que, sob o socialismo, as aeronaves, o rádio e outros instrumentos não seriam desvirtuados e usados de maneira equivocada. Talvez seja verdade, mas o fato é que não temos o socialismo. Hoje, a aeronave é primariamente um objeto para despejar bombas, e o rádio, primariamente um objeto para incitar o nacionalismo. Até mesmo antes da guerra havia muito menos contato entre os povos da terra do que havia trinta anos antes.

Agora a educação foi desvirtuada e a História reescrita. E a liberdade de pensar livremente foi suprimida numa extensão jamais imaginada nas eras anteriores. Não há indício algum de que essas tendências estejam sendo revertidas. Talvez eu seja um pessimista, mas, de qualquer forma, estes são os pensamentos que passam pela minha mente (e, creio eu, de muitas outras pessoas também) cada vez que a explosão de uma bomba retumba pelo nevoeiro. ●

George Orwell: escritor, editor de Literatura do semanário britânico *Tribune*, que publicou originalmente este artigo, foi professor, soldado voluntário na Guerra Civil Espanhola e crítico literário do *New English Weekly*. Durante a guerra, integrou a guarda doméstica britânica e foi propagandista da BBC. Autor de sete romances, Orwell é autor, dentre outros, de *A Revolução dos Bichos* e *1984*.

A besta está cercada

Em júbilo com as recentes vitórias de sua máquina militar, o líder máximo da potência comunista afirma que os nazistas estão à beira da aniquilação total. Para Stalin, só falta saber qual será a data da rendição definitiva dos alemães: 'Nem mesmo toda a astúcia do mundo poderá salvar os inimigos'

Acumular poder e atropelar inimigos não são as únicas

especialidades do marechal Josef Stalin. O georgiano que governa os soviéticos desde os anos 1920 é perito em guinadas espetaculares, com enredos tão inesperados

Josef Stalin



e envolventes quanto as obras-primas nascidas das penas de Tolstói e Dostoiévski. Primeiro, passou de pacato seminarista a incendiário militante político; depois, de paupérrimo filho de camponeses a todo-poderoso de uma gigantesca nação. Em sua mais recente mutação, Stalin viu-se subitamente alçado ao *status* de respeitadíssimo chefe de Estado – desde que dividiu uma mesa com Winston Churchill e Franklin Roosevelt. Há pouco mais de um ano, durante a Conferência de Teerã, o camarada de ferro integra a cúpula da aliança mais poderosa já vista na História. Nada mal para um homem que, antes desta guerra, não passava de um crudelíssimo ditador visto com desprezo pelo Ocidente. O êxito algum apagará seu vasto e diverso currículo de atrocidades – que, conforme relatos de dissidentes soviéticos, inclui o extermínio de milhões de pessoas. Mas a importância de Stalin e seus comandados para a iminente derrota alemã é incontestável. Nesta entrevista, o líder soviético fala sobre as recentes vitórias do Exército Vermelho, sobre a relação com americanos e britânicos e sobre as implicações do sucesso dos Aliados: "Os nazi-fascistas estão sofrendo não só uma derrota militar, mas também uma derrota política e moral".

VEJA - As tropas soviéticas vêm avançando com rapidez e força espetaculares. Quando conseguirão alcançar Berlim?

Stalin - Há evidências de que o Exército Vermelho cumprirá essa tarefa num futuro não muito distante. Em quarenta dias de ofensiva nos últimos dois meses nossas tropas desalojaram os alemães de 300 cidades, capturaram cerca de 100 fábricas de tanques, aviões, armas e munições, ocuparam 2.400 estações de trem e passaram a controlar uma malha ferroviária de mais de 15.000 quilômetros.

REFLEXÕES VI

Nesse curto período, a Alemanha teve mais de 350.000 homens capturados e nada menos que 800.000 mortos. No mesmo intervalo, o Exército Vermelho destruiu cerca de 3.000 aviões e mais de 4.500 tanques. No *front* todo, numa faixa de 1.200 quilômetros, demolimos as poderosas defesas dos alemães, construídas ao longo de muitos anos. Os *hitleristas* vangloriavam-se dizendo que nenhum soldado inimigo colocara os pés no solo alemão em mais de 100 anos e que seu exército lutaria apenas em solo estrangeiro. Pusemos um fim nessa jactância²¹.

"Em seu quarto ano de guerra, o Exército vermelho soviético é mais sólido e poderoso do que nunca"

VEJA - No início da guerra, analistas militares diziam que a URSS levaria três anos para construir uma força bélica capaz de vencer. Hitler atacou antes e seu país teve problemas no início dos combates. Qual é a sua avaliação do estágio atual das forças militares soviéticas?

Stalin - O Exército Vermelho tornou-se uma força formidável e já é superior ao inimigo em capacidade de lutar e em recursos materiais. Ele foi criado pelo grande Lênin justamente para proteger nosso país dos agressores estrangeiros, e acaba de percorrer uma gloriosa rota de desenvolvimento. Nossa atual ofensiva mostrou que o Exército Vermelho encontra maneiras de resolver problemas de complexidade cada vez maior. Os valentes soldados aprenderam a esmagar e destruir os inimigos de acordo com todas as regras da ciência militar moderna. Vêm praticando milagres de heroísmo e autossacrifício, combinando a braveza e ousadia na batalha com o aproveitamento total do poder de suas armas. Em seu quarto ano de guerra, o Exército Vermelho é mais sólido e poderoso do que nunca.

VEJA - Mas tudo ficou mais fácil quando os Aliados decidiram abrir um segundo *front* na Europa, algo que o senhor pedia havia anos...

²¹ **Jactância:** atitude de alguém que se manifesta com arrogância e tem alta opinião de si mesmo; vaidade, orgulho, arrogância.

REFLEXÕES VI

Stalin - Sim, sem dúvida. Conforme minha previsão, o inimigo não conseguiu aguentar os golpes conjuntos das tropas aliadas e do Exército Vermelho. Sem a organização desse segundo *front*, nossas forças seriam incapazes de quebrar a resistência alemã e expulsar os inimigos das nossas fronteiras em tão pouco tempo. Mas é preciso lembrar também que, sem as operações do Exército Vermelho, as tropas dos países aliados não seriam capazes de lidar tão rápido com as tropas alemãs e derrotá-las na Itália, França e Bélgica. Essa foi a chave da vitória.

VEJA - A URSS é o único país comunista entre as principais potências aliadas. Como é a relação do senhor com os americanos e britânicos, que antes da guerra o tratavam como um rival no campo ideológico?

Stalin - Nossa convivência é muito amigável. Durante toda a guerra, os hitleristas fizeram esforços desesperados para desunir os Aliados, para colocá-los uns contra os outros, para fomentar suspeição e hostilidade entre eles. É compreensível que tenham feito isso. Não há nada mais perigoso para eles do que uma aliança forte contra o imperialismo de Hitler. Mas os esforços dos políticos fascistas foram em vão, como todos hoje sabem. A aliança entre a URSS, os EUA e a Grã-Bretanha não é baseada em motivos casuais e temporários, mas em interesses de importância vital. A decisão tomada na Conferência de Teerã pela realização de missões conjuntas contra a Alemanha e a brilhante execução dessa decisão são exemplos notáveis da consolidação da coalizão anti-Hitler.

"É claro que há discordâncias. No fim, porém, elas são resolvidas por nossos líderes em plena harmonia"

VEJA - Mas não há discordâncias significativas sobre os métodos e objetivos da guerra?

Stalin - É claro que há discordâncias, e haverá outras mais no futuro. Discordâncias podem existir até entre pessoas de um mesmo partido; entre os representantes de diferentes partidos e diferentes nações, mais ainda. O mais surpreendente não é o surgimento de discordâncias, mas sim o fato de que elas são tão raras, e que, via de

REFLEXÕES VI

regra, são resolvidas em espírito de união. Não são as discordâncias que importam, mas sim o fato de que elas não ultrapassam limites ditados pelo interesse conjunto das três grandes potências. No fim, são resolvidas em plena harmonia.

VEJA - O senhor não teme que os alemães repitam no *front* soviético uma ofensiva como a de Ardennes, que desencadeou a Batalha do Bulge e impingiu baixas significativas aos EUA?

Stalin - Bem, é possível que isso ocorra. Nosso condenado antagonista está usando suas últimas forças e oferecendo uma resistência desesperada para escapar de um implacável castigo. Está se agarrando aos mais extremos e desprezíveis métodos de luta. Desta forma, quanto mais próxima a vitória, maior deve ser nossa vigilância e mais fortes devem ser os golpes que desferimos contra o inimigo. De qualquer forma, a toca da besta fascista está cercada por todos os lados. Nem toda a astúcia do mundo salvará o inimigo da completa e inevitável derrota. Os Aliados vencerão a guerra contra a Alemanha, e disso já não há mais dúvida alguma.

Vencer essa guerra significa consumir uma grande causa histórica. Mas vencer não significa garantir uma paz duradoura aos nossos povos. A tarefa não é só vencer a guerra, mas também evitar outra guerra, pelo menos por um bom tempo.

VEJA - E como o senhor pretende fazer isso?

Stalin - Depois que for derrotada, a Alemanha será totalmente desarmada, é claro. Não só militarmente e politicamente, mas também economicamente. Mas seria ingenuidade pensar que ela não tentará recuperar sua força e embarcar em novas agressões. Todos sabem que os governantes alemães já estão fazendo planos para outra guerra. A História mostra que mesmo um período muito curto, de vinte ou trinta anos, pode ser suficiente para permitir que a Alemanha se recupere de uma derrota e reconquiste sua força bélica.

"Hitler já colocou o planeta inteiro contra a Alemanha. A chamada 'raça superior' tornou-se alvo do ódio geral"

VEJA - Mas como evitar as agressões dos outros países? E, se outra guerra surgir, como impedir que ela se transforme num grande conflito de amplitude mundial, como o de agora?

Stalin - É impossível negar que as nações pacíficas podem ser surpreendidas por novas agressões no futuro. Mas isso só ocorrerá se elas falharem em criar medidas especiais capazes de impedir essas agressões. Além de desarmar completamente as nações agressoras, há só uma forma de se conseguir isso: montar uma organização especial com representantes de países pacíficos, para proteger a paz e garantir nossa segurança. Será preciso colocar à disposição de seu comando uma força militar capaz de impedir as agressões, e fazer com que essa força seja usada sem demora para prevenir ou liquidar possíveis ataques e punir os responsáveis por eles. Ela não deve ser uma mera réplica da Liga das Nações, de triste memória, que não tinha poderes nem meios de impedir agressões. Deve ser uma organização internacional nova, especial, forte. Ela pode ser eficaz? Sim, se os países pacíficos mantiverem um espírito de unanimidade e harmonia.

VEJA - O senhor acredita que o nazismo e o fascismo sobreviverão depois da guerra, ressurgindo no futuro?

Stalin - Impossível. Os nazi-fascistas estão sofrendo não só uma derrota militar, mas também uma derrota política e moral. A ideologia da igualdade de todas as raças e da amizade entre as nações conquistou uma vitória incontestável contra a ideologia do nacionalismo brutal e do ódio racial. Com sua política canibalesca, Hitler mobilizou o mundo inteiro contra a Alemanha. A chamada "raça superior" tornou-se o alvo do ódio universal. Mas vale ressaltar que os soviéticos não odeiam os alemães por causa de preconceitos raciais ou questões nacionalistas. O povo soviético odeia esses invasores não porque eles são de outro país, mas porque eles causaram sofrimento e infortúnio²² impensáveis a nós. Nosso

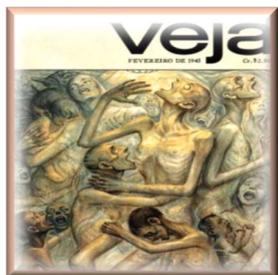
²² **Infortúnio:** má fortuna; adversidade, desdita, infelicidade.

REFLEXÕES VI

povo tem um velho ditado: "O lobo não é caçado só porque é cinza, mas porque devora o carneiro".

VEJA - O povo soviético chega à etapa final desta guerra com uma imagem muito diferente de antes, em especial no mundo ocidental. Ninguém nega o papel decisivo de seu país para deter Hitler. Qual é o significado disso para o senhor?

Stalin - Agora que a guerra se aproxima de um fim triunfante, o papel histórico assumido pelo povo soviético enfim se destaca em toda a sua grandeza. Nosso povo se privou de muitas coisas, suportou voluntariamente severos apuros. Todos admitem agora que, por meio de toda a sua luta e sacrifício, o povo soviético salvou a civilização europeia dos golpistas fascistas. Este é o grande serviço histórico prestado pelo nosso país a toda a humanidade. Enfim, nosso povo conquistou de forma merecida a fama de nação brava e heroica.



Fábrica da morte

Tropas soviéticas libertam Auschwitz-Birkenau, maior campo de extermínio dos nazistas - Poucas centenas de prisioneiros sobrevivem, mas há sinais de massacre em larga escala - Atrocidades contra judeus abalam o mundo

Crueldade impensável: crianças judias em foto achada no arquivo de Auschwitz-Birkenau.

Nas escrituras sagradas da religião judaica, ensina-se que nada vale mais que a vida humana – tanto que, dos 613 mandamentos do judaísmo, 609 podem ser violados quando se trata de evitar um óbito. Ao judeu é não só permitido como também mandatário que os fundamentos de sua crença sejam ignorados se isso for necessário para salvar uma vida. A explicação está no Talmude, que lembra que todas as pessoas



REFLEXÕES VI

descendem de um só indivíduo; portanto, salvar uma vida equivale a redimir um mundo inteiro, e ceifar propositalmente uma vida, em qualquer circunstância e sob qualquer justificativa, é o mesmo que dizimar a humanidade inteira.

No curso das últimas semanas, um mundo já atônito pela agonia de cinco anos de guerra ouviu relatos que parecem indicar o desaparecimento da humanidade, pelo menos em sua concepção previamente conhecida. Não se atentou contra a vida de um indivíduo; buscou-se varrer um povo inteiro da face da terra. Os outros povos, entretanto, não impediram a barbárie; alguns, ensandecidos pela brutalidade impiedosa da guerra, até sancionaram a matança. Campanhas de extermínio coletivo não são episódio inédito nas páginas mais escuras do compêndio de crimes da raça humana. Mas como explicar a prática de uma mortandade em escala tão monstruosa, com ódio tão febril e, paradoxalmente, com tamanha frieza? E como sustentar que ainda somos civilizados se, apesar dos desesperados alertas de um povo com 4.000 anos de história, uma corja de assassinos com pouco mais de uma década de poder conseguiu materializar suas ambições mais insanas?

Os indícios se acumulavam sobre as mesas das autoridades ocidentais havia anos. Testemunhos inquietantes das atividades dos nazistas nos países ocupados eram cada vez mais frequentes. Em 27 de janeiro de 1945, contudo, encontrou-se a prova incontestante em Oswiecim, sombrio vilarejo a cerca de 60 quilômetros de Cracóvia, no sul da Polônia. Por volta do meio-dia, quatro jovens soldados de um batalhão de cavalaria soviético caminharam cautelosamente por uma estrada que conduzia a um complexo de galpões e cabanas. Por meio do arame farpado, avistaram ao longe esqueletos vivos errando lentamente de lado a lado. Ponteando o terreno forrado de neve, viram pilhas indistinguíveis de coloração acinzentada. Quando chegaram mais perto, sufocaram-se de pavor. Estavam às portas de Auschwitz-Birkenau, o campo da morte, o maior centro de extermínio nazista.

Apenas algumas centenas de prisioneiros ainda habitavam o amplo complexo, já abandonado pelos alemães – quando o ruído da artilharia soviética pareceu próximo demais, os nazistas bateram em

REFLEXÕES VI

retirada. Com difteria, febre escarlate e tifo, os sobreviventes foram largados à morte entre os amontoados de cadáveres putrefatos. Nos dias que precederam a chegada da tropa vermelha, conseguiram resistir de forma inexplicável ao frio e à fome. Alguns tentaram rasgar o arame e colher batatas nas cercanias do campo. Não conseguiram sequer romper os fios.

Desorientados e fragilíssimos, os espectrais²³ prisioneiros pareciam perguntar, com seus olhares vazios e distantes: aquele pesadelo impensável havia enfim terminado?

Máquina fria - Como se o chocante encontro com os sobreviventes não fosse o bastante para assombrar os recrutas, a abertura das portas dos galpões que ainda estavam de pé – só seis dos 35 que formavam o complexo – apresentou evidências ainda mais horripilantes das atividades praticadas ali. Um dos pavilhões escondia montanhas de artigos diversos: ternos, vestidos, trajes infantis, sapatos, malas, óculos, dentaduras. As etiquetas das roupas e selos das bagagens indicavam que os proprietários vinham de todas as partes da Europa. Uma rápida estimativa feita com a contagem das escovas de dente estocadas no galpão gelou a espinha dos soviéticos. Eram centenas de milhares de hóspedes. Mas onde estavam todos eles?

Os galpões que ficavam logo adiante abrigavam a indizível resposta. Sempre orgulhosos de suas proezas técnicas e da notável eficiência de seu maquinário, os alemães montaram em Auschwitz-Birkenau uma verdadeira fábrica da morte, em que seres humanos eram abatidos em escala industrial. Ao contrário dos outros massacres cometidos pelos povos bárbaros na História, a matança não ocorria no fervor do campo de batalha, na fúria da conquista de terras inimigas ou sob o fanatismo das investidas religiosas. A fria máquina de extermínio nazista tinha planejamento, organização, precisão e eficácia. Os germânicos arianos, a "raça superior" que salvaria o mundo, eliminavam e incineravam indivíduos indesejados

²³ **Espectro**: suposta aparição de um defunto, incorpórea, mas com sua aparência; fantasma.

como quem atea fogo no lixo para se eximir do trabalho de despejá-lo.

De acordo com testemunhos dos prisioneiros resgatados, sobreviver no abatedouro polonês era a possibilidade mais rara entre os diversos destinos de quem chegava ao campo. Logo de cara, uma porção significativa das vítimas trazidas pela ferrovia que corta Auschwitz era condenada à morte de forma sumária. Nesta primeira triagem, separava-se quem era capaz de trabalhar dos que eram frágeis demais para produzir. Para o segundo grupo, era o fim. Tropas nazistas conduziam o contingente – na maioria mulheres, crianças e idosos – para uma ala mais afastada. Os carrascos anunciavam: era hora de tomar banho e se livrar dos piolhos contraídos na viagem nos vagões de carga. Não era. Espremidos em câmaras seladas, sem roupas, no escuro, eram fatalmente sufocados por uma nuvem letal de gás Zyklon B. Em instantes, todos mortos – sem sangue nas mãos, sem esforço braçal, sem risco de erro, como deve ser em toda indústria de qualidade. No passo seguinte, a faxina: gigantescos crematórios vizinhos às câmaras engoliam os cadáveres, cuspidos fumaça negra de forma quase ininterrupta.

Estrela amarela - Quem passava na triagem inicial e seguia na outra fila não sabia ao certo o que produzia aquela nuvem permanente que brotava das chaminés. De qualquer forma, não tinha muito tempo para tentar adivinhar – escravizados, os prisioneiros considerados saudáveis eram colocados em galpões e campos de trabalho para intermináveis turnos de duríssimas tarefas. Sob a ilusão da reconquista da liberdade, cumpriam suas funções e tornavam-se engrenagens da máquina bélica alemã – no portão principal, um letreiro de ferro prometia aos que chegavam: "Só o trabalho liberta". A promessa, é evidente, era mais uma trapaça nazista. Morrer na linha de produção ou na rotina de sadismo dos guardas alemães era, para quase todos, só questão de tempo. Os relatos de presos que escaparam são, por enquanto, extremamente escassos. Sabe-se que um grupo de presos tentou promover um levante no campo. Mulheres que trabalhavam numa fábrica de armas próxima conseguiram levar materiais explosivos a Auschwitz. Um crematório foi parcialmente destruído, mas todos os

REFLEXÕES VI

250 envolvidos na tentativa de resistência foram executados em poucos minutos.

Conforme informações obtidas pelo comando dos Aliados, cerca de 20.000 prisioneiros com maiores chances de sobrevivência para a prática de trabalho forçado foram transportados a outros campos semelhantes quando os soviéticos se aproximaram. Acovardados, os alemães não só fugiram como também tentaram eliminar todos os indícios do massacre, explodindo os crematórios e incendiando os registros que detalhavam a "produtividade" dos fornos.

Deixaram para trás, no entanto, documentos e evidências que ajudam a esclarecer o que se passava ali. Já é possível saber, por exemplo, quais grupos "indesejados" eram eliminados: eslavos, ciganos, deficientes físicos e mentais, testemunhas de Jeová, dissidentes políticos, homens homossexuais. Todos eram identificados por triângulos coloridos costurados às roupas. O triângulo rosa identificava um homossexual; o vermelho, um opositor político. O grupo majoritário, porém, não era nenhum desses. Identificado por dois triângulos, compondo uma estrela de Davi de cor amarela, ele foi sem dúvida o alvo prioritário da fúria dos fornos nazistas: os judeus.

Odiada e perseguida de forma implacável por Adolf Hitler desde sua ascensão ao poder, em 1933, a comunidade judaica europeia foi aniquilada. Algumas dezenas de milhares ainda conseguiram fugir para a Palestina antes da adoção da "solução final", no fim de 1941. Mas quem caiu nas garras de Hitler dificilmente escapou. Pior: Auschwitz-Birkenau é apenas uma das fábricas da morte. Sabe-se da existência de pelo menos mais dez campos, incluindo os de Sobibór, Treblinka, Ravensbruck, Buchenwald e Dachau – os três últimos, no próprio território alemão. Por enquanto é impossível saber quantos judeus ainda vivem no continente, mas algumas autoridades ocidentais estimam que seis entre cada dez judeus tenham sido eliminados. E quem sobrou para contar a história guarda cenas de horror inimaginável na lembrança.

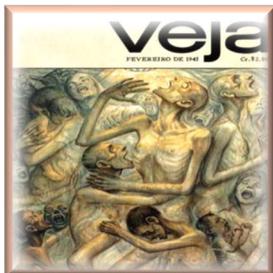
Quando relatam as monstruosidades presenciadas nos campos da morte, os sobreviventes geralmente se recordam primeiro das

REFLEXÕES VI

crianças. Falam dos bebês arremessados vivos nos crematórios; dos moribundos corroídos pelas doenças injetadas pelo médico de Auschwitz, doutor Josef Mengele; dos concursos de arremessos de crianças judias entre os guardas da SS. Também falam das mulheres; as mais jovens, estupradas repetidamente antes de mortas, seus corpos usados como tochas humanas em fogueiras de mortos – a carne delas, constataram os guardas, queima mais rápido.

Quando pergunta-se sobre as pilhas de corpos, as testemunhas lembram de ratazanas mordiscando os cadáveres; de prisioneiros ainda vivos lutando para se expelir de uma montanha de mortos; de mulheres grávidas abortando fetos. E do cheiro, dizem todos.

Nas escrituras sagradas da religião judaica, ensina-se que, consumada a morte, nada é mais importante do que respeitar o corpo sem vida. O cadáver jamais deve ser deixado sozinho – um *shomerim*, ou "guardião", permanece ao seu lado. Na preparação para o sepultamento, o corpo é cuidadosamente lavado e envolto em



um sudário modesto; o féretro jamais fica aberto, para que ninguém presencie a ausência de vida. O luto é profundo e prolongado. Ao judeu, porém, a morte é um processo natural – como a vida, é parte do plano de Deus para cada um. Morto, o judeu inicia uma nova vida, tem um novo mundo à sua frente. E todos os que viveram uma existência digna são recompensados.

O massacre de Dresden

Violento bombardeio aliado aniquila cidade alemã e elimina 50.000 pessoas – RAF emprega mais de 800 aviões no maior 'raid' de sua história – Acusações de terrorismo pairam sobre o comando anglo-americano

REFLEXÕES VI



Hecatombe na Saxônia: vistas do topo de uma igreja, as ruínas da cidade, atacada no dia 13

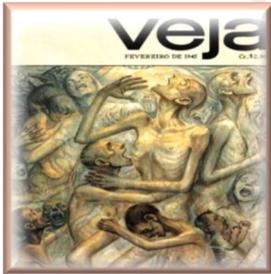
Capital histórica da Saxônia, a cidade de Dresden, às margens do rio Elba, caracterizava-se por sua esplendorosa arquitetura e pela fina indústria de porcelana. Isso até o último dia 13, quando seus magníficos edifícios, como se fossem raquíticos mimos de cerâmica, foram despedaçados por mais de 2.000 toneladas de explosivos despejados pelos aviões aliados, na manobra mais lancinante da operação Thunderclap. O belíssimo município, que fora poupado de praticamente todos os bombardeios aliados até então, contava com baterias antiaéreas frágeis demais, o que acabou permitindo uma carnificina: junto às construções, feneceram nada menos do que 50.000 alemães.

Planejada pelo marechal Arthur Harris e pelo general Carl Spaatz, os mandarinês aéreos dos Aliados, a mais recente operação de bombardeamento das cidades germânicas começou em 3 de fevereiro, com ataques de aeronaves dos Estados Unidos a Berlim e Magdeburg em plena luz do dia. No dia 6, novos assaltos, desta vez a Chemnitz e novamente Magdeburg – que voltaria a ser alvejada três dias depois. A agressão a Dresden, que pela cartilha inicial seria a primeira da série – só não foi pior por falta de condições meteorológicas favoráveis –, ficou para o dia 13. Ainda assim, o mau tempo cancelou os *raids* vespertinos dos norte-americanos, colocando toda a responsabilidade nas asas da RAF, que investiria à noite.

O comando bombardeiro britânico, então, escalonou forças para a mais violenta tempestade aérea de sua história. Um total de 796

Lancasters e nove Mosquitos deixaram a Grã-Bretanha para atacar Dresden em duas ondas, separadas por três horas. As aeronaves verteram sobre a cidade 1.478 toneladas de bombas de alto poder de explosão e 1.182 artefatos incendiários, fazendo o inferno cair do céu naquela ordinária noite alemã. Apenas seis aviões foram derrubados pela ridícula defesa tedesca. Sob a luz do dia seguinte, 311 bombardeiros B17 norte-americanos completaram o serviço, dardejando 771 toneladas de bombas em direção à cortina de fumaça e fogo que envolvia as ruas da cidade.

Moralidade questionada - Do ponto de vista militar, Dresden não representaria um alvo suficientemente importante para justificar tal hostilidade. Oficialmente, a operação Thunderclap anunciava precipitar a rendição alemã pelo ataque à malha ferroviária germânica – e o município, é fato, localiza-se em um ponto de passagem para o *front* Leste, por onde os soviéticos pretendem investir. Entretanto, fontes próximas ao Alto Comando aliado informaram que a devastação em Dresden foi direcionada unicamente para acelerar o final da guerra pela derrubada do moral dos homens a serviço de Adolf Hitler. Os mesmos informantes relatam que, inicialmente, os americanos colocaram-se contra o ataque, classificando-o de "terrorismo".



Estes, porém, foram convencidos por Harris de que o bombardeio ajudaria os aliados militarmente – por atacar as linhas de comunicação germânica – e politicamente – por ser visto como um suporte ao Exército Vermelho. Se estes argumentos foram suficientes para dobrar os oficiais americanos, o mesmo não se pode dizer da opinião pública em ambos os continentes, que segue questionando a moralidade desse

tipo de ataque – por mais que os alemães hoje sejam odiados em quase todo o planeta.

No “moedor de carne”

Americanos invadem a complexa fortificação nipônica de Iwo Jima – Oponentes travam combates atroz na acidentada

REFLEXÕES VI

superfície da ilha – conquista do terreno é estratégica para os bombardeios aéreos sobre Tóquio

São cerca de seis quilômetros de extensão por três de largura, nos quais a paisagem é formada exclusivamente de montanhas rochosas, cavernas e ravinas profundas. Uma colmeia de concreto e aço, que conta também com um vulcão extinto ao Sul e cinzas vulcânicas ao Norte. Para abençoar essa dantesca paisagem, um onipresente e insuportável odor de enxofre. Bem-vindo a Iwo Jima,



Paisagem dantesca²⁴: resquícios das duríssimas batalhas no terreno acidentado de Iwo Jima

fortificação insular natural localizada a pouco mais de mil quilômetros a Sudeste de Tóquio. Nesse paraíso às avessas, os americanos lutam a mais sangrenta das batalhas do Pacífico – e, até agora, a despeito de cruéis baixas, protagonizam uma campanha que frutifica para os ocidentais.

Três pontos-chave da ilha, o Monte Suribachi (ponto de controle sobre a porção Sul do território), a pista de pouso Motoyami 2 e o Morro 382, posto estratégico de artilharia, foram tomados pelos soldados dos Estados Unidos em um notável exemplo da guerra anfíbia. Em 19 de fevereiro, após um bombardeio naval prévio e 72 dias de ataque aéreo – que apenas incentivaram os defensores a construir *bunkers* cada vez mais entranhados –, duas divisões de marines, totalizando 30.000 homens, invadiram Iwo Jima. No

²⁴ **Dantesco**: de grande horror; diabólico, medonho, pavoroso.

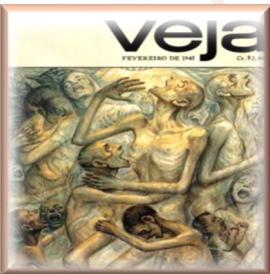
REFLEXÕES VI

último dia 23, depois de quatro dias de combates ferrenhos que vitimaram 2.500 invasores, os fuzileiros navais dos EUA finalmente conseguiram hastear a bandeira dos Estados Unidos no cume do Suribachi. A cena épica foi flagrada por um fotógrafo da agência de notícias Associated Press, e a imagem já correu o mundo, tornando-

se uma das fotos mais marcantes da guerra. No dia 26, com a conquista dos dois novos marcos – o segundo deles, o Morro 382, apelidado de "O Moedor de Carne" pela batalha tão sangrenta travada com os japoneses –, os americanos anunciaram a intenção de dominar a ilha por completo nas próximas semanas. Mas o major Holland Smith, comandante da Frota do Pacífico dos marines, avisou a seus comandados que não subestimassem a resistência, por mais debilitada que ela possa parecer. "Esta luta é a mais dura que enfrentamos nos últimos 168 anos", alertou.



Labirinto subterrâneo - Iwo Jima é um objetivo crucial para a estratégia ofensiva americana sobre o Japão. A conquista da ilha significará a posse de bases aéreas que sustentem a intensificação do bombardeio dos B-29s sobre Tóquio e seus arredores. Da mesma forma, o torrão vulcânico é vital para as defesas nipônicas. Por isso, durante a fase de ataques aéreos americanos, os chefes militares de Tóquio chegaram a considerar explodir a ilha e afundá-la no Pacífico para evitar que caísse em mãos inimigas. Entretanto, os oficiais japoneses optaram por esconder 21.000 defensores numa elaborada rede de cerca de nove quilômetros de cavernas e túneis subterrâneos. Ao que tudo indica, não funcionou.



Novas fronteiras no velho mundo

Conferência em Yalta começa a redefinir desenho da Europa –

REFLEXÕES VI

Estratégias militares ficam em segundo plano diante das negociações diplomáticas – Stalin deixa a Crimeia como o grande vitorioso do encontro de Aliados

Enquanto os soldados aliados seguiam destruindo as forças do Reich em batalhas por toda a Europa, seus líderes encontraram-se novamente no início do mês para mais uma semana de conferências.

Desta vez, a reunião aconteceu às margens do mar Negro, em Yalta,



Os três gigantes reunidos na Crimeia: Churchill, FDR e Stalin já discutiram o pós-guerra

na Crimeia, sob as abóbadas de um antigo palácio czarista – atualmente sob o jugo de infernais pernilongos. Entre os dias 4 e 11, Winston Churchill, Franklin Roosevelt, Josef Stalin e mais 700 conselheiros militares discutiram, entre vários outros assuntos, a redefinição das fronteiras do Velho Continente – prova de que a vitória aliada já é vista por eles como líquida e certa.

Acordou-se que a Alemanha, tão logo abaixe suas fatigadas armas, será retalhada em quatro zonas de ocupação, uma para cada integrante do Trio de Ferro – Grã-Bretanha, Estados Unidos e União Soviética – e uma quarta para a França, dona de um competentíssimo corpo de diplomacia responsável por garantir o que seu Exército não foi capaz de obter.

Também foram definidos os novos governos para dois países já liberados do tacape germânico. A Iugoslávia será regida por uma parceria entre o primeiro-ministro monarquista Ivan Subasich e o

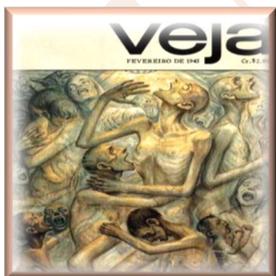
famigerado líder guerrilheiro Josip Broz, o Marechal Tito – cujo Exército da Libertação Nacional fora responsável, ao lado das forças soviéticas, pela emancipação de Belgrado em outubro de 1944. Já o governo de Lublin, patrocinado por Stalin, assumirá o comando da Polônia – com a participação direta, porém, de figurões de Londres.

Segredos e rivalidade – Se as reuniões anteriores entre os manda-chuvas aliados versavam principalmente sobre as estratégias militares, Yalta ficou mesmo marcada pelas negociações diplomáticas acerca do mundo pós-guerra.

Outra consequência de grande impacto do encontro foi a concretização de um pacto entre União Soviética e Estados Unidos – trato subterfugamente acertado pelas costas de Churchill. Pelo acordo, os norte-americanos concordam em atender uma série de reivindicações dos camaradas em troca da entrada do Exército Vermelho na guerra contra o Japão.

Stalin conseguiu a preservação do *status quo* da Mongólia – independente, mas virtualmente sob o comando bolchevique –, o retorno da porção meridional das ilhas Sakhalin à União Soviética e também o controle total das ilhas Kurile. Além disso, recebeu de Roosevelt a garantia de que o líder chinês Chiang Kai-Shek, aliado dos EUA, não se oporia a essas resoluções – que incluíam também uma base naval soviética na China.

Os ganhos do líder comunista diante dos americanos são deveras surpreendentes, principalmente quando se leva em conta a acirrada rivalidade entre os dois países. Analistas, porém, creditam as cessões de Roosevelt a uma crescente falta de confiança do presidente ianque em relação à utilidade de Chiang como um aliado nas batalhas contra os nipônicos no Pacífico. Fica, então, a questão: será o Exército Vermelho o fiel da balança também na terra do sol nascente?



A noite da verdade

Nos dois primeiros anos desta guerra, o franco-argelino Albert Camus dizia ser contra a resistência armada. Mas, em 1941, viu um amigo ser morto na ocupação alemã. Desde então, Camus segue de perto a revolta – e neste texto, escrito em meio à libertação de Paris, fala sobre o triunfo contra o nazismo



Enquanto as balas da liberdade ainda assobiam através da cidade, os canhões da libertação adentram os portões de Paris entre gritos e flores. Na mais bela e quente das noites de agosto, as eternas estrelas sobre Paris se misturam aos rastros de balas, à fumaça dos incêndios, e aos foguetes coloridos de uma celebração em massa. Esta noite sem paralelos marca o fim de quatro anos de história monstruosa e de uma indescritível luta na qual a França entrou em sintonia com sua vergonha e sua ira.

Aqueles que jamais se desesperaram sobre si mesmos ou sobre seu país encontram sua recompensa sob esse céu. Esta noite vale um mundo inteiro; é a noite da verdade. Verdade sob armas e em ação, verdade sustentada pela força depois de tanto tempo de mãos vazias e sem proteção. Ela está por todos os lados nesta noite, quando as pessoas e os canhões retumbam simultaneamente. É a própria voz do povo e dos canhões; ela é a face exausta dos guerrilheiros de rua, triunfantes com suas cicatrizes e seu suor. Sim, é de fato a noite da verdade, da única verdade que importa, da verdade disposta a lutar e conquistar.

"O preço foi alto. Ele tinha todo o peso do sangue e a terrível dureza das prisões. Mas ele tinha de ser pago"

Peso do sangue - Quatro anos atrás, os homens se levantaram entre as ruínas e o desespero e calmamente declararam que nada estava perdido. Disseram que precisávamos continuar adiante e que as forças do bem sempre superaríamos as forças do mal se

REFLEXÕES VI

estivéssemos dispostos a pagar o preço. Eles pagaram o preço. E, certamente, esse preço foi alto; ele tinha todo o peso do sangue e a terrível dureza das prisões. Muitos desses homens estão mortos, enquanto outros vêm vivendo por anos cercados por paredes sem janelas. Esse era o preço que tinha de ser pago. Mas esses mesmos homens, se pudessem, não nos culpariam por essa terrível e maravilhosa alegria que nos eleva e arrebatava como uma maré alta. Porque nossa alegria não quebra a confiança deles. Pelo contrário, ela os justifica e declara que eles estavam certos.

Unidos no mesmo sofrimento por quatro anos, ainda estamos juntos na mesma excitação; conquistamos nossa solidariedade. E de repente estamos estupefatos de ver, durante esta noite deslumbrante, que, por quatro anos, nós jamais estivemos sozinhos. Vivemos os anos da fraternidade.

"Ninguém é capaz de viver sempre entre a violência. A felicidade e a afeição ainda terão seu momento"

A paz prometida - Duros combates ainda estão pela frente. Mas a paz deve retornar a esse planeta despedaçado e aos corações torturados por todas as esperanças e memórias. Ninguém é capaz de viver sempre entre assassinatos e violência. A felicidade e a afeição terão sua hora. Mas essa paz não nos encontrará esquecidos. E, para alguns entre nós, as faces de nossos irmãos desfiguradas por balas e a grande irmandade viril dos últimos anos jamais nos abandonarão.

Que os nossos camaradas mortos aproveitem por eles mesmos a paz que é prometida a nós durante essa noite de pintura, pois eles já conquistaram-na. Nossa luta será a deles. Nada é dado aos homens, e o pouco que eles conquistam é pago com mortes injustas, mas a grandeza do homem está em outro lugar. Está em sua decisão de ser mais forte que sua condição. E se sua condição é injusta, ele tem apenas uma forma de superar isso, que é ele mesmo ser justo. Nossa verdade nesta noite, que paira sobre nossas cabeças neste céu de agosto, é justamente o que consola os homens. E nossos corações estão em paz, assim como os corações de nossos camaradas mortos estão em paz, porque podemos dizer, enquanto a vitória retorna,

REFLEXÕES VI

sem qualquer espírito de vingança ou de rancor: "Fizemos o que foi necessário". ●

Albert Camus: 31 anos, filósofo, jornalista e escritor. Nascido na Argélia, fundou o *Théâtre du Travail* e trabalhou em publicações como *Paris-Soir*. Por ter tuberculose, foi impedido de se alistar no Exército da França. Em 1943 tornou-se o editor do *Combat*, o jornal clandestino do grupo de resistência de mesmo nome

Não é hora de festa

O presidente americano comemora os avanços na Normandia e a conquista de Roma, mas avisa: o caminho até a vitória ainda é longo. Com confiança nos aliados soviéticos e chineses, FDR não cogita a derrota – mas é cauteloso ao discutir as datas. 'Será bem difícil e custoso, como já alertara antes', diz



Ao assumir a presidência dos Estados Unidos, em 4 de março de 1933, Franklin Roosevelt proclamou sua frase mais famosa: "A única coisa que devemos temer é o próprio medo". A frase se referia aos tempos da Grande Depressão, o atoleiro econômico em que vivia a nação até a posse do novo presidente. Agora, com o país novamente de pé – e mais rico do que antes –, o bordão pode muito bem ser aplicado à participação americana na guerra. Após muita resistência, os EUA subiram ao ringue e, com seu peso decisivo, inverteram a balança de forças. A posição da maioria dos americanos mudou da água para o vinho: a hesitação isolacionista ficou para trás, dando lugar a uma forte disposição de vencer. A guinada não foi obra só dos japoneses, que atacaram Pearl Harbor e inflamaram o povo – Roosevelt, político habilíssimo e espetacular orador, vendeu como ninguém a causa dos Aliados, fazendo o país enfim superar seus temores. Craque também nas urnas, FDR deverá tentar um inédito quarto mandato como presidente no fim deste ano.

Nos dois últimos pleitos, em 1936 e 1940, foi reeleito vencendo de lavada. Por causa da guerra, é quase impossível que não ganhe outra vez – apesar dos sinais cada vez mais preocupantes de problemas

com sua frágil saúde, sobre a qual a imprensa americana reluta em falar. Se o físico de Roosevelt aparenta desgaste, seu impressionante intelecto parece afiado como sempre. Nesta entrevista, ele explica com brilho e franqueza como vencerá a guerra e revela que ajudará até os países derrotados: "Estabelecer um padrão de vida decente em todas as nações é um fator essencial para a paz permanente".

VEJA - Como o senhor avalia o resultado do Dia D e da abertura do novo front?

Roosevelt - Acho que conseguimos o impossível. O golpe atordoante que atingiu a França naquela manhã foi a culminação de meses de planejamento cuidadoso e muita preparação. Tivemos sucesso até agora. Milhões de toneladas de armas e suprimentos e centenas de milhares de homens foram despejados na batalha. Não há escassez de nada. Rompemos a muralha deles. O ataque foi custoso em homens e materiais. Alguns dos desembarques foram aventuras desesperadas. Mas, pelo que sei até agora, as baixas são menores do que o previsto.

"É claro, há ainda um longo caminho até Tóquio, mas se nossa estratégia for mantida, podemos derrotá-los"

VEJA - O senhor acha que a recente invasão da Normandia será a batalha decisiva, a missão que determinará o desfecho desta longa guerra?

Roosevelt - Não é tão simples. Sei que todo o interesse hoje está centrado na Normandia, mas não podemos perder de vista que nossas forças estão mobilizadas em campos de batalha no mundo todo, e que nenhum *front* pode ser visto de forma isolada, sem ter relação com o resto. Vale a pena lembrar como estava a situação há apenas dois anos, em junho de 1942. Naquele tempo, a Alemanha controlava quase toda a Europa, o norte da África e o Mediterrâneo. A Itália ainda era um importante fator militar. O Japão controlava as ilhas do Pacífico e colocava nossas forças na defensiva. Hoje, contudo, estamos na ofensiva no mundo todo, retribuindo o ataque dos inimigos. É claro, há ainda um longo caminho até Tóquio, mas se a estratégia for mantida, ou seja, se eliminarmos o inimigo europeu primeiro e depois concentrarmos todas as forças no

REFLEXÕES VI

Pacífico, venceremos a Alemanha e o Japão mais rápido do que se pensa.

VEJA - Como país mais rico do mundo, os Estados Unidos vêm pagando parte substancial da conta da campanha aliada. Seu país terá fôlego econômico para custear a guerra até o fim sem comprometer seu futuro?

Roosevelt - Acredito que sim. Além do recolhimento dos impostos comuns, reuniremos os fundos necessários para lutar por meio da venda de Títulos de Guerra. A compra desses papéis é um ato de livre escolha, que todo cidadão faz de acordo com sua própria consciência. E fico feliz em informar que quase todos os americanos fizeram isso. O país tem cerca de 67 milhões de pessoas com alguma renda, mas 81 milhões já compraram Títulos de Guerra. Foram mais de 600 milhões de títulos comprados, que somaram mais de 32 bilhões de dólares. Se há alguns anos alguém dissesse que isso ocorreria, seria chamado de lunático.

VEJA - Mas o apoio popular ao esforço de guerra ainda tem algumas exceções.

Roosevelt - Confesso que fico desapontado quando noto isso. A esmagadora maioria da população recebeu as demandas da guerra com magnífica coragem e muita compreensão. Aceitaram inconveniências, aceitaram dificuldades, aceitaram sacrifícios, mas, enquanto a maioria trabalha sem reclamar, uma minoria barulhenta continua rosnando por favores especiais. São pestes que infestam os *lobbies* do Congresso e os bares de Washington e enxergam na guerra uma chance de obter lucro próprio. Talvez nem estejam tentando sabotar o esforço de guerra, mas se iludem ao achar que acabou a hora de fazer sacrifícios, que a guerra já está ganha e podemos relaxar. Mas esse tipo de atitude só prolonga a guerra.

"Uma vida decente ajuda para a paz. Pessoas famintas e desempregadas são a matéria-prima para as ditaduras"

VEJA - Nota-se também a preocupação de muitos americanos com o dinheiro que o senhor reservará para reconstruir os países arrasados pela guerra.

REFLEXÕES VI

Roosevelt - Mas estabelecer um padrão de vida decente para homens, mulheres e crianças em todas as nações é um fator essencial para uma paz permanente. A real liberdade individual não pode existir sem segurança econômica. Pessoas famintas e desempregadas são a matéria-prima das ditaduras. Há pessoas que se entocam como toupeiras e tentam espalhar pelo país a suspeita de que, se outras nações forem ajudadas a elevar seu padrão de vida, o padrão de vida dos americanos será depreciado. Na verdade, é o contrário. Já ficou provado que, se o padrão de vida de um país cresce, cresce também seu poder de compra. E essa alta estimula o aumento do padrão de vida de vizinhos com quem faz comércio. É pura questão de bom senso.

VEJA - Há mais uma queixa em seu país: a de que as medidas adotadas por causa do esforço de guerra são excessivas. A seu pedido, o Congresso proibiu, por exemplo, a realização de greves, algo que se costuma ver em regimes totalitários...

Roosevelt - Nosso sistema de serviço nacional é a forma mais democrática de se lutar uma guerra. É a obrigação de o cidadão servir à nação ao máximo onde ele for mais bem qualificado. E isso não significa redução de salários, perda de benefícios previdenciários, prejuízo aos empregos. Estou convicto de que o povo americano receberá bem as medidas, baseadas no princípio do "justo para um, justo para todos". É assim que se luta e se ganha uma guerra. Ainda que ache que os Aliados podem vencer sem tais medidas, estou certo de que nada menos do que a mobilização total da mão de obra e do capital garantirá a vitória antecipada.

VEJA - O senhor acredita que o isolacionismo, posição majoritária no país até o ataque a *Pearl Harbor*, voltará a existir depois da guerra?

Roosevelt - Creio que não. Vivemos por tempo demais sob a esperança de que as nações agressoras e belicistas aprenderiam e entenderiam a doutrina da paz puramente voluntária. Era uma posição bem-intencionada, mas fracassada. Espero que não a adotemos de novo. Bem, esperar é pouco: na verdade, farei tudo o

que for humanamente possível como presidente para evitar que esses trágicos erros não sejam cometidos outra vez. Sempre existiram os idiotas que acreditavam que não haveria guerras se todos entrassem em casa e trancassem suas portas. Eles não estavam dispostos a encarar os fatos, mas, se estamos lutando pela paz agora, não é lógico que no futuro usemos a força, se necessário, para manter essa paz?

"A Itália viveu por tanto tempo sob o regime corrupto de Mussolini que sua condição piorou muito. Há fome"

VEJA - Além do espetacular progresso obtido depois do Dia D, as últimas semanas foram marcadas também pela libertação de Roma. Como o senhor recebeu essa notícia?

Roosevelt - Como foi a primeira das capitais do Eixo a estar em nossas mãos, pensei: uma já foi, agora faltam duas, Berlim e Tóquio. Talvez seja significativo que a primeira capital a cair tenha a mais longa história entre todas elas. Ali ainda vemos os monumentos do tempo em que os romanos controlavam todo o mundo. Isso também é significativo, já que queremos que, no futuro, nenhum povo seja capaz de governar o planeta inteiro. Além dos monumentos antigos, também vemos em Roma o grande símbolo do cristianismo.

Fico satisfeito que a liberdade do papa e do Vaticano tenha sido garantida por nós. Também é simbólico que Roma tenha sido libertada por forças de várias nações juntas. E, se Roma foi poupada da devastação que assolou outras cidades, não é aos alemães que devemos agradecer. Afinal, manobramos com tamanha perícia que, se ficassem em Roma para destruir a cidade, os nazistas perderiam exércitos inteiros. Mas Roma é, obviamente, mais que um simples objetivo militar.

VEJA - E como será a vida dos italianos agora?

Roosevelt - Eventualmente a Itália conseguirá se reconstruir. Mas será seu próprio povo que fará isso, escolhendo seu próprio governo democrático. Enquanto isso, não seguiremos o padrão adotado por Mussolini e Hitler nos países ocupados, de pilhagem e fome. Já estamos ajudando. Com a cordial cooperação dos italianos, estamos

REFLEXÕES VI

estabelecendo a ordem, dissolvendo as organizações fascistas, suprindo as necessidades cotidianas até que eles possam cuidar deles mesmos. Os italianos viveram por tanto tempo sob o regime corrupto de Mussolini que sua condição piorou muito. Encontramos fome, miséria, doença, educação e saúde pública pioradas. São subprodutos do fascismo. A tarefa aliada na ocupação é gigantesca.

VEJA - O senhor sabe estimar quanto essa operação custará?

Roosevelt - Veja, alguns podem pensar nisso só pelo aspecto financeiro. Mas esperamos que a ajuda seja um investimento no futuro, que pague dividendos ao acabar com o desejo italiano de iniciar outra guerra. Não perdemos de vista suas virtudes como nação pacífica. Lembramos dos muitos séculos em que os italianos brilhavam nas artes e ciências. Lembramos de seus grandes filhos, como Galileu e Marconi, Michelangelo e Dante. No passado, milhões deles chegaram aos EUA. Foram bem recebidos, prosperaram, se tornaram bons cidadãos. O mesmo ocorreu em outros países, como no Brasil, por exemplo. A Itália deve continuar sendo uma grande nação-mãe, contribuindo para o progresso e preservando sua herança cultural e histórica. Todas as nações contrárias ao fascismo devem ajudar a Itália a ter outra chance.

"Chiang mostra ter grande visão. E Stalin combina uma tremenda determinação e ótimo humor"

VEJA - Antes do Dia D, surgiram relatos de que americanos e britânicos brigaram para decidir quem comandaria essa monumental ofensiva. Essa informação procede?

Roosevelt - É evidente que não. Você pode até ter ouvido de algumas pessoas que britânicos e americanos não se dão bem, que a cooperação entre nós é difícil. Nossas recentes vitórias desmentem esses preconceitos ignorantes. A luta incansável do povo britânico nesta guerra foi simbolizada pelas históricas palavras e ações de Winston Churchill, com quem me entendo muito bem. Na verdade, o senhor Churchill se tornou conhecido e amado por milhões de americanos. É um grande cidadão do mundo. Continuaremos

lutando juntos.

VEJA - E os russos e chineses? Há alguma rivalidade ou atrito com eles?

Roosevelt - As recentes conferências do Cairo e Teerã deram-me a primeira oportunidade de conhecer o generalíssimo Chiang Kai-shek e o marechal Josef Stalin, de sentar à mesa com eles e conversar frente a frente. Confiávamos uns nos outros, mas precisávamos do contato pessoal. Agora, além de confiar neles, os conheço bem. Valeu a pena viajar milhares de quilômetros para ver que concordamos em todos os objetivos e em todos os meios de obtê-los. Encontrei no generalíssimo Chiang um homem de grande visão, de um entendimento agudo dos problemas atuais e futuros. E me relacionei muito bem com o marechal Stalin, homem que combina tremenda determinação com um eterno bom humor. Acredito que ele seja um legítimo representante da alma e coração dos soviéticos, com quem, creio, teremos uma ótima relação.

VEJA - Então os Aliados já definiram o que fazer quando a guerra terminar?

Roosevelt - Concordamos substancialmente nos objetivos gerais para o mundo no pós-guerra. Discutimos as relações globais sob o ponto de vista das metas amplas, não de detalhes. Mas, depois desses debates, posso dizer que não creio no surgimento de diferenças indissolúveis entre URSS, Grã-Bretanha e EUA. De qualquer forma, não é hora de iniciar a discussão sobre termos de paz. Primeiro precisamos ganhar a guerra. Não podemos aliviar nossa pressão sobre o inimigo perdendo tempo com discussões sobre fronteiras e controvérsias políticas. Ainda não é hora de festejar. A vitória ainda está a alguma distância de nós. Esta distância será percorrida no tempo devido. Mas isso será difícil e custoso, como já alertara antes. E suspeito que, quando essa guerra enfim terminar, não estaremos em clima de festa. Acho que nossa maior emoção será uma



REFLEXÕES VI

grave determinação para que isso jamais volte a acontecer.

A invasão

Sob o comando do general Eisenhower, mais de 185.000 homens desembarcam na Normandia – A maior operação anfíbia da História pegou os nazistas de calças curtas – 'Esta é a verdadeira Batalha da França', diz De Gaulle



A hora da decisão: desembarque das tropas americanas na praia de Omaha, em 6 de junho

Ondas, areia, arame farpado, barricadas, minas. Com os corpos castigados pelo peso do equipamento na mochila, de rifles em punho, dezenas de milhares de soldados americanos, britânicos e canadenses avançam sobre as praias do litoral norte da França. Acima de seus capacetes, milhares de aviões fazem a varredura do espaço aéreo atacado. Em todo o horizonte, milhares de embarcações deixam os colossais portos artificiais e atracam nas praias, despejando equipamentos e pessoal na Gália invadida. Ar, terra e mar são parte de uma só engrenagem. Normandia, 6 de junho de 1944. O primeiro dia de Netuno – a fase de arranque da Operação Overlord – encerra a maior invasão anfíbia de todos os tempos. Os Aliados estão de volta à Europa continental para tentar acabar com o jugo da Alemanha nazista.

Lograr este intento, é sabido, será uma outra história. Contudo, sob qualquer aspecto, a manobra de desembarque na França setentrional não tem precedentes. Mais de 185.000 homens e 20.000 veículos aéreos, marítimos e terrestres foram envolvidos no ataque, minuciosamente planejado pela equipe comandada pelo

REFLEXÕES VI

general Dwight D. Eisenhower. Inicialmente concebido para ocorrer na segunda-feira, dia 5, o Dia D – como a data foi chamada pelos Aliados – foi adiado por 24 horas pelas condições meteorológicas inapropriadas. Ainda assim, a incerteza sobre a efetivação da gigantesca operação não se dissipara por completo, até porque os céus franceses permaneciam lúgubres²⁵ a olho nu.

O diretor da equipe de meteorologia de Eisenhower, o escocês Jim Stagg, garantiu ao general que o tempo viraria a contento dos Aliados entre segunda e terça-feira. Mesmo assim, dos três chefes das Forças Aliadas, apenas dois deles – Bernard Montgomery, do Exército, e Bertram Ramsey, da Marinha – eram favoráveis ao ataque no dia 6; o comandante da Força Aérea, Arthur Tedder, continuava considerando que a visibilidade dos céus gauleses não propiciaria suficiente cobertura aérea. Eisenhower sabia que, dadas as condições do tempo, um novo adiamento empurraria o ataque para, no mínimo, 19 de junho – e milhares de soldados já estavam havia mais de 50 horas em alerta em seus postos, espremidos em naves de desembarque, prontos para o assalto.

O fator surpresa também estava do lado do americano – apesar de sua magnitude, a operação seguia ignorada pelos oponentes. Em primeiro lugar, porque os Aliados haviam executado com sucesso um plano de dissimulação do ataque à Normandia, fazendo o comando germânico acreditar que a invasão ocorreria no Passo de Calais, destacando até mesmo o general George Patton para comandar um fictício exército de 12 divisões no local. Além disso, somente os Aliados podiam contar com essas previsões da meteorologia: todas as estações alemãs – na Islândia, na Groenlândia, em Spitzbergen e na ilha de Jan Mayen – haviam sido tomadas na preparação do ataque pelas forças anglo-americanas. Ou seja, para os germânicos, jamais uma manobra militar anfíbia poderia ser feita sob aquele clima.

Aniversário em Ulm - Exatamente às 4 horas da madrugada do dia 5, os líderes militares responsáveis pela Operação Overlord

²⁵ **Lúgubre**: relativo à morte, aos funerais; que evoca a morte; fúnebre, macabro.

REFLEXÕES VI

("suserano", na tradução para o português) estavam reunidos no quartel-general de Eisenhower, em Southwick House, Portsmouth, na Inglaterra. Cabia única e exclusivamente ao comandante supremo tomar a fatídica²⁶ decisão. "Estou certo de que temos de prosseguir. Não vejo como possamos proceder de outra forma", disse Eisenhower, depois de todas as ponderações possíveis, aos oficiais. "Ok, vamos lá".

Enquanto os comandantes das três armas disparavam as ordens decisivas a seus subordinados, os alemães repousavam. Enganados pela camuflagem aliada, seguiam tranquilos de que a invasão – que, é verdade, esperavam mais cedo ou mais tarde – ficaria para bem mais tarde. O marechal germânico Erwin Rommel, nomeado por Hitler em janeiro como Comandante-em-Chefe do Exército B, responsável por repelir qualquer tentativa de invasão na Europa, estava certo de que aquela terça-feira seria apenas mais uma no calendário. Despreocupado, voou para Ulm, em seu país natal, para celebrar o aniversário da esposa.

A invasão da Europa começou nos primeiros minutos do dia 6, com a aterrissagem dos paraquedistas e planadores da 6ª Divisão Aérea Britânica, a Oeste do Rio Orne. Este grupo se responsabilizaria pela proteção do flanco esquerdo das praias que seriam invadidas pelas cinco divisões aliadas; já o flanco direito ficaria sob a responsabilidade da 82ª e da 101ª Divisões Aéreas Americanas, que pousaram entre Ste. Mère Eglise – a primeira cidade na França a ser libertada – e Carentan. No total, as três divisões compreendiam 23.400 homens, que sofreram com fortes ventos na região. Muitos deles foram parar no interior francês, e seus comandantes tiveram extrema dificuldade em reuni-los para atacar os alvos pré-estabelecidos. Os poucos que conseguiam se agrupar, entretanto, investiam com fúria contra os inimigos.

Ironicamente, a dispersão confundiu a resistência germânica, para quem os paraquedistas aliados haviam se espalhado por toda a Normandia; sem captar um padrão de movimento, os alemães não

²⁶ **Fatídica**: que revela o que o destino decidiu; que prediz, que profetiza.

sabiam como responder aos ataques.

Um grupo de soldados da célere 82^a Divisão americana logo conseguiu encurralar a 91^a Divisão germânica, comandada pelo General Falley, evitando assim quase toda a resistência tedesca na porção mais ocidental do desembarque aliado. No lado oriental, os bravos boinas-vermelhas do 9^o Batalhão de Paraquedistas britânicos, comandados pelo tenente-coronel Otway – que conseguiu agrupar apenas 150 homens –, lograram imprimir o martírio contra as fortificações alemãs em Merville, em uma das batalhas mais sangrentas da jornada. Dessa forma, ao anoitecer, ambos os flancos da invasão já estavam seguros.

Maus bocados - Para o ataque às praias da Normandia – que, no total, perfaziam uma faixa litorânea de aproximadamente 80 quilômetros de extensão –, o comando militar aliado enfileirou cinco diferentes divisões: duas britânicas, uma canadense e duas norte-americanas. De Oeste a Leste, tais agrupamentos atendiam pelos codinomes Utah, Omaha, Gold, Juno e Sword, cada um responsável por uma porção do litoral. O ataque às praias começou às 6h30min da manhã, pelos homens da 4^a Divisão de Infantaria Americana – justamente na que seria a mais tranquila das abordagens, a de Utah, onde os paraquedistas já haviam imobilizado boa parte da resistência alemã. Para facilitar, a estrutura das defesas da região eram pífiás.

Quando a noite chegou, 23.000 soldados já haviam desembarcado, levando consigo 1.700 tanques, caminhões e metralhadoras – o número de baixas foi considerado proporcionalmente baixíssimo, 197 homens.

Por diferenças na maré, os desembarques em Juno, Gold e Sword foram até uma hora e meia posteriores aos de Utah e Omaha. Em Sword, onde os paraquedistas britânicos haviam neutralizado a resistência, a 3^a Divisão de Infantaria da Grã-Bretanha não soube segurar a vantagem apesar de um início promissor – em poucas horas já havia conquistado a maioria de seus alvos. A partir daí, o avanço foi lento, provocado pelo tráfego intenso nas vias de transporte de suprimentos. Por causa disso, a cidade de Caen, um

dos objetivos do dia, permaneceu em mãos inimigas.

Em Juno, a 2ª Brigada Armada do Canadá chegou ao interior após o pôr do sol, depois de problemas com a maré alta – a primeira vaga de naves de desembarque se perdeu praticamente por inteiro. Entretanto, próximo ao final do dia, a poderosa 12ª Divisão Panzer alemã se colocava no caminho dos Aliados, o que certamente não significaria vida fácil para os canadenses. Em Gold, os britânicos passavam por maus bocados nos momentos subsequentes ao desembarque, mas, recuperados, foram saudados por civis franceses, que atiraram flores durante sua passagem.

Saraivada de bombas - As batalhas mais sangrentas tiveram lugar em Omaha, onde desde antes mesmo do desembarque os americanos já se viam em apuros. Logo após a partida das primeiras naves que começariam a levar os 34.000 homens para suas missões, um colérico vento sudoeste abateu em sequência diversas embarcações aliadas. Tanques anfíbios afundaram como paralelepípedos: da primeira vaga de 96 veículos, um terço se perdeu. Das 16 escavadeiras blindadas enviadas para destruir obstáculos, apenas seis chegaram a seu destino – e, destas, três não funcionaram.

Os soldados que lograram chegar à praia foram recebidos com uma saraivada de bombas, tiros de metralhadora e morteiros. O caos se manteve por várias horas, com baixas significativas em ambos os lados. Para sorte dos Aliados, porém, os germânicos não tinham peças de reposição, enquanto que os invasores ganhavam reforços a cada minuto vindos dos portos artificiais, os Mulberries, especialmente desenhados para essa operação. Dessa forma, aos poucos, a supremacia no território em Omaha acabou finalmente obtida.

Para selar e ratificar o êxito terrestre, a Força Aérea Aliada, com seus Spitfires, Typhoons, Thunderbolts e Lancasters, foi também de crucial importância. Além de lançar os paraquedistas no início da jornada, bombardeiros garantiram a supremacia no céu normando durante o dia. A outrora temível e poderosa Luftwaffe – que na conquista da França, em 1940, aterrorizou os britânicos com os

REFLEXÕES VI

Stukas e Bf109s – terminou o dia com apenas 185 aeronaves em condições de combate. No total, os Aliados colocaram 13.743 aviões no espaço aéreo gaulês, perdendo apenas 114.

Unidades clandestinas - Os números finais do já histórico 6 de junho de 1944 informam que 75.515 soldados britânicos e canadenses e 57.500 americanos desembarcaram pelas praias; outros 7.900 e 15.500, respectivamente, pelo ar. Calcula-se que 2.500 militares aliados tenham sido mortos, cerca de 1.000 apenas em Omaha. As baixas totais, incluindo mortos, feridos, desaparecidos ou prisioneiros, são estimadas em 6.600 americanos, 3.000 britânicos, 946 canadenses e em torno de 6.500 alemães.

O presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, foi econômico ao comentar o êxito da primeira fase da Operação Overlord. "Está tudo correndo de acordo com o planejado", sentenciou. O líder britânico Winston Churchill saudou o desempenho das tropas aliadas em seu pronunciamento na Câmara dos Comuns: "Muitos perigos e dificuldades que ontem nos pareciam extremamente terríveis já são passado".

O mais entusiasmado dos líderes, porém, foi o general francês Charles de Gaulle. "A grande batalha começou. Depois de tanto conflito, ódio e ira, o confronto final está diante de nós. Esta é a verdadeira Batalha da França", afirmou, exaltado, em transmissão radiofônica para os compatriotas, convocando-os para a pendenga. E os franceses realmente serão de grande valia para as tropas aliadas nesta campanha. Estima-se que haja 175.000 integrantes da resistência tricolor espalhados pelo país, divididos em 44 unidades clandestinas sob o comando do general Pierre Koenig. Como este, por sua vez, responde a Eisenhower, essa legião deverá se tornar parte integrante e ativa dos esforços de guerra dos Aliados. Após o coruscante²⁷ êxito do desembarque na



²⁷ **Coruscante**: que apresenta intenso brilho; coriscante, faiscante, reluzente.

REFLEXÕES VI

Normandia, o mundo espera agora os próximos movimentos da Operação Overlord. Calcula-se que será necessário transportar ainda 2 milhões de soldados – todos equipados – para a França, a fim de que o processo de retomada da Europa seja completado. De acordo com o plano inicial, as tropas invasoras precisam caminhar rumo ao interior e tomar posse de uma área de alojamento – que seria a baixa Normandia, a Bretanha e partes do Maine e Anjou. Com esse torrão de segurança, os Aliados interromperiam sua marcha e se preparariam para atacar a fronteira da Alemanha, para depois partir em direção ao vale do Ruhr, gangrenando o coração industrial de Adolf Hitler. Contudo, a exemplo dos ventos normandos, tais planos são volúveis e seu sucesso, imponderável – como bem sabe o comandante Eisenhower.

A farda começa a pesar



À beira da praia: o marechal Rommel inspeciona barreiras do chamado 'Muro do Atlântico'

A Operação Overlord estava longe de ser pública e notória, mas a inteligência alemã, ainda que baleada, já sabia que o Comando Militar Aliado pretendia invadir a Europa pelo Norte da França. A incerteza de Adolf Hitler e seus oficiais residia no local do ataque. A Wehrmacht estava fortemente inclinada a acreditar que o desembarque aconteceria no Passo de Calais, na parte mais estreita da travessia do Canal da Mancha –; palpite fomentado pelos planos de dissimulação dos Aliados, que fizeram até mesmo os tedescos deslocarem seu 15º Exército para essa região.

Obviamente, não se tratava de uma certeza. Para cobrir os outros

possíveis cenários, o Comandante-em-Chefe do Oeste, marechal Gerd Von Rundstedt, possuía uma força de reserva situada em uma posição central no litoral setentrional francês, com mobilidade para chegar rapidamente ao local dos desembarques e expelir o invasor de volta para as águas.

O marechal Erwin Rommel, no Comando do Exército B, não comungava na mesma cartilha do colega: o oficial acreditava que, uma vez que os Aliados pusessem os pés na praia, seria impossível afastá-los de imediato, devido a sua incontestável superioridade aérea. Para Rommel, era necessário derrotar o inimigo à beira da praia: por isso, desde novembro de 1943, determinara a construção do "Muro do Atlântico", uma série de fortificações que incluíam peças de artilharia, abrigos subterrâneos e outros obstáculos e armadilhas para evitar a penetração aliada.

Frágeis fortificações - As duas propostas foram apresentadas a Hitler, mas o outrora resoluto Führer não conseguiu se decidir por uma delas. Como resultado, tentou implantar ambas – sem que nenhum dos dois marechais se desse por satisfeito. Para Von Rundstedt, as reservas que lhe foram cedidas eram muito pequenas; já as fortificações praianas de Rommel ficaram inacabadas e, de acordo com ele, frágeis demais.



Às 9h da manhã de 6 de junho, Adolf Hitler foi acordado por seus alarmados generais. Quase oito horas depois, o líder alemão emitiu a seguinte mensagem a Von Rundstedt: "A cabeça-de-ponte inimiga deve ser eliminada até o final desta noite." Quando a areia da ampulheta de Hitler se esvaiu, não havia uma, mas cinco cabeças-de-ponte na Normandia.

A unanimidade

Comandante supremo da Operação Overlord recebe elogios de britânicos e americanos – A aliança militar frutifica sob o comando do cinquentenário general do Texas – Experiência em batalha, no entanto, é escassa



Comandante em ação: Eisenhower conversa com soldados antes do embarque para o Dia D

Quando os Estados Unidos entraram na Grande Guerra, em 1917, o jovem major Dwight D. Eisenhower, então com 28 anos, tentou de todas as formas uma posição no *front* europeu para lutar contra a Alemanha. Seus pedidos para ser despachado para as missões no Velho Mundo, contudo, foram solenemente ignorados pelos chefes da academia militar de West Point, e o major teve de ficar em casa, ensinando futebol americano aos cadetes. Quase quatro décadas depois, porém, já como general de quatro estrelas, Eisenhower não poderia estar mais perto do olho do furacão.

Com a bênção do presidente Franklin Roosevelt, tornou-se o suserano²⁸ da Operação Overlord, a mais importante das manobras militares da História.

O fulgurante êxito no desembarque da Normandia, em que teve sob seu comando mais de 150.000 soldados americanos, britânicos e canadenses, entre outros, foi a prova definitiva do talento conciliador deste texano de 53 anos. Quando a chefia da Operação Overlord passou das mãos dos britânicos para os americanos, em janeiro último, FDR escolheu Eisenhower justamente por considerá-lo o melhor político entre seus chefes militares. E "Ike", como é chamado pelos mais próximos, soube como ninguém fazer frutificar – ao menos entre os membros de suas equipes – a aliança

²⁸ **Suserano:** diz-se de ou chefe de Estado soberano a que certos países aparentemente autônomos rendem vassalagem.

entre Estados Unidos e Grã-Bretanha, parceria que costumava emperrar por caprichos pessoais de ambas as partes. "Não me importo se alguém for chamado aqui de filho da p...", avisou, certa vez, em seu QG Aliado. "Mas não admito que alguém seja chamado de inglês filho da p... ou de americano filho da p..."

Fã de faroeste - Quando a Alemanha invadiu a Polônia, em 1939, Eisenhower – que no final da década de 1910 havia montado o Primeiro Corpo de Tanques dos EUA –, estava servindo nas Filipinas, no *staff* do general Douglas MacArthur. Em seguida, voltou aos Estados Unidos e galgou postos até chegar a coronel, em março de 1941, e general-de-brigada, apenas seis meses depois. Depois de ser nomeado responsável pela Divisão de Planos de Guerra em Washington, Ike foi enviado a Londres, em junho de 1942, para ser o comandante geral do Teatro de Operações Europeu, função prestigiosa e extremamente complexa.

Sua primeira tarefa foi liderar a invasão da África do Norte, sob o domínio do governo marionete de Vichy – de fachada francesa, mas real comando nazista –, que estendeu-se por seis longos meses, culminando com a capitulação das forças do Eixo na Tunísia em maio de 1943. Apesar da rendição, a campanha teve alguns problemas: a estrutura de comando do general Eisenhower era incerta e as forças americanas, inexperientes – assim como o próprio militar, que sofreu seu batismo de fogo no *front* naquela ocasião. Mesmo assim, Ike foi apontado como comandante nas campanhas do Sul da Itália, cujo sucesso abriria definitivamente as portas para a missão de liderar as forças aliadas no desembarque na Normandia.

A preparação para o chamado Dia D, todavia, seria pouco harmônica. Enfrentando a oposição dos comandantes das forças aéreas britânicas e americanas, que preferiam manter o foco nos bombardeios à Alemanha, Eisenhower insistia que os aviões aliados se concentrassem em destruir as linhas de comunicação germânicas na França. Como os oficiais se mantivessem irredutíveis, em março desse ano o general ameaçou deixar o posto se a questão não fosse resolvida exatamente da forma que desejava. A advertência dobrou os reticentes, e o plano de Ike foi levado a cabo. Às vésperas da

REFLEXÕES VI

invasão aliada, a malha ferroviária da Gália setentrional estava reduzida apenas a um terço de sua estrutura original.

Fã de livros de faroeste, Eisenhower sabe que são raras as vezes que o bandido – caso óbvio do tenaz Adolf Hitler – se entrega sem lutar ao mocinho. Por isso, faz questão de reiterar a importância dos homens que participaram do desembarque de 6 de junho – e dos que, a partir de agora, terão como missão libertar a França. "Vocês estão para embarcar na Grande Cruzada. Os olhos do mundo estarão sobre vocês." E, naturalmente, também sobre Ike.



Exército das canetas

Quinhentos jornalistas e fotógrafos desembarcam nas areias da Normandia ao lado dos aliados – Relatos da Operação Overlord são escrutinados pelos censores – Correspondentes participam de plano de dissimulação



Sob fogo cruzado: cena registrada pelo fotógrafo americano Robert Capa, da revista Life

Além dos mais de 150.000 soldados britânicos, americanos e canadenses, outro exército invadiu as praias da Normandia na histórica madrugada de 6 de junho. Armados com caneta, papel, microfones e câmeras fotográficas, cerca de 550 jornalistas credenciados pelo Comando de Operações dos Aliados desembarcaram no Norte da França com a missão de cobrir as ações

REFLEXÕES VI

do assalto e transmitir as notícias do *front* ao público internacional. Órgão oficial de comunicações da Grã-Bretanha, a poderosa BBC tem 48 correspondentes no *front* da Operação Overlord – e foram seus radialistas os primeiros a tornar públicos os primeiros relatos in loco do ataque.

A cobertura impressionou o público: antes do Dia D, jamais fora possível ouvir relatos tão detalhados e completos de uma operação militar dessa magnitude. Contudo, ao lado destes profissionais da notícia, caminhou, altiva, uma tropa implacável: a dos censores. Espalhados pelo litoral normando, eles são responsáveis por checar as reportagens dos intrépidos²⁹ jornalistas, garantindo que nenhuma delas contenha informações úteis aos inimigos. Esta situação se repete desde outubro de 1939, quando os primeiros repórteres britânicos foram autorizados a visitar os soldados aliados no *front*.

Censura na fonte - Tecnicamente, a tosquia³⁰ é voluntária – os censores são consultados pelos jornalistas sobre quais dados poderiam virar um trunfo na mão dos oponentes, mas editores podem ser processados e encarcerados por não seguir as recomendações dos censores. Na verdade, em tempos de guerra pela sobrevivência nacional, poucos profissionais arriscam incluir em seus boletins qualquer material que municie o inimigo; entretanto, para garantir a confidencialidade de algumas de suas estratégias e operações, os Aliados vinham procurando controlar a informação pelo método de "censura na fonte", simplesmente evitando o acesso aos militares que pudessem revelar fatos e números importantes.

Foi apenas com a chegada de correspondentes dos Estados Unidos – e dos próprios generais americanos – que, paulatinamente, as informações voltaram quase que por completo ao conhecimento da imprensa. Em grande medida, aquele rigor inicial britânico foi afrouxado, e os jornalistas voltaram a desempenhar suas funções

²⁹ **Intrépido**: que ou aquele que não receia o perigo, que não tem medo; arrojado, corajoso.

³⁰ **Tosquia**: crítica severa; censura, repreensão.

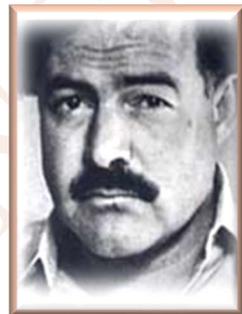


normalmente. E alguns foram além: como parte dos planos de dissimulação do ataque à Normandia, concordaram em ser despachados para a Escócia, a fim de confundir a inteligência nazista. Tudo a serviço da pátria – e, claro, da notícia.

Viagem à vitória

Veterano de importantes conflitos

(foi à Grande Guerra e à Guerra Civil da Espanha), Ernest Hemingway viajou à Europa para participar da ofensiva contra o nazismo. No Dia D, o escritor americano entrou numa balsa aliada – e, neste texto, ele conta o que viu em seu desembarque na costa da França



Ninguém se lembra do dia da Batalha de Shiloh, na Guerra Civil dos Estados Unidos.

Mas o dia em que tomamos a praia de Fox Green foi o 6 de junho de 1944, e o vento estava soprando forte de noroeste. Enquanto avançávamos rumo à praia na cinzenta luz do amanhecer, balsas de 10 metros em formato de caixão eram golpeadas por sólidos cobertores de água verde, que caíam nos capacetes dos soldados colocados ombro a ombro na dura, desconfortável e solitária companhia de homens que rumam à batalha. Havia caixotes de TNT, com salva-vidas de borracha amarrados neles para que flutuassem, e pilhas de foguetes e bazucas acondicionadas em capas à prova d'água, que lembravam aqueles casacos transparentes que as universitárias costumam usar quando chove.

Enquanto a balsa seguia, a água verde tornava-se branca e chegava dando pancadas nos homens, nas armas e nas caixas de explosivos. Adiante era possível ver a costa da França. O ronco cinzento e o corpanzil dos guindastes de transporte estavam para trás agora e, por todo o mar, barcos engatinhavam rumo à França. Enquanto nossa embarcação escalava a crista de uma onda, via-se a silhueta

REFLEXÕES VI

baixa de dois navios e dois grandes vagões de batalha curvados na margem. Via-se os *flashes* brilhantes de suas armas e a fumaça marrom que empurrava o vento. Então, no verde topo de uma colina, jorraram duas altas colunas de terra e fumaça. "Veja o que eles estão fazendo com aqueles alemães", ouvi um recruta dizer sob o rosnado do motor.

"Acho que nenhum homem sairá vivo dali", afirmou ele, contente. Esta foi a única coisa que lembro ter ouvido de um recruta durante a manhã toda. Eles falavam uns com os outros, mas não era possível ouvi-los com o barulho que o motor a diesel de 225 cavalos fazia. Na maioria do tempo, porém, ficavam em silêncio, sem falar nada. Não vi ninguém sorrir depois que deixamos a companhia de um navio de ataque. Eles haviam visto o monstro misterioso que vinha nos ajudando, mas agora ele estava longe, e estávamos sozinhos de novo.

Agora era possível ver a costa em todos os detalhes à frente de nós. Havia navios de desembarque avançando pelo mar cinzento até onde os olhos podiam alcançar. O sol estava coberto e a fumaça soprava por todo o litoral.

Cuspindo água - Gostaria de poder escrever mais sobre o que significa conduzir uma balsa através de um canal cheio de minas – a precisão matemática das manobras; o detalhamento sem fim; a exatidão cronométrica e o *timing* perfeito de tudo, da hora em que a âncora sobe até a hora em que a balsa desce numa onda. A história de todo o trabalho de equipe por trás disso ainda deve ser escrita –, mas para contar isso tudo levaria um livro inteiro, e este é só o relato de como foi estar numa balsa no dia que conquistamos a praia de Fox Green.

Comigo estavam Thomas E. Nash, engenheiro de Seattle, com um bom sorriso e sem dois dentes; Edward F. Banker, sinalizador do Brooklyn; Lacey T. Shiflet de Orange, Virgínia, que seria o atirador se tivéssemos espaço para armas; Frank Currier, o timoneiro de Saugus, Massachusetts, além do tenente Robert Anderson, de Roanoke, Virgínia.

"Abaixei a minha cabeça sob o forte ruído que passava sobre nós.

REFLEXÕES VI

Depois, me escondi em um buraco na popa"

Enquanto nossa balsa acelerava rumo à praia, sentei na popa para ver o que enfrentaríamos. Sequei meus binóculos e dei uma boa olhada na costa. Ela se aproximava muito rápido de nós. Pouco depois, entramos numa castigada zona que ficava bem na mira de duas metralhadoras. Abaixei a minha cabeça sob o forte zumbido que passava sobre nós. Então me escondi no buraco da popa onde o atirador estaria se tivéssemos alguma arma. Os tiros da metralhadora levantavam a água ao redor da balsa, e uma bomba antitanque espirrou um jato d'água sobre nós. Enquanto girávamos num pivô e recuávamos, o fogo da metralhadora cessou. Mas tiros aleatórios continuavam zunindo acima de nós e cuspindo água ao redor. Levantei minha cabeça de novo e agora via a costa ao meu lado.

Lentamente, laboriosamente, como se fossem Atlas carregando o mundo em seus ombros, os homens conquistavam o vale à direita. Não estavam atirando. Só avançavam lentamente como um trem cansado no fim do dia, viajando na rota inversa ao caminho de casa. Outro barco vinha em nossa direção, se afastando da praia. Quando passamos, um homem gritou com um megafone: "Há feridos naquela balsa e ela está afundando! Vocês podem ir até lá?" Não foi fácil trazer a bordo um homem baleado no abdome – não havia espaço para baixar a rampa entre os obstáculos próximos à praia. Não sei por que os alemães não atiraram em nós, a não ser que algum *destróier* tivesse acertado as trincheiras com metralhadoras. Ou talvez estivessem esperando que explodíssemos com as minas.

Certamente tinham feito um grande esforço para colocá-las e talvez quisessem vê-las funcionando. Durante todo o tempo em que fazíamos nossa manobra esperei que as armas disparassem contra nós.

Pedaco de alemão - Enquanto a rampa da balsa baixava pela primeira vez, vi três tanques se aproximando pela água, quase imóveis de tão lentos. Os alemães os deixaram cruzar o espaço aberto. Estavam numa linha de tiro perfeita. Aí vi uma pequena fonte d'água jorrar bem ao lado do primeiro tanque. Então a fumaça

REFLEXÕES VI

surgiu e vi dois homens mergulhando fora da torre, caindo agachados sobre pedras na praia. Eles estavam perto o bastante para que eu pudesse ver seus rostos, mas nenhum outro homem saiu do tanque enquanto ele começava a pegar fogo. A essa altura, tínhamos o rapaz ferido e os sobreviventes a bordo, com a rampa fechada, e começávamos a recuar, sentindo os obstáculos no chão. Quando o último estava superado, e Currier acelerou forte o motor para alcançar o mar, outro tanque começava a queimar. Levamos o garoto ferido até outro navio.

"Foi uma ofensiva frontal, e em plena luz do dia, contra uma praia minada defendida por todo tipo de obstáculo"

Ao mesmo tempo, os *destróieres* estavam praticamente na praia, explodindo tudo o que viam pela frente. Vi um pedaço de quase um metro de alemão voar alto em meio a uma explosão. Fez-me lembrar de uma cena do balé *Petrouchka* de Stravinsky. A infantaria já tinha varrido o vale à nossa esquerda e invadido aquele sulco. Agora não havia mais motivo para esperar. Corremos até um bom ponto avistado na praia e colocamos nossos soldados, seu TNT, suas bazucas e seu tenente na areia, e foi isso. Os alemães ainda disparavam com suas armas antitanques, soltando o gatilho enquanto buscavam o alvo desejado. Morteiros ainda cobriam a praia de fogo. Eles deixaram seus atiradores na areia, e quando finalmente fomos embora, ficou claro que todas aquelas pessoas ficariam ali ao menos até escurecer.

Perdemos seis balsas iguais à nossa entre as 24 que desceram conosco, mas muitos dos tripulantes devem ter sido resgatados por outros navios. Foi uma ofensiva frontal, e em plena luz do dia, contra uma praia minada defendida por todos os obstáculos que a engenhosidade militar seria capaz de projetar. A praia foi defendida tão teimosamente e tão inteligentemente quanto possível. Mas todas as balsas do nosso setor entregaram suas tropas e suas cargas na areia.

Nenhuma balsa foi perdida por erro de navegação. Todas as que foram perdidas foram alvo da ação dos inimigos. E tínhamos conquistado a praia. Há muitas coisas que eu não escrevi aqui.



Poderia escrever por uma semana e ainda assim não daria crédito a todos pelo que fizeram num *front* de mil metros. A guerra de verdade nunca é como a guerra no papel, nem sua descrição é lida do jeito que realmente é.

Mas se você quer saber como foi estar numa balsa no Dia D, quando conquistamos a praia de Fox Green, em 6 de junho de 1944, isso é o mais perto que consigo chegar. ●

Ernest Hemingway: 44 anos, escritor, colaborador da revista *Colliers*. Entre seus livros estão *Adeus às Armas*, *O Sol Também se Levanta*, *Por Quem os Sinos Dobram*, *Torrentes da Primavera* e a coleção de contos *As Neves do Kilimanjaro*.

Agosto de 1942: A declaração Brasil às armas

Carnificina no mar do Nordeste leva o País a declarar guerra contra o Eixo – Um único submarino alemão afunda cinco embarcações e vitima quase 600 pessoas – Ataques realizaram-se em curtíssimo intervalo de tempo



Retaliação popular: um restaurante de comida alemã é depredado no Rio de Janeiro (1942)

Enquanto o sol de 15 de agosto de 1942 começava a mergulhar no oceano Atlântico, o navio *Baependy*, que deixara Salvador com destino a Recife, aproximava-se do farol do rio Real, perto de Maceió. Os 233 passageiros, a maioria deles militares do Exército, já havia jantado. Ao lado dos 73 homens da tripulação, os viajantes

REFLEXÕES VI

celebravam naquele momento o aniversário do imediato Antônio Diogo de Queiroz. Rá. Tim. Bum! Repentinamente, um estampido abala a embarcação. O relógio apontava exatamente 19h12min quando um torpedo lançado por um submarino alemão U-507 atingiu o Baependy. Dois minutos depois, com outro torpedo no casco, o barco foi a pique. 215 passageiros e 55 tripulantes mortos.

Voraz, o U-507 não se contentaria com o notável estrago. Algumas horas depois, a embarcação tedesca se aproximaria do Araraquara, que também saíra de Salvador em direção ao Norte do País. Às 21h03min, lançou dois torpedos que afundaram o mercante de 4.871 toneladas em cinco minutos. Das 142 pessoas a bordo, 131 perderam a vida.

Sete horas depois do segundo ataque, o U-507, que ainda perambulava pela região, assaltou o Aníbal Benévolo. Às 4 horas da manhã do dia 16, dois torpedos – um na popa, outro na casa de máquinas – meteram no fundo o pequeno navio de 1.905 toneladas. Todos os 83 passageiros, a maioria deles recolhidos às suas cabines, morreram; de 71 tripulantes, só quatro sobreviveram.

Em menos de oito horas, o U-507, brinquedo assassino de Adolf Hitler, afundara três embarcações brasileiras e matara 541 homens. O País ainda se comovia com a tragédia causada pelos pérfidos³¹ ataques quando o submarino voltou à carga. No dia 17, próximo à cidade de Vitória, o Itagiba foi atingido às 10h45min. O Arará, que se dirigia de Salvador para Santos, e parou a fim de socorrer o colega, acabou tornando-se a quinta vítima dos petardos tedescos. Os 36 mortos do Itagiba e os 20 do Arará fizeram a conta das baixas brasileiras rasparem nas seis centenas. Ficava difícil esconder o desejo de revanche.

Estado de beligerância - Antes de julho de 1942, 13 navios brasileiros já haviam sido afundados na batalha que as embarcações germânicas travavam contra suas correlatas brasileiras desde que o presidente Getúlio Vargas cortara relações diplomáticas com os

³¹ **Pérfido**: que envolve perfídia; enganador, traiçoeiro.

REFLEXÕES VI

protetorados de Hitler, Benito Mussolini e Hiroito – decisão anunciada em 28 de janeiro de 1942. No total, os danos tinham causado a morte de cerca de cem tripulantes – apenas sete passageiros pereceram. Getúlio Vargas, considerando as ocorrências casualidades inerentes ao contexto internacional, preferira não tomar medidas mais drásticas.

Apesar de oficialmente neutro na refrega, o Brasil já se bandeava para o lado dos Aliados desde 1941, quando o chefe da República abriu espaço para bases aéreas e navais no Nordeste brasileiro. Em dezembro, Natal recebia uma parte do esquadrão naval VP-52; além disso, a 3ª Força-Tarefa americana passou a ser lotada no Brasil, contando com uma esquadra equipada para atacar submarinos e navios mercantes rompedores de bloqueio do Eixo, que tentavam trocar mercadorias com o Japão.

A postura passiva, contudo, já não era suficiente para acalmar a traumatizada opinião pública e manter a soberania do País. Getúlio



Vargas não teve escolha senão reconhecer o conflito entre o Brasil e as potências do Eixo. Em resposta aos apelos da sociedade, finalmente o Brasil anunciou, em 22 de agosto de 1942, o estado de beligerância – que, porém, duraria pouco. Em 31 de agosto de 1942, com a declaração do estado de guerra, o Brasil ingressava na mais internacional das batalhas da História.

A cobra fumou

Força Expedicionária Brasileira embarca para a Itália – Primeiro batalhão no front conta com 5.000 homens – Cérebro do corpo militar nacional é general Mascarenhas de Moraes, que também já está na área do Mediterrâneo

Os mais cétricos diziam que o Brasil só iria à guerra quando uma cobra fumasse. Pois tudo indica que, em algum lugar do País, um simpático ofídio puxou ao menos um cigarrinho de palha. No início de julho de 1944, após vários meses de expectativa, os primeiros

REFLEXÕES VI



No teatro de operações: soldados brasileiros combatendo em trincheira, no *front* italiano

soldados brasileiros seguiram rumo à Itália para juntar-se ao time Aliado que combatia as potências do Eixo. Nos próximos meses, deverão ser enviados cerca de 25.000 homens da Força Expedicionária Brasileira, a FEB, à Velha Bota.

O embarque do 1º Escalão verde-amarelo, sob o comando do general Zenóbio da Costa, no navio norte-americano General Mann encerra uma longa espera dos brasileiros para finalmente engajarem-se na batalha contra Itália, Alemanha e Japão. Quando, em dezembro de 1942, Getúlio Vargas anunciou que o Brasil não se limitaria ao fornecimento de materiais estratégicos para os países aliados e à simples expedição de contingentes simbólicos ao *front*, muitos duvidaram.

O primeiro passo oficial para a concretização dos planos do presidente aconteceu em 9 de agosto de 1943. Pela Portaria Ministerial 4.744, publicada em boletim reservado de 13 do mesmo mês, foi estruturada a FEB, constituída pela 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE) e por órgãos não-divisionários.

A 1ª DIE, comandada por um general-de-divisão, deveria compreender: um quartel-general constituído de estado-maior geral, estado-maior especial e tropa especial; uma infantaria divisionária comandada por um general-de-brigada e composta de três regimentos de infantaria; uma artilharia divisionária comandada por um general-de-brigada e composta de quatro grupos de artilharia (três de calibre 105 e um de calibre 155); uma esquadrilha de aviação destinada à ligação e à observação; um

REFLEXÕES VI

batalhão de engenharia; um batalhão de saúde, um esquadrão de reconhecimento, e uma companhia de transmissão – na verdade, de comunicações. A tropa especial, além de um próprio comando, deveria incluir o comando do quartel-general, um destacamento de saúde, uma companhia do quartel-general, uma companhia de manutenção, uma companhia de intendência, um pelotão de sepultamento, um pelotão de polícia e uma banda de música.

Ainda em agosto, o general João Batista Mascarenhas de Moraes, comandante da 2ª Região Militar, foi convidado pelo ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, para chefiar uma das divisões da FEB. Em seguida, o ministro partiu para os Estados Unidos carregando uma carta de Vargas ao presidente Franklin Roosevelt, em que Getúlio manifestava o desejo do Brasil de participar das batalhas ativamente.

Material precário - Na fase de formação e estruturação da FEB, diversos oficiais foram despachados à terra do Tio Sam para participar de estágios nas bases militares estadunidenses. Desse modo, puderam se familiarizar com os procedimentos de combate dos americanos, que substituiriam os métodos franceses, historicamente ensinados nas escolas militares nacionais. Lá, a tropa brasileira se reeducaria para reduzir o emprego das marchas a pé e a utilização de cavalos, trocando-os por deslocamentos motorizados, rápidos e audazes.

Além de lidar com a dificuldade de adaptação dos soldados à nova doutrina, o general Mascarenhas de Moraes teve de vencer diversos obstáculos para tirar a FEB do papel. Um deles dizia respeito à seleção do contingente da tropa, sem critérios físicos ou intelectuais. O material disponível aos expedicionários também era precário. E, como se não bastasse, figurões do governo, simpáticos aos países do Eixo, trabalhavam contra a formação do agrupamento verde-amarelo.

No final de 1943, porém, decidiu-se que o Brasil mandaria um corpo militar para o teatro de operações do Mediterrâneo. Chefiando a recém-criada Comissão Militar Brasileira, na qual oficiais norte-americanos também tomaram parte, Mascarenhas de Moraes viajou

REFLEXÕES VI

à Itália e à África para observar os combates na região; antes de retornar, foi oficialmente nomeado chefe da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária.

Estava quase tudo pronto. Em 15 de maio de 1944, com a instalação do Estado-Maior Especial, que planejaria e executaria o embarque da 1ª DIE, ficou claro que não haveria mais volta. Na madrugada de 30 de junho para 1º de julho, finalmente, a promessa de Getúlio Vargas se cumpriu.

O general Mascarenhas de Moraes e alguns oficiais de seu Estado-Maior embarcaram ao lado dos homens do 1º Escalão, que totalizava 5.075 homens – divididos entre um regimento de infantaria, um grupo de artilharia, uma companhia de engenharia e indivíduos ligados aos setores de manutenção, reconhecimento, saúde, comunicações, polícia, justiça, Banco do Brasil e correio. Todos os militares ostentam no ombro o brasão da Força Expedicionária Brasileira, cuja heráldica³² traz uma cobra, logo abaixo da inscrição "Brasil". O ofídio em questão, é claro, está fumando.



Bravos avestruzes

1º Grupo de Caça da FAB desembarca na Itália para participar do teatro de operações – Preparação para o combate incluiu treinamento nos Estados Unidos e no Panamá – Brasileiros ficam subordinados a americanos

O grito que ecoava pela Base Aérea de Suffolk, em Long Island, Estados Unidos, intrigava os locais. Era em português, confabulavam. Mais do que isso, não sabiam. Realmente, era difícil para os homens do 1º Grupo de Caça da Força Aérea Brasileira, que ali travavam conhecimento com o sensacional Republic P-47-Thunderbolt, explicar aos americanos o significado da expressão.

³² **Heráldica**: descrição e a criação de brasões.

REFLEXÕES VI



Aprovados com louvor: caças com pilotos brasileiros durante fase de treinamento nos EUA

Bem mais difícil do que pilotar o mais moderno avião de caça da Força Aérea dos Estados Unidos da América – motivo pelo qual os brasileiros, em junho de 1944, estagiavam no estrangeiro. Ao final do curso, que completaram com louvor, pilotos e pessoal de apoio estavam aptos a entrar em ação. Na colação, em uníssono, berraram uma derradeira vez o enigmático estribilho: "Senta a pua!"

Agora, os aviadores brasileiros poderão realmente sentar a dita cuja nos inimigos do Eixo, em pleno céu mediterrâneo. No dia 6 de outubro de 1944, o 1º Grupo de Aviação de Caça desembarcou no Porto de Livorno, na Itália, duas semanas após deixar o porto de Norfolk, na Virgínia. Subordinados operacionalmente à 12ª Força Aerotática da Aeronáutica estadunidense, os verde-amarelos esperam ter oportunidades de colocar em prática no Teatro de Operações do Mediterrâneo o que aprenderam durante meses e meses de treinamentos e missões independentes.

Antes de Long Island, o Grupo de Caça, fundado em 18 de dezembro de 1943, participou de um período de aperfeiçoamento em Orlando, na Flórida. Lá, seu comandante, o major aviador Nero Moura, e mais 32 homens-chave do agrupamento familiarizaram-se com os caças Curtiss P-40 Flying Tiger e adaptaram-se às normas da Escola de Tática Aérea americana. Em março, essa equipe partiu para Aguadulce, no Panamá, onde o restante do 1º Corpo, que deixara o Brasil alguns dias antes, já o esperava.

Naquele país da América Central, o major aviador foi promovido ao

posto de tenente-coronel aviador.

Corajosa ave - Convivendo na Base de Aguadulce, a esquadra constituiu-se em uma unidade tática, ganhando o entrosamento e o espírito de companheirismo fundamentais para o sucesso de um agrupamento do tipo. Os brasileiros destacaram-se tanto nas manobras que, em abril, a unidade tática passou a operar de forma independente, tomando parte do complexo Sistema de Defesa Aérea da Zona do Canal do Panamá. Daí, partiram para a Base Aérea de Suffolk, onde completariam o treinamento.

Durante a viagem no navio USAT Colombie para a Itália, onde agora o 1º Grupo de Caça enfrentará os aviões da combatida, porém respeitável Wehrmacht germânica, o capitão aviador Fortunato Câmara de Oliveira, comandante da Esquadilha Azul, elaborou o emblema do grupo. Um atlético avestruz de quepe – ovelha negra entre seus pares, por justamente jamais esconder a cabeça diante dos perigos e ameaças. A nação brasileira confia que, sob a bênção da corajosa ave pescoçada, os homens do tenente-coronel aviador Nero Moura incendeiem as divisões tedescas na Itália.



Vitória, enfim

Pracinhas tomam Monte Castelo na quarta tentativa – Conquista é estratégica para sequência da campanha aliada pelos Apeninos – Derrotar os alemães tornara-se questão de honra para Força Expedicionária Brasileira

No raiar de novembro de 1944, a 1ª Divisão Expedicionária do Exército (DIE) desviou-se da frente do rio Serchio, onde vinha combatendo havia dois meses, para a frente do rio Reno, na cordilheira apenina. O novo QG Avançado do General Mascarenhas de Moraes, em Porreta-Terme, era cercado por montanhas subjugadas pelos alemães, em um raio de 15 quilômetros.

REFLEXÕES VI



Posições vulneráveis: aos brasileiros foram confiadas missões de altíssimo risco na Itália

As posições privilegiadas dos inimigos submetiam os brasileiros a uma vigilância diuturna, dificultando qualquer movimentação. Para piorar, o inverno prometia ser rigoroso. Além do frio tiritante, as chuvas transformaram as estradas, açoitadas pelos aviões aliados, em verdadeiros mares de lama.

O General Mark Clark, comandante das Forças Aliadas na Itália, pretendia seguir sua marcha com o 4º Corpo de Exército rumo a Bolonha antes que os primeiros flocos de neve começassem a cair. Entretanto, não poderia fazê-lo sem primeiro dominar o cume que, dentre todos os ocupados pelos tedescos, se destacava por sua localização estratégica: o Monte Castelo. Coube, então, aos brasileiros a responsabilidade de brigar pelo setor quiçá mais ingrato de toda a frente apenina. Havia só um problema: a 1ª DIE era uma tropa ainda verde para um combate daquela magnitude. Mas como Clark desejava conquistar Bolonha antes do Natal, o jeito era amadurecer tentando.

Assim, em 24 de novembro, o Esquadrão de Reconhecimento e o 3º Batalhão do 6º Regimento de Infantaria da 1ª DIE juntavam-se à Força-Tarefa 45 dos Estados Unidos para a primeira investida por Monte Castelo. No segundo dia de ataques, tudo indicava que a operação seria exitosa: soldados americanos chegaram até a alcançar a cúspide³³ do Castelo, depois de tomarem o vizinho Monte

³³ **Cúspide:** é a ápice, a extremidade aguda ou o cume de algo.

REFLEXÕES VI

Belvedere. Contudo, em uma contraofensiva poderosa, os homens da 232ª Divisão de Infantaria germânica, responsável pela defesa de Castelo e do Monte della Torracia, recuperaram os pontos perdidos, obrigando pracinhas e ianques a abandonar as posições já conquistadas – com exceção do Monte Belvedere.

O segundo ataque a Monte Castelo, em 29 de novembro, seria quase em sua totalidade obra da 1ª DIE – com três de seus batalhões – contando apenas com o suporte de três pelotões de tanques americanos. Todavia, um imprevisto ocorrido na véspera da investida atrapalharia os planos: na noite do dia 28, os alemães recuperaram o Belvedere, defenestrando os estadunidenses da montanha e deixando descoberto o flanco esquerdo da tropa agressora. O comando da DIE chegou a pensar em adiar a hostilidade, mas, como as tropas já estivessem em posição de ataque, a estratégia foi mantida. Às 7 horas, uma nova tentativa seria efetuada.

As condições do tempo, porém, eram catastróficas para a ofensiva: chuva e céu encoberto impediam o auxílio da força aérea, e a lama praticamente inviabilizava a participação dos tanques. O grupamento do general Zenóbio da Costa até teve um bom início, mas o contra-ataque tedesco foi violento. Os soldados alemães dos 1.043º, 1.044º e 1.045º Regimentos de Infantaria barraram os avanços dos pracinhas. No fim da tarde, os dois batalhões brasileiros voltaram à estaca zero.

Ofensiva infrutífera - Em 5 de dezembro, o general Mascarenhas recebe uma ordem do 4º Corpo: "Cabe à DIE capturar e manter a crista do Monte della Torracia – Monte Belvedere." Ou seja, depois de duas tentativas frustradas, Monte Castelo ainda era o objetivo principal da próxima ofensiva brasileira, marcada pelo comandante para dali exatamente uma semana. Mas 12 de dezembro de 1944 acabaria sendo, desafortunadamente, o dia mais aziago da Força Expedicionária Brasileira no Velho Mundo.

Com as mesmas condições meteorológicas da investida anterior, o 2º e o 3º batalhões do 1º Regimento de Infantaria fizeram, inicialmente, milagres. No flanco sinistro, os pracinhas subjugaram

REFLEXÕES VI

Zolfo, a somente 200 metros do cume; ao centro, alcançaram Abetaia, ante-sala do Monte Castelo. Entretanto, enfrentando pesada artilharia alemã, mais de 20 brasileiros foram ali abatidos. Mais uma vez, a ofensiva fora infrutífera, e, pior, causara baixas de 150 homens. A lição serviu para reforçar a convicção de Mascarenhas de que Monte Castelo só seria tomada dos alemães se toda a divisão fosse empregada no ataque – e não apenas alguns batalhões, como vinha ordenando o 5º Exército.

Como o inverno chegasse antecipadamente, cobrindo de neve toda a frente italiana, o general Clark voltou atrás na determinação de chegar a Bolonha antes do Natal. Os pracinhas, assim, entravam em recesso: um compasso de espera de dois meses e dez dias, tenso, tedioso e, principalmente, frigidíssimo. O gelo só se quebrou em 19 de fevereiro de 1945, quando o comando do 5º Exército determinou o início da nova ofensiva que colocaria as tropas aliadas – incluindo a 1ª DIE - para além do vale do Pó, até as fronteiras da França.

Pelo plano americano – batizado de Encore, ou "bis" –, novamente os pracinhas teriam como missão expulsar os alemães do Monte Castelo. Desta vez, porém, a tática de força total contra os tedescos, apregoada por Mascarenhas, foi aceita pelos caciques do 4º Corpo de Exército. E, assim, em 20 de fevereiro as tropas da Força Expedicionária Brasileira apresentaram-se em posição de combate, com seus três regimentos prontos para partir rumo a Castelo. À esquerda do grupamento verde-amarelo, caminhará a 10ª Divisão de Montanha estadunidense, famigerada tropa de elite, que tinha como responsabilidade tomar o Monte della Torraccia e garantir, dessa forma, a proteção do flanco mais vulnerável do setor.

Vulcão em atividade - Como previsto, o ataque começou às 6 horas da manhã. O Batalhão Uzeda seguiu pela direita, o Batalhão Franklin na direção frontal do Monte e o Batalhão Sizen Sarmento aguardava, nas posições privilegiadas que alcançara durante a noite, o momento de juntar-se aos outros dois batalhões. Pelo plano Encore, os brasileiros deveriam chegar ao topo do Monte Castelo às 18 horas, no máximo – uma hora depois do Monte della Torraccia ser conquistado pela 10ª Divisão de Montanha, evento programado

REFLEXÕES VI

para as 17 horas. O 4º Corpo estava certo de que o Castelo não seria tomado antes que Della Torracia também o fosse.

Entretanto, às 17h30min, quando os primeiros soldados do Batalhão Franklin do 1º Regimento pisaram o cume do Monte Castelo, os ianques ainda não haviam dobrado a resistência alemã. Só o fariam noite adentro, quando os pracinhas há muito já haviam completado sua missão, e começavam a tomar, no vértice do Castelo, as trincheiras e casamatas recém-abandonadas pelos tedescos.

Para finalmente alcançar a esperada vitória, os três batalhões brasileiros coordenaram-se à perfeição; deve-se também creditar uma grande parcela do sucesso da investida à Artilharia Divisionária. Comandada pelo general Cordeiro de Farias, fez do cume do Monte Castelo, entre as 16h e 17h do dia 22, um verdadeiro vulcão em atividade, com bombardeios precisos que atarantaram os alemães.

Para o Coronel Manoel Thomaz Castello Branco, oficial de comunicações do 1º Regimento de Infantaria da Força Expedicionária Brasileira, a tomada de Monte Castelo foi mais do que só uma manobra militar bem-sucedida. "Com a conquista de Monte Castelo, esse sedento feito, a FEB saldou um de seus mais sérios compromissos na Itália, pelos aspectos morais que encerrava.



O Monte Castelo já não era mais um simples objetivo a conquistar, mas um desafio a enfrentar e uma vingança a executar, cujo desfecho ou seria a consagração apoteótica ou a ruína acabrunhadora." Orgulhosamente, ficamos com a primeira opção.

Tomada sangrenta

Pracinhas travam em Montese batalha mais sangrenta do País desde a Guerra do Paraguai – Força total brasileira expele tropas alemãs da cidade italiana e permite uma passagem tranquila dos

Aliados rumo ao vale do rio Pó



Ímpeto descomunal: tropa da FEB avança pela rua durante a violenta conquista de Montese

Excepcionalmente neste ano de 1945, ao contrário do que versem as canções napolitanas, o mês de abril, que inaugura a temporada do amor e da primavera na Itália, revestiu-se de aventuras pouco românticas na Velha Bota. Obstinos integrantes do 5º Exército americano e do 8º Exército britânico colocaram-se em marcha para, de uma vez por todas, escorraçar os alemães do Norte da península.

Nessa violenta dança, também os pracinhas tomaram parte. Ligada ao 4º Corpo, a Força Expedicionária Brasileira foi encarregada, por sugestão do próprio general Mascarenhas de Moraes, de derrotar as tropas alemãs que ocupavam a região de Montese – obstáculo para a passagem dos aliados rumo ao vale do rio Pó.

A ação envolveu, pela primeira e única vez, as guarnições da artilharia, os três regimentos de infantaria e o esquadrão de reconhecimento verde-amarelos. O 3º Batalhão do 11º Regimento de Infantaria, que avançaria rumo a Serreto-Paravento-Montelo, estava no centro da formação ofensiva, sendo sua peça principal. À direita, alinhava-se o 2º Batalhão, e à esquerda, o 1º. Assim, no dia 14 de abril, às 13h30min, os brasileiros atacaram Montese, fazendo sua estreia na traiçoeira guerra urbana – bem mais complicada que os combates na montanha, por literalmente esconder um problema em cada esquina.

Marcas indeléveis - O avanço-mestre dos soldados nacionais era

REFLEXÕES VI

observado de camarote pelos comandantes contrerrâneos em Sassomolare, que fornecia perfeita visão de Montese. Estes presenciaram uma evolução nota dez dos pracinhas, que penetraram na defesa inimiga e lancetaram os tedescos com ímpeto descomunal. Um dia depois da invasão, os soldados de Adolf Hitler começavam a ser varridos de Montese. A tomada da cidade concretizou-se no dia 16, com o apoio do 6º Regimento de Infantaria.

Ao final dos combates, Montese estava praticamente arrasada: das 1.121 casas do burgo, nada menos que 833 foram destruídas. A pugna também ceifou 189 municípes. A Força Expedicionária Brasileira levou a cabo uma campanha irrepreensível quanto à conquista do objetivo, mas as marcas trazidas do *front* seriam indeléveis: cerca de 450 baixas, entre mortos e feridos, no que pode ser considerada a mais sangrenta batalha envolvendo forças brasílicas desde a Guerra do Paraguai. Foi a última grande peleja dos pracinhas no Velho Mundo – e, ao menos em Montese, não seria esquecida. Em homenagem aos "generosos libertadores" – como os expedicionários ficariam conhecidos na região –, uma das praças da cidade ganhou o epíteto de Piazza Brasile. *Giusto, giustissimo.* ●



A desunião europeia

Daniela Fernandes



*Jovens protestam
contra o resultado das
eleições: grande
vencedora na França, a
Frente Nacional defende
a saída do país da zona
do euro*



Quase um mês
depois das eleições
europeias, boa parte

do continente ainda está sob o choque provocado pelo forte avanço dos partidos de extrema-direita. Na França, na Inglaterra e na Dinamarca eles obtiveram o primeiro lugar na votação. A Frente Nacional francesa, o Ukip inglês e o Partido Popular Dinamarquês são a imagem mais visível dos resultados, mas em vários países do bloco, como na Áustria, Finlândia, Hungria ou ainda na Itália, os populistas tiveram bom desempenho e conseguiram ampliar seu número de cadeiras no Parlamento Europeu ou integrar a instituição pela primeira vez.

Nacionalistas, defensores da soberania e em alguns casos explicitamente xenófobos, racistas e neonazistas, os partidos europeus de extrema-direita possuem inúmeras diferenças quando comparados entre si. Há, porém, um ponto comum que vai além dos discursos anti-imigração e geralmente islamofóbicos: sua rejeição à construção da União Europeia (UE). Ou seja, esses que são chamados de eurocéticos ampliaram sua presença em uma das principais instituições do bloco. No total, terão cerca de 150 das 751 cadeiras do novo Parlamento Europeu que saiu das urnas no fim de maio, o equivalente a 20%.

Marine Le Pen, da Frente Nacional (FN) francesa, defende, por exemplo, a saída da França da zona do euro e do espaço Schengen, de livre circulação de pessoas entre 26 países da União Europeia. "A

REFLEXÕES VI

Europa destrói, a nação protege", diz ela. O partido foi o grande vencedor das eleições no continente: com quase 25% dos votos na França, o número de deputados da Frente Nacional no Parlamento Europeu passará de 3 para 24 – praticamente um terço do total de 74 cadeiras do país. Não é à toa que o primeiro-ministro francês, Manuel Valls, comparou os resultados a um "terremoto" e alertou que a esquerda francesa "nunca esteve tão fraca desde 1958 e pode morrer".

O desempenho da extrema-direita foi superior ao da esquerda radical, embora a extrema-esquerda tenha obtido resultados impressionantes em alguns países, como na Grécia e na Espanha, onde a crise deixou marcas profundas e os partidos tradicionais recuaram. O grupo chamado Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica, que reúne partidos antiliberais, anticapitalistas e comunistas passará a ter 52 deputados no Parlamento Europeu. Na legislatura anterior, eles eram 35. Isso sem contar os não inscritos, que entram pela primeira vez na instituição. A diferença é que a extrema-esquerda não é eurocética. Ela é contra a Europa atual, julgada muito liberal e pouco voltada ao bem-estar social das populações, e, no entanto, defende a construção europeia.

Tradicionalmente, a esquerda radical também não possui ideais de soberania nacional e não faz discursos anti-imigração, já que defende a união dos trabalhadores.

Na Grécia, o partido Syriza (Coalizão da Esquerda Radical) venceu as eleições com 26,6% e conquistou seis cadeiras no Parlamento Europeu (ante apenas uma anteriormente). O presidente do Syriza, Alexis Tsipras, baseou a campanha na recusa da aplicação do memorando (plano de austeridade) imposto ao país pela Comissão Europeia, pelo Banco Central Europeu e pelo Fundo Monetário Internacional. Tsipras afirma que, se chegar ao poder na Grécia, vai pôr fim às privatizações e à reforma do funcionalismo impostas pela Troika. Mas ele é favorável à permanência do país na zona do euro. "Somos uma força pró-europeia que quer mudar a Europa e não desmantelá-la", insiste.

"Em país próspero, a questão é impedir o estrangeiro de pegar as

REFLEXÕES VI

riquezas. Nas economias em recessão, proteger os bens", afirma Anaïs.

Na Espanha, o segundo e o terceiro colocados são partidos radicais de esquerda: a Izquierda Plural, com seis deputados (ante apenas dois anteriormente) e o Podemos, nascido do movimento dos Indignados. Juntos conseguiram totalizar 18% dos votos no país. Criado em março, o Podemos, com 8% na votação na Espanha, conquistou em uma tacada cinco cadeiras no Parlamento Europeu.

"O surgimento de partidos populistas de esquerda é algo novo nessas eleições", afirma Dominique Reynié, professor do Instituto de Estudos Políticos de Paris (Sciences Po) e diretor da Fundação para a Inovação Política (Fundapol), ligada ao partido de centro-direita francês UMP.

Outra surpresa marcou essas eleições: os países mais afetados por planos orçamentários de rigor impostos pela União Europeia, como Portugal, Itália e Irlanda, além da Espanha e da Grécia, não deram vitória aos eurocéticos. Na Itália, no entanto, apesar da liderança do Partido Democrático de centro-esquerda na votação – do presidente do Conselho italiano, Matteo Renzi –, o populista Movimento Cinco Estrelas, do humorista Beppe Grillo, teve um avanço surpreendente e conquistou 17 cadeiras de uma só vez, sendo o segundo partido mais votado no país, com 21%. É difícil classificar esse movimento eurocético que se diz "uma associação livre de cidadãos": Grillo tem discursos de esquerda nas áreas econômica e social (ele defende o "decréscimo econômico"), mas também é conhecido por seus discursos anti-imigração e pelas declarações racistas contra homossexuais. Mas a xenófoba Liga do Norte italiana perdeu quatro cadeiras. Na Grécia, em forte recessão há seis anos, o partido neonazista Aurora Dourada foi o terceiro mais votado, com mais de 9%, e terá três parlamentares europeus.

Em períodos de vacas magras, a tentação de isolamento e de rejeição de imigrantes que disputariam postos de trabalho é grande. Paradoxalmente, a extrema-direita, que é por natureza eurocética, venceu ou ampliou consideravelmente seu espaço em economias mais dinâmicas e bem menos afetadas pela crise, como os países

REFLEXÕES VI

escandinavos, a Áustria ou ainda a Inglaterra, em plena fase de recuperação. Na França, apesar do elevado desemprego, de quase 10%, e do baixo crescimento econômico, não houve medidas drásticas como as aplicadas por países do sul da Europa, que reduziram pensões e salários do funcionalismo e demitiram servidores. "Em um país próspero, a questão é impedir o estrangeiro de pegar as riquezas. Nas economias em recessão, é proteger os bens que restam", afirma Anaïs Voy-Gillis, membro do Observatório dos Extremismos e da Radicalização na Europa (OEE) sobre a evolução da extrema-direita no continente.

Para Stéphane Montclaire, professor de ciências políticas da Universidade Panthéon-Sorbonne, votar em partidos contra a construção europeia representa um voto de protesto. A elevada taxa de abstenção nessas eleições, de 43%, também é uma forma de protesto, diz ele. Um dos problemas, afirma, é que as instituições europeias são consideradas algo inacessível, tecnocrata, cujas decisões provocam incompreensão. "A União Europeia é vista como algo que deve propiciar conforto material aos cidadãos. Mas o desemprego elevado e o baixo crescimento criam o sentimento de que ela causa mais males do que bem", diz Montclaire. Por isso, os europeus, decepcionados, estão se tornando cada vez mais eurocéticos, afirma. "A extrema-direita tem um discurso que tranquiliza e ressuscita o mundo do passado." Esse voto se torna "um refúgio", segundo Montclaire, para o eleitorado preocupado com o desemprego, a desindustrialização e as transformações demográficas ligadas à imigração, que causam choques culturais.

Reynié, da Fondapol, também afirma que o forte avanço de partidos populistas na Europa está ligado a fatores culturais e demográficos decorrentes da imigração, geralmente originária de países muçulmanos. "Os conflitos interculturais são cada vez mais fortes", observa Reynié, citando o exemplo das caricaturas de Maomé na Dinamarca, em 2005, que escandalizaram o mundo árabe.

Extrema-direita reunida: o italiano Matteo



REFLEXÕES VI

Salvini, da Liga do Norte, e o austríaco Harald Vilimsky, do FPÖ (à esq.), a francesa Marine, da FN, o holandês Wilder, do PVV, e o belga Gerolf Annemans, do Vlaams Belang

Foi, aliás, na Dinamarca – onde o populista Dansk Folkeparti (Partido Popular dinamarquês) venceu as eleições europeias com 26,6% e dobrou seus resultados anteriores – que surgiu o conceito de "welfare chauvinismo", ou seja, o chauvinismo do Estado Providência, afirma Nonna Mayer, do Centro de Estudos Europeus da universidade Sciences Po. Na prática: é preciso manter o generoso sistema de benefícios e ajudas sociais, um dos melhores do mundo, mas apenas para os nacionais.

É o que Reynié chama de "etnossocialismo": medidas sociais para o povo de origem. É justamente esse modelo de um discurso social e, ao mesmo tempo, nacionalista da extrema-direita escandinava que vem inspirando partidos como a Frente Nacional francesa, que tenta apagar seu passado polêmico e adquirir uma dimensão palatável. A FN também deixou de lado suas ideias de liberalismo econômico para se aproximar do discurso escandinavo. Marine Le Pen assumiu sua presidência em 2011 e desde então lançou uma batalha de *marketing* para exorcizar a imagem de partido antissemita, xenófobo e fascista deixada pelo fundador, seu pai, Jean-Marie Le Pen, o mesmo que afirmou que as câmaras de gás nazistas foram um "detalhe" da história e sugeriu que o vírus Ebola poderia resolver o problema da superpopulação mundial.

O avanço da extrema-direita representa uma guinada política na Europa, mas eles continuarão sem ter peso decisório no parlamento. Mesmo com o recuo no número de parlamentares, os partidos de centro-direita e de centro-esquerda, pró-europeus, permanecem amplamente majoritários, com mais de 400 cadeiras. Tradicionalmente, eles votam juntos medidas que reforçam a integração europeia. "O avanço da extrema-direita não permitirá abalar a aliança entre a direita e a esquerda no parlamento", afirma Montclair.

Líderes partidários eurocéticos vêm declarando que vão bloquear e até mesmo "desmantelar" a União Europeia, como disse o polonês do Congresso da Nova Direita, Janusz Korwin-Mikke, mas, na

prática, suas margens de manobra serão limitadas. Eles terão, no entanto, certamente maior visibilidade e, com isso, mais poder de pressão. Com mais deputados, eles terão mais tempo para discursos e ainda mais recursos materiais, como salas e secretariado, e financeiros, que entrarão no caixa dos partidos.

Mas, para ter mais peso político e receber subvenções de €20 a 30 milhões pelos próximos cinco anos – e também discursar nas sessões plenárias e conseguir presidir alguma das 22 comissões da instituição –, é preciso formar um grupo parlamentar, o que exige pelo menos 25 deputados de sete países. A data-limite para formar um grupo é terça-feira e atualmente as negociações estão a toda pressa. A tarefa não é fácil: os antieuropeus estão longe de ser unidos em razão da enorme heterogeneidade entre os partidos, o que pode impedir que tirem reais benefícios de seu desempenho nas eleições. A FN francesa, com seus novos 24 deputados, é extremamente malvista por partidos como o Ukip inglês de Nigel Farage e o Partido Popular Dinamarquês – já membros do grupo parlamentar Europa Liberdade Democracia. Eles acusam a FN de ser antisemita e condenam suas origens.

Manuel Valls comparou resultados a um "terremoto" e alertou que a esquerda francesa "nunca esteve tão fraca" e "pode morrer".

"Tenho horror do nacionalismo extremista. Sou um liberal clássico", diz Farage. Já o Jobbik húngaro afirma que a FN, ao contrário, "é vendida aos judeus" e Marine Le Pen seria uma "agente do Mossad", o serviço secreto israelense. Por enquanto, a FN tem o apoio dos austríacos do FPÖ (com 20,5% dos votos, eles registraram forte avanço) e pode se aliar ao Partido da Liberdade (PVV) holandês. Há ainda os neonazistas, considerados nada frequentáveis pelos demais partidos de extrema-direita. Entre eles, o grego Aurora Dourada ou a Alternativa para a Alemanha (AfD), contrária ao euro, que entrará pela primeira vez no Parlamento Europeu.

O avanço da extrema-direita na Europa poderá, porém, ter um impacto em relação às políticas nacionais, avaliam especialistas, particularmente em relação à imigração. "Eles já influenciam nacionalmente porque representam uma pressão política que leva

REFLEXÕES VI

os líderes de governo a ter um comportamento menos cooperativo em relação à Europa", afirma Reynié, citando o exemplo do premiê britânico, David Cameron, que lançou a ideia de um referendo sobre a permanência da Grã-Bretanha na União Europeia para tentar conter o avanço do Ukip, que, no fim, venceu as eleições europeias. "Os países também adotaram discursos mais duros contra benefícios sociais concedidos aos imigrantes", ressalta.

Para atrair o eleitorado da extrema-direita, o ex-presidente francês Nicolas Sarkozy não poupou comentários polêmicos contra a imigração e implementou medidas como a proibição de rezas nas ruas e do uso de véus islâmicos que cobrem o rosto (a chamada "lei da burca" ou do "niqab") em nome da laicidade no país. "Quando partidos tradicionais retomam ideias dos extremistas, isso acaba banalizando o discurso deles e também fazendo que eles sejam considerados parte do jogo político", comenta Montclair. O ex-deputado verde Daniel Cohn-Bendit se diz "inquieto" com a influência ideológica que a extrema-direita europeia poderá ter sobre outras formações políticas, da esquerda ou da direita: "É essa inflexão conservadora reacionária que me preocupa mais e não o impacto legislativo desses partidos no parlamento, que será marginal".

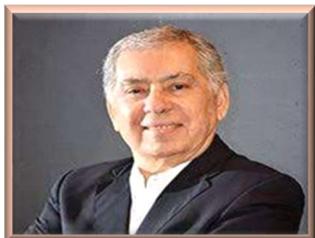
Apesar do avanço dos eurocéticos, especialistas afirmam que a Europa continuará seu processo de integração e se dirigirá, provavelmente, para o federalismo, que já existe em termos monetários, mas ainda não político. Além de a EU representar o maior mercado dos países do bloco, eles não têm força separadamente em grandes negociações internacionais. "É uma corrida. Se os populistas conseguirem progredir mais rápido do que a integração europeia, eles impedirão que ela ocorra. Se os líderes tiverem noção da gravidade da situação, eles darão o salto em direção ao federalismo", destaca Reynié. ●

Daniela Fernandes: jornalista.

Artigo publicado no jornal Valor Econômico no dia 20 de junho de 2014

Megalópoles devem conter a expansão territorial

Sérgio Magalhães



Sergio Besserman: futuro das grandes cidades gira em torno do eixo da mudança climática, que é inevitável.

As grandes aglomerações urbanas precisam, a partir de agora, ganhar densidade e conter a expansão territorial desenfreada, facilitando as condições para que sejam prestados serviços de qualidade às suas populações. Esta é a concepção majoritária, segundo especialistas ouvidos pelo Valor, no Brasil e no mundo, e que deveria nortear as ações dos gestores. "A ideia de reduzir a mobilidade, levando a moradia para perto do emprego, não tem amparo no pensamento atual", afirma o arquiteto e urbanista Sérgio Magalhães, presidente dos Arquitetos do Brasil (IAB) e um dos principais estudiosos do tema no País.

De acordo com Magalhães, os estudos feitos nos últimos 15 anos levaram a constatações que mudaram a forma de ver a vida nas cidades. Uma foi a de que elas são os principais núcleos das trocas internacionais. A outra foi a de que elas não podem expandir indefinidamente seus territórios, seja porque isso é antieconômico, seja porque é agressivo ambientalmente, "queimando" territórios virgens e queimando literalmente mais e mais energia.

A expansão das cidades, que não param de crescer especialmente em países em desenvolvimento, como a China, fará com que, em 2025, quando 61% da população do planeta será urbana, haja no mundo 527 cidades com mais de um milhão de habitantes, dois terços delas nos países mais pobres, segundo estimativa da Organização das Nações Unidas (ONU).

Já existem hoje no mundo pelo menos 23 megacidades (com mais

REFLEXÕES VI

de 10 milhões de habitantes), 15 delas em países pobres ou emergentes, e outras seis que podem já ter alcançado ou que alcançarão a qualquer momento esse piso, sendo quatro (Lima, no Peru, Bogotá, na Colômbia e Bangalore e Chennai na Índia) na parte mais pobre da terra.

Encontrar soluções para melhorar a qualidade da vida nessas aglomerações e fazer com que elas contribuam para a preservação dos recursos naturais é trabalho que vem absorvendo organismos multilaterais, como o grupo de cidades C40 de Liderança Climática, e centros de pensamento, como a London Schools of Economics (LSE) que realiza o seminário itinerante Urban Age (o de 2013 foi no Rio de Janeiro) em parceria com o Deutsche Bank, e o Institut d'études Politiques (Sciences Po) de Paris, entre outros.

Segundo Magalhães, do IAB, a mobilidade precisa estar apoiada em uma multiplicidade de modais de transporte, do metrô à bicicleta. Mas essa mobilidade, ressalta ele, não deve ser pensada apenas como aquela que atende ao trajeto de casa para o trabalho e do trabalho para casa. "Hoje, o fluxo casa-trabalho-casa corresponde a apenas metade da mobilidade", pondera. Os outros 50% correspondem a trânsito para lazer, compras, estudos, saúde (médico) e outras necessidades urbanas.

O trajeto casa-trabalho-casa demanda transporte de alta intensidade, como trens e metrôs, enquanto os outros deslocamentos exigem veículos menores (VLTs, ônibus, automóveis e bicicletas), interligados aos maiores, formariam idealmente uma teia. Só que os deslocamentos nas cidades que exigem veículos correspondem a apenas dois terços do total, sendo o restante feito a pé. "Então, é necessário espaço público de qualidade para o pedestre", completa.

No Brasil, de acordo com a avaliação do presidente do IAB, o crescimento das cidades tem ocorrido, geralmente, com expansão territorial e apoiado em ônibus ou no automóvel para o segmento de renda mais alta. Segundo ele, os governantes não aprenderam com o mau exemplo do Centro Administrativo da Bahia (CAB), em Salvador, construído na década de 1970 e que expandiu

enormemente a cidade, especialmente com moradias de baixa qualidade.

Exemplos recentes estariam andando no mesmo rumo, como construção da Prefeitura de Goiânia na periferia e do centro administrativo de Minas Gerais em uma área da Região Metropolitana de Belo Horizonte que era pouco povoada. Em relação aos transportes, ele acha que a opção do Rio de Janeiro pelo sistema de ônibus articulados (BRT) em vez de metrô está colocando um transporte de média intensidade onde deveria ser servido por um de alta.

O secretário de Transportes do Município do Rio de Janeiro, Alexandre Sansão, discorda de Magalhães sobre o BRT e afirma que já ficou comprovado em cidades como Bogotá (Colômbia) que o BRT bem operado pode transportar mais passageiros do que o metrô em horários de pico. O economista Sergio Besserman, especialista em problemas urbanos e ambientais, que preside a Câmara Técnica de Desenvolvimento Sustentável e de Governança Metropolitana do Rio de Janeiro, acha que do ponto de vista da mobilidade a prioridade do Rio deveria ser o sistema de trens metropolitanos, que já existe e só precisa ser recuperado. Ele concorda que o metrô é a melhor opção, mas acha que o BRT foi uma boa saída por ser mais barato, mais rápido de fazer e mais flexível em termos de troca de equipamento.

Para Besserman, o futuro das grandes cidades gira em torno do eixo da mudança climática que, na sua avaliação, é inevitável e já está em andamento. As cidades, especialmente nas suas áreas mais pobres, devem ser adaptadas para contribuir o mínimo para a aceleração desse evento e para enfrentar com o mínimo de danos à população os desastres naturais. Besserman avalia que no prazo máximo de cinco anos as grandes cidades brasileiras terão que implantar algum tipo de pedágio para coibir o acesso do automóvel às suas regiões centrais, mas a medida precisa ser precedida da oferta de transporte público de qualidade. O secretário Sansão concorda. ●

Sérgio Magalhães, arquiteto.

Artigo publicado no jornal Valor Econômico de 26 de maio de 2014

Troca de guarda

Mario Vargas Llosa



Assisti ao discurso de abdicação do rei Juan Carlos num pequeno televisor de um hotelzinho em Florença e fiquei emocionado ao escutá-lo em razão do visível esforço que ele fazia para manter a serenidade e mostrar seu afastamento do trono como algo natural, sabendo muito bem que dava um passo transcendental, algo que podemos chamar de “efeito histórico”. E porque essa renúncia em favor do filho, Felipe,

encerrava um período duríssimo para ele, de problemas de saúde, escândalos, pedidos públicos de desculpas e grandes esforços, nos últimos tempos, na tentativa de recuperar para si e para a instituição monárquica a popularidade que ele tinha sentido quebrar. O discurso foi impecável: breve, preciso, persuasivo e bem escrito.

Desde então, o rei recebeu múltiplas manifestações de carinho, em todas as suas aparições em público e poucos ataques e diatribes³⁴. Tenho certeza que, à medida que o tempo passar, o balanço dos historiadores fará crescer sua figura de estadista, terminando por reconhecer que os 39 anos de seu reinado terão sido, em grande parte graças a ele, os mais livres, democráticos e prósperos da longa história da Espanha. E nada me parece mais justo do que dizer – como afirmou Javier Cercas num artigo – que sem o rei Juan Carlos não teria havido democracia no país. É claro que não, ao menos não da maneira pacífica, consensual e inteligente como foi feita a transição.

Espero que no futuro algum romancista espanhol de inspiração tolstoiana se atreva a contar esta fantástica história.

³⁴ **Diatribes:** crítica severa e mordaz.

REFLEXÕES VI

Com as melhores cabeças de que dispunha, o regime de Franco teria urdido sua sobrevivência mediante a restauração de uma monarquia autoritária, para a qual o caudilho e aqueles que o cercavam tinham educado, desde menino, o jovem príncipe, afastando-o da família e submetendo-o a uma zelosa formação especial, sendo coroado pelas cortes franquistas como rei da Espanha logo após a morte do general.

Abertura. Ninguém sabe exatamente desde quando, mas o jovem Juan Carlos tinha chegado à conclusão de que, ao assumir o trono, sua obrigação deveria ser oposta àquela que tinha sido preparada para ele. Ou seja, não prolongar a ditadura, e sim acabar com ela e conduzir a Espanha a uma democracia moderna e constitucional, que a abriria para o mundo, do qual o país tinha sido praticamente sequestrado nos 40 anos anteriores, reconciliando todos os espanhóis dentro de um sistema aberto, tolerante, de legalidade e liberdade, no qual coexistiram pacificamente todas as ideias e doutrinas e seriam respeitados os direitos humanos. Parecia uma tarefa impossível de ser alcançada sem que os herdeiros de Franco, que controlavam o poder e ainda contavam – não há motivo para mentir – com um forte apoio da opinião pública, se rebelassem contra essa democratização da Espanha que os condenaria à extinção, opondo-se a ela com todos os meios ao seu alcance, incluindo obviamente, a violência militar.

Por que não o fizeram? Porque, com uma habilidade extraordinária, conservando sempre as formas mais únicas, mas sem jamais dar um passo em falso, o jovem monarca foi os embarcando de tal modo no processo de transformação que, quando esses começaram a advertir que já tinham concedido demais, confundidos e desconcertados, em vez de reagir já estavam fazendo nova concessão. A opinião pública, transformada no decorrer da marcha à liberdade se alistava nela e apoiava de modo cada vez mais dinâmico as mudanças que semana a semana, dia a dia, foram alterando a realidade política da Espanha.

Em razão de sua morte, lembramos recentemente e com muita justiça, o notável trabalho realizado por Adolfo Suárez na transição. Não poderia ser diferente. Mas é preciso lembrar que foi o rei Juan

Carlos que, com olfato infalível, escolheu como colaborador nessa extraordinária operação aquele que era nada menos do que secretário-geral do movimento, ou seja, do conjunto de organizações e instituições políticas do regime franquista.

Transição. Ninguém deve subestimar a importância que alcançaram praticamente todas as forças políticas do país, da direita até a esquerda, que se mostraram dispostas na transição pacífica da ditadura para a democracia na Espanha, de um regime vertical para um sistema plural e aberto no interesse de conservar a paz, a fazer concessões que tornaram possíveis os consensos dos quais resultou o grande acordo constitucional. Mas ninguém deveria esquecer que, desde o início, quem concebeu e levou a cabo esse processo foi o rei que, prestando um novo grande serviço ao país, acaba de abdicar para que herde o trono o príncipe Felipe e, com ele, tenha início para a Espanha “uma nova etapa de esperança na qual sejam combinados a experiência adquirida e o impulso de uma nova geração”.

Se com isso o rei Juan Carlos contribuiu de maneira decisiva para que a democratização da Espanha fosse levada a cabo de maneira pacífica – com sua conduta clara e firme que debelou a tentativa de golpe de 23 de fevereiro de 1981 –, ele conseguiu para a monarquia uma legitimidade que tinha perdido vigor e calor popular. Afinal, o povo espanhol não era monarquista quando Franco morreu. O povo começou – ou voltou – a sê-lo graças ao protagonismo do rei apoiando e liderando a democratização da Espanha. Mas foi logo após o rechaço à tentativa de golpe que o rei Juan Carlos devolveu à monarquia o respaldo confiante e entusiasmado da grande maioria da população, algo que foi fator decisivo para a estabilidade política e institucional do país.

Essa história, que acabo de resumir em poucas linhas, ainda não foi contada. Trata-se de uma história fora do comum, de complexidade e sutileza comparáveis às dos maiores romances, na qual, na mais absoluta solidão, um jovem prisioneiro de um maquinário quase invencível se liberta dele e decide, exercendo poderes que o rei tinha na época, rebelar-se contra o sistema que tinha sido incumbido de salvar, desfazendo-o e refazendo-o dos pés à cabeça, alterando

REFLEXÕES VI

sutilmente todo o regulamento que deveria aprender e executar, substituindo-o pelo seu inverso. É claro que muitos o ajudaram, mas o diretor do espetáculo foi ele, sozinho.

Por isso a Espanha sobre a qual dom Felipe VI vai reinar é, hoje, essencialmente diferente do país da época da morte de Franco: uma democracia moderna e respeitada, um país livre, capaz e culto, que figura entre os mais avançados do mundo. Convém não esquecer o quanto de tudo isso devemos ao monarca que agora se retira.

É verdade que o príncipe Felipe foi muito bem preparado para a difícil responsabilidade que vai assumir. Também é verdade que a Espanha vive hoje problemas imensos – o primeiro e mais grave deles é a ameaça de secessão que poderia mergulhá-la numa crise de consequências incalculáveis – e que, por mais que o soberano de uma monarquia constitucional reine sem governar, os desafios que ele vai enfrentar vão pôr à prova todos os conhecimentos e experiências que ele tiver adquirido no decorrer de sua exigente formação. O mais importante é que o novo rei, mediante seus gestos, iniciativas, tato e comportamento, mantenha viva a adesão da sociedade espanhola à monarquia constitucional.

Não é certo que, enquanto houver democracia, pouco importe se um regime é republicano ou monárquico. Não quando o problema da unidade de um país é tão grave quanto observamos atualmente na Espanha. A monarquia é uma das poucas instituições que garantem esta união na diversidade sem a qual poderia resultar a desintegração de uma das mais antigas e influentes civilizações do mundo. Em todas as outras, a divisão, o rancor, o fanatismo e a miopia política já plantaram as sementes da fragmentação.

Todos devemos ajudar sua majestade, o rei Felipe VI, a obter êxito, contribuindo com nosso grão de areia para a tarefa de manter a Espanha unida, com diversidade e liberdade, como o país tem sido nos últimos 39 anos. ●

Jorge Mario Vargas Llosa: escritor, jornalista, ensaísta, nobre e político peruano, laureado com o Nobel de Literatura de 2010.

Artigo publicado no O Estado de S. Paulo no dia 15 junho de 2014

Movimento Verde espera a chance de ressurgir

Akbar Ganji



Apesar de a resistência no Irã ter sido sufocada em 2009, ela continua inserida na vida pública e tem sido moralmente vingada nos últimos anos

Ontem comemoramos o quinto aniversário da criação do Movimento Verde, democrático, do Irã. Apesar de a resistência deste movimento ter sido sufocada, ele tem sido moralmente vingado neste intervalo de tempo e continua inserido na vida pública do Irã, pronto para emergir novamente quando houver oportunidade. E esta oportunidade certamente se apresentará.

A República Islâmica do Irã é um híbrido de ditadura religiosa e eleições competitivas; o regime cria sua própria oposição, procurando se equilibrar entre conservadores e reformadores. Um dia a balança do poder penderá decisivamente em favor da democracia e contra os aiatolás. E é exatamente porque eleições competitivas dentro de uma ditadura religiosa são tão importantes que o escrutínio realizado há cinco anos foi tão vigorosamente contestado.

Em 12 de junho de 2009 foi realizada a 10ª eleição presidencial no Irã. Mais de 39 milhões de cidadãos, representando 85% dos eleitores qualificados para votar, foram às urnas. De acordo com o governo, Mahmoud Ahmadinejad obteve 62,6% dos votos e seu principal oponente, o ex-primeiro ministro, Mir Hossein Mousavi, 33,75%. A desconfiança sobre os resultados desencadeou protestos generalizados do Movimento Verde.

Mousavi e o terceiro candidato, o ex-presidente do Parlamento, Mehddi Karroubi, exigiram a anulação do resultado. Seus

seguidores em Teerã e em outras grandes cidades tomaram as ruas, gritando, “onde está o meu voto?”. As manifestações das quais participaram centenas de milhares de pessoas continuaram durante uma semana, mas o líder supremo do Irã, o aiatolá Ali Khamenei, rejeitou as demandas, acusou os Estados Unidos e outras potências ocidentais de interferirem nos assuntos iranianos e exigiu o fim dos protestos. Em seu sermão durante as orações da sexta-feira, uma semana após as eleições, as palavras de Khamenei eram entendidas por muitos como uma aprovação da violenta repressão contra os manifestantes.

Foram necessários nove meses para o regime sufocar o Movimento Verde. Dezenas de milhares de pessoas foram presas e muitas foram condenadas. Pelo menos 110 morreram (embora o regime tenha declarado que somente 33 haviam morrido, entre elas 16 da milícia Basij, força paramilitar controlada pela Guarda Revolucionária). Muitos prisioneiros foram torturados e ocorreram julgamentos que lembraram o período stalinista. Alguns presos foram forçados a confessar que trabalhavam para governos estrangeiros.

Mas Mousavi e Karroubi, líderes do Movimento Verde, continuaram a protestar. Usando a revolta política na Tunísia e no Egito como desculpa, convidaram a população a se manifestar em 15 de fevereiro de 2011. Pelo menos um milhão de pessoas foi para as ruas nesse dia em Teerã. E então, por ordem de Khamenei, Mousavi, a mulher dele, a professora universitária Zahra Rahnavarde, Karroubi e sua mulher, Fatemeh Karroubi, foram colocados sob prisão domiciliar. Fatemeh foi libertada mais tarde, mas os outros três ainda estão sob estrita prisão domiciliar.

O chefe da Guarda Revolucionária, o general Mohammad Ali Jaafari, afirmou recentemente que suas forças empreenderam três ações “fundamentais e estratégicas” contra o Movimento Verde: prisão generalizada dos estrategistas e líderes dos protestos, forte oposição aos manifestantes para impedir suas ações nas ruas e um corte dos meios de comunicação entre eles, celulares, SMS, etc.

Vitória na derrota

O Movimento Verde pode ter sido sufocado, mas apenas

aparentemente. Sua demanda original – o cancelamento das eleições de 2009 – nunca foi atendida. Ahmadinejad continuou a presidir o Irã e deixou o cargo no ano passado, depois de oito anos de fracassos políticos e econômicos. Deixou um Irã arruinado para seu sucessor, Hassan Rohani.

Com o decorrer do tempo, os objetivos e demandas do Movimento Verde aumentaram e evoluíram. Na era das comunicações eletrônicas e do YouTube, qualquer grupo reunindo uma centena de pessoas pode dizer que representa “as demandas da população”. Alguns chegaram até a pedir uma intervenção estrangeira e a imposição de sanções econômicas rigorosas contra o Irã. Em entrevistas a emissoras de TV de língua farsi, com base no exterior, a então secretária de Estado Hillary Clinton prometeu até que se os Estados Unidos recebessem um pedido dos líderes da oposição, o país forneceria a mesma ajuda que o país ofereceu para a população da Líbia em sua luta para depor o regime de Muamar Kadafi.

Mousavi e Karroubi, por sua vez, resistiram corajosamente à pressão de Khamenei e seus partidários e continuaram insistindo nos princípios democráticos pacíficos. A maioria de seus seguidores também continuou a pressão neste sentido, mas uma pequena fração da sociedade exigia a deposição do regime de qualquer maneira.

Derrota moral do regime

Embora a República Islâmica aparentemente tenha derrotado o Movimento Verde, fracassou do ponto de vista moral. Por quatro razões. Recorrendo à força contra manifestantes pacíficos o regime não quis colocar à prova suas alegações sobre as eleições cancelando-as e realizando novas. Em vez disso, usou a força bruta como árbitro definitivo de sua disputa com a nação. O uso da força é sempre um sinal de fraqueza política. Na verdade, ao recorrer à força, o governo violou sua Constituição e encorajou as pessoas a violarem as leis. Esse representa o maior fracasso moral do Estado.

A resistência dos líderes do Movimento Verde e de uma parcela importante da sociedade contrária ao regime persistiu mantendo viva a ideia de que as eleições de 2009 eram “um problema não

resolvido”. A República Islâmica tem um longo histórico de criar problemas insolúveis e transformá-los em motivos para protestos públicos. Além disso, novas evidências surgiram apoiando a disputa de Mosavi e Karroubi com relação às eleições. Por exemplo, o general Jaafari afirmou numa reunião dos comandantes da Guarda Revolucionária que nas eleições de 2009 “havia sérias preocupações de que os contrarrevolucionários que penetraram no governo durante o período das reformas (do ex-presidente Mohammad Khatami) teriam oportunidade de fazer o mesmo”. Jaafari acrescentou que para o governo haveria um segundo turno (se nenhum candidato obtivesse mais de 50% dos votos) e ninguém sabia o que poderia ocorrer nesse segundo turno. Assim a Guarda Revolucionária viu-se forçada a intervir para evitar que os reformistas retornassem ao poder.

A transformação de Mousavi e Karroubi em heróis nacionais e a crescente pressão da sociedade por sua libertação e de todos os presos políticos representam a terceira razão do fracasso do regime. O presidente Hassan Rohani tem agido seriamente nesse sentido, mas encontra forte resistência por parte de Khamenei e de integrantes mais radicais no âmbito da inteligência e segurança.

O Movimento Verde criou relações e gerou confiança entre os cidadãos, o que deu origem a uma força social poderosa que pode ressurgir, se tiver oportunidade.

Ditadura e eleições

A República Islâmica é uma ditadura, mas realiza eleições regulares para o Parlamento, a presidência, as prefeituras e o Conselho dos Guardiães (órgão que nomeia o líder supremo). Embora o Conselho dos Guardiães analise os candidatos e impeça um bom número de se candidatar, as eleições são muito competitivas e relevantes. Por exemplo, desde o início sempre houve uma luta pelo controle das fontes de poder, riqueza e posição social. As eleições presidenciais sempre foram uma oportunidade para mobilizar a sociedade e envolver diretamente as forças que competem entre si.

Mousavi, Karroubi, Khatami e a maioria dos prisioneiros políticos e forças de oposição no Irã rejeitam criar uma situação em que o Irã

REFLEXÕES VI

sofreria o mesmo destino do Afeganistão, Iraque, Líbia e Síria. Eles insistem numa transição pacífica da ditadura religiosa para um governo democrático com base no respeito pelos direitos humanos dos cidadãos e opõem-se a uma intervenção estrangeira no país. Seu objetivo é uma transição pacífica para a democracia, e não uma destruição do Irã do modo que seus vizinhos sofreram.

O Movimento Verde e seus partidários não desistiram. Quando surgir a oportunidade eles de mobilizarão novamente para trazer a democracia mais perto do Irã. ●

Akbar Ganji: jornalista e dissidente.

Artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 13 de junho de 2014

Reformista fala após 10 anos de prisão domiciliar

Mehdi Karroubi



Em seu primeiro discurso público após 10 anos em prisão domiciliar, o líder da oposição Mehdi Karroubi pediu grandes reformas para eliminar as “falhas e deficiências” na República Islâmica. Karroubi, um ex-presidente do parlamento que concorreu à presidência em 2009, teve permissão para fazer um breve discurso a um pequeno grupo de reformistas em uma pausa incomum de seu isolamento imposto pelo governo.

Karroubi e o ex-primeiro-ministro Mir Hossein Mousavi estão em prisão domiciliar desde 2011 por seus papéis no movimento de oposição Verde. Karroubi e Mousavi concorreram à presidência contra o então presidente Mahmoud Ahmadinejad nas eleições de 2009. Os dois se tornaram líderes simbólicos de milhões de iranianos que compareceram em cidades de todo o país para contestar os resultados eleitorais. Os linha-dura os rotularam de traidores e sediciosos³⁵.

Karroubi falou na casa de Gholamhossein Karbaschi, ex-prefeito de Teerã e chefe do partido Executivos da Construção, preso em 1999 por acusações de corrupção e posteriormente anistiado. Karroubi agradeceu às autoridades por permitir que ele participasse da cerimônia de luto que comemora a morte do profeta Maomé e o martírio de seu neto, Hassan ibn Ali, uma figura importante do xiismo inicial. O discurso de oito minutos de Karroubi foi postado em um vídeo do evento em 4 de outubro pelo Ensaf News .

³⁵ **Sedicioso**: que ou aquele que provoca ou incita à sedição ou que nela se envolve; revoltoso, insurgente, insubordinado.

O Movimento Verde

Na eleição de 12 de junho de 2009, Karroubi ficou em quarto lugar – depois de Ahmadinejad, Mousavi e do ex-comandante da Guarda Revolucionária Mohsen Rezaie – com menos de um por cento dos votos. O Ministério do Interior declarou Ahmadinejad o vencedor com 63 por cento dos votos e Mousavi o segundo colocado com 34 por cento. No dia seguinte, centenas de milhares de pessoas foram às ruas de Teerã para protestar contra a suposta fraude eleitoral. Os protestos rapidamente se espalharam por todo o país. As pessoas carregavam faixas declarando: “Onde está meu voto?” A polícia de choque e as forças paramilitares Basij reprimiram violentamente as manifestações; atiradores de elite do governo dispararam contra manifestantes desarmados.

Um manifestante do Movimento Verde em 15 de junho de 2009 (NYT)



A oposição foi apelidada de Movimento Verde por causa da faixa verde usada por Mousavi. (Foi supostamente dado a ele por Mohammad Khatami, o líder reformista que foi presidente de 1997 a 2005). O guarda-chuva do Movimento Verde realizou protestos esporádicos nas principais cidades em fevereiro de 2010, à medida que as demandas aumentavam. Os manifestantes desafiaram cada vez mais o sistema e o líder supremo aiatolá Ali Khamenei. “Morte ao ditador” era um cântico comum.

Entre junho de 2009 e fevereiro de 2010, as forças de segurança mataram pelo menos 100 manifestantes e prenderam cerca de 4.000. Mais de 100 membros-chave do movimento foram acusados de minar a segurança nacional e foram condenados a penas de prisão em julgamentos ao estilo de Stalin. A repressão do governo acabou levando o movimento a cancelar uma manifestação planejada para o aniversário da Revolução Islâmica em 11 de fevereiro de 2010. Em seguida, parou de mobilizar manifestações de massa.

Prisão

Em fevereiro de 2011, durante os levantes da Primavera Árabe no Oriente Médio, Mousavi e Karroubi convocaram manifestações em solidariedade aos protestos no Egito e na Tunísia. Em 10 de fevereiro, o *site* de Karroubi informou que ele havia sido colocado em prisão domiciliar. Mousavi e sua esposa, Zahra Rahnavard, também foram colocados em prisão domiciliar. Em 14 de fevereiro, milhares de partidários de Karroubi e Mousavi se reuniram em Teerã. Duas pessoas morreram em confrontos com as forças de segurança e cerca de 1.500 foram detidas.

Os legisladores conservadores pediram o julgamento e a execução dos líderes da oposição, mas nenhum dos dois foi formalmente acusado. Eles permaneceram em prisão domiciliar durante o restante do segundo mandato de Ahmadinejad. O presidente Hassan Rouhani, que ocupou o cargo entre 2013 e 2021, prometeu repetidamente trabalhar para diminuir as restrições aos dois ex-líderes, mas eles permaneceram em prisão domiciliar. Karroubi, nascido em 1937, e Mousavi, nascido em 1942, foram os primeiros revolucionários. Ambos tiveram sérios problemas de saúde nos últimos anos. O discurso de Karroubi é o primeiro que qualquer homem teve permissão para falar publicamente. A seguir vai uma linha do tempo de eventos notáveis.

Linha do tempo

Décadas de 1960 e 1970: Karroubi, um clérigo que estudou em seminários em Qom e na Universidade de Teerã, foi preso várias vezes sob o Xá. Ele era dissidente e seguidor do líder revolucionário aiatolá Ruhollah Khomeini; ele distribuiu os escritos proibidos de Khomeini e o visitou no exílio no Iraque. Foi ativista na revolução de 1979. Organizou comitês locais que distribuíram alimentos e suprimentos para manifestantes e grevistas.

1981-1989: Karroubi chefiou a Fundação dos Mártires, que prestava serviços sociais a veteranos e famílias de vítimas da revolução e da guerra de 1980-1988 com o Iraque.

REFLEXÕES VI

1984: Karroubi foi eleito pela primeira vez para o parlamento.

Karroubi durante a campanha de 2009

1989-92: Karroubi serviu como presidente do parlamento.

2000-2004: Ele serviu novamente como presidente do parlamento.



Junho de 2005: Karroubi concorreu à presidência e ficou em terceiro lugar, depois de Hashemi Rafsanjani e Mahmoud Ahmadinejad. Ahmadinejad venceu o segundo turno contra Rafsanjani.

Junho de 2009: Karroubi concorreu à presidência novamente. Ele ficou em quarto lugar, de acordo com o Ministério do Interior. Mas os resultados foram amplamente contestados.

10 de fevereiro de 2011: o *site* de Karroubi informou que ele foi colocado em prisão domiciliar .

3 de dezembro de 2011: Karroubi recebeu uma visita de 30 minutos com sua família, apenas a terceira vez que teve permissão para ver membros da família desde sua prisão.

13 de maio de 2013: Durante sua campanha presidencial, Hassan Rouhani prometeu trabalhar para libertar Karroubi, Mousavi e todos os outros detidos após as eleições de 2009. “Não acho que será difícil criar uma condição no próximo ano em que não apenas aqueles em prisão domiciliar, mas também aqueles que foram detidos após a eleição de 2009 sejam libertados”, disse Rouhani.

9 de abril de 2016: Karroubi publicou uma carta aberta ao presidente Hassan Rouhani pedindo uma audiência no tribunal. Ele não havia sido formalmente acusado de um crime. “Não estou pedindo que suspenda minha prisão domiciliar, nem acredito que esteja em seu poder fazê-lo. Mas de acordo com a responsabilidade atribuída a você pelo povo e pela constituição, quero que peça ao regime despótico que me conceda um julgamento público com base no artigo 168 da constituição, mesmo que o tribunal seja construído

REFLEXÕES VI

da maneira que os potentados querem, "ele escreveu. "Isso mostrará qual lado continua no caminho da revolução e é honrado."

6 de agosto de 2017: a família de Karroubi anunciou que Karroubi havia recebido um marca-passo por causa de problemas cardíacos.

16 de agosto de 2017: Karroubi iniciou uma greve de fome para exigir a abertura do julgamento e a remoção dos agentes de segurança de sua casa. "Ele não espera um julgamento justo, mas quer que seja público e respeitaria o veredicto", disse a esposa de Karroubi, Fatemeh, ao Saham News, o *site* oficial de seu partido político reformista.

17 de agosto de 2017: Karroubi foi internado em um hospital por pressão alta. Posteriormente, seu filho confirmou que encerrou a greve de fome depois que os seguranças deixaram sua residência.

29 de janeiro de 2018: Karroubi fez raras críticas ao líder supremo aiatolá Ali Khamenei em uma carta aberta. "Você tem sido o principal líder do Irã por três décadas, mas ainda fala como uma oposição", escreveu Karroubi em uma carta publicada pela Saham News.

Karroubi repreendeu as elites por corrupção e má administração da economia em uma época em que 10 milhões de iranianos viviam na pobreza. "Mais de 50 por cento da riqueza do país está nas mãos de órgãos estatais sobre os quais não há supervisão." Ele repreendeu Khamenei por permitir que a Guarda Revolucionária tivesse um papel importante na economia.

8 de maio de 2018: Durante sua campanha para a reeleição, Rouhani desafiou implicitamente o judiciário sobre a detenção de Karroubi e Mousavi. "Por que você confinou em suas casas nossas queridas personalidades que estavam a serviço desta nação... que mostraram a imagem real do Irã para o mundo? Sob que lei?" Rouhani perguntou em um comício. "Iremos às urnas em 19 de maio para trazer de volta nossos nobres homens à sociedade."

28 de julho de 2018: o filho de Karroubi, Hossein, disse a um *site* da oposição que ouviu dizer que o Conselho Supremo de Segurança

REFLEXÕES VI

Nacional estava disposto a libertar os líderes do Movimento Verde de sua prisão domiciliar.

30 de dezembro de 2018: O porta-voz do Judiciário, Gholam Hossein Mohseni Ejei, afirmou que a campanha presidencial de Karroubi em 2009 recebeu apoio financeiro da Arábia Saudita e de outros países do Golfo. “Havia sinais apontando para isso da comunidade de inteligência, bem como informações de alguns de nossos próprios colegas (no judiciário)”, disse Ejei em entrevista à agência de notícias Fars.

O filho de Karroubi, Mohammad Taghi Karroubi, negou as acusações. “As alegações de assistência financeira às campanhas presidenciais de Karroubi, ou Mousavi, são absolutamente falsas, assim como todas as outras alegações para as quais nenhuma evidência foi apresentada”, disse ele ao Centro de Direitos Humanos no Irã em 5 de janeiro de 2019.

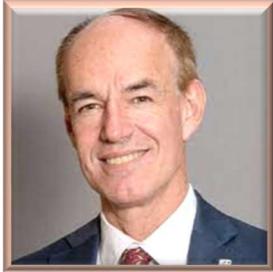
Agosto de 2019: O líder supremo Khamenei supostamente rejeitou a libertação de Karroubi e Mousavi quando o presidente Rouhani levantou a questão.

Outubro de 2021: Em sua primeira aparição pública em uma década, Karroubi pediu a reforma da República Islâmica. “Se Deus quiser, o caminho criado pelo Imam [Khomeini] continuará, a base do sistema será preservada e se Deus quiser, suas falhas e deficiências serão eliminadas”, disse ele a uma pequena reunião de líderes reformistas na casa. de Gholamhossein Karbaschi, ex-prefeito de Teerã e chefe do partido Executivos da Construção. ●

Artigo publicado na *internet* no dia 6 de outubro de 2021

O petróleo tem que ficar onde está

Marco Lambertini



No Virunga Park, um dos parques africanos mais famosos por ser hábitat de espécies incríveis como os gorilas de montanha, um projeto de exploração de petróleo ameaçava a natureza e a comunidade

Preservar os recursos naturais continua sendo a coluna vertebral do WWF, uma das maiores redes ambientalistas do mundo, com escritórios em 130 países e equipe de 5 mil pessoas. "Não há possibilidade de se produzir desenvolvimento sustentável, erradicar a pobreza e ter desenvolvimento econômico, se não garantirmos um ambiente saudável, rico em biodiversidade e com ecossistemas que funcionem", diz o italiano Marco Lambertini, que em abril assumiu a diretoria-geral da ONG.

Lambertini chefiava a BirdLife International – que, como o nome diz, mira a conservação de pássaros – e dirige agora uma rede com mais de cinco milhões de contribuintes e orçamento anual de US\$ 800 milhões. A munção financeira sustenta campanhas como a de proteção do Virunga, o mais antigo parque da África e um dos mais famosos por espécies espetaculares, como os ameaçados gorilas de montanha.

"Virunga é um dos últimos lugares na Terra onde se deveria buscar petróleo", diz a campanha do WWF, que exigia que a empresa britânica Soco desistisse do projeto de extrair petróleo por lá. Mais de 750 mil pessoas no mundo e na comunidade local apoiaram o esforço da ONG. Há poucos dias a empresa anunciou que riscou Virunga de seus planos. Lambertini começou bem sua gestão.

Toscano de Livorno, o diretor da WWF estudou química farmacêutica em Pisa e é conhecido pelo espírito pragmático. Escreveu dois livros – um sobre safáris na África e um guia sobre a

natureza nos trópicos. Esteve no Brasil em maio para o primeiro encontro com líderes mundiais do WWF. Em Foz de Iguaçu (PR), discutiu as metas: mudança climática e conversão da matriz energética, preservar oceanos e influenciar políticas públicas e de financiamento, entre outras.

Os subsídios aos combustíveis fósseis têm que financiar alternativas renováveis limpas, diz Lambertini. Para ele, as reservas existentes de petróleo deveriam ficar onde estão e é inteligente buscar opções mais verdes em médio e longo prazo.

Isso também vale para o pré-sal. "Temos que parar de espremer petróleo de qualquer fonte possível, como se a Terra fosse um limão de suco negro", disse ele ao Valor, por telefone, da sede do WWF, na Suíça. A seguir, trechos da entrevista:

Valor: Salvar pássaros é crucial?

Marco Lambertini: Não se trata de salvar pássaros, mamíferos ou plantas. Os ecossistemas funcionam porque há um número determinado de espécies que interagem entre si. Por isso, a proteção da biodiversidade é importante.

Valor: Quais serão os grandes temas do WWF sob sua gestão?

Lambertini: Não há possibilidade de se produzir desenvolvimento sustentável, erradicar a pobreza e garantir desenvolvimento econômico se não garantirmos um ambiente saudável, rico em biodiversidade e com ecossistemas que funcionem bem. Esta continua sendo nossa estratégia central. A natureza está na base de qualquer desenvolvimento econômico e social. Isso vale para ricos e pobres, países em desenvolvimento e desenvolvidos. É uma questão de riqueza, bem-estar e felicidade.

Valor: E além da biodiversidade?

Lambertini: A nossa atividade é de 360 graus: ela se desloca da proteção das espécies e dos sistemas naturais para influenciar e tornar mais verdes as atividades produtivas, políticas de governo e de investimento. Partindo da biodiversidade e dos espaços naturais,

ampliamos nossa atuação sobre atividades produtivas de modo que agricultura, florestas, pesca, consumo e produção sejam sustentáveis. Também queremos atuar no debate do investimento público e privado, na gestão territorial. Estes grandes temas influenciam o resultado das políticas ambientais.

Valor: Como foi a experiência do WWF no Virunga, com os gorilas?

Lambertini: Virunga é uma área natural de grande importância, o mais antigo parque nacional da África e um dos mais famosos pela presença desta espécie excepcional que são os gorilas de montanha. Sua floresta tem grande papel na mitigação da mudança climática porque absorve volumes enormes de carbono. É um parque visitadíssimo. É isso que quero dizer com unir natureza e econômico: Virunga gera milhões de dólares ao ano, é uma renda importante para a região, que é bem pobre. Milhares de pessoas trabalham direta ou indiretamente para o parque. E Virunga, patrimônio mundial da Unesco, é reconhecido como um lugar realmente especial.

Valor: O que está acontecendo?

Lambertini: Uma empresa de petróleo britânica, a Soco, fez testes e quer extrair petróleo desde as margens do lago Edward até o interior do parque nacional. O WWF sempre busca soluções para conflitos, mas neste caso a nossa posição foi de não aceitar que um lugar tão importante para a natureza, para as pessoas e para o clima ficasse comprometido pela extração de petróleo. A campanha buscou o não ao projeto, além de discutir com a empresa, que, esperamos, tenha uma atitude responsável e desista do plano [O WWF divulgou nota um dia depois da entrevista comemorando a decisão da Soco de recuar do projeto].

Valor: Vocês conseguiram apoio da comunidade local?

Lambertini: No começo foi difícil, porque a empresa investia pesadamente em propaganda, mas as pessoas entendem a ameaça, sobretudo as populações mais carentes que dependem da pesca no lago ou do turismo do parque. Entendem que o petróleo não trará

dinheiro para eles, só para outros e que o interesse dos que vivem ali é o parque, não o petróleo. Há situações em que é preciso conseguir algum acordo, e estamos sempre prontos a encontrar soluções entre ambiente e desenvolvimento. Mas há situações em que os ambientes são tão frágeis e importantes que é preciso dizer não.

Valor: Turismo ecológico pode ser uma solução à gestão de unidades de conservação no Brasil?

Lambertini: Claro. A rede dos parques nacionais brasileira é fantástica. É um capital natural a desenvolver de maneira sustentável, para a economia, e que o governo pode converter em valor se desenvolver um bom projeto de ecoturismo, com áreas que podem ser visitadas e outras, não.

Valor: Mas não temos grandes animais, como na África.

Lambertini: O Brasil tem grandes e incríveis animais! E as pessoas amam viver a beleza da natureza e as paisagens, não apenas para ver grandes animais, o turismo está cada vez mais sofisticado. Não tenham complexos em relação à África, o Brasil tem belezas naturais únicas.

Valor: Qual o resultado dos esforços de redirecionar recursos das energias fósseis para as limpas?

Lambertini: A mensagem é clara, os dados, irrefutáveis. A maioria absoluta da ciência confirma que a maior parte do aquecimento global é provocado pelas emissões humanas do desenvolvimento industrial, do desmatamento. Se quisermos bloquear o fenômeno temos que reduzir as emissões de gases-estufa. Não há o que fazer, temos que reduzir o consumo e reconverter a economia, sair dos combustíveis fósseis e ir para fontes renováveis. A tendência global nos últimos anos é de grandes investimentos em eólica, solar e hídrica, ainda que o investimento em hidrelétricas possa ser discutível dependendo da localização.

Há também que redirecionar os subsídios de US\$ 1 trilhão ao ano para facilitar a extração de petróleo e gás. Se esses valores fossem redirecionados, gradual, mas velozmente, em facilitar o

REFLEXÕES VI

desenvolvimento de fontes renováveis, imagine com que rapidez nós poderíamos mudar o modelo de produção energética.

Valor: O Brasil, estima-se, será um dos maiores produtores de petróleo do mundo, com o pré-sal. Como o sr. vê isso?

Lambertini: Temos que parar de espremer petróleo de qualquer fonte possível, como se a Terra fosse um limão de suco negro. É uma visão em curto prazo que não nos ajudará e que tem grandes problemas econômicos. Se a mudança climática prosseguir velozmente como está ocorrendo, em determinado momento será inevitável que os governos digam que não é mais possível emitir tanto CO₂, e que os danos causados pelo clima são muito superiores aos lucros do petróleo. Não será possível usar, nos próximos 30 anos, mais do que uns 20% das reservas existentes de petróleo.

Isso quer dizer que as indústrias petrolíferas, hoje cotadas em Bolsa na base da totalidade das reservas que têm, perderão 80% de seu valor imediatamente porque não poderão utilizar seu ativo integral de reservas. Estamos especulando sobre falsos valores, sobre *stranded assets*, ativos que não são de verdade. É o mesmo princípio que levou o mundo à crise econômica cinco anos atrás. Estamos desenvolvendo a economia sobre uma bolha de sabão que irá estourar. Convido o governo brasileiro a pensar em uma estratégia em mais longo prazo. A estratégia atual não pagará os dividendos que hoje, no papel, parecem tão impressionantes.

Valor: Isso significa que o petróleo tem que ficar onde está, seja no Ártico, no Virunga ou no pré-sal?

Lambertini: O petróleo tem que ficar onde está. Mas sejamos realistas, temos que desenvolver um plano de transição. Não podemos hoje bloquear o bombeamento de petróleo, claro, mas não temos que investir no petróleo em longo prazo. Temos que começar agora a desinvestir e buscar alternativas. Este é o futuro, o futuro do planeta e das pessoas que vivem nele.

Valor: Continua-se perdendo a luta para a mudança

climática, há grandes perdas de biodiversidade. Como alterar este quadro?

Lambertini: Nos últimos 50 anos a situação se deteriorou gravemente. Estamos em um ponto único na história da humanidade em que nossas ações colocam em risco a sobrevivência e estabilidade da civilização. Temos 30 ou 40 anos para mudar o curso do futuro. Este é o dado negativo, pesado e preocupante, mas também é verdade que, em paralelo ao aprofundamento da crise, existe uma incrível energia para tentar resolver a situação, em termos de inovação, de tecnologia, de movimento rumo à economia verde. Nunca fomos tão conscientes dos problemas e das soluções. Hoje o futuro parece sombrio, mas estamos perto de um *turning point*, um ponto onde as pessoas estão mais conscientes, as empresas entendem que seu futuro está em perigo e os governos começam a agir. Somos uma espécie reativa, que precisa sentir a pressão antes de agir, mas logo a sociedade civil irá pressionar tão forte negócios e governos que, esperamos, se inicie uma reversão de rota política, econômica e social.

Valor: O WWF aceita recursos de empresas. Como evitar que o interesse seja apenas no logo do WWF e não na transformação do negócio?

Lambertini: Temos que criar parcerias que façam sentido para ambos. Não dá para pensar que a indústria se deslocará sozinha na direção da nossa agenda, nos agradeça e ok. Há ótimos exemplos em oceanos e florestas, desenvolvidos em conjunto, como as certificações que ajudam a indústria a extrair madeira segundo critérios que mantêm a integridade da floresta. Com os peixes é a mesma coisa. São processos que ajudam os negócios e protegem o ambiente.

Valor: E o marketing verde?

Lambertini: Tomamos cuidado, temos critérios bem estruturados. Estamos saindo da zona de patrocínio, em que uma empresa nos dá dinheiro para um projeto e pronto, e entrando na área de parcerias. A ideia é sentar juntos para melhorar o processo produtivo, reduzir

impacto e obter resultados para o ambiente. É isso que nos interessa.

Valor: Como vê as economias emergentes, com populações que só agora chegam ao consumo?

Lambertini: Estamos investindo muito no México, Brasil, Índia, China, Indonésia e na África. O movimento da China é interessante. Tem população enorme e desenvolvimento acelerado, classe média crescendo como nunca e pegada ecológica exponencial. Ao mesmo tempo, a China desenvolve velozmente políticas verdes e redireciona recursos do carvão e petróleo às energias renováveis. Está planejando investimentos pesados em criar uma economia alternativa que se baseará em fontes renováveis. Isso dá esperança. É sinal que grandes economias estão levando em consideração os problemas ambientais que o desenvolvimento tradicional produziu.

Valor: Dá para pular este desenvolvimento clássico?

Lambertini: Ninguém pode, este é o problema. Mas pode-se planejar em médio prazo um desenvolvimento alternativo.

Valor: Na Amazônia vivem 30 milhões de pessoas que desejam desenvolver-se. Como vê esse desafio?

Lambertini: A Amazônia é um grande laboratório da sustentabilidade. É possível, com planejamento, garantir qualidade de vida a quem vive na Amazônia, com uma abordagem integrada que garanta atividades produtivas e economia verde baseada nos recursos naturais da floresta. Não pensamos, nem por um segundo, em pedir ao Brasil que bloqueie a Amazônia em uma grande área protegida. Mas há modos de desenvolver sem destruir a floresta. É um desafio, uma aposta e uma grande oportunidade.

Valor: Oceanos são prioridade?

Lambertini: O programa marinho estará no centro da nossa nova campanha mundial. Oceanos são muito frágeis e importantes para o clima, para a absorção de CO₂, para a produção de comida. É um ecossistema crucial. Temos que encontrar a fórmula certa. Nossa campanha será centrada não apenas em criar áreas marinhas

REFLEXÕES VI

protegidas, mas em criar áreas onde comunidades locais e indústria conseguirão administrar os recursos do oceano de maneira sustentável.

Valor: O senhor acredita em um acordo climático em 2015?

Lambertini: Não temos experiências inspiradoras no passado, por isso mesmo desta vez não podemos falhar. Há três sinais encorajadores. O primeiro veio há alguns dias da gestão Obama que, pela primeira vez, agiu sobre as emissões. Segundo, a grande mobilização da China de sair do carvão. E a União Europeia mantendo suas metas ambiciosas de corte de emissões. Esses três grandes blocos de emissão, China, EUA e Europa, estão dando sinais positivos.

Valor: E o Brasil?

Lambertini: Queria convidar os brasileiros a acreditarem no desenvolvimento verde. É possível. Também quero dizer que o Brasil tem papel global, é uma força emergente e a política de vocês influencia os rumos da política mundial, principalmente no tema ambiental. Torço para que sejam responsáveis, corajosos e progressistas. E por fim, cuidado, porque a Itália pode ganhar a Copa e aí os dois países serão penta. ●

Marco Lambertini

Artigo publicado no jornal Valor Econômico no dia 18 de junho de 2014

Transgênicos, 20 anos de avanços e polêmicas

Bettina Barros



Futuro imaginado: desafio dos cientistas é entender a soja como um circuito, onde todas as peças são conhecidas

Vinte anos após a aprovação do primeiro alimento geneticamente modificado do mundo – um tomate com maior durabilidade criado na Califórnia –, o mercado de transgênicos atinge a maturidade com números expressivos, ainda que cercado de polêmicas. A cada 100 hectares plantados com soja hoje no planeta, 80 já são de sementes com os genes alterados. No caso do milho, são 30 para cada 100, o que significa que a chance de encontrar essas matérias-primas na dieta alimentar humana e animal cresceu substancialmente.

Em menos de duas décadas, a área com culturas transgênicas subiu 100 vezes, de 1,7 milhão de hectares para 175,2 milhões. Os EUA continuam na liderança desse processo, com 70 milhões de hectares e 90% de adoção de tecnologia em lavouras de soja, milho e algodão, espelhando uma tendência em outros grandes países agrícola.

Com movimentação global de US\$ 16 bilhões em 2013 nessas tecnologias, as companhias agrícolas travam uma "batalha de foice no escuro" para arrebatar mercados ainda não conquistados. Na soma de perdas e ganhos, os produtores rurais dizem ter angariado benefícios, o que justificou a adoção da tecnologia.

Desde a aprovação para consumo do tomate Flavr Savr, desenvolvido pela Calgene (comprada pela Monsanto), em 1994, a redução das aplicações de inseticidas recuaram 90% até 2010. O uso de herbicidas também caiu, embora casos pontuais de resistência de plantas daninhas ao glifosato, tenham acendido o sinal amarelo no

REFLEXÕES VI

Sul do Brasil e em regiões do EUA. A Monsanto, detentora da tecnologia, credita esses episódios a erros do produtor, como falta de rotação de culturas e o mau uso de produtos químicos.

Se os números até agora são favoráveis, a descoberta de novos "eventos" – o jargão da indústria para variedades novas – é crucial para manter o fôlego da indústria. Nos EUA, os pedidos para liberações de testes de campo, um medidor importante da intensidade das pesquisas em biotecnologia agrícola, têm se mantido à ordem 800 por ano, segundo o Departamento de Agricultura dos EUA (USDA). A Monsanto é a empresa que mais protocola esses pedidos junto às autoridades americanas, seguida por DuPont Pioneer e Syngenta.

No Brasil, 53 tiveram a liberação planejada no ambiente aprovadas este ano pela Comissão Técnica Nacional para a Biossegurança (CTNBio) e 19 aguardam o ok comercial – a maior parte para milho e soja, com novidades também em cana-de-açúcar e eucalipto.

Os esforços nos laboratórios estão centrados em trazer soluções para velhas e novas necessidades do campo. Questões agronômicas, como o aumento de produtividade, continuam norteando as pesquisas, mas as mudanças no clima trouxeram demandas de outra ordem, como a de sementes resistentes ao calor e ao estresse hídrico. A complexidade também mudou. Segundo os cientistas, para atender os sistemas de produção atuais, não basta reformular plantas com uma única característica.

Kristie Bell, gerente de comunicação da DuPont Pioneer para América Latina, diz que o avanço está em construir variedades agrícolas com benefícios múltiplos – os chamados eventos piramidados, tidos como a evolução natural do conhecimento científico. É aí que reside o futuro da biotecnologia.

"À medida que a população global crescerá de sete para nove bilhões até 2050, os produtores rurais enfrentarão necessidades pontuais tanto para elevar a produtividade quanto entregar alimentos mais nutritivos", diz Bell, acrescentando que mais da metade das vendas de sementes da companhia já são de variedades transgênicas. Em 2013, a divisão de sementes da DuPont investiu US\$ 2,2 bilhões em

REFLEXÕES VI

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), sendo que 60% foram destinados a inovações em agricultura e biotecnologia.

Extremamente complexas do ponto de vista fisiológico, essas sementes piramidadas tentarão agrupar o maior número possível de características genéticas novas. "Essa tem sido a maior demanda do mercado", afirma Ricardo Abdenoor, pesquisador da Embrapa Soja. Nos países que adotaram a biotecnologia, a área com tratamentos combinados totalizou 47,1 milhões, ou 27% do total. Hoje, o que há de mais avançado aprovado no mercado é a soja Intacta RR2 PRO, da Monsanto. A tecnologia combina resistência ao herbicida glifosato e é tolerante à lagarta e, segundo a empresa, entrega também um ganho de produtividade 10% em relação à tecnologia anterior. A Intacta fez sua estreia no mercado brasileiro nesta safra, a 2013/14. "Ela foi aprovada apenas no mercado brasileiro porque não há incidência de lagartas nos Estados Unidos", afirma Geraldo U. Berger, diretor de regulamentação da Monsanto no Brasil, segundo maior mercado para a multinacional americana.

Desde 1996 no mercado de sementes transgênicas, com a aprovação nos EUA da soja Roundup Ready (RR), tolerante ao herbicida glifosato, a Monsanto lidera o segmento com US\$ 14,9 bilhões em vendas em 2013, 70% dos quais da divisão de sementes e genômica.

Se o agrupamento de características novas às plantas já é uma realidade nos centros de pesquisa agrícola, a remodelação completa de um cromossomo é o exercício mais difícil da engenharia genética. Elibio Rech, pesquisador da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, diz que se pretende trabalhar com as plantas como um circuito, em que todas as peças são conhecidas. Nesse sentido, em vez de substituir genes ou blocos de genes de uma soja, por exemplo, os cientistas criarão um cromossomo novo.

"Queremos modificar a rota metabólica até reconstruir completamente um cromossomo. É a fronteira da fronteira científica". A vantagem? Editar mais facilmente os genes, ganhando tempo, dinheiro e agilidade na obtenção dos resultados.

Até agora, soja, milho e algodão mantiveram-se como as mais presentes no *pipeline* (produtos em desenvolvimento) das

REFLEXÕES VI

empresas. Segundo Adriana Brondani, diretora-executiva do Conselho de Informações sobre Biotecnologia (CIB), isso se explica porque "com o custo alto e o tempo de demora entre o desenvolvimento de uma variedade e a chegada ao mercado, só as *commodities* pagam o investimento". A tendência, porém, é que as pesquisas gradativamente contemplem outras culturas, de forma a minimizar a chamada "fome oculta" – alimentos populares, mas com baixo valor nutricional.

Na Ásia, pesquisadores filipinos do Instituto Internacional de Pesquisa do Arroz (IRRI, em inglês) concluíram os testes de campo do recém-desenvolvido "arroz dourado", variedade com altos níveis de vitamina A graças à modificação genética. Aqui, a Embrapa recebeu a aprovação comercial do feijão resistente ao vírus do mosaico, enquanto outro grupo de cientistas da entidade tenta criar uma alface enriquecida com ácido fólico.

Curiosamente, outro efeito da biotecnologia foi aumentar as pesquisas científicas convencionais, nas quais os cruzamentos são feitos sem a transferência de material genético. "O domínio da biologia molecular ajudou os cientistas a entender melhor e aperfeiçoar as plantas", diz Adriana, do CIB. Por causa disso, a Monsanto tornou-se também a maior empresa global de sementes de hortifrúteis convencionais, com legumes mais doces, crocantes e nutritivos. "A Monsanto acumulou tanto *know-how* científico que criou vegetais com as vantagens da engenharia genética sem lançar mão de qualquer traço Frankenstein", escreveu a revista americana *Wired*, repetindo o termo usado por grupos contrários à tecnologia para se referir aos transgênicos. "Se não precisassem de agrotóxico, poderiam até ser considerados orgânicos". ●

Bettina Barros: integrante da equipe do Valor Econômico desde a primeira edição, já viajou o mundo, tendo vivido em Inglaterra, Turquia e Líbano, países em que chegou a trabalhar como guia turística, professora de inglês e garçonete.
Artigo publicado no jornal Valor Econômico no dia 16 de junho de 2014

Holograma da revolução

Juan Pablo Villalobos



Subcomandante Marcos ‘morre’ simbolicamente, mas vive na pele de Galeano, morto de verdade.

A ideia era que o 1º de janeiro de 1994 passasse à história como o dia em que o México irromperia no Primeiro Mundo, uma data que ficaria marcada por um acontecimento simbólico: a entrada em vigor do Tratado de Livre Comércio da América do Norte. Era o que pensava, ao menos, a classe governante, propulsora do neoliberalismo, educada em Yale, em Harvard e no MIT e liderada pelo então presidente Carlos Salinas de Gortari. Reza a lenda que a festa de ano-novo organizada pela presidência da república foi estragada por uma notícia que correu de boca em boca entre os elegantes bailarinos que brindavam com champanhe: guerrilheiros mascarados autoproclamados Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) acabavam de pegar em armas no Estado sulista de Chiapas, um dos mais pobres e de maior presença indígena do país. A estupefação dos participantes da festa se estenderia na manhã seguinte a todos os cantos do México. O 1º de janeiro de 1994 já não seria o que ia ser; seria recordado como o dia do surgimento do Exército Zapatista de Libertação Nacional.

Neste 1º de janeiro o EZLN completou 20 anos. Seu líder, o subcomandante Marcos, também completou 20 anos. Esses dois fatos, simbólicos no contexto nacional e também global, se contrapõem a uma realidade menos visível, mas de enorme impacto local: em 2014 também completaram 20 anos os nascidos nas comunidades zapatistas: os filhos que nasceram, cresceram e foram educados segundo os preceitos zapatistas já são adultos e estão prontos para pegar o bastão geracional.

REFLEXÕES VI

Em 20 anos, o subcomandante Marcos conseguiu, realmente, ser considerado o “primeiro guerrilheiro do século XXI”, um revolucionário pós-moderno que mudava de identidade. Egresso da classe média, ilustrado, consciente de seu tempo (entendeu muito rápido a revolução que a *internet* implicava), messiânico irônico (às vezes francamente um *clown*³⁶), figura *pop* (era visitado por Oliver Stone, escrevia canções com Joaquín Sabina, mantinha correspondência com o filósofo Luis Villoro), era capaz de encaixar em seus discursos as mais variadas referências, incluindo as séries de televisão *Game of Thrones* e *The Walking Dead*.

Personagem literário e narrador de uma epopeia, Marcos foi deixando em discursos, entrevistas e livros uma enfiada de frases e opiniões que acabavam em grafites, epígrafes, estrofes e canções, as quais, chegado o tempo, se expandiram no mundo virtual do Facebook ou do Twitter. Uma retórica revolucionária não poucas vezes brega, mas muitas vezes salva pelo humor, como mostra uma de suas frases mais célebres: “Desculpem-nos pelos transtornos, isto é uma revolução”.

A imagem do subcomandante exerceu um fascínio global e, de fato, sua popularidade talvez tenha sido mais unânime fora que dentro do México. Sirva de exemplo um episódio pessoal: em 26 de maio, horas depois de Marcos anunciar seu desaparecimento, recebi uma correspondência eletrônica de minha tradutora turca que me pedia com “urgência” que a ajudasse a resolver algumas dúvidas na tradução do discurso de despedida do guerrilheiro. Ela me disse que havia parado de trabalhar para traduzir o discurso e que o estava fazendo de graça, para publicá-lo num *blog*, de tão urgente e importante que era a situação. Em comparação, e não o digo sem constrangimento, envergonhado, durante aquele dia e nos seguintes nenhum de



³⁶ **Clown**: palhaço.

REFLEXÕES VI

meus amigos ou familiares no México me falou do assunto. Conscientemente histriônico³⁷, Marcos construiu uma identidade maleável que não deixava ninguém indiferente. Era idolatrado ou odiado. Ou, muito frequentemente, objeto de suspeita. Quem era o homem atrás da máscara?

Em 1995, o governo de Ernesto Zedillo (1994-2000), sucessor de Carlos Salinas de Gortari, o identificou como Rafael Sebastián Guillén Vicente, originário de Tampico, no Estado de Tamaulipas, egresso da carreira de filosofia da Universidade Nacional Autônoma do México, professor universitário, nascido em 1957. Como demonstração do caráter lúdico com que Marcos assumia sua identidade, em seu último discurso, ao anunciar seu desaparecimento, ele não se esqueceu de ironizar sobre a identidade do homem atrás da máscara: “Um tempo depois o tampiquenho chegou a estas terras (...). Falamos com ele. Propusemos-lhe dar uma entrevista conjunta, assim ele poderia se livrar da perseguição, já que seria evidente que ele e Marcos não eram a mesma pessoa. Não quis. Veio viver aqui (...). Se quiserem, podem entrevistá-lo. Agora vive numa comunidade em... Ah, ele não quer que saibam onde vive (...). De nossa parte, só nos resta agradecer-lhe por nos ter passado dados que de tempos em tempos usamos para alimentar a ‘certeza’ de que o SupMarcos não é o que é na realidade, isto é, uma botarga ou um holograma, mas um professor universitário, originário do agora sofrido Tamaulipas”.

No México, uma das críticas frequentes a Marcos era o que alguns viam como “afã de protagonismo”, “ambição de estrela midiática”. Houve até quem questionasse sua autenticidade, já que no fim das contas ele era um mestiço, urbano, proveniente da classe média educada, não representativo da gente das comunidades zapatistas. Mas Marcos assumia seu papel no movimento zapatista como o de alguém que atrai a atenção sobre si para que os outros possam fazer o trabalho realmente importante. Ele atuava, conforme declarou, para que os zapatistas pudessem construir tranquilos suas escolas,

³⁷ **Histrião**: indivíduo palhaço, farsista.

REFLEXÕES VI

seus hospitais e sua autonomia.

O último salto no vazio de sua identidade, seu desaparecimento anunciado no 25 de maio, é a aceitação do que Marcos foi na realidade: uma

botarga³⁸ ou um holograma³⁹. Tradição e modernidade.

Se houve um grande acerto na configuração da identidade de Marcos, até o final, foi justamente este: salvar a oposição entre tradição e modernidade e propô-la como uma dicotomia, como as duas faces da mesma moeda.

Eclipsada por sua figura de ícone global da insurreição, há uma faceta do subcomandante Marcos estritamente contextual e nacional: a oposição de sua imagem, de seu holograma, ao da figura preponderante daquele 1994, o presidente Carlos Salinas de Gortari. Salinas e Marcos encarnam dois polos opostos de um México (e uma América Latina) entendida, muitas vezes, de maneira maniqueísta: neoliberalismo contra revolução; burguesia branca contra povos indígenas; modernidade contra tradição. A grande vitória do EZLN, o grande serviço que prestou à nação, e isso não se deve esquecer, é ter fraturado o sonho salinista, ter contribuído para acabar com o projeto que Carlos Salinas e sua equipe albergavam: a ambição de perpetuar-se no poder por 20 anos para implantar a fundo o programa neoliberal.

A “morte” do subcomandante Marcos, o desaparecimento de sua botarga e de seu holograma, são a resposta a outra morte, uma morte real, sangrenta: em 2 de maio de 2014, José Luis López, o “companheiro Galeano” (assim apelidado em homenagem ao escritor uruguaio Eduardo Galeano), foi assassinado nas mãos do que o EZLN denomina “forças paramilitares e contrainsurgentes”. Revoltando-se com a morte do companheiro Galeano, Marcos decide revivê-lo, mas alguém tem de morrer para que Galeano viva e Marcos escolhe morrer para ceder a Galeano seu lugar na vida e,

³⁸ **Botarga:** personagem disfarçado que participa de celebrações populares.

³⁹ **Holograma:** imagem fotográfica tridimensional criada com raio laser.

REFLEXÕES VI

em seu último discurso, ele se erige em porta-voz do próprio falecimento: “Às 2h8min de 25 de maio de 2014, na frente de combate sudeste do EZLN, declaro que deixa de existir aquele conhecido como subcomandante e insurgente Marcos (...). Por minha voz já não falará a voz do Exército Zapatista de Libertação Nacional”. Um aviso fúnebre que é prontamente corrigido pela mesma voz, mas que agora provém de outro personagem, as palavras de um morto que volta à vida como um holograma: “Boas madrugadas tenham companheiras e companheiros. Meu nome é Galeano, subcomandante insurgente Galeano”. Um morto vivo (Galeano) um vivo morto (Marcos) convivem na palestra.

Morto o subcomandante Marcos, não devemos nos ocupar somente de seguir os movimentos de seu novo botarga/holograma, o subcomandante Galeano. O momento é de refletir sobre o que há por baixo dessa troca simbólica, uma troca de múltiplas instâncias, como assinalou Marcos em sua última e definitiva aparição: “A (troca) de classe: do originário de classe média educado ao camponês indígena. A de raça: da direção mestiça à direção nitidamente indígena. E, mais importante, a troca de pensamento: do vanguardismo revolucionário ao mandar obedecendo; da tomada do poder de cima para baixo à criação do poder de baixo para cima; da política profissional à política cotidiana; dos líderes aos povos; da marginalização de gênero à participação direta das mulheres; da gozação do outro à celebração da diferença”.

Um novo EZLN está nascendo. ●

Juan Pablo Villalobos: escritor mexicano; autor, entre outros livros, de *Festa no Covil* e *No Estilo de Jalisco*.

Artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 8 de junho de 2014

Subcomandante Marcos

Wikipédia



Subcomandante Marcos (de boné) ao lado do comandante Tacho em Chiapas.

O 'Subcomandante Marcos' é o principal porta-voz do comando militar do grupo indígena mexicano chamado Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), que fez a sua aparição pública em 1º de Janeiro em 1994, quando os militares lançaram uma ofensiva na qual conquistou seis municípios, no sulino estado mexicano de Chiapas, exigindo democracia, liberdade, terra, pão e justiça para os índios.

Segundo ele, "Marcos é o nome de um colega que morreu, e sempre usamos os nomes daqueles que morreram nesta ideia de que um não morre, se a luta continuar". Esta não é uma sigla, como alguns têm sugerido, nas comunidades onde o EZLN primeiro se levantou (Las Margaritas, Altamirano, Rancho Novamente, Comitán, Ocosingo, OXCHUC e San Cristobal).

No dia 9 de fevereiro em 1995, o governo mexicano declarou publicamente que conhecia a identidade do subcomandante Marcos, identificando-o como Rafael Sebastián Guillén Vicente (Tampico, Tamaulipas México, nascido em 19 de junho de 1957), ex-aluno da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM) e professor da Universidade Autónoma Metropolitana (UAM), em Cidade do México.

Rafael Sebastián Guillén Vicente foi o quarto de oito irmãos, filho de imigrantes espanhóis zamoranos, e nasceu dia 19 de junho de 1957 no Caridade Espanhol, um hospital privado da cidade de Tampico. Ele passou sua infância com seus pais em sua casa na colônia Lauro Aguirre, em primeiro lugar e, finalmente, na casa da Rua Ébano 205, na Colônia Petrolera. Aproveitava qualquer festa infantil para atuar como mágico.

REFLEXÕES VI

Antes de enviá-lo para a escola primária, seu pai ensinou-lhe a recitar vários poemas. Sofria de asma. Aparentemente, ele estava muito perto de sua avó. Ele fez o primário no Colégio de Jesus Felix Rougier, administrado pelos Missionários da Santíssima Trindade, entre 1963 a 1969. Cursou o ensino secundário com os jesuítas no Instituto Cultural Tampico, de 1970 até 1976; nesta fase se destacou pela maneira de preparar os seus argumentos em sala de aula. No ensino secundário não só escreveu a propaganda das lojas de móveis para o pai ("Mueblerías Guillen, as do crédito imobiliário"), mas subiu na *pick-up* da empresa, e ajudou a distribuir móveis e equipamentos eletrodomésticos de casa em casa.

Além de viajar muito pelo México, South Padre Island, Orlando, Nova Orleans, Las Vegas e no Canadá com sua família, viajou para a Serra Tarahumara na companhia do irmão Carlos Simon. Juntamente com o seu serviço nas colônias marginais de Tampico, é talvez uma das viagens com o maior impacto no sentido de moldar sua personalidade. Quando passou a viver na cidade para estudar na Faculdade de Filosofia e Letras na UNAM, a muito custo deixou o seu emprego na sua cidade natal, mas assim que o fez, retornava apenas em ocasiões especiais, e os seus períodos de desaparecimento cresceram progressivamente. Desde 1992, nunca mais foi visto em Tampico, ou nos seus arredores. Durante uma breve estada viveu na Espanha, especificamente em Barcelona onde trabalhou nas conhecidas lojas de departamento El Corte Inglés.

Formou-se em filosofia pela Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM), com a tese Filosofia e educação: práticas discursivas e práticas ideológicas em livros didáticos para o primário. Depois começou a trabalhar como professor na Universidade Autónoma Metropolitana.

Nas suas próprias histórias (versões confirmadas pelo governo), Marcos chegou a Chiapas com alguns outros companheiros depois de ter militado nas Forças de Libertação Nacional durante vários anos. Ele chegou a promover a ideologia maoísta, mas o encontro com os movimentos indígenas de Chiapas transformou a sua ideologia, tornando as comunidades indígenas o centro da sua práxis e do seu discurso. O resultado foi mais próximo de teorias

REFLEXÕES VI

pós-modernas / pós-marxistas que as suas intenções originais. Outras ideias que foram declaradas nos seus discursos e ações estão mais relacionadas com os temas e preocupações do marxista-revisionista italiano, Antonio Gramsci, popular no México, quando ele ainda estudava na universidade.

Desde o início da insurreição, disse à imprensa que o EZLN não era marxista, e tem dito em entrevistas ser "mais influenciado pelo intelectual mexicano Carlos Monsiváis do que por Karl Marx." Além de Emiliano Zapata, também expressou admiração pelo argentino revolucionário Ernesto "Che" Guevara.

Entre 1992 a 2006, Marcos escreveu mais de 200 dissertações e histórias, e publicou 21 livros, num total de pelo menos 33 edições, documentando amplamente suas perspectivas filosóficas e políticas. Os ensaios e as histórias são recicladas em livros. Marcos tende a preferir expressões indiretas, pois seus escritos são muitas vezes fábulas. Alguns, no entanto, são muito apegados à sua vida cotidiana e são diretos. Numa carta ao ETA em janeiro de 2003, terminou com a frase "Eu pouco me importo com as vanguardas revolucionárias de todo o planeta", Marcos disse:

Citação: Vamos ensiná-los [os filhos] que existem tantas palavras como cores, e há tantos pensamentos em si mesmos, porque o mundo está a nascer com ele nas palavras. A existência de diferentes pensamentos e que temos de respeitá-los. ... E ensiná-los a falar com a verdade, isto é, com o coração.

Um dos mais conhecidos livros de Marcos, A História das Cores, é uma história para crianças. Baseada num mito da criação Maia, ensina sobre a tolerância e o respeito pela diversidade.

O seu estilo elíptico, irônico e romântico pode ser uma forma de distanciar-se das circunstâncias dolorosas dos relatórios e protestos. Mas, como em qualquer caso, a sua volumosa obra tem uma finalidade, tal como descrito no livro A nossa arma é a nossa palavra.

Em dezembro de 2004, anunciou a publicação do livro Mortos Incômodos, junto com o escritor Paco Ignacio Taibo II, que foi

publicado no jornal mexicano *La Jornada*, consistiu em doze partes onde existe um delineamento da vida política nacional mexicana. O livro primeiramente ia ser escrito por seis mãos, entre Marcos, Paco Ignacio TAIBO e Manuel Vazquez Montalban. Foi publicado na Espanha pela editora Fate em abril de 2005.

Em 1º de janeiro de 2006, Marcos, agora Delegado Zero, começou uma turnê em 32 estados mexicanos a fim de promover a Outra Campanha. Nela, buscava ouvir o povo mexicano, os organizados e aqueles que não estavam, "todos aqueles a partir de baixo e da esquerda procuram para mudar o estado atual da sociedade, sempre regidos por determinados princípios, tais como: o anticapitalismo, o horizontalismo, a igualdade, entre outros que o próprio movimento irá definir na sua caminhada".

A natureza desta iniciativa envolve a distância dos três principais partidos políticos do México e dos seus candidatos presidenciais, deixando claro que a proposta de construção de um novo país não está passando pelo apoio a este ou aquele candidato, mas pela luta em si .

"O processo eleitoral já começou e está indo para alguém vir e dizer que o apoio que se eles vão resolver tudo. Viemos para dizer que eles não iam para resolver nada, nem têm que viemos para trazer soluções, mas problemas, e, convidando-nos sair com seus colegas que estão a subir para outras partes do país para a construção do novo México".

No dia 3 de maio de 2006, a polícia municipal de Texcoco tentou expulsar os vendedores de flores do mercado Belisario Domínguez. Habitantes de San Salvador Atenco apoiaram um protesto em Texcoco. Com isso começou um dia de violência que resultou em muitos feridos, dois mortos (Javier Cortés Santiago e Alexis Benhumea), estupro de mulheres, várias centenas de detidos e desaparecidos. Na sequência destes incidentes do EZLN, Marcos os declarou em alerta vermelho e suspendeu indefinidamente a Outra Campanha a fim de lutar pela libertação imediata e incondicional de todos os prisioneiros. ●

[Wikipédia](#)

Zapatismo, vinte anos depois

Piero Locatelli



O levante, ocorrido no México em janeiro de 1994, influenciou a esquerda política em todo o mundo e até mesmo as manifestações de junho no Brasil

Em 1º de janeiro de 1994, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) tomou o controle de parte da pobre província mexicana de Chiapas.

Formado em sua maior parte por indígenas, o EZLN ocupou cidades, libertou presos e desafiou o poder do Estado na região. Depois de longas disputas com o governo do México, o grupo baixou as armas e adotou estratégias de resistência civil. Hoje, controla parte de Chiapas.

Quase vinte anos depois do levante, a influência do movimento zapatista ainda pode ser sentida. Não apenas no México. Características do zapatismo puderam ser vistas nas manifestações que tomaram o Brasil em junho de 2013. Estopim dos protestos, o Movimento Passe Livre (MPL) compartilha ideias vindas de Chiapas. O MPL é herdeiro da luta antiglobalização do final dos anos 1990. Naquele momento, o EZLN teve sua maior influência dentro da esquerda política, quando movimentos ao redor do mundo, organizados na Ação Global dos Povos, questionavam as políticas neoliberais em evidência na época.

“O zapatismo conseguiu soprar novos ares sobre os cânones da esquerda tradicional, inspirando-nos a ir além dos caminhos mais defendidos e usuais”, diz um integrante do MPL que preferiu não se identificar. Ele se encontrava em Chiapas, com outros militantes do movimento que participavam da Escuelita Zapatista, um encontro de ativistas na região.

Uma das características comuns ao EZLN e ao MPL é a negação de

figuras destacadas, em contraposição aos líderes da esquerda organizada em partidos e sindicatos. Alguns porta-vozes em Chiapas atendem pelo nome de “subcomandante”, sendo Marcos o mais conhecido deles. A partir da ideia de que ninguém se destaca, surge a imagem mais familiar dos zapatistas: a dos rostos cobertos por capuzes pretos. A imagem dos “encapuchados”, junto com a estrela vermelha em um fundo preto, se tornaram os ícones mais conhecidos do movimento.

Os integrantes do MPL não chegam a se “encapuchar” da mesma forma que os zapatistas, mas se queixaram do tratamento recebido por parte da imprensa, que caracterizava alguns deles como líderes do movimento, ou divulgavam características e interesses pessoais de militantes. Para eles, a personalização feita pela imprensa é uma “contraofensiva”, que procura desvinculá-los de uma causa maior. “Costumamos dizer que a horizontalidade é uma meta, um ideal que devemos perseguir ativamente. A cada vez que relaxamos, facilmente terminamos por reproduzir essas práticas [hierarquizadas]. Por isso, a horizontalidade é algo ativo. É um combate constante contra a hierarquização a que nos empurram a todo o momento,” diz um militante do MPL.

Territórios autônomos

Quem chega perto das terras em Chiapas encontra placas com a inscrição: “Esta usted en territorio zapatista en rebeldia, aqui manda el pueblo y el gobierno obedece.” Lá dentro, os zapatistas mantêm a educação, o judiciário, e tudo o que for possível em seu próprio controle. Os zapatistas não tentam tomar o controle do Estado mexicano e não disputam eleições, tentando manter o poder onde se encontram.

Alguns movimentos urbanos de moradia em São Paulo atuam de forma parecida e buscam ter autonomia em suas áreas. A Rede Extremo Sul diz compartilhar de algumas das características da luta em Chiapas. “Temos referência na ousadia zapatista, na sua postura antidogmática, e, sobretudo, na percepção de que não basta trocar padrões e governantes, maquiagem os regimes políticos”, diz o movimento Rede Extremo Sul, em resposta coletiva enviada à

reportagem. "Mas [devemos] colocar como tarefa a construção de novas relações sociais, a tomada de controle de maneira ativa, consciente e coletiva das diversas dimensões da vida social".

Nas ocupações de terrenos feitas pelo movimento, no bairro do Grajaú, os moradores têm diversas funções dentro da ocupação. A intenção é que eles possam participar ao máximo em atividades ligadas à educação, comunicação, cultura e à resolução de conflitos, por exemplo. Nas assembleias, todos têm vez para falar e existe um esforço para que as decisões relevantes sejam tomadas em conjunto.

"A experiência da vida coletiva nas ocupações representa certa ruptura com o individualismo da vida cotidiana, de modo que elas se apresentam como espaços propícios a este exercício de autonomia e de mudança de cultura política," explica a Rede.

Zapatistas mostraram que a história não tinha acabado

O levante dos zapatistas aconteceu poucos anos após o fim da União Soviética e a queda do muro de Berlim, em meio a uma globalização sem precedentes do capital financeiro. Na avaliação de Gilmar Mauro, dirigente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), esses eventos causaram uma crise nas organizações socialistas do mundo todo. Para o militante, o levante zapatista foi um "contraponto fundamental" a esse quadro: Chiapas mostrava ao mundo que a democracia liberal não era o fim da história, como havia escrito o historiador norte-americano Francis Fukuyama em 1992.

Anterior ao levante zapatista, o MST é uma organização assumidamente hierarquizada. Nela, há direções em diferentes esferas (nacional, estadual e local). Embora não haja a figura de um presidente, há integrantes que se destacam pela sua participação e direção do movimento. Apesar de não ter candidatos próprios, o MST se posiciona e também disputa a política dentro dos meandros do Estado. Faz isso, por exemplo, apoiando determinados candidatos e dialogando mais com o poder público do que os movimentos autonomistas (como o MPL) o fazem.

Mesmo com as diferenças entre os movimentos, Mauro diz que o

REFLEXÕES VI

EZLN e o MST mantêm uma relação de respeito mútuo e solidariedade. “O zapatismo cumpriu um papel de influência na juventude de todo planeta com o discurso que se diferencia da visão clássica da tomada do poder pela esquerda. Ou seja, eles mostram a ideia de poder popular,” diz Mauro, que já esteve em Chiapas algumas vezes. “A construção de poder popular é muito importante, ou seja, a ideia de construir novas formas, uma nova metodologia para alterar a ordem do capital e construir outra sociedade. A participação de todos e de todas é muito importante.”

Para Mauro, este outro tipo de organização surge porque sindicatos e partidos foram construídos quando o desenvolvimento do capitalismo permitia ganhos para todos, ao contrário do que acontece hoje, quando os trabalhadores são mais prejudicados. “É preciso construir novas formas organizativas. Mas isso não significa colocar na lata do lixo o que a gente construiu [em sindicatos, partidos, e movimentos sociais], pois estas novas formas não dão conta de organizar o conjunto da classe trabalhadora.” Qual seria essa nova forma? “É a experimentação concreta que vai permitir testar e construir novas formas de luta”. ●

Piero Locatelli: repórter do *site* de Carta Capital

Os zapatistas hoje

Antonio García de León



Atualmente, sou um dos assessores do Exército Zapatista nas negociações de Salandres, que estão sendo realizadas entre este e o governo da República. Trata-se de uma negociação difícil porque o modelo econômico imperante no México não permite, facilmente, a participação popular e camponesa nos assuntos do Estado. Temos, neste momento, a vigência de um modelo econômico neoliberal que se

estabeleceu fortemente, sobretudo a partir dos anos 1980, por meio das reformas econômicas levadas a cabo por Salinas de Gortari. Tal modelo não é compatível com a grande mobilização popular que se iniciou no México a partir de 1988. Nesse ano, realizou-se uma grande ruptura do modelo político, quando um setor do partido dominante (do Estado) rompeu com o modelo e implantou um movimento de esquerda, ao redor de uma figura chamada Qualtemo Cárdenas, filho do general Cárdenas que foi presidente do México no período populista dos anos 1930.

Sem dúvida, esse movimento conseguiu romper, em 1988, por intermédio das eleições, o modelo imperante, não conseguindo, todavia, se impor sobre o mesmo. Uma grande fraude eleitoral "cibernética e informatizada" fez com que o velho partido de Estado continuasse ainda no poder no México, o que se verifica até os dias atuais. Ao longo de boa parte do século XX, desenvolveu-se, no México, um sistema de partido único que domina a política mexicana desde o período posterior à revolução de 1920.

Em 1994, surge uma rebelião armada no sul de Chiapas, um estado caracterizado pelo fato de possuir uma população, em sua maioria, formada de camponeses e por ser uma região pobre e predominantemente agrária e, portanto, muito sujeita às flutuações do mercado internacional, como ocorre, por exemplo, com a cultura

do café. Estas são características muito importantes de Chiapas que ajudam a compreender o processo de luta armada.

É importante lembrar também que, não obstante tenha havido no México uma reforma agrária após a revolução, essa reforma, no caso de Chiapas, não pôde ser levada a cabo, visto que as oligarquias agrárias fizeram uma aliança com o governo revolucionário central para evitá-la. Essa também foi uma das causas que acabaram por gerar um conflito de longa duração nessa região, pelo menos nos últimos cinquenta anos, entre os camponeses sem-terra e os grandes proprietários de gado, plantadores de café, de milho e de outros produtos como a soja e o algodão. Têm ocorrido enfrentamentos permanentes. Grande parte do movimento camponês está também muito marcada pelos movimentos indígenas de manutenção de identidade própria. A presença de índios na região é grande, tratando-se, em sua maioria, de descendentes maias que falam entre quatro e seis línguas diferentes e que fazem questão de se comunicar entre eles em sua língua, tendo, atualmente, inclusive estações de rádio em língua indígena.

O movimento zapatista surge dentro desse contexto, a partir de 1983, e começa a organizar, no interior do movimento dos camponeses sem-terra, um exército popular. Os camponeses colonizaram a selva Lacandona e aí formaram novas entidades políticas muito desenvolvidas, com uma grande dose de politização e com uma avançada unidade horizontal, englobando todos os grupos indígenas e camponeses. Os pobres da região se organizaram de uma maneira muito eficiente. Isso provocou a reação dos grandes fazendeiros que montaram, então, uma repressão violenta contra esse movimento, empregando forças armadas próprias — as "Guardas Brancas", grupos de pistoleiros a serviço dos fazendeiros —, da polícia, ou mesmo do Exército.

Esse movimento de invasão e apropriação de terras (algumas federais e outras privadas), desenvolvido pela população humilde, teve início em 1974. Ele se inspira na imagem do velho Emiliano Zapata, caudilho da revolução mexicana de 1910, que se torna símbolo dessa luta. Zapata é, sem sombra de dúvida, um símbolo da resistência popular. Mas seu movimento também é retomado de

REFLEXÕES VI

forma crítica, no sentido de se esclarecer os motivos que levaram a sua derrota.

Afirma-se que a derrota do movimento de Zapata se deveu ao fato de que se tratava de um movimento de cunho regional. Portanto, agora, é preciso se construir um movimento nacional que seja forte para se impor. Mas mesmo essas críticas não eliminam o fato de Zapata, hoje, ser um símbolo popular, um mito religioso, ou, por que não, um orixá.

Os camponeses, a partir dos anos 1970, começam também a adquirir armas para defenderem-se, mesmo que isoladamente, dos grandes proprietários das terras. O Exército Zapatista é fundado, quando, numa segunda ocasião, um grupo marxista de guerrilha urbana se integra a esta luta. Seu objetivo inicial era, em 1974, formar uma guerrilha foquista, uma guerrilha guevarista na região. Porém, essa tentativa foi totalmente aniquilada pelo Exército em 1974. Em 1983, ocorre uma nova tentativa que, desta vez, sai vitoriosa. Essa vitória, em certo sentido, se dá em consequência da fusão de guerrilheiros urbanos (um pequeno grupo de militantes marxistas urbanos, entre eles Marcos) com o movimento indígena e camponês, engendrando uma luta com perspectivas novas, no interior de um movimento mais eclético e mais heterodoxo.

O movimento indígena foi fundado, principalmente, em torno da questão da identidade de grupos maias que, ao longo dos séculos, vêm sofrendo discriminações e uma marginalização na sociedade. Sem dúvida, a maior parte da força de trabalho agrária é composta de camponeses índios, mas, em geral, não se reconhece aos índios este aporte na economia. Pelo contrário, eles vêm sendo expulsos da terra e discriminados linguística e culturalmente. O governo central não reconhece a diversidade étnica no México. E isso abre espaço para o surgimento de um movimento popular de cunho étnico muito atuante, chamado Movimento pela Autonomia, que inclui 56 grupos indígenas que estão lutando pela sua autonomia sem desejar, com isso, uma ruptura com a unidade da nação. Eles reivindicam o reconhecimento de sua autonomia cultural, a exemplo do modelo espanhol, em que se reconhece a língua e a educação de povos distintos. Há também uma população de origem

africana nas costas do Pacífico, chamada de afromestiça, que cultua sua própria identidade. E esse movimento também está buscando uma autonomia regional ao lado dos movimentos indígenas. Foi firmada uma aliança, por intermédio do Foro Nacional Indígena, na qual se organizam todos esses grupos. Há também uma população de origem asiática que desembarcou no território mexicano no período colonial em função da dominação das Filipinas (colônia espanhola, cuja capital era o México).

É importante lembrar que Chiapas tem uma longa tradição de resistência, de grandes sublevações populares (indígenas e não indígenas) no passado. Chiapas também contou com a presença de escravos africanos durante o período colonial, na região do Pacífico. Estes dois grupos fizeram parte das estruturas coloniais desta parte do sul do México. Tratava-se de uma estrutura colonial muito similar à da Guatemala, visto que Chiapas pertencia à América Central (Capitania Geral da Guatemala) e não à parte mexicana colonial. Desta forma, pode-se afirmar que, em certo sentido, Chiapas tem uma vocação centro-americana. O espanhol falado em Chiapas é o centro-americano e não o mexicano. Mas, durante o processo de independência, o estado foi integrado à nação mexicana.

O movimento de Chiapas, atualmente, converteu-se numa espécie de detonador de um movimento nacional que é, por um lado, um movimento dos camponeses e, por outro, dos marginalizados urbanos, mas também de amplos setores da sociedade civil mexicana, como partidos e organizações que buscam a democratização do país. Pode-se afirmar que o movimento zapatista é um movimento detonador de uma transição rumo à democracia. E essa transição passa também por uma busca das identidades regionais, envolvendo os diferentes grupos sociais no México. Todos esses grupos, de alguma forma, colocam-se contra o modelo neoliberal imperante na economia mexicana, modelo este que vem tentando privatizar a totalidade das terras, a saúde, a seguridade social, o ensino — as universidades nacionais, por exemplo, têm-se tornado cada vez mais pobres.

Existe também no México uma tradição muito forte do movimento

REFLEXÕES VI

estudantil. Em 1968, os estudantes participaram de um movimento que foi brutalmente reprimido, como ocorreu, por exemplo, no massacre de quatrocentos estudantes na Praça de Lateloco, durante uma manifestação pacífica.

Atualmente, existe uma tentativa de se solucionar alguns dos problemas envolvidos no conflito por meio da negociação. Os zapatistas, todavia, não esperam muito dessa negociação porque acreditam que o governo não quer ceder e que ele se opõe, compreensivelmente, à transformação do sistema. Há grandes interesses econômicos, além dos meramente políticos, que impedem a transformação e a transição para a democracia. O sistema político se corrompeu muito fortemente. O narcotráfico tem penetrado no governo de forma assustadora. E a grande corrupção chegou, inclusive, à Presidência da República: o presidente Salinas é acusado, agora, de haver roubado milhões de dólares dos cofres do Estado. Para se ter ideia da grandeza da corrupção, basta citar que apenas uma das contas bancárias de Salinas na Suíça possui oitenta milhões de dólares que são produto do roubo direto e de mecanismos de corrupção do aparelho de Estado. A divulgação dessas notícias tem debilitado muito a posição do governo que não se encontra em seu melhor momento, estando severamente questionado pela corrupção e pelo narcotráfico.

Por outro lado, há também uma presença muito marcante, no México, do grande capital e do modelo financeiro internacionais, cujos defensores advogam a ideia de um modelo de transição à democracia concebido de maneira particular. Quer dizer, todos entendem que o México necessita de um processo de transição para a democracia. Só que o grande capital internacional deseja uma transição *light*, ou seja, uma transição na qual o poder se alterne de mãos, mas não de classes, tomando como exemplo a política dos EUA (entre republicanos e democratas). No México, esta dar-se-ia entre o PRI e o PAN. Todavia, mesmo esta alternativa defendida pela direita não consegue se impor nacionalmente, visto que, atualmente, o PRI ainda mantém o controle de tudo em matéria de política: o controle das campanhas e o controle da mídia (em especial, a televisiva), por exemplo. Há, no entanto, alguns estados

REFLEXÕES VI

da República onde o PRI tem sido vencido pela oposição de direita. Há, por exemplo, alguns governadores do PAM, sobretudo no norte do país; mas as diretrizes do PAM não diferem muito das do PRI. É um partido de direita, conservador e que mantém a mesmas práticas do PRI, inclusive agora também ligado à corrupção do Estado.

Há também em gestação um grande movimento popular e de esquerda, agrupado em partidos com reconhecimento, como o PRD (Partido da Revolução Democrática ou partido cardenista, devido à liderança de Cárdenas). É um partido popular, de bases amplas, que tem ganhado força no país. Mas trata-se de um partido muito dividido. Atualmente, o PRD agrupa muitas correntes políticas, anteriormente trotskistas, maoístas, comunistas, etc. O PC se fundiu totalmente e não existe mais. Há outros partidos de esquerda, como o PT que é controlado pelo PRI. Há outros partidos mais populistas, cuja direção também é controlada.

Há um setor da direção do PRD que é muito próximo do governo. Mas a sua base social é, em geral, simpatizante do zapatismo. No mês de junho, foi realizada uma aliança em que se estabeleceu uma ampla frente de oposição, com a participação de todos esses partidos de esquerda e de suas bases e dos zapatistas, promovida pelo Exército Zapatista.

Alguns partidos troskistas também estão aliados com o EZLN. Somente um setor burocrático da esquerda — a direita do PRD e parte da liderança do PT — coloca-se ao lado do governo.

O movimento zapatista pretende se converter numa importante força política, mas não numa força eleitoral, visto que considera que esse sistema está totalmente corrompido e que se tem de criar uma alternativa. Vislumbra uma organização da sociedade civil realizada a partir das bases e uma transformação das relações políticas. O movimento zapatista também concebe o poder de maneira diferente da dos partidos. Para os zapatistas, o poder não é um coisa que se toma, e pronto. Mas sim uma relação social que tem que transformar o modelo imperante, modificando as relações de poder, como fizeram as comunidades indígenas e camponesas que

REFLEXÕES VI

organizaram o EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional) de uma maneira democrática, com ampla participação das bases. O EZLN é um paradoxo: é um movimento armado e militar que, apesar disto, possui uma estrutura democrática no seu interior. Mas isto, militarmente, o faz débil e frágil. Atualmente, o EZLN está dividido. Trata-se de uma organização político-militar na qual a política se coloca acima do militar. Um exemplo disto está no fato dos militares da EZLN não fazerem parte da sua direção. Esta não é militar, mas política, formada por um conselho de dirigentes indígenas que controla o movimento.

É este conselho, chamado Comitê Clandestino Revolucionário Indígena, que agora está negociando com o governo. Existe também a equipe de assessores das negociações (da qual faço parte, formada por especialistas em questões agrárias, econômicas, de saúde, sociais, especialistas universitários, dirigentes políticos e populares e líderes indígenas de outras regiões) e uma Comissão de Intermediação, formada pelo bispo de Chiapas, por Pablo Gonzalez Casanova e por outros intelectuais. Esta assessoria também tem o objetivo de traduzir, durante as negociações, muitos conceitos e palavras algumas vezes complicadas, utilizadas pelo governo como forma de dominação linguística sobre os índios e rebeldes. Quanto ao bispo de Chiapas, trata-se de um religioso progressista, muito ligado à Teologia da Libertação, que, atualmente, vem sendo severamente atacado pelo governo, que vem afirmando ser ele o supremo comandante do movimento; e pela imprensa, que o descreve como louco, comunista, etc.

Esta negociação é realizada com uma comissão de concórdia e pacificação, formada por deputados de todos os partidos no Congresso. Mas, sem dúvida, os índios rebeldes nos têm ensinado muito mais do que nós a eles. Eles detêm um conhecimento muito valioso nos aspectos da dominação, em função da sua própria história de vida, por mais que nós, especialistas e acadêmicos, tenhamos estudado em Paris.



REFLEXÕES VI

O movimento zapatista não é somente um movimento armado, mas, principalmente, um movimento com força moral que luta pela dignidade e pelo reconhecimento dos valores próprios. Muitas pessoas, atualmente, veem nesse movimento um futuro possível, a possibilidade de romper o modelo neoliberal. Nesta semana, os zapatistas estão realizando um encontro intercontinental pela humanidade e contra o neoliberalismo. Enquanto falamos aqui, em Chiapas, neste momento, falam convidados, intelectuais e dirigentes populares de todo o mundo. Cinco mil pessoas estão em Chiapas para discutir saídas possíveis para o esquema neoliberal, as possibilidades de um novo modelo econômico e político, e de mudanças e de uma transformação a nível mundial. ●

Antônio García de León: professor da Divisão de Pós-Graduação da Faculdade de Economia da Universidade Nacional do México e especialista no estudo das rebeliões indígenas em Chiapas, tendo vivido na região, durante dez anos, atuando como professor de comunidades indígenas, e aprendido uma de suas línguas. É sobre esta temática que ele escreveu sua tese de doutorado (Paris I - Panteon Sorbone) que, em 1985, foi publicada com o título de *Resistência e Utopia*, tornando-se, a partir de 1994, um *best-seller*. Atualmente, ele é assessor do Exército Zapatista

Reivindicaciones zapatistas, una constante en la historia de México

Amparo González Ferrer



Resumen:

A pesar del tiempo transcurrido, para los indígenas chiapanecos las condiciones económicas y sociales, apenas han variado respecto de aquéllas a las que, en su día, tuvo que enfrentarse Emiliano Zapata. Así pues, no es de extrañar el arraigo logrado por el EZLN, movimiento popular que, heredando la tradición de lucha zapatista, ha sido capaz de adaptar ésta a la nueva situación histórico-política de México, corrigiendo muchos de los errores que condenaron al fracaso las demandas de Zapata y de otras guerrillas latinoamericanas del último medio siglo. Seguramente há sido esto lo que ha permitido reabrir un debate que el pensamiento conservador se había afanado en cerrar: las posibilidades de la lucha armada como camino hacia la democracia. Cuando el levantamiento del EZLN estuvo en boca de todos, sus dirigentes sufrieron críticas desde muy diversos frentes. Representantes del pensamiento conservador atacaron al subcomandante Marcos y los suyos, acusándolos de manipular la mítica figura de Zapata para lograr la sublevación de una masa de indígenas incautos, sin causa ni justificación aparente. Intelectuales de prestigio em el ámbito del progresismo, mexicano e internacional, sin llegar al extremo de negar o poner en duda las condiciones de extrema miseria que subyacían a las reivindicaciones de los zapatistas, cuestionaron seriamente la legitimidad y viabilidad del medio empleado, la lucha armada, dado el nuevo contexto histórico, muy diferente, según ellos, al de 1911.

Pues bien, el objeto de este ensayo es demostrar cómo la enorme similitud de condiciones estructurales seguía justificando, al menos

em Chiapas, la vigencia de las demandas del zapatismo original y también de sus métodos.

Paralelismos entre la Independencia y la Revolución

No es difícil encontrar un punto de conexión entre el levantamiento em Chiapas (1º de enero de 1994) y el movimiento zapatista que se desarrolló en el marco de la Revolución Mexicana, a principios del presente siglo (XX), o incluso con el movimiento de Independencia, que triunfó definitivamente en 1821. Quizás sea porque en los três procesos subyace, entre otros, un detonante común: la opresión y explotación de una masa de población campesina, de elevado componente indígena, por parte de una minoría privilegiada (ya sean los conquistadores españoles, los grandes terratenientes amparados por la dictadura de Porfirio Díaz, o la elite político-económica del partido oficial mexicano).

Analizaremos, en primer lugar, los dos procesos ya concluidos, haciendo especial hincapié en sus semejanzas, para después exponer con mayor claridad las conexiones que con ellos pueda mantener el levantamiento promovido em Chiapas por el EZLN.

1. Tanto el movimiento de Independencia como la Revolución se caracterizan por su doble dimensión político-social: a) Movimiento de Independencia: desde el principio la insurrección se planteó no sólo en cuanto reacción contra la metrópoli, sino también como movimiento de reforma social, alentado por la creciente demanda de una reforma agraria, a la que intento responder el cura José María Morelos y Pavón, desde que asumiera el liderazgo de los insurrectos. b) Revolución: el movimiento revolucionario iniciado por el PLM (Partido Liberal Mexicano), de Flores Magón, y definitivamente desencadenado por Madero, en 1910, no fue sólo una lucha por el poder entre la nueva elite diplomada de las provincias y un régimen de cadáveres políticos, sino también un intento de corregir las injusticias y crear nuevas condiciones Sociales y políticas, que respondieran a las demandas obreras y campesinas que venían manifestándose durante los últimos años del porfiriato, sobre todo en el norte del país.

2. Ambos movimientos fueron también procesos de afirmación de la

REFLEXÕES VI

periferia frente al centro burocrático: a) Movimiento de Independencia: se inició en la región noroccidental del Bajío y en las provincias al sur de la capital. b) Revolución: la pugna que enfrentaba a liberales, que deseaban debilitar a la Iglesia, con los conservadores, partidarios de mantener el poder eclesiástico, corrió paralela al conflicto entre federalistas, deseosos de una cierta autonomía regional, y centralistas, partidarios de mantener un mando unificado sobre el país.

3. Movimiento de independencia y Revolución coinciden también en el hecho de que sus resultados finales fueron, en cierto modo, contrarios a los objetivos formalmente planteados: a) Movimiento de Independencia: ante la transformación de la lucha por la independencia en una lucha de pobres contra privilegiados, éstos se unieron y aplastaron la rebelión; pero la nueva amenaza que supuso para ellos el triunfo liberal en la metrópoli (1820), les obligó a apoyar de nuevo la Independencia, que triunfó definitivamente en 1821, aunque en un sentido muy distinto al que quiso darle Morelos: no fue una liberación de los oprimidos sino una victoria de elite criolla. b) Revolución: en el campo militar acabó imponiéndose el Ejército Constitucionalista que, tras derrotar a Villa en 1916 y lograr el repliegue y aislamiento de Zapata en las montañas del sur, dirigió los últimos días de la Revolución. A fines de 1916, celebraron un Congreso Constituyente en Querétaro, en el que, a pesar de prohibirse la participación de villistas y zapatistas, los carrancistas (ala liberal que pretendía constituir una República Democrática, donde la clase media fuera la dirigente), no pudieron evitar el triunfo de las ideas radicales (legislación nacionalista, reforma agraria y laboral, limitación al poder terrateniente, etc.), defendidas por Obregón (ala reformista radical), y muy próximas al ideario zapatista.

La Revolución, pues, logró establecer las bases para un nuevo México en el que, paradójicamente, los principios de los derrotados, se convertirían una vez más en guía de los triunfadores. «Zapata logró en muerte lo que no pudo conseguir en vida. Su espíritu continuó viviendo y, en un viro del destino, extraño, ilógico, pero totalmente mexicano, se convirtió en el mayor héroe de

la Revolución»

El EZLN y el zapatismo

Es evidente que la rebelión chiapaneca comparte los dos primeros rasgos con las que hemos caracterizado los más grandes procesos revolucionarios de la historia del México contemporáneo: la doble dimensión político-social (el EZLN no sólo reivindica justicia social, sino que también exige la constitución de un gobierno de transición democrática, elecciones realmente libres, etc.), y el carácter autonomista de sus demandas.

Pero más interesante que ver esta relación genérica sería establecer los auténticos puntos de contacto entre el levantamiento protagonizado por el EZLN y el que en su momento dirigió Emiliano Zapata.

Los insurgentes se autodefinen como zapatistas y el subcomandante Marcos afirma que su inspiración como estrategia es «Pancho Villa en lo del ejército regular; Emiliano Zapata en lo de la conversión de campesino a guerrillero y de guerrillero a campesino»; pero los hijos del propio Zapata no quieren ni oír hablar de ese grupo guerrillero que usa el nombre de su padre («Los verdadeiros hijos de Zapata» en *El País*, 17/1/94), y muchos otros mantienen que el EZLN «usa el nombre de un caudillo rural con el que nada tiene que ver» (Gabriel Zaid: «Chiapas: la guerrilla posmoderna» en *Claves de Razón Práctica* N1/444, p. 32).

Sin embargo, las semejanzas y coincidencias en las demandas de ambos movimientos son más que evidentes, (sin duda mucho más evidentes que las que reivindican otros grupos, como el PRI), a pesar de las diferentes condiciones históricas en que se desarrollan. Tres elementos esenciales son compartidos por ambos movimientos: el carácter agrarista, el nacimiento como grupos de autodefensa y sus reivindicaciones democráticas.

Nacimiento como grupo de autodefensa. Según Wolf, en 1909 todos los miembros de la comunidad San Miguel de Anenecuilco eligieron un comité de defensa, nombrando como líder a un rancharo local llamado Emiliano Zapata, al que se le encomendó el cuidado de los

documentos legales de la comunidad. Poco después, otras comunidades, Ayala y Noyotepec, empezaron a contribuir al fondo de defensa, y cuando se produjeron las primeras invasiones y ataques de los hacendistas contra las tierras comunales, Zapata y su grupo reaccionaron destruyendo las cercas erigidas y distribuyendo las tierras a los aldeanos.

Según el propio Marcos, «para los compañeros campesinos, el EZLN nació como un grupo de autodefensa. Hay un grupo armado muy prepotente que es la guardia blanca de los finqueros que les quitan las tierras y los maltratan, y limita el desarrollo social y político de los indígenas. Entonces ellos dijeron que había que armarse para enfrentarlos y no quedar indefensos. Luego los compañeros vieron que el problema no era de una comunidad, de un ejido, sino que era necesario establecer alianzas con otros ejidos, con otras comunidades...».

Carácter agrarista. En estrecha relación con la nota anterior, el movimiento zapatista surgió como medio de defensa, no de las comunidades en sí mismas consideradas, sino de lo que era su misma vida, la tierra, tal y como revelan los artículos 6 y 7 del Plan de Ayala, elaborado por Zapata en 1911.

En esencia, este ejército quería tierra; una vez que la conseguía todos los demás problemas parecían, en comparación, insignificantes. Esta limitación de objetivos redujo su atracción sobre otros mexicanos (Wolf, p. 55).

Cuando alguien preguntaba a Zapata por la razón primera de su rebeldía, él mostraba los documentos de la comunidad (títulos de propiedad de las tierras comunales) y decía «por esto peleo»; «esto» era la tierra, no «las tierritas» que decía Villa sino, la tierra en un sentido religioso, «la madre que nos mantiene y nos cuida». «La Madre Tierra esconde el sentido último de la lucha zapatista, es el origen y el destino, por eso Zapata no quiere llegar a ningún lado, quiere permanecer».

Por su parte, Marcos afirma que el detonante del movimiento armado fue la reforma del artículo 27 de la Constitución: «esas reformas cancelaron toda posibilidad legal de tener tierras, que era

lo que finalmente los mantenía como grupo de autodefensa ... esta fue la puerta que se les cerró a los indígenas para sobrevivir de manera legal y pacífica». «Lo que dicen los campesinos es que la tierra es la vida, que si no tienes tierra estás muerto en vida y entonces para qué vives, mejor peleas y mueres peleando, pues».

Reivindicaciones democráticas: en la fase final de los combates entre carrancistas y zapatistas, Zapata lanzará una ofensiva espectacular, acompañada de una gran creatividad legislativa, por parte de la junta intelectual del zapatismo, que delinea el país ideal que los zapatistas hubiesen querido gobernar. Destacan dos leyes, la de Imprenta y la Ley Municipal. La exposición de motivos de la primera dice «...el derecho a votar no alivia el hambre del votante, han dicho con amargura los desilusionados de la política; pero al hablar así olvidan que los derechos políticos y civiles se apoyan mutuamente y que en la historia de las naciones jamás ha faltado un traidor a la causa del pueblo que al verse a éste olvidar la práctica de sus derechos políticos, se los arrebató, y con ellos también los civiles». En la segunda, por su parte, se afirmaba que «la libertad municipal es la primera y más importante de las instituciones democráticas toda vez que nada hay más natural y respetable que el derecho que tienen los vecinos de un centro de población, para arreglar por sí mismos los asuntos de la vida común y para resolver lo que mejor convenga a los intereses y necesidades de la localidad».

La democracia por la que optaban los ideólogos zapatistas era directa y plebiscitaria. Ninguna autoridad podía invalidar o desconocer su mandato.

Se trata de una concepción de la democracia idéntica, salvando la distancia histórica, a la que reivindica el EZLN en varios de sus comunicados, por ejemplo el punto 41/4 del pliego de las primeras negociaciones con el gobierno (acabar con el centralismo y permitir a regiones, comunidades indígenas y municipios autogobernarse con autonomía política, económica y cultural), o en sus actuaciones: el levantamiento no fue una decisión del Comité sino que la votaron los campesinos, uno por uno (existen actas de tales votaciones).

Parece así difícil negar la relación «ideológica» entre ambos movimientos. Se podrá aducir que el EZLN utiliza, manipula la figura y simbolismo del mítico Zapata, parafraseando sus discursos, falseando sus demandas, para legitimar una acción armada que, de otro modo, no habría logrado ni la décima parte del apoyo manifestado por la sociedad civil mexicana. Sin embargo, es absurdo pensar que tal Apoyo proviene únicamente de la invocación de un nombre, por mucho que represente. La identificación de gran parte de los mexicanos, e incluso de la sociedad internacional, con el EZLN proviene de dos elementos:

1. La situación de miseria extrema que vive el estado chiapaneco, especialmente la población indígena, que se presentaba como una amarga pero innegable realidad a la sociedad mexicana. Este era un elemento necesario para la legitimación del EZLN de cara a la sociedad civil, que si bien podía dudar de la conveniencia de los medios usados, los comprendía y, en muchos casos, los justificaba por la evidente legitimidad de los fines. Era elemento necesario pero no suficiente.
2. Una conciencia colectiva, cada vez más arraigada, en lo referente a la necesidad de superar el régimen de partido de Estado e instaurar un sistema democrático, desconfiando ya de una posible auto-regeneración del PRI, tras 65 años de frustrada espera.

El EZLN frente a las guerrillas tradicionales

Pese a las coincidencias entre el movimiento zapatista de 1911 y el encabezado por el EZLN, muchos autores han señalado rasgos propios y particularmente originales en éste, que lo distinguen tanto del zapatismo originario como de las tradicionales guerrillas latinoamericanas. Hasta tal punto se han considerado relevantes dichas originalidades que se ha hablado del EZLN como la «guerrilla posmoderna» (Gabriel Zaid) o como «la primera sublevación armada verdaderamente indígena de la América Latina moderna» (Carlos Fuentes: El País, 27/5/94).

Mencionaremos algunos de los rasgos propios e identificatorios del EZLN:

1. No pretende conquistar el poder, sino establecer un gobierno de transición a la democracia. Por primera vez en América Latina, una «guerrilla» anuncia que no va a implantar el socialismo tan pronto como llegue al poder. Se trata de una guerrilla que más bien pareciera no asumir el Estado. Una «guerrilla» que no se plantea la razón del poder, lo que viene a apoyar la tesis del carácter esencialmente campesino, o más bien indígena, del movimiento, si aceptamos que, como disse Wolf, «los campesinos rebeldes son anarquistas naturales».

La utopía de los campesinos es la aldea libre: para el campesino el Estado es algo negativo, un mal que debe reemplazarse lo más pronto posible por su propio orden social de carácter doméstico».

2. No entiende el conflicto armado como el único válido em México, sino que lo concibe combinado con otras muchas fórmulas de lucha que se dan ya en la sociedad civil. Em palabras del subcomandante Marcos, «nosotros vemos la vía armada no en el sentido clásico de las guerrillas anteriores, es decir, la lucha armada como un sólo camino, una sola verdad todo poderosa en torno a la cual se aglutinaba todo, sino que nosotros vimos la lucha armada como parte de una serie de procesos o de formas de luchas que van cambiando».

3. Rechaza para sí la denominación de «guerrilla», se reivindican como Ejército (12.000 personas armadas, el 35% mujeres, no pueden ser una guerrilla) de Liberación Nacional, porque piden democracia y justicia, y eso es para todos no para sus comunidades: «para nosotros nada, para todos todo». La estructura jerárquica, inherente a todo ejército, se ve compensada en el EZLN por la democracia indígena: el ejército no tiene autonomía militar sino que las decisiones las toma el Comité Clandestino.

4. Es reconocido por el Gobierno como «fuerza beligerante», al undécimo día de alzarse, a diferencia de los tradicionales movimientos guerrilleros latinoamericanos, que han pasado años recluidos en las montañas antes de que los gobiernos aceptasen, tan sólo, reconocer su existência.

5. Aceptó a las primeras de cambio el cese al fuego y las

REFLEXÕES VI

negociaciones de paz, lo que no significa un abandono o rendición. Si nos atenemos a la tipología de guerrillas elaborada por Gabriel Zaid, combinando los tipos sociológicos (Weber) y los tempos de los acontecimientos históricos (Braudel), resumida en la tabla, veremos que el EZLN comparte elementos con casi todos los tipos (excepto el tipo 6), pero no encaja exactamente en ninguno de ellos. En cuanto a su naturaleza, mezcla rasgos de los tipos 3, 4 y 5: el EZLN en su origen fue un grupo de autodefensa, de resistencia pasiva frente a los finqueros y sus guardias blancas (tipo 3), pero hoy se autodefine como Ejército (tipo 4) de Liberación Nacional (tipo 5), que se compone básicamente de campesinos cansados de los abusos del poder local y central, aunque su protesta no es espontánea, lo que excluye el tipo 1 (el EZLN comenzó a organizarse hace más de diez años).

Su cabecilla o líder principal es, hoy por hoy, el subcomandante Marcos, un ladino (mestizo) con estudios universitarios, que niega inspirarse em Mao o Castro, sino en Zapata y Villa, lo que impide incluirlo en el tipo 4 em cuanto al liderazgo pero no por lo que hace a la estrategia.

Es más, si somos fieles a las palabras del propio Marcos, habría que decir que el EZLN carece de cabecillas o dirigentes, únicamente existe un órgano, el Comité Clandestino (formado por representantes elegidos por cada una de las comunidades), que le nombró a él como portavoz del EZLN de cara a los occidentales y director de la acción militar em San Cristóbal de las Casas, pero que podría nombrar a outro en cualquier momento. El origen o motivación última del levantamiento es la opresión política, económica y cultural a la que está siendo sometida la población indígena desde hace 500 años, tal y como se viene poniendo de manifiesto últimamente, sobre todo a raíz de la celebración del Primer Congreso Indígena (1974) y la inmensa manifestación indígena del 12 de octubre de 1992, contra la celebración del Quinto Centenario. Teniendo en cuenta lo anterior, es fácil imaginar que los objetivos, al menos los declarados, del EZLN son producto de la combinación de diferentes tipos: por un lado el desahogo, «los compañeros dijeron ya basta», por otro la autonomía regional, local,

municipal; pero, ante todo, la democracia y libertada nacional, porque son conscientes de que lo primero no será posible sin esto último. Si algo hay que diferencia a los zapatistas de hoy de los de ayer es esto, es decir, el haber aprendido de los errores del pasado, de los errores de las pasadas guerrillas centroamericanas y del propio Zapata, los primeros se recluyeron en las montañas esperando la adhesión cuasiespontánea del pueblo y el segundo olvidó vincular sus demandas locales de tierra y libertad al conjunto de la sociedad mexicana.

Y si algo se le ha criticado al EZLN ha sido también esto, el saber adaptar la lógica de la lucha popular armada a los nuevos tiempos, o sea, el haber sabido combinar las demandas locales y las nacionales, las indígenas y las no indígenas, las sociales y las políticas, porque evidentemente de ello derivaba su potencial éxito, entendiéndolo por tal la adhesión de la población civil mexicana a su causa: la instauración de un gobierno democrático de transición que permitiera superar el régimen de partido de Estado. Los zapatistas saben positivamente que solos no pueden conseguirlo, por ello las exigencias manifestadas por la rebelión recogen agravios locales, indígenas y campesinos, pero corresponden, sobre todo, a las exigencias de la conciencia pública en la capital, el resto del país y el extranjero contra el sistema político mexicano. Como el objetivo número uno de las armas es la conciencia pública, es necesario establecer una relación simbiótica con la prensa, que convertirá a la guerrilla en un proceso de producción editorial: cuando se le pregunta por el levantamiento del 11/4 de enero, Marcos responde que «fue una acción propagandística y un completo éxito».

Hay pues, es verdad, una variedad excesiva de antecedentes: la guerrilla urbana, la guerra popular prolongada, el villismo, el zapatismo, el sandinismo... Tal eclecticismo há dado lugar a las más dispares valoraciones del EZLN, por parte de diferentes intelectuales. Unos, como Gabriel Zaid, lo han calificado de «ensalada posmoderna» o de «incoherencia zapatista». Otros, como Mario Vargas Llosa, se refieren a aquél como «un movimiento reaccionario y anacrónico, de índole todavía más autoritaria y obsoleta que el propio PRI».

REFLEXÕES VI

Efectivamente, se puede considerar al EZLN una «guerrilla posmoderna», en cuanto combinación de las diversas corrientes «guerrilleras» contemporáneas, sobre la base de una cierta pragmatización, pero no «posmoderna» en el sentido de falsa, teatral, únicamente real en sus efectos, porque si algo hay de real en todo esto son las causas que han generado el levantamiento. La «supuesta incoherencia» podría ser originalidad mal entendida y, para reaccionario y anacrónico, el trato que el gobierno ha dado a los indígenas chiapanecos desde hace años y que, sin duda, deberá ser modificado en profundidad si se quiere evitar un estalido social de mayor alcance. ●

Amparo González Ferrer: estudiante de Ciencias políticas y derecho, Granada

O que quer e o que pode esta língua

Maria da Paz Trefaut



Primeira gramática do português (1536): primeiro documento oficial no idioma é de 1214

O português, a língua mais falada no Hemisfério Sul, a terceira mais usada no Facebook e a quinta na *internet*, completa oito séculos. Os 800 anos foram estabelecidos com base em alguns dos documentos mais antigos redigidos no idioma de Camões, entre os quais foi eleito o testamento de dom Afonso II, datado de 27 de junho de 1214. Atualmente, o português é falado em cinco continentes por mais de 250 milhões de pessoas e as previsões indicam que em 2050 atingirá 300 milhões. Pelos dados do *Internet World Stats*, é um dos idiomas que mais cresceram na rede entre 2000 e 2010, perdendo apenas para russo e árabe. Mesmo assim, ainda representa só 3,9% dos usuários ante 26,8% do inglês.

Ainda que seja idioma oficial dos oito países que pertencem à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), apenas no Brasil e em Portugal toda a população é contabilizada como falante. Nas demais ex-colônias portuguesas, a língua convive com outros dialetos. No entanto, a pujança econômica de Angola e o fato de o Brasil ser a sétima economia do mundo fazem com que já tenha sido classificada como a nova língua do poder e do comércio.

Em seu Relatório de Línguas para o Futuro (2013), o British Council considera que o português será um dos dez idiomas estrangeiros mais importantes nos próximos 20 anos no Reino Unido.

Todos esses números, relacionados pelos promotores do idioma, não escondem as dificuldades que existem para sua propagação. "A reforma ortográfica foi apenas a ponta do *iceberg*. Nossa missão, agora, é criar uma normatização convergente que reconheça

heranças e diferenças", diz Gilvan Oliveira, diretor-executivo do Instituto Internacional da Língua Portuguesa e professor de política linguística na Universidade Federal de Santa Catarina. "Temos uma normatização divergente, consequência de uma gestão nacional da língua, uma feita pelo Brasil e outra por Portugal, desde o início do século XX [os demais países ainda não eram independentes]. Temos tudo em dobro: dicionários, gramáticas, nomenclaturas, corretores ortográficos, geradores de voz [como no caso do GPS]."

Oliveira é um dos coordenadores do Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa (VOC), que está sendo preparado por todos os países da CPLP. Trata-se de uma base de dados digital, que poderá ser ampliada e reformulada sempre que necessário. Neste mês, na Cidade da Praia, em Cabo Verde, a primeira versão do VOC, feita por Portugal e Brasil, terá o acréscimo de Moçambique e Timor Leste, que vão entregar seus vocabulários nacionais.

A ideia é desenvolver instrumentos comuns para uma gestão multilateral da língua. O que não significa eliminar diferenças. No futuro, expressões como café da manhã, pequeno-almoço ou mata-bicho estarão no VOC. As três significam exatamente a mesma coisa. Tudo depende se a refeição é feita no Brasil, em Portugal ou Moçambique. "Queremos as variedades de todas as nacionalidades. No século XXI não se pensa mais em termos de um país, um povo, uma língua. A tendência é que os países queiram dispor de mais línguas como instrumento de relação, contrariamente ao ideal de Estado monolíngue dos séculos XIX e XX", diz Oliveira.

A iniciativa de criar a data é de um grupo da sociedade civil, sem fins lucrativos, que reúne gente de diversas formações: literatura, comunicação, história, economia, arquitetura e artes plásticas. Nossa língua "é o som presente deste mar futuro", afirma a presidente da 8 Séculos da Língua Portuguesa-Associação, Maria José Maya, citando o verso de Fernando Pessoa. Com ele, convida pessoas e instituições "de todas as geografias" a participar.

"Nosso trabalho é comemorar a língua 365 dias no ano. Preservar o idioma, valorizá-lo e contribuir para sua ampliação", diz o diretor do Museu da Língua Portuguesa de São Paulo, Antonio Sartini. Em

REFLEXÕES VI

conjunto com a Fundação Calouste Gulbenkian, formata um evento no Brasil que ocorrerá em novembro, para não coincidir com a Copa.

Sartini informa que o interesse pelo aprendizado do português no mundo é crescente. E cita as demandas cada vez mais frequentes que o museu paulistano tem recebido de universidades americanas. Além do aspecto econômico, que é relevante, atribui a isso o interesse pela nossa cultura: "A cultura brasileira, especialmente a música, é apreciada no mundo todo. O português é uma língua que se adapta bem às influências de outras. Hoje temos verbos como clicar e deletar com todas as declinações. Todas essas coisas agregam valor à língua, que é a forma que temos de exprimir ideias". ●

Maria da Paz Trefaut

Artigo publicado no dia 20 de junho de 2014

Tatuar o nome da empresa é se transformar em um currículo

Lucy Kellaway



Quando você é demitido, a coisa mais importante é esquecer logo isso. Mas não será fácil para Jill Abramson, que foi demitida do cargo de editora do The New York Times, mas tem uma parte da logomarca do jornal tatuada nas costas.

Pintar um "T" gótico e retorcido em sua pele é o ato de lealdade a um patrão mais equivocados do qual já ouvi falar. É mais difícil de ser explicado do que fazer uma tatuagem com o nome de uma paixão do momento. Pelo menos

nesse caso existe: a) uma chance de o objeto de seu afeto ficar encantada (o) e não horrorizada (o), e b) ser possível que os dois fiquem mesmo a vida inteira juntos.

Por outro lado, ter o nome de seu empregador marcado para sempre em sua pele não faz nenhum sentido. Em vez de ficar satisfeito, é mais provável que seu chefe veja nessa atitude uma coisa assustadora e estranha. Os empregos não são mais para a vida toda. Todos os empregos chegam ao fim, e frequentemente terminam mal.

O único outro caso de funcionário com logomarca da companhia tatuada no corpo de que tenho notícia está na Rapid Realty, uma imobiliária de Nova York em busca de atenção. Mais de 70 funcionários seus se transformaram no que ela chama de "embaixadores tatuados da marca" e possuem um par de "Rs" nos braços e cabeça, enquanto um sujeito musculoso tatuou um grande desenho da fachada da companhia no peito.

"Não é nenhum segredo. Nossos agentes adoram trabalhar aqui... e não têm medo de mostrar isso", diz a companhia.

REFLEXÕES VI

Também não é segredo que eles receberam um aumento de salário para se desfigurar, o que também pode ter pesado nas decisões dessas pessoas. Talvez tenha parecido uma boa ideia na ocasião, mas isso deverá mudar assim que eles perceberem que uma tatuagem sempre dura mais que um emprego em uma imobiliária – ou no jornalismo.

Mesmo assim, antes de ser demitida, Jill Abramson deu uma entrevista em que fez a ideia de ficar permanentemente marcada com a logomarca de seu patrão parecer um pouco menos maluca. "Elas [as tatuagens] viraram para mim uma forma estranha de hieróglifo. Acho que em algum momento, quando eu a terminar, ela contará a minha história, onde eu vivi, e que tipo de coisa era importante para mim", explicou.

Até agora ela tem quatro tatuagens, das quais duas são de "instituições que reverenciou e que moldaram meu caráter": um "T" ondulado e preto que homenageia o *The New York Times* e um "H" vermelho para Harvard. De repente alguém descobre um novo uso para as tatuagens.

Como a primeira mulher a comandar a redação do *The New York Times*, Jill Abramson sempre ditou modas. Mas essa nova moda poderá ser muito, muito maior. Com o H e o T ela se tornou uma líder mundial em currículos que podem ser vestidos.

A ideia seria escrever em seu corpo os nomes com os quais você mais gostaria de ser associado. As tatuagens seriam uma versão mais dolorosa e permanente das insígnias que os escoteiros usam em suas mangas de camisa há mais de cem anos. Enquanto as insígnias dos escoteiros dizem "estudo de insetos", "arqueiro" e "prevenção de incêndios", o equivalente adulto diria Cambridge, Google e Goldman Sachs.

A única parte em que Jill Abramson errou foi ao fazer as tatuagens nas costas, onde elas só podem ser vistas se ela aparecer no trabalho de frente única – um visual não muito adequado para mulheres de certa idade. Em vez disso, ela deveria ter feito seu *curriculum vitae* vestível no braço ou na mão, ou mesmo no pescoço ou na testa. Assim, toda vez que ela quisesse impressionar, essas instituições

REFLEXÕES VI

que a moldaram estariam orgulhosamente à mostra para todos. A ideia do currículo vestível não é mais desagradável para mim do que as tatuagens de borboletas, caveiras e arame farpado – além de serem muito mais úteis. Elas teriam a vantagem de liberar as pessoas daquelas conversas enfadonhas sobre as universidades que cursaram, uma vez que todos poderiam ver isso por conta própria. Também significaria que, se estivesse em uma festa e visse alguém com um monte de tatuagem com nomes do *establishment*, você poderia se dispor a conversar com essa pessoa ou a evitá-la.

Se Jill Abramson nos mostrou um uso excelente para as tatuagens na vida profissional, um torcedor do Manchester United recentemente nos mostrou outro. Enquanto as tatuagens da editora são uma exibição de conquistas, a dele representa um lado mais negro da vida no trabalho. Em fevereiro, insatisfeito com o desempenho de seu time, o torcedor tatuou "Fora Moyes!" em seu traseiro peludo.

Quando o infeliz técnico David Moyes foi demitido no mês passado, o torcedor voltou ao tatuador e acrescentou as palavras "serviço completo" logo abaixo das primeiras.

A lição: quando puxar saco não funciona, um pé-na-bunda pode funcionar muito bem. ●

Lucy Kellaway: colunista do Financial Times

Chico

Gonçalo Junior



O tema exílio estava em voga no Brasil, em 1967, quando Chico Buarque de Hollanda, com apenas 23 anos, deu uma entrevista à revista *O Cruzeiro*. O assunto foi abordado em tom de brincadeira. Desde abril de 1964, o golpe militar assombrava as liberdades individuais no País. Com certa ironia, o repórter da famosa revista perguntou quais seriam as três músicas que o jovem compositor levaria para uma ilha deserta, "caso fosse cassado ou confinado" pelo

governo. Sem vacilar, ele, que se exilaria na Itália dois anos depois, após ser preso, citou Amélia (Ataulfo Alves e Mário Lago), Quando o Samba Acabou (Noel Rosa) e João Valentão (Dorival Caymmi). A lista parecia estratégica, no sentido de valorizar o que ele considerava os nomes mais representativos da música brasileira, sofisticada, mas sem perder seu caráter popular, no momento em que se discutia o uso da guitarra na MPB.

A seleção, entretanto, parece sincera. Ataulfo, Noel e Caymmi, sem dúvida, foram suas grandes influências. Assim como as marchinhas de Carnaval, São João e Natal de Lamartine Babo, Assis Valente e Ary Barroso, que tanto ouviu nos primeiros anos de infância, ainda na década de 1940. O que Chico dificilmente suporia era que, anos depois, ele próprio se tornaria o escolhido como tema musical de incontáveis brasileiros que se imaginariam em uma ilha deserta.

O Valor ouviu 25 nomes ligados à música – críticos, em sua maioria, biógrafos, cineastas, acadêmicos e artistas – para que elegessem as músicas que consideravam a melhor entre as quase 400 – em 38 álbuns originais –, no momento em que Chico Buarque chega aos 70 anos de vida, no dia 19 de junho, e 50 de carreira.

Construção, composição de 1971, foi escolhida a melhor, com cinco votos. O que Será (à Flor da Terra), de 1976, ficou em segundo, com

REFLEXÕES VI

quatro menções. Futuros Amantes e Olé-Olá empataram em terceiro, com dois votos. Outras escolhas foram difusas.

"Construção é a mais criativa, a mais elaborada de todas as suas composições, ancorada em um arranjo maravilhoso. Representa o lado da inteligência musical de Chico, que é o renascimento de Noel Rosa, só que com um alto nível intelectual, extraordinário", justifica o maestro Júlio Medaglia. Ao saber que seu voto decidira a disputa entre Construção e O que Será, ele se lembrou de um momento marcante. Em 1966, o júri do Festival da MPB da TV Record estava dividido entre A Banda, de Chico e interpretada por Nara Leão, e Disparada, de Geraldo Vandré e Theo de Barros, defendida por Jair Rodrigues. "No calor da discussão, Paulo Machado de Carvalho [diretor da emissora] entrou na sala e disse para nós: 'Conversei com o Chico. Ele me disse que não quer levar o primeiro lugar sozinho'. Como sabemos, as duas músicas ficaram em primeiro lugar."

Construção também mereceu o voto do crítico literário e professor aposentado da USP Carlos Felipe Moisés. Ele avaliou o preciosismo técnico da letra, que dissecava cuidadosamente. "São 41 versos escrupulosamente alexandrinos, cesura⁴⁰ no lugar certo, e todos terminam com um proparoxítono de três sílabas." A segunda parte, prossegue Moisés, repete a primeira, ou com sutis variações ou substituindo a palavra final por outra de igual medida.

"Toda essa engenharia passa despercebida, tão persuasivo é o casamento de letra e melodia, aliás monótona, repetitiva, massacrante, como a vida do cara que 'morreu na contramão'. Ou como a vida do poeta capaz de tal proeza: por trás da ordem aparente, a vigorosa pulsação da raiva mal contida."

A mesma canção, do disco homônimo de 1971, foi a eleita pelo produtor musical André Midani. "Trata-se de uma escolha pela delicadeza, de sensações, de intuição, de melodia e de poesia. Não se trata de algo voltado para indústrias e comércios musicais." Dizer

⁴⁰ **Cesura**: abertura em superfície; corte, incisão.

REFLEXÕES VI

que uma composição é melhor do que outras, na opinião do crítico musical e historiador Carlos Calado, é polêmico. Mesmo assim, no caso da obra de Chico Buarque, ele indica Construção. "Com uma letra bastante original, arquetada em dodecassílabos e rimas proparoxítonas, é um exemplo perfeito de como uma canção pode se aproximar do requinte da poesia sem soar artificial."

O escritor, crítico literário e biógrafo de Vinicius de Moraes (O Poeta da Paixão) José Castello, a princípio, votaria em Construção, por ser uma música que, além de muito bonita, revela o engajamento social que sempre caracterizou a arte de Chico Buarque. Mas seu voto foi para O que Será, por expressar a filosofia de vida de Chico, "a ideia de que estamos todos submissos a forças que nos ultrapassam e nos moldam".

"'Rosa dos Ventos' é a mais importante, mais bonita e inesquecível. Uma música épica, forte, brasileira. Chico é o máximo", afirma Maria Bethânia.

O crítico musical Tárík de Sousa prefere as duas. Para ele, Construção tem uma meticulosa arquitetura de proparoxítonas, que alicerça esse clássico da metalinguagem. "Na argamassa, virtuosismo estético e a fratura exposta do desnível social do País", destaca. E O que Será tem, para ele, uma estrutura modular e permeável, que faz dela um "móvil musical intempestivo, que driblou a retranca da censura da ditadura disparando indagações como setas em alvos inescapáveis".

O grupo dos eleitores exclusivos de O que Será é puxado por Carlos Rennó. Sobre a música, o crítico e compositor cita uma passagem do texto inédito Jogos e Joias de Chico, que sairá no seu livro O Voo das Palavras Cantadas, a respeito da poesia de canção, previsto para o próximo mês.

"O trunfo dessa música: dizer o que até hoje nenhuma canção disse, insinuando, por meio da grande adivinha a que os versos não respondem (sendo a letra-poema a longa enumeração de perguntas sem resposta que é), o que está dentro de todos os seres humanos, e comunicando assim a dimensão, a mais profunda e mais concreta do amor, de Eros, na nossa experiência." Rennó se empolga tanto

REFLEXÕES VI

que ressalta: "Juntem-se todas as mais importantes canções já compostas até hoje por Porter, os irmãos Gershwin, Rodgers e Hart, Ary, Caymmi, Tom, Dylan, Lennon e McCartney, Caetano, Gil, Benjor, Michael, Stevie, Prince... E entre as maiores das maiores de todos os tempos, em todo o mundo, estará O que Será'.

Apreciador dessa composição, Paquito Moura, compositor e colunista musical do site Terra Magazine, lembra que Chico Buarque já escreveu que Águas de Março deveria ser escolhida como o samba mais bonito do mundo. "Talvez, porque Tom Jobim consegue falar de quase tudo nessa canção enumerativa, do pequeno ao grande, do desimportante ao que se considera importante – pau, pedra, febre, promessa de vida, etc. Enfim, ele roça o absoluto nessa canção." Chico, seu discípulo, fez três letras para uma mesma melodia – composta para o filme *Dona Flor e Seus Dois Maridos*, tem versões que marcam passagens diferentes da trama: O que Será, canção que, para Paquito, também roça o absoluto. Em *À Flor da Terra*, a perspectiva é mais geral. Em *O que Será*, individual, lírica.

Mas as duas letras fazem uma pergunta para a qual não se tem resposta precisa, talvez porque não exista resposta. Ou respostas que se expressam por negativas: o que não tem receita, censura, juízo, cansaço e, por fim, limite. O ilimitado, o absoluto, o que se diz pelo que não é ou não possui."

Roda Viva, Pedro Pedreiro, Funeral de um Lavrador, A Banda, Gota d'Água e Cálice. Todas merecem figurar na lista de clássicos de Chico. Mas nenhuma foi mencionada na enquete. Uma canção pouco lembrada, porém, *Olé-Olá*, é a melhor – e a mais querida – para duas autoridades em cultura nacional: o crítico e escritor Sérgio Cabral e o diretor de cinema e dramaturgo Domingos Oliveira. "É importante pelas circunstâncias como a conheci, em um momento de grande efervescência musical, que era a época dos grandes festivais, em que fui jurado diversas vezes. Marcou uma época muito forte na vida de todos nós", diz Cabral. "Sempre vivi no meio musical, escrevia sobre música. Era o universo em que eu circulava. É possível que ele me conhecesse de vista. Mas, quando o vi cantar pela primeira vez, veio a certeza de que eu estava diante de

um grande compositor." Oliveira ressalta que Chico é o único compositor de sua geração, quando se fala em excelência de conteúdo e autor clássico. "Ele é o melhor do mundo."

Outra que também recebeu dois votos foi Futuros Amantes. Para o escritor e crítico Nelson Motta, é a melhor por seus critérios técnicos – e também a favorita do coração – em letra e música. "Com forte e refinada influência jobiniana, poderia ser assinada com orgulho pelo próprio maestro soberano. Na verdade, está à altura, profundidade e densidade poética das melhores canções de Tom Jobim. Mas, ao mesmo tempo, marca a maturidade de Chico e de seu estilo autoral em que o virtuosismo formal e o absoluto domínio da sonoridade e das cadências das palavras se somam à riqueza e originalidade das imagens poéticas de um amor imaginado num futuro Rio de Janeiro submerso."

O escritor e jornalista Humberto Werneck, autor de Chico Buarque - Tantas Palavras, também escolheu Futuros Amantes. "Sem prejuízo de joias que veio a fazer depois, acho que ele, nesta canção de 1993, está no auge de sua maturidade de compositor e letrista, fino e delicado como em raras passagens de sua iluminada carreira."

Poucos conhecem tanto Chico quanto sua biógrafa Regina Zappa, autora de Chico Buarque – Para Todos e do indispensável Chico Buarque – Para Seguir Minha Jornada. Ela escolhe Paratodos, "música–celebração–da–música desse grande artista brasileiro que vai na estrada há muitos anos". Antes do voto, porém, deixa evidente a intimidade com a obra do músico.

Escolher só uma música foi como procurar agulha em um palheiro recheado de agulhas. Pensou nas românticas – Suburbano Coração, Futuros Amantes e Eu Te Amo. Lembrou das dilacerantes - Pedço de Mim, Atrás da Porta ou Angélica. Ou nas músicas que descrevem com verdade e simplicidade a vida real: Cotidiano, O Meu Guri, Construção e Pedro Pedreiro. E nos sambas Quem Te Viu, Quem Te Vê, Tem Mais Samba, Ela Desatinou, Juca, A Rita, Homenagem ao Malandro, Deixa a Menina. Entre as líricas, mencionou Olé-Olá, Joana Francesa, Sonho de um Carnaval e As Vitruines. E há as que falam com o coração feminino, como Olhos nos Olhos, Folhetim e a

clássica Com Açúcar e com Afeto.

A feminina *Atrás da Porta*, parceria de Chico com Francis Hime, é a primeira das duas escolhas entre as melhores para o músico e jornalista Luiz Chagas. "O que mais me chama a atenção nessa música é o fato de ela começar de chofre. Desconheço se foi uma melodia letrada ou vice-versa." O ápice, diz ele, é o verso "dei para maldizer o nosso lar", em que o primeiro verbo assume o significado de "começar a", em vez do mais chulo e óbvio. "A dramaticidade é exacerbada pela narrativa em voz feminina, uma das especialidades do artista. A canção foi lançada no disco *Elis Regina*, de 1972 – ou seja, no auge da ditadura –, e a Pimentinha dedicou-lhe uma interpretação soberba e repetida nos palcos literalmente à exaustão. Até hoje não entendo como a censura não chiou."

Embora as músicas do disco – que tem *Deus lhe Pague* – sejam chamativas em termos de construção, *Bom Tempo*, para Chagas, resume a carpintaria de Chico, que define como o mais legítimo herdeiro de Noel Rosa, um inventor de melodias à maneira de Cartola. "A facilidade com que ele evoca e mistura as dissonâncias da bossa nova com as consonâncias dos dobrados das bandinhas de interior é tocante e inventiva. *Morena dos Olhos d'Água* e *Carolina*, entre tantas dentre as minhas preferidas, se inserem nesse viés."

Diretor de Veja Esta Canção (1994), filme inspirado em quatro canções – entre elas, *Samba do Grande Amor*, de Chico –, Cacá Diegues considera Joana Francesa inesquecível, bela e inesperada, um ponto de inflexão no cancioneiro de Chico por sua densidade, originalidade e virtuosismo. Walnice Nogueira Galvão, escritora e professora emérita da USP, afirma que, "em meio a um tesouro de obras-primas, que vão do lírico ao trágico, passando pelo grotesco e pelo francamente galhofeiro, a melodia e o ritmo do samba *Acorda, Amor* dão a nota brasileira". Assinada por Julinho de Adelaide (pseudônimo criado por Chico para enganar a censura durante a ditadura), diz ela, tem uma brilhante letra, que critica a ditadura em seu período mais negro. "A notável inversão do clichê se autoexplica: o uivo de agonia que se eleva no refrão ('... chame, chame, chame o ladrão!') encarna o desespero dos acossados pelo

terror de Estado. Vinte e um anos de inquebrantável resistência à tirania – tal é o título que ninguém disputa a Chico Buarque."

Tudo de Chico é bom, em letra e música, para o compositor e escritor Nei Lopes, que elegeu o samba-canção O Meu Guri. "Ela me toca por retratar uma faceta do amor maternal muito evidente nos guetos cariocas, que eu conheço de perto. É o daquela mãe que não vê, nunca, os malfeitos do filho. Nessa letra, o tratamento tragicamente irônico dessa percepção distorcida ('Ele disse que chegava lá!') torna a obra mais do que genial."

"Depois da vergonhosa atuação dele [Chico] no caso das biografias, resolvi dar um tempo na minha apreciação por sua obra", diz Ruy Castro.

Brejo da Cruz foi a escolha do jornalista e crítico literário Oscar Pilagallo, autor do livro Roberto Carlos. Seu critério é particular: uma música que fosse só dele, tivesse tema social – "em que ele se destaca, apesar de cantar tão bem o amor e ser craque na crônica" –, transbordasse lirismo, outra característica de Chico, e fizesse um casamento feliz de letra e melodia. Brejo da Cruz é a última de uma espécie de trilogia dedicada a crianças de rua. As outras duas são Pivete e O Meu Guri. "É o melhor retrato da indiferença da sociedade ao infortúnio da criançada 'alucinada' que 'se alimenta de luz!'"

Crítico musical e autor do blog Quinta Essência, sobre discos pouco comentados ou esquecidos de MPB, Marcelo Pinheiro aponta como sua canção predileta uma dessas que ocupam espaço cativo na memória afetiva. Trata-se de João e Maria, interpretada por Chico e Nara Leão, em disco da cantora de 1977. "Essa valsinha fez muito sucesso durante minha infância. À melodia engavetada por décadas, composta por Sivuca, em 1947, Chico acrescentou letra repleta de imagens oníricas e lúdicas, que até hoje me remetem aos dias mágicos de quando eu era criança."

Menos famosa foi a apontada como melhor por Ricardo Cravo Albin, enciclopedista musical, produtor e fundador do Museu da Imagem e do Som (MIS) do Rio. "Rancho dos Mascarados pode não ser a melhor, mas a que mais me impressionou na primeira fase de

Chico como compositor.

Não sei bem por que a escolho, sei apenas que em cada momento de felicidade que vivi nessas últimas quase cinco décadas da música, eu simplesmente começo a cantarolá-la."

Importante historiador musical e crítico, antes de se tornar repórter do programa Fantástico, Maurício Kubrusly prefere o lado político de Chico. Escolheu duas canções marcantes como símbolos de resistência à ditadura: Apesar de Você e Vai Passar. "Ambas acenam com o fim da ditadura militar que amordaçou o Brasil durante tanto tempo e fizeram parte da nossa história."

A maioria das respostas da enquete, que consultou 40 pessoas, veio acompanhada de ressalvas e explicações das mais divertidas e aceitáveis, antes de aparecer o título e a justificativa da escolha – ou não. Alguns preferiram não votar. O diretor artístico da Orquestra Sinfônica de São Paulo (Osesp), compositor, violonista, crítico literário e musical, escritor e editor Arthur Nestrovsk, por exemplo, pediu desculpas e não arriscou. "Com toda sinceridade, acho impossível atender a seu pedido. Não existe 'a' melhor."

Houve quem brincasse que se alguém pedisse para fazer uma lista das dez melhores de Chico, acabaria apontando 40 e, por fim, entregaria 60 indicações. Foi o que disse o compositor, biógrafo e produtor Hermínio Bello de Carvalho. Além de ter dirigido *shows* de Chico, os dois compuseram Chão de Esmeraldas, faixa que abre o disco Chico Buarque de Mangueira (1997). Sua escolha foi Eu Te Amo como a melhor. "Chico tem tantas composições geniais, mas essa me diz muito pessoalmente. Além disso, como letrista, ele é perfeito nessa canção. É a que eu gostaria de ter feito. Pode não ser a melhor para alguns, mas para mim é."

O jornalista, escritor e biógrafo Ruy Castro preferiu se abster de votar, em virtude do posicionamento de Chico contra as biografias não autorizadas, ao defender o direito dos artistas de preservar sua vida pessoal. "Já fui da opinião de que, se se fizesse uma lista dos cem melhores sambas de todos os tempos, Chico Buarque apareceria com pelo menos 10 ou 15. Mas depois da vergonhosa atuação dele no caso das biografias, resolvi dar um tempo na minha

REFLEXÕES VI

apreciação por sua obra", diz. Enquanto isso, Maria Bethânia afirma, entusiasmada: Rosa dos Ventos. "Para mim, é a mais importante, mais bonita e inesquecível. Título do espetáculo criado por Fauzi Arap e Flávio Império para mim. Uma música épica, forte, brasileira. Chico é o máximo." ●

Artigo publicado no jornal Valor Econômico no dia 30 de maio de 2014

LUIZ BIANCHI

Chico Buarque, de todas as maneiras

Gonçalo Junior



Nara e Chico, em 1966: "Viva a música, o sopro de amor que a música e banda vêm trazendo, Chico Buarque à frente (...), compensando a confiança perdida nos homens e em suas promessas", escreveu Drummond.

Filho de Sérgio Buarque de Holanda (1902- 1982) – um dos intelectuais mais importantes do País e autor do clássico *Raízes do Brasil* –, Chico Buarque

creceu lendo autores franceses, russos e alemães, em um ambiente intelectual e musical privilegiado.

Ao mesmo tempo, amava os sambas de Noel Rosa, Dorival Caymmi, Ataulfo Alves, Ismael Silva, Nelson Cavaquinho e muitos outros que ouvia no rádio ou na vitrola de sua casa. Mais tarde, passou a imitar, ao violão, João Gilberto e Tom Jobim, ídolos da adolescência.

O marco zero de sua carreira como compositor começou há 50 anos, ao compor *Tem Mais Samba*. Em 1965, gravou o primeiro compacto, aos 21 anos, com as faixas *Pedro Pedreiro* e *Um Sonho de Carnaval*. No ano seguinte, veio a consagração: *A Banda* passou a ser cantada em todo país e dividiu com *Disparada*, de Geraldo Vandré, o primeiro lugar no Festival da Record. "Viva a música, o sopro de amor que a música e banda vêm trazendo, Chico Buarque de Hollanda à frente, e que restaura em nós hipotecados palácios em ruínas, jardins pisoteados, cisternas secas, compensando a confiança perdida nos homens e em suas promessas", escreveu Carlos Drummond de Andrade, no *Correio da Manhã*, em 1966.

A canção em ritmo de marcha cantada por Nara Leão foi o suficiente para o fundador do Museu da Imagem e do Som (MIS) do Rio, Ricardo Cravo Albin, dobrar o conselho da instituição a colher um depoimento dele para a posteridade, aos 22 anos – um documento de valor inestimável para a história. "Tive de convencer pesos pesados, pois eles achavam um absurdo convidar alguém tão jovem,

REFLEXÕES VI

sem histórico musical relevante, enquanto outros nomes importantes ainda vivos não tinham sido ainda ouvidos por nós", diz Albin.

Ele conta que usou um argumento "velhaco e verdadeiro", porém necessário, movido por sua intuição e empolgação. "Lembrei que Noel Rosa tinha morrido com apenas 27 anos, em 1937, depois de levar uma vida desregrada, com muita bebida e cigarro, e que pouco havia de registro sobre sua vida. E que o mesmo poderia acontecer com Chico, que tinha uma rotina de boemia semelhante. Insisti que não podíamos perder a chance de um registro histórico urgente. Claro que não era assim, que exagerei, mas eu estava entusiasmado, tinha uma admiração imediata pela sua pequena obra, que me comoveu profundamente."

No mesmo ano de 1966, o cantor lançou o primeiro álbum: Chico Buarque de Hollanda. Além de A Banda, o disco traz outros clássicos, A Rita, Pedro Pedreiro e Olé-Olá. Na volta do exílio voluntário de 15 meses na Itália, iniciado em 1969, quando "comeu a pizza que o Diabo amassou", segundo Nelson Motta, Chico voltou transformado. Fez o compacto simples que trazia as faixas Apesar de Você e Desalento, esta em parceria com Vinicius de Moraes.

O disco de nº 365.315, da Philips, foi recolhido por ordem da censura, depois de vender 100 mil cópias em apenas três semanas. "Hoje você é quem manda, falou tá falado, não tem discussão", diz a letra de Apesar de Você, que deveria fazer parte das faixas de Construção (1971). Com sofisticada combinação de rebeldia e lirismo, o disco é, para muitos, sua obra-prima, com canções inovadoras, marcadas pela ironia de um compositor maduro, que rompia com a imagem de bom moço.

Ao voltar do exílio, Chico parecia cansado de ser tratado como discípulo ou uma espécie de "Noel Rosa contemporâneo". A faixa-título – eleita sua melhor composição, segundo enquete publicada nesta edição – descrevia a existência ignorada e a morte trágica de um operário, homem simples que vivia à margem da euforia econômica artificial da ditadura, em uma letra poderosa, cantada como faziam os velhos menestréis da Idade Média ou os autores de

REFLEXÕES VI

cordéis nordestinos. Só que com altíssima sofisticação poética. O arranjo fabuloso, do maestro tropicalista Rogério Duprat, deu a forma acabada de um marco da MPB.

Chico voltou a criticar o regime com Cálice, cantada com Milton Nascimento, com letra de confronto político, cheia de trocadilhos contra a censura e que foi vetada em 1973. Meus Caros Amigos (1976) tornou-se uma coleção de *hits*. Além das censuradas Apesar de Você e Cálice, trazia a segunda colocada na enquete do Valor, O que Será mais Mulheres de Atenas, Olhos nos Olhos, Vai Trabalhar, Vagabundo e Meu Caro Amigo.

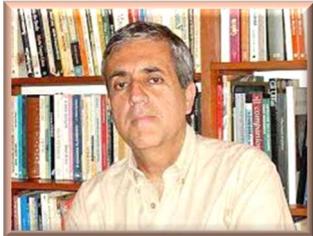
A mensagem de O que Será foi entendida como senha para o engajamento na luta pela democracia. Chico daria ainda o tiro de misericórdia na ditadura, ao compor um tipo de hino da missa de sétimo dia do regime, enquanto este ainda não tinha baixado à sepultura, com Vai Passar (1984), samba acelerado e contagiante que varreu o país de uma euforia incontida quando se lutava pelas eleições diretas para presidente da República.

Chico Buarque continuou a fazer grandes discos, como Paratodos (1993), enquanto iniciava uma bem-sucedida carreira de escritor de romances. A essa altura, construíra a trilha sonora de duas gerações, cujas existências seriam lembradas por suas canções eternamente. No ano passado, porém, criou um ruído em sua imagem: foi apontado de ser a favor da "censura", ao se manifestar contra as biografias não autorizadas e defender o direito dos artistas de preservar sua vida pessoal. ●

Artigo publicado no jornal Valor Econômico no dia 30 de maio de 2014

Chico, cronista das imperfeições da vida

José Castello



Uma marca – uma ferida – se derrama sobre toda a literatura de Chico Buarque: a instabilidade. Nada é garantido. A insegurança predomina. A falta de solidez interior e o mascaramento definem os personagens. São seres volúveis, que atravessam a vida como podem, arrastando consigo suas dúvidas e suas perguntas. Não há um solo, mas um pântano. Basta lembrar o que ocorre com Eulálio Montenegro d'Assumpção, o personagem central de Leite Derramado, romance de 2009. Enquanto agoniza em um leito de hospital, ele tenta reconstituir sua história de vida – que se mistura à história da República brasileira – ditando-a para alguém que tanto pode ser sua filha, Maria Eulália, sua ex-mulher Matilde, ou uma enfermeira. Alguém que é só uma máscara. Não é certo sequer que ele dite a história, talvez apenas delire. Claudicando, derrapando em incertezas, mas maravilhados, nós a lemos.

Nesses relatos quebrados, com idas e vindas, cortes, deslizes, em que predominam não a visibilidade, mas a cegueira, o personagem se constrói. Nada mais temos que pedaços de uma vida, ou vislumbres, partes que nem sempre se conectam e se completam – exatamente, aliás, como acontece na vida de qualquer um. A vida não é perfeita e Chico Buarque faz da imperfeição um dos elementos cruciais de sua escrita.

Eulálio dita suas memórias, ou imagina que as dita? Até que ponto devemos confiar nas lembranças de um homem que, agonizando, em vez de ganhar corpo, se fragmenta? A memória é uma armadilha, feita de lapsos, deslizes, furos. É, porém, tudo o que Eulálio tem – e é, de certo modo muito doloroso, também tudo o que temos. A agonia do personagem de Chico não é uma agonia de morte, mas de vida. Sustentando seu relato, está o sonho de sair do

hospital, de se casar e morar numa fazenda. Os sonhos são a cola que confere alguma densidade às lembranças. Pois, na medida em que é incoerente, a memória destrói a história, em vez de construí-la. Tanto que, quanto mais Eulálio recorda, mais perdido ele está e mais capenga é sua narrativa. A figura da mulher Matilde, fugidia, e da filha, que teria sido encontrada no lixo, acentuam esse derramamento.

Nada se sustenta. No fundo, o relato de Eulálio é só uma forma de preencher o tempo. Talvez esse seja o papel da literatura: desenrolar narrativas sobre o tempo para que ele se torne mais aceitável e nos forneça a ilusão de um sentido.

Em tudo indefinidos, os personagens de Chico Buarque trazem a marca mais fundamental do homem contemporâneo. Chico Buarque é um escritor que consegue manejar com firmeza a falta de consistência e as ambiguidades que caracterizam a vida contemporânea. Não tem medo dos aspectos dúbios, dos paradoxos, das situações incompletas; ao contrário, dessa complexidade ele retira a força de seus relatos. É o que acontece em um romance como *Estorvo*, de 1999, uma sucessão de fatos enigmáticos distantes de qualquer ilusão de coerência. O que define o homem não é a coerência, mas a incoerência; a literatura de Chico apenas cede a essa incômoda verdade. Através do olho mágico de sua porta, o protagonista de *Estorvo* vê um desconhecido. Pode ser que já tenha visto aquele rosto. Das feições indefinidas e da experiência do desconhecimento surge uma aventura que nos é oferecida como uma narrativa. O protagonista de romance habita um limite no qual sonho e realidade não se separam. Ele vive desse cruzamento. Precisa suportá-lo. Ele é a própria condição de sua existência. A mistura é o que o impede de avançar – estorvo, isto é, obstáculo –, mas é também o que o faz avançar. É no escuro, saltando obstáculos e adversidades, que vivemos.

Os personagens de Chico Buarque têm diante de si, sempre, uma série de desafios intransponíveis. E é porque não podem ser transpostos que eles conferem à vida uma impressão de estabilidade. De paralisia, que se mantém como regra, como destino

que devemos aceitar. Paralisia instável, como se caminhássemos (afundássemos) em uma planície inundada.

Também o *ghostwriter* José Costa, do romance *Budapeste*, de 2003, habita a corda bamba. O caráter duplo de sua vida de escritor por encomenda já é um sinal da volubilidade em que está retido. Na Hungria, ele se transforma em Zsoze Kósta, uma espécie de falsificação da falsificação. Quem é ele, afinal? Eis uma pergunta que Chico nos oferece com grande resignação, já que nem ele mesmo, provavelmente, sabe respondê-la. A realidade é fluida, não é digna de confiança. É imperfeita e mutável, nada é garantido – e isso já começa em nossa vida pessoal, como Kósta nos mostra.

Chico coloca em questão a solidez e retidão dos personagens realistas que quase sempre deram a marca da literatura brasileira. Em seus romances, o leitor não está pisando a seca de Graciliano, ou o mundo colorido de Jorge Amado, ou o pampa de Erico Veríssimo – ele nunca sabe onde está pisando. E, em consequência, nunca sabe onde está também. As perguntas são muito mais frequentes que as respostas. As dúvidas, muito mais comuns que as afirmações.

Chico Buarque nos introduz em um mundo no qual nada tem lugar e nome certo. Seus personagens são estrangeiros em um mundo que pisam pela primeira vez. Estão exilados daquelas qualidades – caráter, certezas, nome – que caracterizam o humano. No entanto, e paradoxalmente, essas oscilações são a marca mais fundamental do homem contemporâneo. Todos nos multiplicamos e nos dividimos para viver. Nesse aspecto, a literatura de Chico sincroniza com a vida atual, ela também pulverizada e indecifrável.

Já em *Benjamin*, romance de 1995, o protagonista, Benjamin Zambraia, se encontra preso na rede de suas próprias obsessões. Nada em sua existência é muito nítido – e ele descobre que o mundo tem a estrutura de um pesadelo. Tem a impressão de que sua vida é filmada – e que ele não passa de um personagem de si mesmo. Essa duplicação confere ao mundo, mais uma vez, uma grande fragilidade. Se a vida é um filme, onde fica a realidade? Como qualificar de real uma experiência que se dissolve nas sombras e que se disfarça? Em vez de ser acolhedora e digna de confiança, a

REFLEXÕES VI

realidade se mascara – sintoma de nossa época de nomes falsos, de identidades fluidas e de mascarados – e se torna um obstáculo à própria existência. Em quem se pode confiar? Como sustentar a confiança em si mesmo? Sinais do mundo contemporâneo se espalham por toda a obra de Chico Buarque, que, com o avançar do tempo, se torna cada vez mais atual. Ela sincroniza com o mundo líquido que nos cabe viver, sem garantias, sem convicções seguras, sem certezas. Um mundo em que tudo pode ser tudo. Um mundo de que só a literatura, poderoso instrumento de desmascarar o real, consegue dar conta. ●

Artigo publicado no jornal Valor Econômico no dia 30 de maio de 2014

Moderno e eterno

João Marcos Coelho



O envolvimento de Strauss (foto) com a cúpula nazista levou-o aos tribunais de desnazificação comandados pelos Aliados no pós-guerra.



Fala-se muito do escândalo da estreia da *Sagração da Primavera*, de Igor Stravinsky, em 1913, em Paris. Ele teria marcado o parto de uma nova música, a do século XX. Mas o século XX musical nascera oito anos antes, na cidade alemã de Dresden. Naquela noite, estreou *Salomé*, a terceira ópera de Richard Strauss, baseada em peça de Oscar Wilde. O compositor assinava também o libreto, que potencializou o conteúdo já explosivo do enredo original de Wilde.

A ação se passa na Palestina, poucos anos antes do nascimento de Cristo. A bela e lasciva princesa Salomé, filha da rainha Herodíades, está apaixonada pelo profeta João Batista, que na ópera se chama Jokanaan. Desce ao calabouço e se oferece ao profeta, preso no palácio. Ele a rejeita e a adverte de que não deve repetir a vida de pecados de sua mãe. Todos querem Salomé. Um guarda se mata de ciúme. E o rei Herodes, que deseja a enteada, pede-lhe que dance para ele, prometendo-lhe em troca "tudo isso e o céu também". Salomé dança para o rei e ao fim exige a cabeça de Jokanaan numa bandeja. Pedido atendido, em êxtase erótico ela beija a cabeça ensanguentada do profeta. Revoltado, Herodes manda matá-la.

A repercussão espalhou-se rapidamente – a obra foi levada 40 vezes em vários países europeus. Gustav Mahler, então diretor da mais respeitada casa de ópera do continente, a de Viena, demitiu-se em 1907 porque não o deixaram montar *Salomé*. O tema contribuiu para sua celebridade, digamos, mundana. Mas o mais importante

REFLEXÕES VI

era a música revolucionária de Strauss: atrevidamente moderna do ponto de vista orquestral, ora divide a massa de mais de uma centena de instrumentos em grupos timbrísticos inesperados, ora se galvaniza em torrentes sonoras impactantes. A obra antecipou os radicalismos sonoros a que o mundo assistiu nas décadas seguintes.

Naquele momento, já quarentão, ele colecionava sucessos, como os poemas sinfônicos escritos nas duas últimas décadas do século XIX. Ao mesmo tempo que fugia da camisa de força da sinfonia clássica e romântica, assumia-se como autêntico "contador de histórias" que também era um mago na arte difícil da orquestração. Strauss pertence a uma geração de grandes orquestradores do fim do século XIX que se beneficiaram, na expressão de seu biógrafo Dominique Jameux, do maior dos instrumentos, a orquestra sinfônica, "que atingiu nesse período seu ponto máximo de perfeição, sobretudo quanto ao mecanismo dos instrumentos de pistões". Uma geração de gênios que atendiam por Mahler, Puccini, Ravel e Rimski-Korsakov, entre os mais notáveis.

Entre 22 e 34 anos, Strauss compôs uma enxurrada de obras sinfônicas – Da Itália, Don Juan, o satírico e irresistível Till Eulenspiegel, Assim Falou Zaratustra, Dom Quixote e Uma Vida de Herói (no caso, ele próprio, dono de gigantesco ego). Paralelamente, levou o Lied - canção culta para voz e piano, uma especificidade alemã iniciada por Schubert no início do século XIX – a um clímax incontestável. Escreveu duas centenas de canções em sua longa vida – as últimas quatro são obras-primas criadas no ano de sua morte, 1949, com acompanhamento orquestral, sobre versos de Hermann Hesse.

Às vezes até se esquece de que Strauss cresceu e amadureceu como ser humano e músico no século XIX. Quando nasceu numa família abastada, em junho de 1864 em Munique, Brahms, por exemplo, tinha 31 anos. Mas a posteridade o vê muito mais como filho do século XX: morreu aos 85 anos, após passar por duas guerras mundiais e assistir ao reordenamento mundial baseado na Guerra Fria. Além disso, seu envolvimento com a cúpula nazista – foi presidente da Câmara de Música do III Reich – levou-o aos tribunais de desnazificação comandados pelos Aliados em 1945/46.

REFLEXÕES VI

"Já que essa Câmara exigia um presidente, pelo menos que fosse eu a preencher tal função. Não era eu o primeiro músico da Alemanha?", justificou. Sob o nazismo, tentou manter parceria com um libretista Stefan Zweig, austríaco e judeu. Assinaram a ópera A Mulher Silenciosa, mas as pressões de Joseph Goebbels e Adolf Hitler foram grandes.

Quando se recusou a retirar o nome de Zweig do cartaz de estreia, o ministro da propaganda do Reich demitiu-o. Ficou, porém, a mancha colaboracionista com o regime.

Stanley Kubrick pôs o início do poema sinfônico Assim Falou Zaratustra, de Strauss, na abertura do filme **2001, uma Odisseia no Espaço**. Viveu em dois mundos diferentes. E repetiu musicalmente essa ambivalência. Quando a vanguarda ainda comemorava a chegada de um novo integrante, pasma com a cena do beijo necrófilo de Salomé e aplaudindo as ousadias de Elektra, de 1909, eis que o compositor deu as costas à modernidade radical. Compôs uma ópera retrô, **O Cavaleiro da Rosa**, em que não só a história se passa no século XVIII como também a música se vale de linguagem clássica. Ninguém entendeu, mas ele seguiu convencional e retrô até o fim. Aos que o acusaram de ter traído a modernidade, respondeu: "Moderno? O que quer dizer 'moderno'? Deem a essa palavra novo sentido! Concebam ideias como as de Beethoven, escrevam contrapontos como os de Bach, orquestram como Mozart, sejam filhos autênticos e fiéis de seu tempo, e então vocês serão modernos".

A sacada é redutora, mas é verdadeiro que ele empregava técnicas e linguagens do passado como material de sua criação musical. Como Stravinsky, praticou o que hoje se chama, em música, de pós-modernismo. Era igualmente contraditório em pessoa. Fanático por carteados, também era capaz de tirar da algibeira citações refinadas da obra de Goethe. Quando foi aos EUA, regeu até em pátio de supermercado, com a mesma informalidade com a qual regia na Ópera de Viena, que dirigiu entre 1919 e 1925.

Tinha humor musical que combinava com maestria a ironia e o escracho, ao mesmo tempo que sua figura nada ficava a dever à de

REFLEXÕES VI

um austero banqueiro.

Ganhava mais e mais popularidade, mas permanecia incompreendida e subestimada. Há 150 anos de distância de seu nascimento, Strauss lidera o *ranking* dos compositores do século XX mais executados nas salas de concerto do mundo (com suas peças sinfônicas) e nos teatros de ópera (com extraordinárias e popularíssimas criações, que disputam o favor do público com gigantes italianos do porte de seus contemporâneos Verdi e Puccini). A rigor, nem precisaria, mas beneficiou-se nas últimas décadas de um empurrão mercadológico de Stanley Kubrick, que pôs o início de seu poema sinfônico Assim Falou Zaratustra na abertura do filme 2001, uma Odisseia no Espaço.

Construiu uma vitoriosa carreira como regente sinfônico e lírico, da qual pouco se fala. Foi um dos fundadores do mais celebrado festival de música do planeta, o de Salzburgo, cidade natal de Mozart, em 1917, em plena Primeira Guerra. Em 1923, esteve no Brasil, quando regeu em São Paulo e no Rio.

Strauss recolheu-se, durante a Segunda Guerra, à sua "villa" nos Alpes bávaros, ao lado da soprano Pauline de Ahna, com quem era casado desde 1894. Um período doloroso, que viu nascerem duas obras-primas: a ópera *Capriccio* (1942) e, durante a guerra, o poema sinfônico *As Metamorfoses*, sob impacto dos bombardeios que destruíram teatros em Berlim, Dresden e Viena. Morreu em Garmish, após sucessivos enfartes. Mas nos palcos permanece mais vivo e presente do que nunca. ●

João Marcos Coelho